



Escola de Ciências Sociais e Humanas  
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

A Valorização Social do Pró-ambientalismo Enquadrado por  
Normas Formais: Uma análise Psicossocial Comparativa entre  
Brasil e Portugal

Raquel Bohn Bertoldo

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Doutora em Psicologia, na especialidade de Psicologia Social

Orientadora:  
Doutora Paula Castro, Professora Associada com Agregação  
ISCTE-IUL

Dezembro, 2013



A Valorização Social do Pró-ambientalismo Enquadrado por  
Normas Formais: Uma análise Psicossocial Comparativa entre  
Brasil e Portugal

Raquel Bohn Bertoldo

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Doutora em Psicologia, na especialidade de Psicologia Social

Júri:

Doutora Margarida Garrido, Professora Associada, ISCTE-IUL  
Doutor Themis Apostolidis, Professor Catedrático, Université d'Aix-Marseille  
Doutor Jorge Vala, Investigador Coordenador, ICS-UL  
Doutor Cícero Pereira, Investigador Auxiliar, ICS-UL  
Doutor Hélder Alves, Investigador, Cis, ISCTE-IUL  
Doutora Paula Castro, Professora Associada com Agregação, ISCTE-IUL

Dezembro, 2013



## Resumo

As normas formais, ou leis, têm constituído nas últimas décadas um importante instrumento para a promoção da sustentabilidade nas nossas sociedades. Mas é apenas através do debate social que as novas ideias ambientais formalizadas nas leis passam gradualmente a adquirir sentido e valor social informal, no que pode ser um longo processo de mudança social. Para contribuir para a compreensão deste processo, este trabalho avaliou até que ponto o pró-ambientalismo é socialmente valorizado em dois países que estão em diferentes momentos da mudança ambiental: Portugal e Brasil. Para isso recorreu-se, de forma pioneira para este tema, aos três paradigmas da abordagem sociocognitiva das normas (autoapresentação, identificação e heterojulgamento). As abordagens das representações sociais e sociocognitiva contextualizaram nesta tese a análise do valor social de crenças e comportamentos pró-ambientais entre estudantes universitários portugueses e brasileiros. Além da comparação do valor social do pró-ambientalismo, também foi analisado o processo de internalização das normas sociais pró-ambientais com base no modelo de Thøgersen. Os resultados sugerem que, com o tempo e investimento institucional, as normas ambientais adquiriram já valor social informal, sendo as crenças e comportamentos pró-ambientais usados nos dois países para autoapresentações e diferenciações positivas e originando julgamentos negativos de quem não as segue. Apesar disto, a análise sugere uma dissociação entre a expressão de crenças e comportamentos pró-ambientais, que se considera típica de representações emancipadas: as crenças pró-ambientais são mais facilmente apresentadas, apesar do maior valor social de diferenciação atribuído à expressão de comportamentos. As consequências das diferenças na valorização de crenças e comportamentos pró-ambientais são discutidas em termos da mudança social ambiental.

**Palavras-chave:** normas sociais, mudança social, representações sociais, abordagem sociocognitiva, pró-ambientalismo, meio ambiente, leis.

Categorias de classificação e códigos *PsycINFO*:

### **3000 Psicologia Social**

**3020** Grupos e Processos Interpessoais

**3040** Perceção Social e Cognição

### **4000 Engenharia e Psicologia Ambiental**

**4070** Questões Ambientais e Atitudes



## Abstract

Formal norms, or laws, have constituted important instrument for promoting the changes required for more sustainable societies. However, these pro-environmental formal norms only acquire meaning and social value gradually, in the course of social debate. So as to contribute for the understanding of this process, this work explored the social valorization of pro-environmentalism between two countries that are in different moments of social change in relation to the environment: Portugal and Brazil. This analysis resourced to the three paradigms of the sociocognitive approach (self-presentation, identification and hetero-evaluation) in an innovative way in this field. The social representations and sociocognitive approaches set the context for analysing the differences between the social value recognized in pro-environmental beliefs and behaviours by Portuguese and Brazilian undergraduate students. Besides the social value of pro-environmentalism, the internalization of pro-environmental social norms was analysed through Thøgersen's norm taxonomy model. Results suggest that through time and institutional investment, environmental social norms have already acquired informal social value, since pro-environmental behaviours are used in both countries to differentiate oneself for the others, to convey good image, and to judge negatively those who do not follow them. However, results also suggest the dissociation between the expression of pro-environmental beliefs and behaviours, considered to be typical of emancipated representations: pro-environmental beliefs are more easily expressed, despite a stronger informal valorization of behaviours. The consequences of the different valorization of pro-environmental beliefs and behaviours are discussed in terms of environmental social change.

**Keywords:** social norms, social change, social representations, sociocognitive approach, pro-environmentalism, environment, laws.

PsycINFO content classification codes:

**3000 Social Psychology**

**3020** Group & Interpersonal Processes

**3040** Social Perception & Cognition

**4000 Engineering & Environmental Psychology**

**4070** Environmental Issues & Attitudes



O presente trabalho foi financiado por uma bolsa de doutoramento da Fundação para a  
Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/62033/2009)

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



## Agradecimentos

Esta tese é o produto final de um caminho único, trilhado sempre em companhia de pessoas e instituições que além de possibilitarem este percurso, contribuíram de diferentes maneiras para a sua qualidade. Agora que é chegada a fase final, gostaria expressar a minha mais sincera gratidão.

Em primeiro lugar, agradeço à Paula por me ter recebido em Lisboa para trabalhar neste projeto, que tanto contribuiu para o meu desenvolvimento enquanto pesquisadora. Obrigada pela amizade, pela perseverança, pelo constante desafio e estímulo a apreciar de maneira tão viva a teoria e a realidade social.

Gostaria também de agradecer meus antigos professores que participaram de forma decisiva no meu percurso académico dentro da psicologia social, em especial ao Brígido Camargo, à Geneviève Coudin et à memória de Michel-Louis Rouquette.

*Je remercie également Thémis Apostolidis et à tout son équipe du LPS à l'Aix-Marseille Université (un merci spécial à Séverin) pour la stimulante période de stage doctorale que j'ai passé chez vous.*

*Un grand merci à Marc Poumadère et à Claire Mays pour m'avoir toujours stimulé à participer des projets qui m'ont fait comprendre la valeur politique et sociétale de la psychologie sociale.*

Obrigada à minha relatora, a Professora Doutora Isabel Correia, por ter-me acompanhado durante este doutoramento. Obrigada pelos *feedbacks* anuais e, em especial, às perguntas que me fez em Seminários de Psicologia que permaneceram sob a forma de inquietações que eu só fui responder com o passar do tempo.

Esta tese deve a sua existência ao apoio de diferentes organizações. Agradeço ao Programa Doutoral em Psicologia Social e das Organizações, pelo estimulante programa doutoral que tanto me permitiu descobrir. Agradeço também ao Cis-ISCTE, por ter sempre permitido que eu tivesse as melhores condições possíveis para a realização de atividades de pesquisa e para a participação em eventos. Um especial obrigada ao Hugo Marçal pelo apoio sempre presente, à Sara Fernandes, à Sofia Jacinto e à Sílvia Rangel pela disponibilidade e boa disposição com que sempre me ajudaram com burocracias. E finalmente à FCT, agradeço por me ter concedido uma bolsa de doutoramento, e por ter apoiado a minha participação em reuniões científicas e estágios internacionais.

Parte da validação teórica e científica desta tese também aconteceu sob a forma de debate de ideias que aconteceram em grupo. Gostaria de agradecer aos grupos de investigação de que participei: o antigo HEC e o PsyChange.

Agradeço também de forma especial ao grupo de alunos da Professora Doutora Paula Castro: à Susana Batel, à Carla Mouro, ao Mali Uzelgun, à Patrícia Neca, à Augusta Correia, e à Leonor Bettencourt. Obrigada pelo estimulante ambiente de troca de ideias e por tudo que este grupo me tem permitido conhecer. De modo especial, obrigada ao Mali pelas sempre estimulantes conversas teóricas sobre a psicologia social; e à Patrícia Neca pela leitura cuidadosa de partes deste texto.

Esta tese também envolveu um trabalho de campo através de questionários. Gostaria de agradecer de forma especial às pessoas que me auxiliaram nesta extenuante tarefa. Em Portugal, obrigada à Sára Serdült que me ajudou a aplicar os questionários e ao Rui Marçal da FCUL-UL que me facilitou em diferentes ocasiões o acesso aos alunos. No Brasil, gostaria de agradecer à Professora Doutora Andréa Bousfield, que coordenou a aplicação de questionários com a Psicóloga Larissa Koelzer. Parte deste trabalho também aconteceu com o apoio do LAPSO, com o apoio indispensável da Helena Santos.

Também gostaria de agradecer ao apoio de algumas pessoas apesar de não terem participado oficialmente deste projeto, forneceram contribuições valiosas para a condução deste trabalho. Obrigada ao Hélder Alves, que sempre esteve tão disponível para discutir questões associadas às normas sociais e aos paradigmas da abordagem sociocognitiva. E também ao Cícero Pereira, que de maneira tão generosa sempre esteve disponível para esclarecer dúvidas estatísticas.

Este doutoramento também teve a contribuição da experiência indireta de queridos colegas com quem partilhei o meu espaço de trabalho e de convívio dentro e fora do ISCTE. O meu mais sincero obrigada aos ocupantes da querida sala 224, pelo carinho com que me acolheram quando cheguei – à Ana Loureiro, à Catarina Gonzalez, à Cristina Camilo, à Carla Esteves, à Miriam Rosa, à Rita Correia, à Rita Morais. Obrigada também às queridas ocupantes da 2N6 Cláudia Andrade e Cristina Godinho, que tanta luz traziam àquela sala. E mais recentemente, obrigada à Aline Lima-Nunes e à Sofia Fernandes pela amizade e partilha de ideias neste momento final da redação da tese.

Um especial obrigada aos meus queridos amigos Paulo Bonifácio, Catarina e Isabel Gonzalez, Ricardo Coelho, Nuno Mexa e Sofia Jacinto que foram para mim o

mais próximo de uma família que alguém pode ter longe de casa. Também obrigada ao Mestre João Correia e à Carla Carvalho pela amizade e pelos ensinamentos que tanto contribuíram para que eu me sentisse, de diferentes maneiras, mais forte para os desafios quotidianos.

Aos meus pais Ingrid e Fábio, e aos meus irmãos Saul e Daniela, obrigada por participarem comigo neste percurso, mesmo que à distância. Obrigada pelo apoio incondicional e pelo estímulo a procurar diferentes caminhos, a fazer diferente. Obrigada pelo carinho com que me recebem a cada fim de ano, e pelo apoio que sempre durou o ano inteiro.

Por fim, ao meu marido e companheiro Luís, não tenho palavras para descrever minha gratidão pelo seu apoio cuidadoso ao longo deste processo. Além de ter mudado de país para que eu concretizasse esta tese, ao longo destes anos aprendeu a lidar com as minhas as minhas ideias, dúvidas e hesitações. Obrigada por me fazer melhor e mais feliz.

E claro, obrigada à Cléo, que digitou algumas destas teclas



## Índice

<b>Resumo .....</b>	<b>v</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>vii</b>

### INTRODUÇÃO GERAL

<b>Introdução Geral .....</b>	<b>1</b>
-------------------------------	----------

### CAPÍTULO 1

#### MUDANÇA SOCIOAMBIENTAL EM PORTUGAL E NO BRASIL

<b>1.1 Mudança social ambiental: uma perspetiva global .....</b>	<b>8</b>
1.1.1 Emergência da questão ambiental .....	9
1.1.2 Institucionalização da questão ambiental .....	10
1.1.3 Generalização da questão ambiental .....	11
<b>1.2 Mudança socioambiental em Portugal .....</b>	<b>12</b>
<b>1.3 Mudança socioambiental no Brasil.....</b>	<b>15</b>
<b>1.4 Diferenças e semelhanças entre a mudança socioambiental portuguesa e brasileira</b> <b>.....</b>	<b>20</b>
1.4.1 Semelhanças .....	21
1.4.2 Diferenças .....	21
<b>1.5 Síntese.....</b>	<b>23</b>

### CAPÍTULO 2

#### DINÂMICAS SOCIAIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

<b>2.1 Apresentação do capítulo.....</b>	<b>26</b>
<b>2.2 Origem do conceito.....</b>	<b>26</b>
<b>2.3 O que é uma representação social?.....</b>	<b>28</b>
<b>2.4 Universo reificado e consensual .....</b>	<b>29</b>
<b>2.5 Ancoragem e a objetivação.....</b>	<b>31</b>
<b>2.6 Sistemas de comunicação social .....</b>	<b>33</b>
<b>2.7 Os diferentes tipos de consenso e suas representações hegemónicas, polémicas e</b> <b>emancipadas.....</b>	<b>35</b>
<b>2.8 Metaconhecimento .....</b>	<b>36</b>
<b>2.9 Síntese.....</b>	<b>39</b>

## CAPÍTULO 3

### NORMAS E COMPORTAMENTO SOCIAL

<b>3.1 Apresentação do capítulo.....</b>	<b>42</b>
<b>3.2 Introdução.....</b>	<b>43</b>
3.2.1 Porque é que as pessoas seguem as normas? .....	44
3.2.2 Gestão de impressões .....	45
<b>3.3 Estudos pioneiros.....</b>	<b>46</b>
3.3.1 Normalização .....	46
3.3.2 Conformismo.....	47
3.3.3 Inovação social.....	48
3.3.4 Modelo da influência social em três processos .....	50
<b>3.4 Como as normas se relacionam com os comportamentos.....</b>	<b>52</b>
3.4.1 Teorias da Ação Refletida e do Comportamento Planeado.....	53
<b>3.5 Abordagem do Foco Normativo.....</b>	<b>55</b>
3.5.1 Abordagem da identidade social .....	56
<b>3.6 Taxonomia normativa de Thøgersen.....</b>	<b>57</b>
3.6.1 Validação da taxonomia das normas .....	60
<b>3.7 Abordagem sociocognitiva das normas sociais .....</b>	<b>61</b>
3.7.1 Normas societais vs. normas sociais .....	62
3.7.2 Paradigmas da abordagem sociocognitiva .....	64
3.7.2.1 Autoapresentação .....	65
3.7.2.2 Identificação .....	67
3.7.2.3 Heterojulgamento .....	68
<b>3.8 Síntese.....</b>	<b>72</b>

## CAPÍTULO 4

### NORMAS SOCIAIS E COMPORTAMENTOS PRÓ-AMBIENTAIS DA ESFERA PRIVADA

<b>4.1 Apresentação do capítulo.....</b>	<b>76</b>
<b>4.2 Predição de comportamentos pró-ambientais – TPB.....</b>	<b>77</b>
4.2.1 Teoria do Comportamento Planeado e comportamentos ambientais .....	77
4.2.2 Modelo valor-crença-norma (VBN).....	77
4.2.2.1 Formulação do modelo VBN.....	78
4.2.2.2 Os diferentes tipos de comportamento .....	79
4.2.3 Comparação dos modelos TPB e VBN.....	81
<b>4.3 Teoria do foco normativo e comportamentos pró-ambientais .....</b>	<b>83</b>
4.3.1 Identidade social.....	85

<b>4.4 Normas sociais ambientais.....</b>	<b>87</b>
<b>4.5 Síntese.....</b>	<b>89</b>

## **CAPÍTULO 5**

### **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E NORMAS SOCIAIS: SISTEMATIZAÇÃO DA PROPOSTA DE TRABALHO**

<b>5.1 Apresentação do capítulo.....</b>	<b>92</b>
<b>5.2 Representações sociais e normas sociais: Uma proposta de integração .....</b>	<b>92</b>
5.2.1 Aspeto temporal: De formais a informais e vice-versa .....	93
5.2.2 Aspeto consensual: Normas nas representações hegemónicas, polémicas e emancipadas.....	97
<b>5.3 Sistematização da proposta de trabalho.....</b>	<b>101</b>
5.3.1 Aspeto temporal e a evolução das ideias ambientais .....	103
5.3.2 Aspeto consensual e a generalização das ideias ambientais.....	104
5.3.3 Internalização da influência social: o nível individual das normas.....	105

## **CAPÍTULO 6**

### **O QUE AS AUTOAPRESENTAÇÕES E IDENTIFICAÇÕES REVELAM SOBRE A VALORIZAÇÃO SOCIAL DE CRENÇAS E COMPORTAMENTOS PRÓ-AMBIENTAIS**

<b>6.1 Introdução.....</b>	<b>108</b>
<b>6.2 Estudo 1 – Diferenciação do Eu em relação a um Outro geral .....</b>	<b>111</b>
6.2.1 Método .....	112
6.2.1.1 Participantes .....	112
6.2.1.2 Procedimento.....	112
6.2.1.3 Variáveis.....	113
6.2.2 Resultados .....	114
6.2.3 Discussão.....	116
<b>6.3 Estudo 2 – Autoapresentação a um outro geral.....</b>	<b>117</b>
6.3.1 Método .....	118
6.3.1.1 Participantes .....	118
6.3.1.2 Procedimento.....	118
6.3.1.3 Variáveis.....	119
6.3.2 Resultados .....	120
6.3.3 Discussão.....	122
<b>6.4 Estudo 3 – Autoapresentação em contexto.....</b>	<b>124</b>

6.4.1 Estudo exploratório para a escolha dos contextos: Metarrepresentações sobre as relações entre grupos socioprofissionais e o ambiente .....	126
6.4.1.1 Método .....	127
6.4.1.2 Resultados .....	128
6.4.2 Estudo da autoapresentação em dois contextos diferentes .....	132
6.4.3 Método .....	133
6.4.3.1 Participantes .....	133
6.4.3.2 Procedimento .....	134
6.4.3.3 Variáveis .....	135
6.4.4 Resultados .....	136
6.4.5 Discussão .....	138
<b>6.5 Discussão geral do capítulo .....</b>	<b>140</b>

## CAPÍTULO 7

### O QUE OS JULGAMENTOS SOBRE OS OUTROS REVELAM SOBRE A VALORIZAÇÃO DE CRENÇAS E COMPORTAMENTOS PRÓ-AMBIENTAIS

<b>7.1 Introdução .....</b>	<b>146</b>
7.1.1 Modelo do Conteúdo do Estereótipo ( <i>Stereotype Content Model</i> ) .....	147
7.1.2 Perceção de alvos que apresentam comportamentos pró-ambientais .....	149
<b>7.2 Estudo 4 – Heterojulgamento de alvos apresentando diferentes combinatórias de crenças e comportamentos pró-ambientais .....</b>	<b>151</b>
7.2.1 Método .....	152
7.2.1.1 Participantes .....	152
7.2.1.2 Procedimento .....	152
7.2.1.3 Variáveis .....	153
7.2.2 Resultados .....	154
7.2.2.1 Dimensões de competência e simpatia .....	154
7.2.2.2 Dimensões indiretas de competência e simpatia .....	155
7.2.3 Discussão .....	157
<b>7.3 Estudo 5 - Heterojulgamento de alvos apresentando diferentes comportamentos pró-ambientais .....</b>	<b>159</b>
7.3.1 Método .....	163
7.3.1.1 Participantes .....	163
7.3.1.2 Procedimento .....	163
7.3.1.3 Variáveis .....	164
7.3.2 Resultados .....	165
7.3.2.1 Dimensões de competência e simpatia .....	165

7.3.2.2 Dimensões indiretas de competência e simpatia.....	166
7.3.3 Discussão.....	167
<b>7.4 Discussão geral do capítulo.....</b>	<b>170</b>

## **CAPÍTULO 8**

### **A INTERNALIZAÇÃO DAS NORMAS SOCIAIS**

<b>8.1 Introdução.....</b>	<b>176</b>
8.1.1 A taxonomia das normas sociais.....	177
8.1.2 Testagem da taxonomia das normas.....	178
8.1.3 O que a taxonomia das normas deixa por testar.....	179
<b>8.2 Método.....</b>	<b>181</b>
8.2.1 Participantes.....	181
8.2.2 Procedimento.....	181
8.2.3 Instrumentos.....	181
8.2.3.1 Comportamento.....	181
8.2.3.2 Normas descritivas.....	182
8.2.3.3 Normas injuntivas.....	182
8.2.3.4 Normas introjetadas.....	182
8.2.3.5 Normas integradas.....	182
8.2.3.6 Identidade ecológica.....	183
8.2.3.7 Identificação com o grupo dos estudantes.....	183
<b>8.3 Resultados.....</b>	<b>183</b>
8.3.1 Testagem da taxonomia das normas.....	184
8.3.1.1 Validade de conteúdo interna.....	184
8.3.1.2 Validade preditiva.....	186
8.3.2 Identidade ecológica e a taxonomia das normas.....	188
8.3.3 Identificação com o grupo com moderador da influência normativa.....	188
8.3.3.1 Reciclagem.....	189
8.3.3.2 Norma descritiva como preditora.....	191
8.3.3.3 Compra de produtos orgânicos.....	191
<b>8.4 Discussão.....</b>	<b>193</b>

## **CAPÍTULO 9**

### **DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

<b>9.1 Aspeto temporal e a evolução das ideias ambientais.....</b>	<b>199</b>
<b>9.2 Aspeto consensual e a generalização das crenças e comportamentos pró-ambientais</b> .....	<b>206</b>
<b>9.3 Internalização da influência social: o nível individual das normas.....</b>	<b>213</b>

**9.4 Considerações finais ..... 215**

**REFERÊNCIAS**

**Referências ..... 219**

**ANEXOS**

**Anexo A - Questionário utilizado no Estudo 1.....A-I**

**Anexo B - Questionário utilizado no Estudo 2.....B-I**

**Anexo C - Questionário utilizado no estudo exploratório ao Estudo 3.....C-I**

**Anexo D - Dicionário de categorias identificadas na análise de conteúdo.....D-I**

**Anexo E - Questionário utilizado nos Estudos 3 e 6 .....E-I**

**Anexo F - Questionário utilizado no Estudo 4 ..... F-I**

**Anexo G - Questionário online utilizado no Estudo 5 ..... G-I**

## **Índice de tabelas**

Tabela 1. Percentagens do total de resíduos descartados que é reciclada, por material (IBGE, 2002, 2012). .....	19
Tabela 2. Médias de crenças e comportamentos pró-ambientais em função da referência para resposta. ....	114
Tabela 3. Diferenças entre médias de crenças e comportamentos atribuídas a si e aos outros, por país. ....	115
Tabela 4. Grupos socioprofissionais utilizados no estudo. ....	127
Tabela 5. Dimensões que sintetizam as metarrepresentações dos diferentes grupos socioprofissionais sobre o ambiente. ....	129
Tabela 6. Medidas de discriminação. ....	130
Tabela 7. Médias de crenças e comportamentos expressos em apresentação positiva e negativa, por contexto de apresentação. ....	137
Tabela 8. Diferenças entre a competência e a simpatia atribuídas aos diferentes alvos. ....	155
Tabela 9. Diferenças entre a competência e a simpatia, medidas indiretamente, atribuídas aos diferentes alvos. ....	156
Tabela 10. Estímulos utilizados para apresentar os diferentes tipos de comportamentos pró-ambientais. ....	163
Tabela 11. Diferenças entre a competência e a simpatia atribuídas a alvos apresentando diferentes comportamentos pró-ambientais. ....	165
Tabela 12. Diferenças entre as dimensões indiretas de competência e a simpatia atribuídas a alvos apresentando diferentes comportamentos pró-ambientais. ....	167
Tabela 13. Comparação entre as amostras portuguesa e brasileira das médias e desvios padrão das medidas em análise. ....	184
Tabela 14. Correlações entre as normas de reciclagem e compra de produtos orgânicos e identidade ecológica entre países. ....	185
Tabela 15. Regressões de comportamentos de reciclagem e compra de produtos orgânicos sobre as normas da taxonomia normativa. ....	186



## **Índice de Figuras**

Figura 1. Taxonomia normativa proposta por Tøgersen (2006).....	58
Figura 2. Médias de crenças pró-ambientais nas três situações.....	121
Figura 3. Médias de comportamentos pró-ambientais nas três situações.....	121
Figura 4. Configuração do espaço normativo associado ao meio ambiente - projeção gráfica simultânea de categorias de respostas e grupos aos quais elas são associadas. ....	131
Figura 5. Comparação entre as médias de crenças e comportamentos expressos em apresentação positiva e negativa, em diferentes contextos, em Portugal. ....	138
Figura 6. Comparação entre as médias de crenças e comportamentos expressos em apresentação positiva e negativa, em diferentes contextos, no Brasil.....	138
Figura 7. <i>Modelo de internalização das normas sociais (injuntiva e descritiva) em normas pessoais (introjetada e integrada), moderada pela identificação com o grupo.....</i>	190



## **Introdução geral**

---

Muitos de nós fazem parte de uma geração para a qual a crise ambiental é uma realidade indiscutível e que tem requerido ações imediatas a nível planetário. Desde os anos 70, importantes avanços foram feitos em termos de regulações ambientais (Castro, 2012; Melo & Pimenta, 1993; Soromenho-Marques, 2005). Numerosos acordãos internacionais foram assinados, alguns dos quais produziram efeitos visíveis em vários países através de leis de proteção do meio ambiente.

Entretanto, diferentes tipos de barreiras dificultaram a realização de mudanças estruturais com a urgência que muitos consideraram necessária (Tanuro, 2010; United Nations, 2012). Podemos classificar estas barreiras como tendo origem, principalmente, em aspetos (1) técnicos, (2) legais e (3) sociais.

Os obstáculos técnicos se referem, sobretudo, a problemas relacionados à modificação da atual matriz energética. Uma parte importante da luta para a redução de emissões de carbono passa pela redução da dependência de combustíveis fósseis (Poumadère, Bertoldo & Samadi, 2011). Entretanto, esta redução depende de grandes investimentos em fontes de energia renováveis, associadas à eletrificação da matriz energética – o que é ainda dificultado pela imaturidade e alto custo das soluções de armazenamento de energia elétrica (ECF, 2010).

Esta transição energética é atualmente facilitada por um quadro de diretrizes e regulações que limitam a emissão de gases de efeito estufa, e simultaneamente potencializam o desenvolvimento de tecnologias para a exploração de fontes de energia sustentáveis (ex.: Protocolo de Kyoto, UE 2009/28/EC<sup>1</sup>), em princípio mais caras que as atuais tecnologias dependentes de combustíveis fósseis. Mas estes acordãos internacionais frequentemente esbarram em obstáculos nacionais de ordem legal, como a dificuldade encontradas por diferentes países em ratificá-los sob a forma de leis válidas dentro dos seus territórios (Dunlap, 2008; Uzelgun & Castro, 2014; von Stein, 2008).

Já os obstáculos de origem social referem-se às dinâmicas próprias das sociedades, enquanto entidades formadas por conjuntos de grupos e indivíduos, que podem tanto estimular quanto dificultar as mudanças sociais para a sustentabilidade. Estas resistências residem, por exemplo, no valor atribuído coletivamente a certos estilos de vida que são símbolo de *status* social. A valorização de comportamentos

---

<sup>1</sup> Estabelece o quadro de referência para o uso de energias renováveis de modo a limitar a emissão de gases de efeito estufa e promover transportes mais limpos.

não sustentáveis pode ser observada, num passado distante, entre os extintos clãs que viviam da ilha de Páscoa, para os quais quanto maior o tamanho da estátua de pedra que eram capazes de erguer, maior era o seu *status* social (Diamond, 2005). Para um atual morador de Lisboa, provavelmente um belo apartamento ou a aquisição de um veículo de alta cilindrada será visto de forma similar por seus amigos.

É sobre os obstáculos (ou motivações) de origem social que me debruçarei nesta tese. Proponho discutir até que ponto é que as atuais preocupações ambientais, internacionalmente formuladas em termos de normas formais, vem adquirindo valor social informal ao nível das sociedades e grupos sociais (Castro, 2012; Dubois, 2003). E ao nível dos indivíduos, até que ponto é que estas normas sociais informais vem sendo internalizadas pelos seus cidadãos (Thøgersen, 2006). Neste sentido, esta tese concentra-se sobre um processo de mudança social iniciado pelos acórdãos ambientais internacionais, processo este que promoveu novos debates sociais em torno do meio ambiente (Castro, 2002), que por sua vez favoreceram a valorização de novas formas de pensar e de agir enquanto sociedade. Este processo envolve portanto o debate em torno de acórdãos ambientais, formais, que se transformam com o tempo em normas sociais informais (Castro, 2012) e pessoais (Stern, Dietz, Abel, Guagnano, & Kalof, 1999; Stern, 2000).

Desde os anos 70, e ainda com mais fôlego desde a publicação do quarto relatório do IPCC em 2007, a questão ambiental foi foco de debates e ações para a redução das emissões de carbono, fomentando modos de vida mais sustentáveis. O que ainda precisamos saber é se os esforços internacionais para a alteração dos nossos modos de vida efetivamente modificaram a valorização informal destes argumentos, ou modo como as nossas sociedades os reconhecem como importantes (Buijs et al., 2012). O estudo desta mudança na valorização informal de novos modos de vida é um tema bastante complexo que envolve dinâmicas pertencentes a diferentes níveis de análise, desde o intraindividual até o societal (Doise, 1980/1982). Considerando a complexidade desta proposta, elegi a abordagem das representações sociais como o quadro teórico adequado à análise das mudanças associadas ao valor social de crenças e comportamentos ambientais (Buijs et al., 2012; Castro, 2014).

Propõe-se neste trabalho que uma das formas de analisar se as novas ideias pró-ambientais adquiriram para além do valor formal, valor social informal, é através da forma com que as pessoas os utilizariam na gestão das impressões que causam a outras pessoas (Beauvois & Dubois, 2009; Dubois, 2003). A gestão de impressões

## *Introdução geral*

advém do conhecimento das sutilezas das regras e normas sociais, bem como da sua variação em diferentes contextos (Posner, 2002). E de acordo com a abordagem sociocognitiva das normas sociais, a valorização de alguns atributos (julgamentos, crenças ou comportamentos) em detrimento de outros revela a importância que estes atributos têm para a manutenção e a reprodução das estruturas de nossas sociedades (Beauvois, 1995, 2003; Dubois, 2005; Beauvois & Dubois, 2009). Como a abordagem sociocognitiva das normas sociais (Dubois, 2003) permite uma análise psicossocial da valorização do pró-ambientalismo complexa o suficiente para discutir a mudança social por detrás desta valorização, ela integrará, em conjunto com a abordagem das representações sociais, o quadro teórico que guiará a investigação desenvolvida nesta tese.

Mas a mudança social ambiental que acontece ao nível societal é também acompanhada por mudanças ao nível individual. Para que as normas sociais conduzam a modificações em termos de comportamentos individuais, independentemente do contexto onde acontecem, elas devem ser internalizadas na forma de normas pessoais (Kelman, 2006; Thøgersen, 2006). Esta análise da mudança ao nível da regulação individual contribuirá para a análise aqui empreendida de uma mudança social que foi iniciada ao nível societal, através de leis e normas ambientais.

Finalmente, uma análise de processos de mudança socioambiental não estaria completa sem uma dimensão comparativa: neste caso, a sua comparação com outro contexto normativo. O processo de mudança das leis ambientais em Portugal foi fortemente reforçado a partir da entrada do país na União Europeia (Melo & Pimenta, 1993; Soromenho-Marques, 2005). Porém, a questão de saber se a adesão a normas e regulações ambientais mais exigentes da UE foram decisivas para a valorização informal de crenças e comportamentos em Portugal, é algo que só ficará mais claro a partir da comparação com outro país que não tenha assumido um quadro legal tão exigente em relação ao meio ambiente. O Brasil tem assumido desde os anos 70 uma política ambiental que privilegia o desenvolvimento face à proteção ambiental (Ferreira, 1998; Ferreira & Tavolaro, 2008). Como o Brasil assume um quadro legislativo menos exigente que a UE em relação a questões ambientais, este país proporciona um contexto legal útil para comparar a mudança social ocasionada por leis mais ou menos apertadas em relação ao meio ambiente.

A partir do que foi acima exposto, o objetivo geral do trabalho aqui desenvolvido é analisar o modo com que o debate social sobre o meio ambiente influenciou, em dois diferentes contextos políticos, a valorização social de crenças e comportamentos pró-ambientais. E mais especificamente, a valorização de crenças e comportamentos pró-ambientais da esfera privada (Stern, 2000), que são aqueles que envolvem comportamentos como a reciclagem e a economia de recursos como água e luz. Portanto, o ponto de vista sobre a mudança ambiental aqui adotado é claramente societal. E apesar de reconhecer que as mudanças *também* acontecem ao nível individual, não nos limitamos a analisa-las a este nível (Uzzell & Rätzl, 2009), integrando-as na compreensão dos processos psicossociais que conduzem às mudanças sociais no nível societal.

Partindo deste objetivo geral, esta tese compreende duas grandes secções: uma teórica e uma empírica. Iniciando a secção teórica, o primeiro capítulo (**Capítulo 1**) revisará como é que aconteceu a mudança social em termos legislativos em Portugal e no Brasil. Mais particularmente, quais são as diferenças e similaridades que caracterizaram a adoção das normas e acórdãos ambientais internacionais entre os dois países.

Este processo de mudança legislativa conduziu a várias mudanças nas práticas e representações sociais em relação ao meio ambiente em diferentes países (Buijs et al., 2012). No **Capítulo 2** será apresentado o conceito de representações sociais e de que forma ele pode ser instrumental para compreender o processo de mudança social ocasionado por novas leis (Castro, 2012).

As mudanças sociais inevitavelmente conduzem a modificações nos padrões de normas sociais que regem a vida em sociedade. Portanto a análise das normas sociais é central para a compreensão do processo de mudança social. O conceito de normas sociais será apresentado no **Capítulo 3** através das diferentes abordagens que, dentro da psicologia social, utilizaram o conceito para explicar a realidade social. Será também apresentada neste capítulo a abordagem sociocognitiva das normas sociais, que compreende as normas sociais como conceitos compreensíveis apenas a partir do nível societal (Dubois, 2003) e que será a base teórica de vários dos estudos desenvolvidos na secção empírica.

A partir dos diferentes conceitos de normas revistos no Capítulo 3, o **Capítulo 4** concentrar-se-á nos estudos da psicologia ambiental que utilizaram o conceito de

norma social para melhor perceber o processo de influência social no âmbito da psicologia ambiental.

As contribuições teóricas revistas na primeira secção desta tese serão integradas e sistematizadas numa proposta de trabalho apresentada no **Capítulo 5**. Neste capítulo, os principais objetivos da tese e serão revisitados a partir de uma integração de diferentes elementos dos conceitos de representações sociais e norma sociais. Esta integração teórica fornecerá a base analítica que será seguida ao longo da secção *empírica* da tese, que compreende os seguintes capítulos:

**Capítulo 6 – O que as autoapresentações revelam sobre a valorização de crenças e comportamentos pró-ambientais da esfera privada.** Este capítulo apresenta uma série de 3 estudos realizados em Portugal e no Brasil que, a partir dos paradigmas da autoapresentação e da identificação da abordagem sociocognitiva (Dubois, 2003, 2009), compararam o valor social atribuído a crenças e comportamentos pró-ambientais nos dois países. Apesar dos interessantes resultados que esta perspetiva permite avançar, os seus resultados devem ser confirmados pela aplicação de outros paradigmas que não dependam tão diretamente da apresentação pessoal dos participantes, o que será feito no próximo capítulo.

**Capítulo 7 – O que os julgamentos revelam sobre a valorização de crenças e comportamentos pró-ambientais.** Este capítulo apresenta dois estudos – o primeiro dos quais foi realizado em Portugal e no Brasil – que, além de confirmarem os resultados dos estudos anteriores acerca do valor social de crenças e comportamentos pró-ambientais da esfera privada, mostram como as dimensões da perceção interpessoal (competência e simpatia) são associadas a diferentes expressões do pró-ambientalismo. O último estudo apresentado neste capítulo (Estudo 5) compara a atribuição das dimensões de competência e simpatia entre comportamentos pró-ambientais da esfera pública (ativistas e não-ativistas) e da esfera privada.

**Capítulo 8 – A internalização das normas sociais.** Neste capítulo são apresentados os resultados de um estudo conduzido em Portugal e no Brasil que compara a adaptação de um modelo de internalização das normas sociais aos dados dos dois países. Além de verificar a adaptação do modelo a amostras dos dois países, este estudo testa o papel facilitador que a identificação com o grupo (em nosso caso, com os estudantes universitários) teria sobre a internalização de normas injuntivas e descritivas.

# Capítulo 1

---

## Mudança Socioambiental em Portugal e no Brasil

Apesar de a relação homem-ambiente interpelar a humanidade desde há muitos séculos (Castro, 2005, 2002), a questão ambiental só toma a sua dimensão atual a partir de uma perspetiva que considere a evolução dos debates ambientais na sequência de leis (Castro, 2012; Castro & Mouro, 2011). Esta abordagem temporal sobre as mudanças sociais propõe que aquelas mudanças sociais com origem em mudanças legais atravessam os seguintes estágios: a emergência, a institucionalização e a generalização (Castro, 2012).

Neste capítulo será apresentada uma análise temporal das mudanças sociais, motivadas pela preocupação ambiental, que aconteceram no panorama internacional. Esta perspetiva global é possível no caso do meio ambiente por se tratar de uma questão que tem motivado desde o século passado uma série de acórdãos internacionais organizados inicialmente pelas Nações Unidas.

Esta análise inicial fornece o contexto sobre o qual serão posteriormente analisadas as mudanças acarretadas pelas leis ambientais internacionais em Portugal e no Brasil. Em Portugal, será revista a evolução da adoção das leis ambientais internacionais e Europeias, e a evolução do debate sobre o meio ambiente até os dias de hoje – visto que estas leis ainda enfrentam resistência ao nível individual.

No Brasil, a adoção destas leis internacionais foi condicionada pela conjuntura política entre os anos 70 e 90. Apenas a Constituição de 1988 introduziu algumas inovações normativas que, embora não diretamente relacionadas com o meio ambiente, permitiram uma melhoria significativa da gestão ambiental ao nível local.

As semelhanças e diferenças entre os dois países serão contrapostas, com o objetivo de perceber melhor as especificidades das mudanças que aconteceram nos dois países. Apesar de ambos os países serem signatários dos mesmos acórdãos ambientais internacionais, a mudança socioambiental tomou contornos específicos em cada país, condicionada por circunstâncias culturais e históricas. De seguida, veremos como o contexto socio-histórico influenciou o modo de as instituições e os cidadãos de cada país lidarem com a questão ambiental.

### **1.1 Mudança social ambiental: uma perspetiva global**

Apesar de constituir uma preocupação muito antiga na história da humanidade (Castro, 2005), a preocupação com a degradação ambiental só começou a adquirir o seu atual significado desde que começou a se tornar um problema, o que aconteceu a

partir da revolução industrial (Moser, 2004). Observamos desde então a *emergência* da questão ambiental.

### **1.1.1 Emergência da questão ambiental**

Durante o período entre o final do século XIX e início do século XX observamos a emergência da questão ambiental. Ao longo deste período, e em especial nos países de língua inglesa, o debate em torno da preservação dos meios naturais estimulou a criação de parques naturais, por um lado, e de sociedades de proteção à natureza, por outro (Castro, 2005; Guiddens, 1995).

Os chamados grupos ambientalistas que começaram em fins do século XIX a agir na defesa do meio ambiente tinham características bastante diferentes dos grupos que viriam a caracterizar o movimento no final do século XX: eram formados por membros de elites intelectuais preocupados sobretudo com a conservação das áreas verdes (Lima, 2002). Foi com esta preocupação que surgiu nos Estados Unidos, em 1892, o *Sierra Club* (Castro, 2005; Douglas & Wildavsky, 1982). Estes movimentos promoveram a criação dos primeiros parques naturais nos Estados Unidos – *Yellowstone* em 1872 e *Yosemite* em 1890 – e na Europa – parques nacionais na Suécia em 1909 e o Parque dos Picos da Europa em Espanha em 1918 (Douglas & Wildavsky, 1982; Lima, 2002). Os primeiros acórdãos internacionalmente assinados por Portugal são também exemplo das preocupações ambientais, essencialmente preservacionistas na altura: a *Convention for the Preservation of Wild Animals, Birds and Fish in Africa*, assinada em 1900 e a *Convention Relative to the Preservation of Fauna and Flora in their Natural State*, assinada em 1933 (Soromenho-Marques, 2005).

Mas foi só a partir dos anos 70 que o movimento ambientalista adquiriu amplitude global, passando a abranger outras preocupações para além da preservação ambiental (Lima, 2002). Muito contribuíram para o crescimento do movimento a ocorrência de algumas catástrofes naturais, como por exemplo a desertificação do *Mid-West* norte-americano (Lima, 2002) ou o impacto da utilização de pesticidas, descrito no livro de R. Carson, *Silent Spring* (ver Douglas & Wildavsky, 1982). O envolvimento de cientistas (biólogos e ecologistas) nestes movimentos convenceu ainda mais o público a respeito do papel deletério que as atividades humanas poderiam ter no ambiente (Melo & Pimenta, 1993; Moscovici, 2002; Lima, 2002).

Muitas das associações ambientalistas da época adotaram posições contestatórias que podem ser consideradas como ‘contraculturais’ (Castro & Mouro, 2011; Læssøe, 2007; Melo & Pimenta, 1993). Este movimento opunha-se ao consumismo e aos riscos representados pelos desenvolvimentos tecnológicos, nomeadamente o nuclear (Beck, 1992). Foi durante esta fase de emergência da questão ambiental enquanto preocupação pública que foram criadas as primeiras organizações não-governamentais de proteção à natureza, como o WWF (*World Wild Found for Nature*) em 1961, o *Friends of the Earth* em 1970 e o *GreenPeace* em 1971 (Melo & Pimenta, 1993).

### **1.1.2 Institucionalização da questão ambiental**

Apesar de os argumentos ambientalistas contestarem os interesses industriais, bastante bem estabelecidos no século XX, eles foram gradualmente sendo legitimados por agências internacionais e institucionalizados. Em relação à mudança social ambiental, foi neste momento que ferramentas legislativas e organizações formais foram mais amplamente estabelecidas. A institucionalização da questão ambiental teve um importante impulso a partir da 1ª Conferência da ONU sobre o Ambiente, que em 1972 agregou 114 países para discutir questões ambientais e o desenvolvimento (Lima, 2002). A partir deste momento, diversos países entraram na fase de *institucionalização* da questão ambiental. Desde então foram assinados diversos acórdãos em outras cimeiras promovidas pelas Nações Unidas – em 1992 no Rio de Janeiro, em 2002 em Joanesburgo (Soromenho-Marques, 2005) e em 2012, novamente no Rio de Janeiro. Estes acórdãos estabeleceram princípios e regras que enquadraram o desenvolvimento de políticas e leis ambientais entre os países signatários (Obertür & Pallemartz, 2010). Consequentemente, fomentaram a criação, ao nível dos países, de ministérios, secretarias e associações com o objetivo de concretizar a promoção da sustentabilidade (Castro & Mouro, 2011; Lima, 2002).

Mas nem sempre a ratificação destes acórdãos – isto é, a sua passagem para o quadro legislativo nacional – acontece da mesma forma e ao mesmo tempo entre os diversos países signatários (Recchia, 2001). Dos 18 Estados democráticos que assinaram acórdãos internacionais entre 1976 e 1997 em matérias ambientais, os países nórdicos (Noruega e Suécia) foram os que mais ratificaram os acórdãos (14 dos 15 que assinaram). Entre os países que ratificaram menos acórdãos se encontram Portugal e Estados Unidos, que ratificaram 8 dos 13 e 6 dos 12 acórdãos que

assinaram, respetivamente. Apesar da pressão internacional para a proteção da natureza, ainda há muita variabilidade entre as condições disponíveis nos diferentes países para a implementação destes acórdãos. E mesmo quando eles são efetivamente ratificados, a mudança de comportamentos pode depender de muitas circunstâncias locais e culturais, como veremos de seguida.

### **1.1.3 Generalização da questão ambiental**

Depois de os argumentos para a mudança serem institucionalmente legitimados, entra-se numa fase em que as novas leis, bem como as novas ideias sobre as quais assentam, devem ser *generalizadas* entre os diversos grupos sociais através do debate público sobre estas ideias (Castro & Batel, 2008; Castro & Mouro, 2011). Nesta fase, “the legal innovations are proposed to society through media campaigns, plans and other incitements aimed at transforming ideas and coordinating them with practices” (Castro, 2012, p. 109). Especificamente em relação à mudança social ambiental, é nesta fase que as leis ambientais, inicialmente propostas abstratas de mudança de comportamentos, devem tornar-se concretas através da ação direta dos cidadãos, grupos e instituições sociais (Castro & Batel, 2008). Este processo envolve um forte elemento criativo na formulação de novas práticas sociais, à luz das novas diretrizes (Castro & Mouro, 2011), razão pela qual os sistemas de mediação adquirem especial importância neste processo (Castro & Batel, 2008; Castro & Mouro, 2011).

Mas apesar destes sistemas de mediação, e muitas vezes por causa deles (Castro & Batel, 2008), as leis demoram algum tempo até serem generalizadas. Isto porque:

The translation of generic laws to specific contexts gives local communities opportunities to affirm the generic importance of the laws while simultaneously attempting to transform them in some regard. This highlights how in their relationships with the law, people try to push and redefine the borders of what regulations allow. (Castro & Mouro, 2011, p. 371)

Neste sentido, os grupos sociais tentam negociar os limites de aplicação da nova lei, o que pode diminuir o ritmo da sua generalização. Este processo foi observado em relação à implementação das novas leis: para a utilização do espaço agrícola em zonas localizadas dentro da rede Natura 2000 (Castro & Mouro, 2011); e para a promoção da participação pública nas decisões relativas ao espaço público (Castro & Batel, 2008). Em ambos os casos foram identificadas formas de resistência subtil às novas leis: “these re-interpretations afford everyday opportunities for resistance, although

the resistance is usually subtle since the normative power of laws cannot be blatantly rejected” (Castro & Mouro, 2011, p. 365).

No que concerne à generalização das leis ambientais, houve um grande incremento na preocupação ambiental nos anos 80 em diferentes países (Dunlap, Gallup, & Gallup, 1993). Porém, os comportamentos não se modificaram ao mesmo ritmo, pelo que a literatura refere um *gap* entre as crenças e os comportamentos ambientais (Vining & Ebreo, 2002). Esta descoordenação entre o acordo geral com uma ideia, aliado à resistência à alteração concreta de comportamentos, é também descrita como um modo de resistência às novas normas (Castro & Batel, 2008; Castro & Mouro, 2011).

O facto é que atualmente grande parte dos países institucionalizou a questão ambiental, o que favorizou a generalização de uma *atitude positiva* face ao meio ambiente (Dunlap et al., 1993). O que não foi modificado na mesma medida foram os *comportamentos*. Estes elementos permitem-nos caracterizar a fase em que nos encontramos atualmente como sendo de *generalização* da questão ambiental, pois apesar da sua institucionalização, ainda existem resistências à efetiva modificação dos comportamentos. “Nous sommes au jour d’aujourd’hui une minorité du point de vue de la réalité et pourtant une majorité virtuelle du point de vue des idées: tout le monde est devenue écologiste, quoique peu adhérent au mouvement écologique” (Moscovici, 2002, p. 72). Apenas quando eventualmente as ideias e os comportamentos estiverem completamente alinhados, será alcançado o último estágio da mudança social normativa: a fase de *estabilização* (Castro, 2012).

Esta análise da mudança ambiental relaciona-se com o processo da mudança socioambiental no mundo. Vamos agora analisar como este processo ocorreu em Portugal e no Brasil.

## 1.2 Mudança socioambiental em Portugal

Considerando as três fases da mudança social *emergência*, *institucionalização* e *generalização*, o percurso da mudança socioambiental em Portugal não parece ter sido linear. Isto porque em vez de o debate ambiental amadurecer no sentido de uma progressiva institucionalização, o que se observou em Portugal foi a implementação de um quadro legislativo resultante de pressões internacionais, num primeiro momento, e europeias, num segundo momento (Baker, 2007; Melo & Pimenta, 1993;

Obertür & Pallemartz, 2010; Soromenho-Marques, 2005; Schmidt, 2003). A principal razão para a quase inexistência de um debate ambiental até os anos 70 relaciona-se com a eliminação, pelo Estado Novo, da liberdade de associação (Melo & Pimenta, 1993).

Isto não impediu que em 1948 fosse criada a Liga para a Proteção da Natureza (LPN). Esta associação, fundada por investigadores e universitários em linha com os movimentos conservacionistas internacionais dos anos 40, manteve um carácter essencialmente académico e científico (Melo & Pimenta, 1993). Foi apenas depois do fim do Estado Novo, em 25 de Abril de 1974, que o associativismo ambiental ganhou fôlego e começou a surgir em diversas frentes por todo o país. Mas a falta de experiência associativa resultava na falta de uma estruturação consistente destes movimentos, o que os levava a desaparecer rapidamente depois da sua criação (Melo & Pimenta, 1993). Esta situação inicial demonstra como o debate ambiental em Portugal era, até os anos 70, localizado e destituído de uma organização associativa sólida (Melo & Pimenta, 1993; Schmidt, 2003).

O primeiro ponto de viragem para o debate público sobre o meio ambiente em Portugal aconteceu com o convite para a participação portuguesa na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em 1972 em Estocolmo (Soromenho-Marques, 2005). Como parte da preparação da comitiva portuguesa nesta conferência, a Comissão Nacional do Ambiente (CNA) preparou no mesmo ano uma série documental dedicada ao meio ambiente e exibida em horário nobre da RTP: ‘Há só uma Terra’ (Schmidt, 2003). A importância desta série televisiva é salientada por Schmidt (2003) quando afirma que esta emissão “sustenta praticamente sozinha até 1974 a existência de um discurso ambientalista mediatizado em Portugal” (Schmidt, 2003, p. 394).

A partir de então, e quase em simultâneo com a criação das primeiras estruturas que tornavam o meio ambiente um “horizonte integrador de políticas públicas” (Soromenho-Marques, 2005), começam-se a sentir os efeitos da emergência dos argumentos ambientalistas na sociedade portuguesa. Os protestos públicos contra a instalação de uma central nuclear em Ferrel em 1976 (Melo & Pimenta, 1993) foram um marco da luta ambientalista em Portugal, sendo um dos poucos acontecimentos relacionados com o meio ambiente que na época tiveram cobertura jornalística na RTP (Schmidt, 2003). Curiosamente, os grandes avanços legislativos que o país fazia em termos de políticas ambientais não chegaram ao ecrã: “os próprios momentos altos

da produção legislativa sobre o ambiente não tiveram qualquer eco, e muito menos coincidem com os momentos de maior relevância atribuída pela RTP ao tema” (Schmidt, 2003, p. 423).

O segundo – e mais importante – ponto de viragem para o ambientalismo em Portugal foi a entrada para a Comunidade Europeia (CE) em 1986. Como resultado dos tratados ambientais de que é signatária, “there is probably no single government or other association of states with such a strong ‘constitutional’ commitment to sustainable development as the EU” (Baker, 2007, p. 304). A entrada de Portugal para a União Europeia (UE) significou, neste sentido, que os portugueses também passariam a reger-se pelo quadro legislativo da UE. E como parte deste quadro legislativo incluía preocupações ambientais, “the commitment to the promotion of sustainable development allows the European integration project to be presented as part of the construction of a new European identity” (Baker, 2007, p. 212). Durante os anos seguintes, observou-se uma forte aceleração dos dispositivos institucionais que permitiriam facilitar a implementação das políticas ambientais Europeias (Soromenho-Marques, 2005). Exemplo destes esforços foram as transcrições, para a legislação portuguesa, das diretivas europeias que regulam a gestão da água (Diretiva 98/15/EC), do ar (Diretiva 2008/50/EC), do ruído (Diretiva 2002/49/EC), dos resíduos (Diretiva 94/62/EC), das florestas (Diretiva 92/43/EC), dos impactos ambientais (Diretiva 2011/92/EU), entre outros tópicos.

Apesar de algumas dificuldades identificadas em relação à implementação da Lei de Bases do Ambiente (Schmidt, 1999), o impacto progressivo das leis ambientais ao nível dos comportamentos ambientais dos portugueses pode ser observado nas últimas décadas. Uma síntese de vários estudos do Eurobarómetro (Schmidt et al., 2011) demonstra que entre 1995 e 2009 o número de pessoas que afirmam reciclar cresceu em Portugal de 34% para 71%. Em termos de volume de lixo reciclado em Portugal, no mesmo período observa-se um crescimento de 1,495 toneladas em 1998 para 600,633 toneladas em 2009 (Ponto Verde, 2013). Ainda assim, os portugueses apresentam comportamentos pró-ambientais (ex.: reciclar, reduzir o consumo de energia, escolher meios de transporte amigos do ambiente, entre outros) mais baixos que a média europeia (Schmidt et al., 2011). Por outro lado, em termos globais, a recente crise económica tem sido utilizada pelo país como uma oportunidade para reduzir a dependência energética externa e, simultaneamente, aumentar a participação das renováveis na base energética nacional (Burck, Marten, & Bals, 2013). Como

resultado deste esforço, o *Climate Change Performance Index* (CCPI) – índice que compara países em função das suas emissões de carbono, eficiência energética, uso de energias renováveis e política climática – coloca Portugal na 3ª posição entre os 58 países responsáveis por mais de 90% das emissões globais de carbono (Burck et al., 2013).

Estes dados sugerem que os portugueses têm vindo a mobilizar-se gradualmente para a questão ambiental, embora com um atraso de algumas décadas em relação a outros países europeus (Lima, 2002; Lima & Guerra, 2002). Quando os dados portugueses do meio ambiente do *International Social Survey* são comparados com outros países europeus (Espanha, Alemanha e Grã-Bretanha) percebe-se que os portugueses tinham, em princípios do século XXI, atitudes ambientais mais antropocêntricas, e uma mobilização política relativamente mais fraca em comparação com os três países referidos (Lima & Guerra, 2002).

Conclui-se a partir do que foi acima exposto, que Portugal se encontra numa fase de *generalização* das normas ambientais. As leis ambientais têm sido alteradas mais por pressões externas que por pressões ambientalistas internas, sendo notório que o país vive grandes mudanças em termos de comportamentos pró-ambientais (Ponto Verde, 2013; Schmidt et al., 2011) apesar de ainda apresentar fracos níveis de mobilização política para a mudança ambiental (Lima & Guerra, 2002).

De seguida vamos analisar como as leis ambientais internacionais modificaram a sociedade brasileira.

### **1.3 Mudança socioambiental no Brasil**

Tal como em Portugal, o processo de mudança social ambiental no Brasil foi mais o resultado de pressões externas do que do amadurecimento, ao nível da sociedade, do debate ambiental. A pressão internacional para a adoção de leis ambientais mais exigentes, associada às prioridades internas – ligadas ao desenvolvimento económico – contribuíram para uma situação em que as instituições e as leis ambientais têm poder limitado.

Tal como aconteceu em Portugal, o primeiro passo concreto do Brasil para a institucionalização da questão ambiental foi a participação na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (1972) (Ferreira, 1998; Ferreira & Tavolaro, 2008). A delegação brasileira liderou a polémica posição dos chamados

países do Terceiro Mundo, que defendiam que “o crescimento económico não deveria ser sacrificado em nome de um ambiente mais puro” (Ferreira, 1998, p. 81). A questão ambiental encobria na verdade uma desigualdade ainda mais fundamental entre os países desenvolvidos e aqueles em vias de desenvolvimento (Guimarães, 1991): os últimos defendiam que não poderiam ser responsabilizados da mesma maneira que os primeiros pela degradação ambiental. A delegação brasileira defendia ainda que, caso fossem mal definidos, os objetivos ambientais globais poderiam representar uma ameaça à soberania nacional (Ferreira, 1998). Esta posição relaciona-se sobretudo com a ênfase desenvolvimentista dos governos militares no Brasil (1964-1985) que, ao privilegiar sistematicamente o crescimento económico, atribuíam à questão ambiental um papel apenas figurativo. Por exemplo, segundo a representação brasileira tornada pública na Conferência das Nações Unidas em 1972 “a ausência de leis, normas ou regras de organização do espaço de constituição da política ambiental brasileira, aliada à desvalorização brutal da mão-de-obra nacional no mercado de trabalho mundial, constituíram-se nos *trunfos* com os quais o Brasil se posiciona na geopolítica internacional” (Ferreira, 1998, p. 84, *itálicos adicionados*). Esta ênfase desenvolvimentista, em detrimento do meio ambiente físico e social, resultou, por exemplo, na profunda poluição da cidade de Cubatão que foi nos anos 80 considerada a cidade mais poluída do mundo (Beck, 1992). No excerto abaixo pode-se observar quais eram as prioridades dos governos brasileiros nesta época:

The history of the dirtiest town in the world began in 1954, when Petrobrás, the Brazilian oil company, selected the coastal marsh as the site for its refinery. Soon Cosipa, Brazil’s largest steel concern, and Copebras, a Brazilian-American fertilizer company, arrived, followed by multinationals like Fiat, Dow Chemical and Union Carbide. It was the boom phase of Brazilian capitalism. The military government invited foreign enterprises to produce environmentally harmful products there. “Brazil can still afford to import pollution”, boasted Planning Minister Paulo Velloso in 1972, the year of the environmental conference in Stockholm. Brazil’s only ecological problem was poverty, he claimed (Beck, 1992, p. 43).

A conferência de Estocolmo impulsionou a institucionalização da questão ambiental, sendo criada no ano seguinte a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Esta secretaria era a divisão do Ministério do Interior especializada nos assuntos ambientais. Mas a sua criação em resposta a uma situação emergencial “teria

um efeito duradouro tanto sobre o senso de propósito dos seus membros como em sua efetividade na implementação das políticas ambientais” (Ferreira, 1998; p. 83). O funcionamento desta secretaria demonstrou, desde o princípio, o caráter essencialmente retórico que teriam as instituições públicas ambientais no Brasil nos próximos anos (Ferreira & Tavolaro, 2008).

Mas o acolhimento pelo Brasil da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) em 1992 teria um impacto positivo na disseminação das preocupações ambientais no país. O então presidente Fernando Collor (1990-1992) adotou uma estratégia considerada ambientalista em relação aos governos anteriores. Criou uma nova Secretaria do Meio Ambiente com *status* ministerial e nomeu José Lutzenberger – ativista fundador da primeira associação ambientalista brasileira – como dirigente. Esta reviravolta ambientalista não era desprovida de fins económicos uma vez que Collor tinha o objetivo de “ganhar a confiança da opinião pública dos europeus e norte-americanos para o seu programa económico, que requeria como um dos seus elementos cruciais a vinda de novos investimentos ao país” (Ferreira, 1998, p. 15). Também é importante salientar que a preocupação dos governantes com o desenvolvimento económico refletia a preocupação da população em geral com a estagnação económica vivida na época: a preservação ambiental era considerada um obstáculo ao desenvolvimento económico (Ferreira & Tavolaro, 2008).

Mas esta viragem ambientalista do governo Collor parece ter sido temporária. Nos governos seguintes, a preocupação ambiental nunca deixou de ocupar um papel subalterno em relação a outras políticas mais centrais. O ministério do Meio Ambiente, criado pelo governo de Itamar Franco (1992-1994), focava a sua ação exclusivamente na conservação de espécies animais e vegetais, abandonando a gestão de outras questões sociais que envolvessem dinâmicas sociais ou económicas – tanto a nível federal quanto estadual – o que acabou por restringir o poder de ação deste ministério (Ferreira, 1998; 2000). Observa-se assim que “há no Brasil uma grande diferença entre a realidade e a retórica traduzida numa legislação ambiental que acompanha a experiência internacional e possui novos instrumentos extremamente sofisticados. Entretanto, as condições de real aplicação são ainda extremamente restritas” (Ferreira, 1998, p. 107).

Apesar da contínua falta de relevância que o meio ambiente teve a nível federal, o retorno do Brasil à democracia em 1985 em conjunto com a nova Constituição, que

entrou em vigor em 1988, acabaram por ter influências muito positivas para o meio ambiente. Por um lado, o meio ambiente passa a receber maior importância legal, o que pode ser observado pela dedicação de um capítulo inteiro da Constituição ao meio ambiente. Por exemplo, o governo passa a ser o responsável pela fauna e pela flora nacionais, bem como pelo controlo da produção, comercialização e uso de substâncias nocivas ao meio ambiente. São definidas as zonas de reserva nacional bem como as situações de obras que requerem relatórios de impacto ambiental (Guimarães, 1991).

Além disto, a Constituição de 1988 concedeu uma maior autonomia fiscal e administrativa ao poder local, ou seja aos municípios (Ferreira, 1998; 2000). Como o meio ambiente envolve a gestão de problemas mais evidentes ao nível local, próximos dos cidadãos, esta mudança permitiu melhorar a gestão dos recursos ambientais de forma integrada, aliando a participação cívica ao desenvolvimento socioeconómico (Ferreira, 2000). No nível local, a gestão ambiental passou a envolver um crescente número de associações e Organizações Não-Governamentais (ONGs) que passaram, desde então, a constituir um importante canal de comunicação e participação democrática ao nível dos municípios, especialmente no sul e no sudeste do país (Ferreira, 2000).

As ONGs foram portanto um importante instrumento de ação ambiental no Brasil. Este movimento teve como marco inicial a criação, em 1971, da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Esta associação surgiu num momento de grande agitação política e reação contra a ditadura militar, que era cada vez menos popular. Inspiradas pela AGAPAN, outras associações começaram a surgir nos meios urbanos do sudeste e sul do Brasil, sempre com o intuito de denunciar atos de degradação ambiental e fomentar a consciência ecológica junto a comunidades locais (Ferreira & Tavolaro, 2008). No fim dos anos 70 o movimento ambientalista já estava melhor organizado para poder sustentar campanhas de consciencialização ambiental a nível regional, como por exemplo contra a construção da barragem das Sete Quedas e contra a desflorestação da floresta Amazônica (Ferreira & Tavolaro, 2008).

A disseminação dos argumentos ambientalistas na esfera pública brasileira conduziu a mudanças tanto em termos de atitudes quanto de comportamentos ambientais. Os dados brasileiros do *World Values Survey* (WVS, 2013) mostram um incremento significativo entre as atitudes ambientais identificadas em 1989 e em 2005. Apesar desta mudança ao nível das atitudes, a mudança em termos de

comportamentos não é clara. O país apresenta uma boa posição em índices internacionais de reciclagem e uso de recursos ambientais – o que *não* resulta diretamente de mudanças implementadas ao nível societal com o objetivo de melhorar a gestão ambiental, mas sim de outros fatores estruturais que serão esclarecidos de seguida.

O Brasil é um país que apresenta, globalmente, altos índices de sustentabilidade, ocupando a 3ª posição entre 17 países acompanhados pelo Greendex (2012) em termos de emissões oriundas da habitação, transporte, consumo e alimentação. Além disto, os índices de reciclagem de materiais como alumínio, metal e papel são dos mais altos do mundo (ver Tabela 1).

Tabela 1. *Percentagens do total de resíduos descartados que é reciclada, por material (IBGE, 2002, 2012).*

	Alumínio	Papel	Vidro	Embalagens PET
1992	50	39	25	-
2000	78	38	41	26
2009	98	46	48	57

Apesar do excelente desempenho na reciclagem de resíduos, apenas 19.5% dos municípios brasileiros dispunham de serviço de recolha seletiva em 2009 (IBGE, 2012). Estes dados levam-nos a questionar de que maneira o país alcança tão bons índices de reciclagem. O facto é que o sucesso da reciclagem no Brasil não resulta diretamente da implementação de políticas nacionais, mas da iniciativa de trabalhadores catadores<sup>2</sup> que, isoladamente ou através de cooperativas, na rua ou junto a estações de tratamento de resíduos, são responsáveis pelo processamento de quase todo o lixo que é reciclado no Brasil (Portal Brasil, 2012). A reciclagem no Brasil acontece com base no mercado de materiais reciclados que, ao valorizar alguns materiais em detrimento de outros (ver Tabela 1) acaba por gerar desigualdades no

---

<sup>2</sup> Catadores de materiais recicláveis são conhecidos no Brasil como trabalhadores informais (isto é, não são contratados pelas empresas de limpeza urbana) que recolhem, separam e comercializam materiais recicláveis. Estes trabalhadores autónomos têm recentemente alcançado maior reconhecimento e a formalização da sua categoria de trabalho através do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR, 2014).

tratamento de resíduos. Especificamente, os materiais com maior valor de mercado (ex.: alumínio ou embalagens PET) são mais reciclados que aqueles materiais com menor valor de mercado (ex.: papel).

Um outro índice que ajuda a melhor compreender este posicionamento contraditório do país em termos de sustentabilidade é o CCPI (Burck et al., 2013), que foi acima utilizado para apresentar a performance portuguesa. Neste índice, o Brasil é classificado na 36<sup>a</sup> posição entre 58 países. Portanto, apesar de demonstrar bons índices em algumas áreas – como a produção de energia hídrica ou a reciclagem – o país parece ter desenvolvido pouco os mecanismos legislativos para implementar políticas de proteção ambiental e redução das mudanças climáticas.

Em síntese, a partir do que foi acima exposto, observamos que o Brasil passou por um estágio onde as preocupações da comunidade internacional acerca das questões ambientais foram institucionalizadas. Esta institucionalização não alcançou, no entretanto, o mesmo grau de implementação atingido por Portugal com o impulso da UE. Isto porque muitos dos canais institucionais necessários para a implementação dos instrumentos legislativos ambientais são pouco eficazes (Ferreira, 1998). Mesmo que o Brasil tenha ratificado muitos acordos ambientais com que se comprometeu internacionalmente, o facto é que estas leis tiveram um impacto sobretudo retórico. Mas a aparente desconexão entre as políticas ambientais e as questões socioeconómicas ao nível do governo federal, foi até certo ponto colmatada pela ação de ONGs, a partir da Constituição de 1988, ao nível dos municípios (Ferreira & Tavolaro, 2008; Ferreira, 2000; 1998).

Agora que revimos brevemente como aconteceu o processo de mudança social a partir das normas ambientais internacionais em Portugal e no Brasil, serão analisadas em maior detalhe as semelhanças e diferenças entre os dois países.

#### **1.4 Diferenças e semelhanças entre a mudança socioambiental portuguesa e brasileira**

Na apropriação das normas ambientais internacionais, Brasil e Portugal partilham semelhanças que vão além da sua história colonial comum. Ambos os países passaram por períodos ditatoriais no último século que influenciaram profundamente o modo como vivenciaram a mudança socioambiental. Por outro lado, Portugal teve a sua acomodação às novas leis ambientais acelerada pela sua entrada

na CE em 1985 (Soromenho-Marques, 2005), ao mesmo tempo em que o Brasil tentava a todo custo desenvolver-se economicamente para suprir as necessidades da sua grande população carenciada (Ferreira & Tavolaro, 2008). Vamos analisar de seguida como é que estas diferenças e semelhanças se relacionam com a forma como cada país internamente se apropriou das mudanças normativas acordadas internacionalmente.

#### **1.4.1 Semelhanças**

Na sua história recente, ambos os países passaram por períodos de ditadura – Portugal entre 1933 e 1974 e o Brasil entre 1964 e 1988 – que implicaram limitações dos direitos civis, incluindo as liberdades de expressão e de associação. Estas restrições continuadas ao longo de muitos anos conduziram estes países a um *deficit* nos níveis de participação pública, mesmo depois do fim das respetivas ditaduras, que pode ter comprometido a difusão das ideias ambientais entre os anos 70 e 90.

É por esta razão que tanto no Brasil como em Portugal as mudanças institucionais e legais que aconteceram entre os anos 70 e 80 devem-se mais à pressão externa que à ação interna de grupos ambientalistas. No caso do Brasil, a pressão externa parece ter sido ainda mais ativa em função da grande reserva de biodiversidade que o país ainda hoje detém (Ferreira, 1998).

#### **1.4.2 Diferenças**

As diferenças entre Portugal e Brasil estão relacionadas com a posição geopolítica que os dois países ocupam a nível mundial. Ao mesmo tempo que Portugal passava a fazer parte da CE nos anos 80, o Brasil acolhia novamente a democracia, mas imerso numa grave crise económica.

Em Portugal, a institucionalização da questão ambiental teve início mesmo antes da conferência de Estocolmo em 1972 (Melo & Pimenta, 1993; Soromenho-Marques, 2005). Mas as mudanças institucionais necessárias para aplicar as legislações ambientais só foram aceleradas aquando da integração do país na CE (Soromenho-Marques, 2005). A transposição das normas europeias ambientais para o direito português determinou, num período inicial, uma grande produtividade legislativa neste domínio (Melo & Pimenta, 1993). Posteriormente, a partir dos anos 90 foram inúmeras as diretivas-quadro europeias que foram transpostas para o quadro legal português, como por exemplo a diretiva número 94/62/EC que regula a

produção e gestão de embalagens, ou a diretiva número 2009/147/EC que estabelece a preservação de aves silvestres. Neste sentido, a integração na CE foi muito positiva para a preservação do meio ambiente em Portugal.

Além das mudanças ao nível das leis, mecanismos conhecidos como *soft laws* – utilizados na Europa como um todo e em Portugal em particular – foram amplamente utilizados para a implementação de políticas ambientais (von Stein, 2008). Estes mecanismos não obrigam diretamente mas claramente estimulam os Estados-membros a alinharem gradualmente as suas políticas através de guias de boas práticas, recomendações ou códigos de conduta (Frykman & Mörth, 2006). A combinação da antiguidade da implementação das leis ambientais europeias, associada à exposição a iniciativas oriundas em *soft laws*, contribuíram para a expansão de mudanças sociais ambientais entre os diferentes Estados-membros europeus (Castro, 2014; Mouro, Castro, Kronberger & Baltazar, 2013). Como evidências destas mudanças sociais promovidas por leis, aqueles cidadãos de países que fazem parte da UE há *menos* tempo estão mais a favor da energia nuclear e menos a favor das energias renováveis. Estes cidadãos estão também menos interessados e conscientes sobre os problemas ambientais e apresentam maior confiança nas futuras soluções tecnológicas para o meio ambiente (Mouro et al., 2013). Estes resultados são importantes para compreender a componente temporal de uma mudança que teve início ao nível formal e que, gradualmente, alterou o tecido social ao ponto de modificar o posicionamento de nações inteiras.

Já no Brasil, a questão ambiental ocupa uma posição secundária relativamente a outras questões mais estratégicas para o governo, como o crescimento económico e o desenvolvimento social. Se ao nível federal a questão ambiental é subordinada a outras questões de estratégia nacional (Ferreira & Tavolaro, 2008), isto não acontece ao nível local. A concessão de maior autonomia aos estados e municípios, a partir da Constituição de 1988, acabou por ter um impacto muito positivo num primeiro momento em termos de participação democrática, e, num segundo momento, em termos de gestão ambiental (Ferreira, 2000). Ao nível dos municípios, como as questões são tratadas de modo mais concreto e próximo dos cidadãos, e as relações entre os três pilares da sustentabilidade (social, económico e ambiental) são mais facilmente estabelecidas, o que acaba por reforçar a consciência ambiental a nível local.

Em suma, mostramos como as estratégias nacionais para o meio ambiente talvez não estejam entre as principais razões para o sucesso do Brasil em indicadores internacionais como o Greendex (2012). O facto de as altas taxas de reciclagem no Brasil serem, em grande parte, responsabilidade da categoria dos ‘catadores’ de materiais recicláveis demonstra como este sucesso é mais resultado de esforços descentralizados e localizados que de uma estratégia coordenada para a sustentabilidade. Mesmo assim, a gestão ambiental no Brasil mostra como algumas vezes a inovação normativa, como foi o caso da Constituição de 1988, pode ter efeitos positivos que não foram inicialmente planeados.

### **1.5 Síntese**

Analisámos neste capítulo como é que a preocupação ambiental foi difundida entre as sociedades portuguesa e brasileira. Ambos os países partem de um conjunto de normas e leis internacionais semelhante. Mas além destas normas ambientais internacionais, Portugal adotou inúmeras diretivas europeias enquanto Estado-membro da UE.

Apesar de o debate ambiental ter sido institucionalizado tanto no Brasil quanto em Portugal, as instituições e leis ambientais foram melhor estabelecidas em Portugal em comparação ao Brasil. Como parte da preparação para a sua integração na CE em 1986, Portugal implementou reformas institucionais que agilizaram a gestão ambiental no país. Desde então, o país transpôs muitas diretivas europeias para o seu quadro legislativo nacional.

No Brasil, apesar de a questão ambiental ter sido institucionalizada, sucessivos governos têm-na desconectado de outras questões igualmente relevantes para uma gestão ambiental bem-sucedida, tais como a económica e a social. Se esta estratégia não foi positiva para o meio ambiente ao nível federal, ao nível local ela passou a ser facilitada a partir da Constituição de 1988. Como resultado da concessão de uma maior flexibilidade administrativa aos municípios, a gestão ambiental local passou a tomar contornos interdisciplinares e mesmo de participação popular (Ferreira, 2000).

A apropriação, por parte dos países signatários, das normas internacionais sobre o meio ambiente reflete uma situação externa e uma interna. A externa pode ser caracterizada pelo modo como um país responde aos apelos normativos internacionais, como vimos ao longo deste capítulo. A situação interna é caracterizada

pelas expectativas dos governantes a respeito de como a opinião pública compreende a questão ambiental (Bertoldo et al., 2012). Neste sentido, as representações sociais partilhadas sobre o meio ambiente são centrais para percebermos em que momento da mudança socioambiental se encontra uma sociedade: se as preocupações ambientais são pensadas como uma realidade, ou se ainda são contestados enquanto argumentos de um debate social. Passamos a analisar a partir do próximo capítulo como é que as representações sociais podem ser úteis para compreender este processo de mudança social no âmbito ambiental, ou seja, como é que as representações sociais ambientais mudam em resposta a normas formais, e vice-versa.

## **Capítulo 2**

---

### **Dinâmicas Sociais e Representações Sociais**

## 2.1 Apresentação do capítulo

Como vimos no capítulo anterior, os acordãos internacionais para a proteção ambiental levaram países como Portugal e Brasil a modificar estruturas de governo e a aprovar instrumentos legais que favoreceram uma gestão ambiental mais sustentável. Estas alterações legais e institucionais influenciam realidades sociais para além das normas formalmente aprovadas, e que incluem a relação concreta e simbólica dos cidadãos com o ambiente (Buijs et al., 2012; Mouro et al., 2013).

O conceito de representações sociais tem sido muito útil para compreender os processos de mudança social, sejam eles motivados por inovações científicas, de costumes ou legais (Castro, 2012; Vala & Castro, 2013). Neste capítulo, o conceito de representações sociais será primeiro apresentado enquanto produto da socialização do conhecimento, que acontece na passagem de ideias do universo reificado, formal e especialista, para o universo consensual, informal e leigo. De seguida, serão abordadas as formas através das quais este conhecimento é *produzido* – através dos processos psicossociais de ancoragem e objetivação – e passa a *circular* na sociedade – por meio da difusão, da propagação e da propaganda. Como é o desacordo que está origem do debate social, é natural que os diferentes grupos sociais apresentem versões diferentes do objeto social também em função da relação que estabelecem entre si. Neste sentido, as representações podem ser hegemónicas, polémicas ou emancipadas.

## 2.2 Origem do conceito

O conceito de representações sociais foi inicialmente proposto por Moscovici (1961/1976) para explicar o fenómeno moderno de apropriação coletiva dos novos conhecimentos e conceitos produzidos pela ciência. Para demonstrar o conceito, o autor estudou a circulação de conhecimentos sobre a psicanálise em diferentes meios da sociedade francesa dos anos 50.

O conceito de representações sociais baseou-se originalmente no conceito de representações *coletivas*, proposto por Durkheim como “la façon dont le groupe se pense dans ses rapports avec les objets qui l’affectent” (Durkheim, 1894/2013). Ainda a respeito das representações coletivas, Moscovici (2001) propõe que “by worshipping them (representations), society unwittingly worships itself through interposed divinities, thus binding its members and leading them to act together. In

that sense, these representations stand for and act for society” (Moscovici, 2001, p. 23). Estas ideias coletivas são portanto suficientemente sólidas e estáveis para assegurar a estabilidade de conjuntos sociais. Parte da sua estabilidade vem do facto de que elas formam uma rede de significados que existe independentemente dos indivíduos:

L’indépendance, l’extériorité relative des faits sociaux par rapport aux individus est même plus immédiatement apparente que celle des faits mentaux par rapport aux cellules cérébrales (...). En effet, si l’on peut contester peut-être que tous les phénomènes sociaux, sans exception, s’imposent à l’individu du dehors, le doute ne paraît pas possible pour ce qui concerne les croyances et les pratiques religieuses, les règles de la morale, les innombrables préceptes du droit, c’est-à-dire pour les manifestations les plus caractéristiques de la vie collective (Durkheim, 1898/2006).

De acordo com Moscovici (1961/1976), se estas representações coletivas eram, no passado, bastante estáveis no tempo, amplamente partilhadas, e fundamentais para a existência tanto das sociedades como das instituições que as regulavam – tais como ‘Deus’, ‘morte’ ou ‘tempo’. Moscovici, por outro lado, interessou-se por *dinâmicas* sociais específicas das sociedades do século XX. Interpelava-o mais a mudança, a complexidade e a heterogeneidade das representações que circulavam nas sociedades modernas, do que a estabilidade, e a homogeneidade das representações existentes em sociedades tradicionais. Esta mudança de um conceito estático para um conceito dinâmico aconteceu através do reconhecimento, por Moscovici, do papel substancialmente ativo dos indivíduos e grupos sociais na construção do significado nas sociedades modernas, em contraste com o papel passivo que lhes era atribuído por Durkheim. É por isto que Moscovici não utiliza o conceito de representação *coletiva*, mas de representação *social*.

Apesar das diferenças atrás referidas, o interesse de Moscovici pelo estudo do conhecimento social aproxima-se muito do de Durkheim: demonstrar a racionalidade e a inteligência do senso comum (Moscovici, 2001). Neste sentido, Moscovici reitera o axioma básico durkheimiano de que “all that is rational is social and all that is social, is rational” (Moscovici, 2001, p. 24). Esta conceção sobre o pensamento social possibilitou um novo olhar sobre o senso comum, mais adaptado aos fenómenos modernos. O estudo das representações sociais fez emergir um produtivo campo de estudos dentro da psicologia social nas áreas da saúde, psicologia comunitária,

educação, meio ambiente, entre outros (ver Vala & Castro, 2013). Apresentarei de seguida os conceitos e processos básicos desta abordagem.

### 2.3 O que é uma representação social?

A resposta a esta questão exige mais que uma simples definição. Trata-se antes de uma *abordagem* em que as representações sociais são um dos conceitos de uma teoria do conhecimento social (Castro, 2002). A proposta de Moscovici (1961/1976) era a de que as representações sociais fossem um conceito integrativo para a psicologia social, numa época em que a disciplina carecia de um quadro teórico que agregasse as diversas microteorias que surgiam na época (Moscovici, 2001). Neste sentido, propôs que a psicologia social se concentrasse no estudo de como novos elementos culturais, sejam eles originários das ciências, de novos hábitos ou das leis “turn into common knowlegde or lay knowledge: in short, show how (these new elements) manage to become part of our cultural heritage, of our thinking, of our language, and daily practices (p. 10). E como o processo de mudança social é um processo complexo, cujo estudo seria dificilmente possível através de um simples conceito, Moscovici (2001) faz, através da abordagem das representações sociais, uma proposta explicativa da mudança social que integra vários diferentes de conceitos da psicologia social (como opiniões ou atitudes), localizados em diferentes níveis de análise (individual, grupal e societal).

Moscovici (1961/1976) define as representações sociais como “une modalité de connaissance particulière ayant pour fonction l’élaboration des comportements et la communication entre individus” (p. 26). Portanto, uma representação social é socialmente elaborada, partilhada, e serve de base à comunicação interindividual.

Esta tarefa é tanto *motivada* por outros membros de um grupo ou coletividade – pois se algo é novo e interessa a toda a gente, deve ser mesmo interessante – quanto *possibilitada* por estes membros – fonte de pedaços e fragmentos de conversa, de opiniões e posições que permitem aos indivíduos compor um quadro de referência sobre o objeto em questão. A curiosidade aguçada por novos objetos só não é maior que a vontade de interagir com outros membros do grupo. Portanto, o indivíduo tenta conhecer o objeto, pelo menos o suficiente para se posicionar sobre o assunto entre os seus pares, entre os quais apresenta “des fragments de dialogue, des lectures

discontinues, des expressions entendues ailleurs reviennent à l'esprit des interlocuteurs, se mêlent aux impressions qu'ils ont" (Moscovici, 1961, p. 51).

As representações sociais são assim o resultado de tentativas *coletivamente* empreendidas para atribuir sentido ao desconhecido, com base num repositório de conceitos e ideias partilhadas por uma comunidade. As representações sociais são, neste sentido, o conhecimento resultante das tentativas conjuntas de se compreender objetos pouco conhecidos, e em princípio amedrontadores. Até que “custom makes monsters familiar” (Moscovici, 2001, p. 20).

Portanto, quando as coletividades se defrontam com novidades, elas produzem representações sociais. Estas novidades não se limitam às inovações científicas, como havia sido inicialmente proposto por Moscovici (1961/1976), mas incluem também mudanças no conhecimento social iniciadas por todos os outros sistemas sociais (Vala & Castro, 2013) como o legislativo (Castro, 2012) ou eventos históricos (Kus, Liu, & Ward, 2013). As mudanças sociais de onde as representações sociais podem ter diferentes origens, entre as quais, a ciência.

E as representações sociais seriam desta forma as *mediadoras* entre o universo de onde estas mudanças emergem (ex.: o universo legal ou o científico) e o universo do homem da rua, “bridging the ‘gap’ by transforming expert knowledge into hybrid forms drawing on both science and the life world” (Bauer & Gaskell, 1999, p. 166). Estes dois mundos, ou universos, referem-se, de acordo com a proposta acima, a diferentes formas de conhecimento que apresentarei a seguir.

## **2.4 Universo reificado e consensual**

Moscovici (1961/1976) propôs inicialmente dois tipos ou esferas comunicativas: os universos consensual e reificado. Estes dois universos, ou contextos de conhecimento, referiam-se respetivamente aos domínios das *representações sociais* e das *ciências*. Além de distinguirem formas diferentes de se lidar com a informação, estes dois universos implicam organizações sociais e normas qualitativamente diferentes.

No universo *reificado*, da ciência, o mundo é compreendido enquanto sistema de objetos isolados e categorias abstratas, vazias de identidade. Neste universo, a comunicação é transformada em regras e procedimentos formais: “all truth is confirmed by its conformity to prescribed procedures and terminology. Rules are

trusted, not persons” (Moscovici, 1988, p. 233). A informação é, neste sentido, organizada num conjunto coerente de conhecimentos. Neste universo, os especialistas são a fonte de conhecimento, sendo submetidos à regulamentação e hierarquia, da mesma forma que a informação que é por eles comunicada. As pessoas são aqui diferenciáveis em função do seu estatuto, adquirido a partir de sistemas formalizados de educação (Moscovici, 2003). Fala-se de um conhecimento frio, despersonalizado, em contraste com o conhecimento quente e socialmente relevante do universo consensual. Apesar de ter sido inicialmente associado ao mundo científico, proponho que o universo reificado pode referir-se a outros meios de produção de conhecimento formalizado, tal como o universo legislativo. Neste universo, os juristas, constitucionalistas ou advogados poderiam ser considerados como especialistas, e as instituições encarregues da política pública – ministérios, câmaras, tribunais, entre outras – seriam considerados os ambientes estruturados onde os indivíduos desempenham os seus papéis.

O universo *consensual*, por outro lado, agrega o senso comum produzido e partilhado pelo ‘homem da rua’. O conhecimento apropriado por este universo é revestido por um sentido social baseado em valores socialmente partilhados. Em contraste com o universo reificado, aqui o pensar “é feito em voz alta. Ele se torna uma atividade ruidosa, pública, que satisfaz a necessidade de comunicação e com isso mantém e consolida o grupo” (Moscovici, 2003, p. 51). Aqui a partilha da informação é desorganizada, casual e obedece mais a leis e regras do convívio informal do que a normas ditadas pelo quadro formal científico. O nível máximo de institucionalização que este universo pode atingir é representado por associações, clubes e bares (Moscovici, 2003). As pessoas que compõem este universo são “iguais e livres, cada um com possibilidade de falar em nome do seu grupo e sob o seu auspício” (Moscovici, 2003, p. 50). As competências que sustentam as opiniões destas pessoas não são resultado de uma educação formal, mas são adquiridas em função da circunstância – como por exemplo alguém que entre amigos explica o mecanismo de ação de uma nova doença tropical porque o ‘meu pai é médico’ ou ‘ouvi dizer que’. Mesmo que não formalmente habilitada para emitir qualquer parecer técnico dentro de um universo reificado (num hospital, por exemplo) esta pessoa poderia ser uma fonte de informação, informalmente adquirida, para os seus colegas de trabalho.

A informação que circula em cada um destes universos deve respeitar algumas *regras*. As normas válidas para as comunicações dentro do universo reificado –

estrutura, formalidade e impessoalidade – não se aplicam a um universo consensual – casualidade, informalidade e particularidade individual. O conhecimento científico, em princípio formatado pelas regras do universo reificado, é adaptado e reajustado para fazer sentido dentro do quadro de referências de valores e normas sociais vigente numa sociedade. O trabalho das normas e valores sociais sobre o conteúdo das representações foi constatado por Moscovici (1961/1976) quando observou que o conceito de *libido*, central para a compreensão dos mecanismos inconscientes, não fazia parte da representação social da psicanálise, pois não se conformava às normas sociais vigentes nos anos 60. Portanto, sempre que um novo objeto é apropriado pelo universo consensual, ele é sujeito ao trabalho das normas sociais ao nível do seu conteúdo.

Em suma, a apropriação dos conceitos psicanalíticos que circulam na esfera científica (universo reificado) pelo senso comum (universo consensual) foi o objeto de interesse de Moscovici em 1961. Esta apropriação implica também dois processos sociocognitivos distintos: a ancoragem e a objetivação.

## **2.5 Ancoragem e a objetivação**

O pensamento social opera de duas maneiras complementares para tornar familiar aquilo que é desconhecido: classificando os novos objetos a partir de categorias já existentes (ancoragem) e, simultaneamente, lhes atribuindo realidade através da sua associação a objetos concretos (objetivação).

O primeiro destes processos, a *ancoragem*, corresponde à classificação e nomeação de uma nova ideia ou objeto a partir de um quadro de referência já existente. Quando o novo objeto é classificado e nomeado, ele adquire um sentido correspondente à categoria na qual passa a estar ancorado. Portanto, “o que é social neste processo é a escolha das categorias para a ancoragem, ou a escolha dos conteúdos, que é determinada pelo grupo” (Vala & Castro, 2013, p. 588). Esta escolha determina em grande medida o sentido que será atribuído à nova ideia ou objeto. Classificar uma nova ideia ou objeto como normal ou aberrante revela o posicionamento do grupo. “É isso que está em jogo em todas as classificações de coisas não-familiares – a necessidade de defini-las como conformes, ou divergentes, da norma” (Moscovici, 2003, p. 65). Como exemplo de como este processo acontece na prática Castro e Gomes (2005) demonstraram como o posicionamento das notícias

portuguesas sobre os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) dependia, em grande medida, das categorias em que a nova tecnologia ancorava. Quando os OGM ancoravam nas áreas da saúde e da medicina, as notícias comunicavam um posicionamento favorável, referindo-se à tecnologia como progresso ou ciência. Já quando os OGM ancoravam em áreas ligadas à agricultura e à produção de alimentos, as notícias adotavam um tom negativo, referindo-se à tecnologia enquanto ideologia ou não natural. Este exemplo mostra (1) como a compreensão de novos objetos depende da sua classificação a partir de categorias *já existentes* e (2) o facto de os classificar numa categoria ou noutra revela o posicionamento em relação ao objeto e o valor que lhe será atribuído.

O segundo processo, a *objetivação*, é o que permite concretizar, tornar real, esquemas ou conceitos inicialmente abstratos. Quando as representações adquirem materialidade, elas “tornam-se expressões de uma realidade pensada como natural” (Vala, 2000, p. 465) e, quando as representações são materializadas, elas tornam-se inquestionáveis. As imagens selecionadas, e que podem ser representadas, são integradas como parte de um núcleo figurativo, que se refere a uma imagem que reproduz visivelmente um complexo de ideias. Desta forma, Moscovici (2003) descreve a forma como a psicanálise foi reproduzida de forma visual pelo senso comum: a psique é dividida em dois “o inconsciente e o consciente (...) localizados no espaço um sobre o outro. Acontece assim que o mais alto exerce pressão sobre o que está abaixo e esta ‘repressão’ é o que dá origem aos complexos” (p. 72). Daí que os termos que são visualmente representados são também aqueles que são mais conhecidos e mais facilmente empregues no quotidiano (Moscovici, 2003, 2000).

Mas nem todas as ideias associadas a um novo objeto são tornadas reais: “seja porque não existem imagens suficientes facilmente acessíveis, *seja porque as imagens que são lembradas são tabus*” (Moscovici, 2003, p. 72). Por exemplo, a noção de libido, já referida acima, não fazia parte da representação da psique humana dos franceses da década de 50. Isto porque se trata de uma noção carregada de significados inadequados de acordo com as normas sociais da época. Neste sentido, as partes da representação que são objetivadas, que consideramos como sendo reais, são aquelas que estão em conformidade com as normas sociais.

Resumindo, ancoragem e objetivação são maneiras distintas de lidar com a memória. No processo de ancoragem, são organizadas as memórias, referências e significados sociais *abstratos* – portanto aqueles símbolos e referências culturais

partilhados pelos grupos sociais. A ação das normas pode aqui ser identificada no valor das categorias escolhidas para representar os novos objetos – exemplo dos OGM que são ancorados como monstruosos (Kronberger & Wagner, 2007). Já no processo de objetivação, a atenção é voltada para o mundo concreto, exterior ao indivíduo e às comunidades, de onde tiram os conteúdos e imagens que conferem uma realidade inquestionável aos objetos inicialmente desconhecidos (Moscovici, 2003). Aqui também podemos identificar o trabalho das normas sociais sobre a seleção daquilo que, do novo objeto, não é interdito e passará a compor o núcleo figurativo da representação (Flament & Rouquette, 2003).

Agora que foram revistos os principais processos envolvidos na gênese das representações sociais, serão apresentados os sistemas de comunicação através dos quais elas circulam na sociedade.

## **2.6 Sistemas de comunicação social**

Na sua análise dos sistemas de comunicação na cidade de Paris dos anos 50, Moscovici considerou a relação entre o emissor, o recetor da mensagem e o objetivo da comunicação (Moscovici, 1961/1976). A partir desta análise, três diferentes sistemas de comunicação foram identificados: a difusão, a propagação e a propaganda.

A *difusão* é o sistema de comunicação em que a relação entre o emissor e o recetor é vista como igualitária e onde o primeiro tenta adaptar-se ao segundo. É o sistema caracterizado pelos jornais de maior circulação, que se propõem a função social de *informar* o público. A veiculação dos conteúdos dá-se portanto de forma pouco estruturada, pois não há o intuito de transmitir uma representação específica – pelo contrário, o objetivo é que o leitor faça a sua síntese dos argumentos por si próprio. Na difusão, “la source de communication est toujours obligée de se définir comme agent de *transmission des messages*, pour répondre à sa fonction, et comme *expression de ses lecteurs* afin de les attirer et de susciter des identifications” (p. 317). Observa-se neste sistema de comunicação a transmissão de posicionamentos, de opiniões. Para Moscovici (1961), a influência dos posicionamentos e opiniões sobre o comportamento existe, mas é de natureza indireta, pois a principal função da difusão é “faire parler, et non pas agir” (p. 368).

A *propagação* é o sistema de comunicação sobre a psicanálise que Moscovici (1961/1976) identificou na imprensa católica. Havia, no meio católico, uma necessidade de fazer convergir a psicanálise com as normas presentes na doutrina católica. Portanto, em vez de negar a psicanálise, os jornais católicos procuravam antes a convergência dos argumentos dos dois lados “en cherchant a trouver un *dénominateur commun* entre les catholiques d’une part, et entre leurs bases doctrinales et la psychanalyse d’autre part” (Moscovici, 1961, p. 373). Este sistema de comunicação procura harmonizar conceitos novos a crenças ou dogmas mais antigos que não estão necessariamente de acordo. No caso específico da psicanálise, esta harmonização aconteceu através da comunicação de argumentos que apresentem a psicanálise – objeto novo e inicialmente amedrontador – como uma teoria compatível com os princípios católicos. O novo objeto (psicanálise) passa a ser, por este grupo, coberto de significados que não possuía em princípio. Neste sentido, a propagação, assim como a difusão, não age diretamente ao nível dos comportamentos, mas antes ao nível das atitudes.

A *propaganda* é o sistema de comunicação encontrado por Moscovici (1961/1976) na imprensa comunista. Este meio de comunicação pode ser definido pela expressão polarizada de um grupo em situação de conflito com outros grupos. Através da polarização, a propaganda estrutura a realidade através de blocos de elementos que ora protegem a identidade do grupo – atribuídos ao próprio grupo – e ora são incompatíveis com esta identidade – projetados no outro grupo. Na perspectiva da propaganda, estes elementos são mutuamente exclusivos e incluem, no caso da representação da psicanálise pela imprensa comunista, categorias como França-América ou ciência-mito (Moscovici, 1961/1976). Na propaganda, a clara estruturação polarizada da realidade tem o objetivo de facilitar o processo deliberativo, mais facilmente mobilizando os indivíduos à ação (Castro, 2002).

Vimos que os diferentes sistemas de comunicação apresentam diferentes propostas de relação entre o órgão emissor da informação e os recetores. O estado destes sistemas de comunicação entre um grupo e outro depende, em grande medida, das características das relações existentes entre os grupos sociais. Apresentarei a seguir os diferentes tipos de relação intergrupais e as representações a que dão origem.

## **2.7 Os diferentes tipos de consenso e suas representações hegemónicas, polémicas e emancipadas**

Segundo Moscovici (1988), uma representação não é social pelo simples facto de ser socialmente partilhada. O carácter *social* de uma representação emerge do debate que acontece entre grupos sociais livres, dentro dos quais há divergências e debate de opiniões (Moscovici, 1984; Wagner, 1994). É por esta razão que o estado da relação entre grupos sociais tem grande impacto sobre a forma e o tipo de representações por eles partilhadas (Moscovici, 1988).

Numa situação onde há amplo consenso intergrupar sobre um objeto, a sua representação pode ser considerada *hegemónica*. Estas representações são partilhadas por todos os membros de grupos altamente estruturados, sendo implícitas aos comportamentos e trocas simbólicas entre e dentro dos grupos. Este tipo de representações são aquelas que mais se aproximam do conceito de representações coletivas, pois referem-se àquelas ideias mais estáveis, concretamente presentes em nosso quotidiano através de instituições (Moscovici, 1988).

Outras representações apresentam diferentes versões em função do grupo social que inicialmente as elabora. Quando os grupos que as elaboraram estão em contacto mais ou menos próximo, estas representações por eles produzidas adquirem certa autonomia em relação aos seus grupos de origem e passam a ser partilhadas também por outros grupos. Estas são as chamadas representações *emancipadas*, que resultam tanto da partilha quanto da produção simultânea de significado por diferentes grupos sociais. Representações sociais da natureza (Castro, 2002) ou das doenças mentais (Jodelet, 1989) podem ser exemplos de representações emancipadas.

Mas quando os grupos sociais que inicialmente elaboram as representações estão em conflito social, as suas representações tendem a ser antagónicas e mutuamente exclusivas. Estas representações, chamadas representações *polémicas*, não são partilhadas pela sociedade como um todo, mas apenas pelos grupos que aderem a uma ou outra versão. Estas representações contêm barreiras semânticas oriundas da polarização entre os grupos e que dificultam a adoção simultânea das duas versões da representação. Um exemplo de representação polémica é a representação da história da Estónia que é partilhada por cidadãos estónios, e aquela que é partilhada por cidadãos russos residentes na Estónia, onde vivem em situação conflituosa (Kus et al., 2013).

Esta distinção entre representações hegemónicas, emancipadas e polémicas (Moscovici, 1988) evidencia a importância da relação estabelecida entre grupos sociais para as características do conhecimento que é partilhado. As relações intergrupais e também o conhecimento sobre o que é partilhado pelos outros grupos sociais (meta-representações) são também características importantes das sociedades modernas.

## 2.8 Metaconhecimento

Os grupos sociais fornecem o ambiente de partilha de significados que permite a elaboração conjunta de um projeto coletivo (Bauer & Gaskell, 1999, 2008). A partilha de um projeto e de significados implica que os grupos sejam formados por *relações reais* entre os seus membros, o que contribui para que assim eles sejam mais que a soma dos indivíduos. Este tipo de grupo, formado por relações reais entre os seus membros, são os chamados grupos *estruturados* (Harré, 1984), os quais se diferenciam dos grupos *taxonómicos*, seriam formados pelas simples semelhanças entre os seus membros. Harré (1984) chegou a questionar o carácter social do conceito proposto por Moscovici, afirmando que no estudo das representações sociais da psicanálise o autor não havia considerado grupos estruturados, mas sim grupos taxonómicos. Em resposta, Moscovici (1984) concorda apenas em parte com a análise de Harré (1984). Reconhece que quando estudou as representações da psicanálise entre o público em geral, estava diante de um grupo taxonómico. Mas o seu estudo nos meios cristão e comunista envolveu grupos estruturados. Neste sentido, Moscovici reconhece a importância de investigar a circulação do conhecimento em grupos com diferentes características, sejam eles taxonómicos ou estruturados (Castro, 2002).

A partir deste esclarecimento a respeito dos diferentes tipos de grupos, Wagner (1995) propõe chamar os grupos estruturados (Harré, 1984) de grupos *reflexivos*. “A reflexive group is understood as a group which is defined by its members, where the members know their affiliation and have criteria available for deciding who else is also a member” (Wagner, 1994, p. 207). Por exemplo, os critérios para que alguém seja considerado português são definidos por lei, os portugueses sabem que o são, podem reconhecer-se uns aos outros e fazem planos conjuntos de progresso. Por outro lado, quando o critério que delimita um grupo é apenas do conhecimento de um

observador externo – como por exemplo, o grupo das pessoas neuróticas – estamos diante de um grupo taxonómico, pois além de possivelmente não conhecerem este diagnóstico, elas não têm a possibilidade de se organizarem a partir desta identidade – a não ser que formem um grupo de autoajuda.

Entretanto, em termos da representação de um objeto, o facto de tratar-se de um grupo reflexivo não faria qualquer diferença para a representação que este grupo tem do objeto se os membros do grupo em questão não *soubessem que os outros membros do grupo também partilham a mesma representação*, ou seja, possuísem metaconhecimento acerca das representações dos outros membros do grupo (Elcheroth, Doise, & Reicher, 2011). “Understanding undergoes a qualitative epistemic transformation by being shared” (Elcheroth et al., 2011, p. 737) pois o conhecimento ganha o estatuto de facto social quando é reconhecidamente partilhado por outros membros do grupo, deixando de ser uma realidade apenas individual. É por esta razão que o facto de os indivíduos conhecerem o que os seus pares pensam é central para o estatuto de realidade de uma representação (Elcheroth et al., 2011). Como exemplo desta modificação no estatuto da informação individual para a partilhada, recentemente observamos o papel que tiveram as plataformas sociais (e.g. Facebook e Twitter) na partilha de descontentamentos individuais que, através de rápidas e sucessivas partilhas adquiriram o peso de um descontentamento coletivo, culminando nas revoluções da Primavera Árabe, e nas grandes manifestações em Maio de 2013 no Brasil.

Mas o metaconhecimento sobre o que pensam as outras pessoas normalmente não é neutro. A forma como são representadas as diferentes categorias sociais é fundamental para o posicionamento contra ou a favor das ideias inicialmente partilhadas por estes grupos. Elcheroth et al. (2011) descrevem como o metaconhecimento de uma representação pode ser determinante para o nosso posicionamento em relação a uma mensagem:

I am a left-winger and I see people at a political rally laugh and applaud, I am likely to react very differently as a function of whether I have categorised *them* as left-wing or right-wing. In both cases, what they do is likely to influence how I interpret the message to which they are responding. But in the latter case, it is more likely that their behaviour will encourage me to be critical toward the message that they are applauding (p. 739).

Estas informações sobre a origem grupal de uma determinada representação são chamadas informações *holomórficas* (Wagner, 1994; Wagner & Hayes, 2005). As informações holomórficas relacionam os metacconhecimentos sobre o que pensam os outros com as representações de categorias sociais: “people should also be able to relate a social representation with *identity systems* of certain groups. A social representation should include *metacognitive knowledge about the limits of validity of a particular social representation*” (Raudsepp, 2005, p. 459, itálicos adicionados).

As informações holomórficas são muito importantes para localizarmos os limites de validade de uma representação partilhada pelos nossos grupos em relação àquelas que são partilhadas por outros grupos (Wagner, 1994, 1995). E o conhecimento a respeito dos grupos que produziram uma representação pode ser suficiente para gerar diferentes posicionamentos em relação a uma representação (ver Kus et al., 2013).

Neste sentido, conhecer os limites da validade de um conhecimento – seja o nosso próprio grupo de pertença ou outros grupos sociais – é condição necessária para a ação social coordenada, principalmente quando as representações em questão são *polémicas* (Kus et al., 2013; Wagner, 1994). Wagner (1995) demonstrou a importância das informações holomórficas para o uso social da informação quando constatou que as pessoas são capazes de atribuir corretamente representações a *outgroups*, mesmo que elas próprias não as partilhem. Portanto, para uma ação social coordenada e politicamente eficaz, as pessoas devem ser proficientes em conhecimentos que são partilhados para além das fronteiras dos seus próprios grupos. O metacconhecimento sobre o que pensam os membros de outros grupos é fundamental para que os indivíduos (1) comuniquem de forma eficiente e também (2) iniciem ações significativas envolvendo membros destes outros grupos.

É neste sentido que as informações holomórficas (Wagner, 1994) fornecem indícios sobre o facto de uma certa ação conduzir, no contexto de um grupo social específico, à aquisição ou à perda de estima social por este grupo. Estas informações são partes importantes do metassistema que controla, verifica e selecciona aqueles conhecimentos individuais que são socialmente aceitáveis (Doise, 1993; Moscovici, 1961) dentro um certo contexto ou diante de um grupo social.

Numa análise dos conceitos fundamentais da abordagem das representações sociais, Doise (1993) observa que muitos estudos em representações sociais restringem-se aos *conteúdos* partilhados pelos grupos e pela sociedade, sendo poucos

aqueles que fazem a articulação entre o sistema e o metasistema, ou entre o conteúdo partilhado e os complexos sistemas normativos que regulam as relações entre atores sociais (Doise, 1993). Esta dificuldade pode ter implicações sobre a validade dos resultados produzidos, uma vez que “I think that Moscovici’s various writings on objectification and anchoring only receive their full meaning in the light of his general ideas on system and meta-system” (Doise, 1993, p. 161). E portanto, “it is the analysis of the relations between the social meta-system and the cognitive system which constitutes the study of social representations” (Doise, 1993, p. 158).

Vimos assim que o estudo das representações sociais beneficiaria muito de uma investigação mais aprofundada dos aspetos normativos e da influência social que permeiam qualquer processo de construção de significado. É com o objetivo de investigar de modo integrado estes dois processos que depois de ter revisto o conceito de representações sociais neste capítulo e de rever nos Capítulos 3 e 4 as normas sociais, proponho no Capítulo 5 uma integração destes dois conceitos com vista à sistematização de uma proposta de trabalho.

## **2.9 Síntese**

Neste capítulo apresentou-se a abordagem das representações sociais, que têm fornecido uma compreensão bastante útil para a análise do processo de mudança social em geral, e especificamente daquele estimulado por leis (Castro, 2012).

O conceito de representações sociais foi desenvolvido a partir das suas origens no conceito de representações coletivas, e foram apresentadas as similaridades e as diferenças entre os conceitos de Durkheim e de Moscovici. A teoria das representações sociais foi de seguida abordada enquanto teoria do conhecimento social: como é que novos conhecimentos com origem em universos reificados – por exemplo universos científico, legislativo ou histórico – são apropriados pelo universo consensual; quais são os processos psicossociais envolvidos na produção de conhecimento social (ancoragem e objetivação); e através de que sistemas de comunicação é que estes processos acontecem (difusão, propagação e propaganda). Como as relações entre os grupos sociais estão associadas aos vários tipos de representações que conseqüentemente circulam na sociedade, foram apresentadas as diferenças entre as representações hegemónicas, polémicas e emancipadas.

Finalmente, foi analisada a importância (1) do conhecimento que temos sobre o que pensam os outros membros do nosso próprio grupo e (2) sobre o que a este respeito pensam os membros de outros grupos sociais. Este metaconhecimento está dependente do sistema de identidades sociais existente numa sociedade. E é sobre o metaconhecimento que se baseiam muitas das normas que regulam a produção e a partilha de conteúdos representacionais em determinados contextos. Demonstramos aqui como a formulação dos conceitos de representações sociais e normas é dificilmente dissociável. É por esta razão que, depois de apresentar no próximo capítulo o conceito de normas sociais, apresentarei no Capítulo 5 uma proposta de integração entre os conceitos de representações e normas sociais.

Este capítulo permitiu aprofundar os diferentes processos envolvidos na mudança social iniciada ou reforçada pelas leis ambientais europeias e internacionais. Os argumentos propostos para a mudança socioambiental tiveram um impacto inicial nas leis e instituições formais (universo reificado) e foram gradualmente incorporados pelos diferentes grupos sociais (universo consensual) até se transformarem em representações sociais partilhadas por sociedades inteiras. Estas representações, bem como as normas nelas contidas, possivelmente influenciam o comportamento e as crenças ambientais apresentadas em diferentes contextos sociais. Afim de melhor compreender como operam as normas sociais presentes nas representações sociais sobre o meio ambiente, o conceito de normas sociais será apresentado no próximo capítulo.

## **Capítulo 3**

---

### **Normas e Comportamento Social**

### 3.1 Apresentação do capítulo

As mudanças sociais, advindas de novos objetos ou novos comportamentos ocasionam alterações no conjunto de normas sociais que regem os comportamentos adaptados a diferentes contextos. A análise das normas sociais, em conjunto com as representações sociais que lhes conferem sentido, contribui para a compreensão do processo de mudança social (Elcheroth et al., 2011; Staerklé, Clémence, & Spini, 2011).

Propõe-se neste capítulo uma revisão de como o conceito de normas sociais se desenvolveu dentro da psicologia social. Apesar de ser considerado um conceito polissêmico e de difícil precisão teórica – a verdade é que se trata de um conceito bastante presente por toda a história da psicologia social. E especificamente nesta tese é um conceito central para compreender o processo de mudança social impulsionado por leis.

Neste capítulo, será analisada a evolução deste conceito. Serão inicialmente apresentados os estudos pioneiros sobre as normas sociais. Estes estudos representaram importantes avanços na compreensão dos processos de normalização, conformismo e inovação sociais (Moscovici, Lage, & Naffrechoux, 1969). O contexto social onde estas normas operam também influencia o seu mecanismo de ação: aceitação, identificação ou internalização (Kelman, 1958).

Os modelos que foram no princípio propostos sobre as normas eram relativamente desconectados dos reais problemas da sociedade, como a necessidade de mudança de atitudes ou persuasão para comportamentos de saúde ou ambientais (Garcia-Marques, 2010). Como resposta a estas necessidades, foram propostos modelos preditivos do comportamento, que serão apresentados de seguida. Estes modelos incluem aqueles propostos pela teoria da Ação Refletida (Ajzen & Fishbein, 1980; Fishbein & Ajzen, 1975), do Comportamento Planeado (Ajzen, 1988; 1991) e, mais recentemente, o modelo Valor-Crença-Norma - *Value-Belief-Norm* (VBN) (Stern, 2000). Estes modelos teóricos propuseram e operacionalizaram dois tipos diferentes de normas: as normas subjetivas e as normas pessoais.

Os modelos TPB e o VBN avançaram de forma significativa a explicação dos comportamentos a partir das normas. Mas as normas não eram o principal interesse destes modelos: elas voltaram a ser sistematicamente estudadas a partir da abordagem

do Foco Normativo (Cialdini, Reno, & Kallgren, 1990). Esta abordagem propõe uma dupla influência normativa sobre o comportamento: injuntiva e descritiva.

Considerando a variedade de abordagens, modelos e conceitos que discutem a influência social, uma taxonomia integrativa das normas sociais foi proposta por Thøgersen (2006). Esta taxonomia procura organizar os vários conceitos de forma integrada, o que facilitará uma análise comparativa das normas apresentadas ao longo do capítulo.

Os quadros teóricos a que pertencem as normas até aqui apresentadas abordam o processo de influência social sobretudo aos níveis individual, grupal e intergrupal. As normas sociais que operam ao nível mais amplo da sociedade, o nível societal, serão apresentadas na parte final deste capítulo. Por operarem ao nível mais amplo das sociedades, estas normas são menos perceptíveis (Dubois, 2003) que as normas sociais até aqui abordadas, razão pela qual o seu estudo exige o uso de estratégias que as identifiquem de forma implícita, como por exemplo através da gestão de impressões. Estas estratégias de pesquisa deram origem, dentro da abordagem sociocognitiva das normas sociais (Dubois, 2003, 2009), a paradigmas de pesquisa especialmente desenvolvidos para investigar as normas societais. Estes paradigmas serão apresentados na última parte deste capítulo.

### **3.2 Introdução**

Visto que vivem em grupos sociais, é esperado dos indivíduos que se conformem a algumas restrições aos seus comportamentos. Nas sociedades modernas, comportamentos que perturbam a ordem social – como roubo ou violência – são pouco tolerados e puníveis. Porém, a vida social não contém apenas restrições: alguns comportamentos são encorajados em contextos específicos, tais como saudar pessoas conhecidas quando as encontramos, pedir ‘por favor’ quando se pede algo e agradecer quando finalmente se recebe. A vida em sociedade é portanto cheia de regras e costumes.

Neste sentido, hábitos, costumes, convenções ou mesmo valores podem confundir-se com as normas sociais (Dubois, 2003). Esta imprecisão conceptual levanta a questão sobre a pertinência (ou não) do uso do conceito de norma enquanto variável explicativa dos comportamentos e atitudes sociais (Costa-Lopes & Pereira, 2012). Esta imprecisão é ainda alimentada pela confusão presente na literatura entre o

conceito e a função das normas sociais (Costa-Lopes & Pereira, 2012). Apesar das imprecisões em relação ao que *são* as normas sociais, é consensualmente aceite que as normas sociais possuem um duplo carácter: descritivo – o que é normalmente feito pelas pessoas – e prescritivo, ou injuntivo – o que sabemos que é esperado de nós (Cialdini et al., 1990). Mas por que razão exatamente haveriam as pessoas de se conformar às normas?

Para Posner (2002) o respeito as regras e costumes sinaliza que a pessoa que os apresenta é confiável, ou cooperadora. Posner (2002) define as normas sociais como:

Behavioral regularities that occur in equilibrium when people use signals to show that they belong to the good type. Social norms are thus endogenous: they do not *cause* behavior, but are the labels that we attach to behavior that results from other factors (p. 34, itálicos do autor).

Estas regularidades comportamentais referidas por Posner (2002) equivalem às normas descritivas propostas por Cialdini et al. (1990), que serão abordadas mais adiante. A sua regularidade é um sinal, socialmente estabelecido e reconhecido de que alguém está apto (ou não) a estabelecer uma relação cooperativa. Os comportamentos normativos são portanto regularmente apresentados pois comunicam disponibilidade para a cooperação. A comunicação da disponibilidade para cooperar é muito importante para animais sociais como os humanos. Mas por que razão nos conformaríamos a estas regularidades, mesmo quando sabemos que não voltaremos a encontrar as pessoas com quem estamos em contacto?

### 3.2.1 Porque é que as pessoas seguem as normas?

Como vimos, Posner (2002) considera que comportamentos normativos comunicam valor social, constituindo portanto a base para a construção da reputação de uma pessoa. A reputação pode, neste sentido, ser definida como os julgamentos, por parte de uma comunidade ou de um grupo, sobre as qualidades gerais (confiança, seriedade) de um indivíduo em particular (Emler, 1994). Portanto quando um grupo julga um de seus membros, ele se baseia naquelas características individuais que indicam a capacidade que teria este indivíduo para contribuir de modo positivo com o grupo. Posner (2002) explica que “if a person develops a *bad reputation*, then people will not cooperate with him/he in the future. Since cooperation is valuable, if a person cares enough about the future, s/he will not defect in the present” (p. 15, itálicos adicionados). Assim, a fim de nutrir uma boa reputação de si no seu meio social, um

indivíduo deve apresentar comportamentos que são socialmente valorizados, ou seja, que sinalizam ao meio social que se é um cooperador. Sinais de cooperação podem ser qualquer ação que implique custos, permitindo assim a distinção entre pessoas que são boas e más cooperadoras. A teoria dos sinais (Spence, 1974) estabelece que qualquer ação custosa pode ser um sinal, ou seja, um mecanismo para estabelecer ou preservar a reputação de alguém (Posner, 2002, p. 24).

Já a reputação de um grupo social é construída ao longo da sua história, através da experiência indireta com membros de outras comunidades (Emler, 1994). É com base nestas preocupações coletivas a longo prazo que os membros de grupos sociais preferem respeitar as normas sociais vigentes na sociedade. Entretanto, as sociedades modernas abrigam comunidades muito diferentes, que valorizam comportamentos também bastante diferentes. Neste sentido, como as normas sociais podem variar bastante entre diferentes contextos dentro de uma mesma sociedade, os indivíduos de sociedades modernas encontram o desafio de saber, de antemão, como construir uma boa reputação social diante de tão diversos contextos sociais.

### **3.2.2 Gestão de impressões**

A preocupação com o cumprimento das normas sociais e com a reputação que um indivíduo tem (ou virá a ter) numa comunidade está relacionada com a gestão, por parte deste indivíduo, das impressões que causa em seu meio. Goffman (1959), por exemplo, considerava que as interações interpessoais podem ser vistas como atuações. É portanto no sentido de influenciarmos a nossa ‘audiência’ que gerimos de forma mais ou menos premeditada a impressão que causamos nos outros (Schenkler, 1996). Neste sentido:

Impression management is *instrumental* in acquiring social and material outcomes, including approval, respect, pay raises, and promotions. Success and status in everyday life are closely related to peoples’ abilities to construct identities that are valued and rewarded by other members of a society (Schenkler, 1996, p. 316, *itálicos adicionados*).

Neste sentido, os mecanismos de gestão de impressões facilitam a adaptação individual a contextos com normas sociais diferentes e por vezes incompatíveis. As impressões que causamos em nossas audiências, ou o ganho em termos de estima social advinda de uma impressão positiva (Posner, 2002), estão na origem da valorização social resultante do respeito às normas sociais. Em suma, o conhecimento

tácito sobre as normas vigentes em diferentes contextos sociais faz parte das capacidades adquiridas pelos cidadãos em sociedades modernas, pois permite que estes controlem quais informações sobre eles próprios são disponibilizadas a um ou outro grupo social, de modo melhor satisfazer os seus objetivos de manutenção da reputação social diante destes grupos (Schenkler, 1996).

Mostrámos nesta introdução como as normas sociais são um conceito polissémico (Costa-Lopes & Pereira, 2012). Se numa primeira abordagem as normas sociais são consideradas um conceito demasiado geral e vago (Darley & Latané, 1970), logo percebemos que esta dificuldade em defini-las vem da centralidade deste conceito para os fenómenos sociais (Ajzen & Fishbein, 2000). Esta centralidade pode ser identificada na importância desde cedo atribuída ao conceito de normas dentro da psicologia social. Vamos na secção seguinte rever brevemente os primeiros desenvolvimentos dos estudos de influência social.

### **3.3 Estudos pioneiros**

Dentro da Psicologia Social as normas sociais, assim como o processo de influência normativa, foram alvo de grande atenção desde os primórdios da disciplina. Esta curiosidade pelos fenómenos de influência social reflete o momento histórico que se vivia na época: o período logo anterior à Segunda Guerra Mundial e depois a guerra fria que dividia o mundo em zonas de influência Norte-americana e Soviética. Neste sentido, a influência social em termos ideológicos revertia-se numa verdadeira arma política. Serão apresentados de seguida os principais estudos realizados sobre normas sociais ou influência social numa fase em que a Psicologia Social começava a sua história enquanto disciplina (ver Farr, 1991). Esta revisão está organizada de acordo com os tipos de influência normativa propostas por Moscovici (1985b): normalização, conformismo e inovação.

#### **3.3.1 Normalização**

Podemos observar a normalização quando indivíduos ou subgrupos que inicialmente mantinham posições divergentes, chegam a um consenso e estabelecem um quadro de referência único. “Quand, dans les groupes, l’influence réciproque pousse leurs membres à formuler ou à accepter des compromis, nous parlons de normalisation” (Moscovici, 1991, p. 190). O primeiro estudo que se interessou pelas

dinâmicas de normalização foi realizado por Sherif (1936). A fim de verificar o estabelecimento das normas individuais e grupais, Sherif (1936) conduziu um experimento em que utilizava um estímulo ambíguo: o efeito autocinético<sup>3</sup>. Pedia-se aos participantes que estimassem quantos centímetros um ponto de luz se havia deslocado. Observou-se que cada participante acabava, ao longo das sessões, por estabelecer um quadro de referência pessoal. Depois de terem estabelecido os seus próprios quadros de referência, os participantes repetiram a mesma atividade, desta vez fazendo as estimativas em grupo. Neste segundo momento, Sherif (1936) verificou que os participantes substituíam seus quadros de referência individuais por quadros de referência grupais. Como estes quadros passavam a ser consensuais dentro do grupo, eles passavam a ser considerados como melhores estimativas da realidade que as anteriores estimativas individuais feitas anteriormente.

Em situações onde os estímulos são ambíguos, as normas, tanto individuais quanto grupais, vão sendo progressivamente estabelecidas. Mesmo que estimativas bastante divergentes sejam igualmente consideradas no princípio da interação, os diferentes componentes de um grupo *concordam em não discordar* (Moscovici, 1985b) e estabelecem um quadro de referência único que é preferível à escolha de um dos diferentes pontos de vista. Este quadro de referência é aceite, pelo grupo, como real e é portanto esperado que os membros do grupo a ele se conformem.

### **3.3.2 Conformismo**

Se nos processos de normalização há respeito pela diversidade de opiniões e todos os julgamentos são pelo menos inicialmente considerados como equivalentes, isto não se verifica no conformismo. Em situações suscetíveis ao conformismo, as posições dos membros de um grupo são mutuamente incompatíveis. Isto porque a norma maioritária frequentemente estabelece o que por um lado se reconhece como verdade, e por outro, o que é minoritário e portanto considerado anormal ou irreal (Moscovici, 1991). Neste sentido, quando o indivíduo se encontra numa situação de conformismo, ele dispõe de duas opções: ou ele se submete à proposta de realidade da maioria, ou mantém a sua proposta de realidade incompatível, sob o risco ser excluído do grupo.

---

<sup>3</sup> Este efeito descreve a ilusão de movimento de um ponto luminoso fixo no escuro total.

Num estudo clássico sobre o conformismo, Asch (1956) propôs uma tarefa de julgamento sobre um estímulo não ambíguo em situação de grupo: a altura de diferentes linhas em relação à uma linha referência. Cada grupo de participantes era composto por sete pessoas, seis das quais eram cúmplices do experimentador e que respondiam às suas perguntas antes do participante. Depois de questionar o grupo a respeito de outros estímulos não ambíguos – sobre os quais o grupo sempre apresentava respostas consensuais – era-lhe apresentado o estímulo preparado para o estudo. Todos os cúmplices, salvo o participante, respondiam de modo claramente errado. A questão do estudo era: o participante se conformará, ou não, à resposta errada da maioria? Nesta situação, Asch (1956) verificou que em 32% dos casos os participantes sucumbiam ao peso do consenso e emitiram a mesma resposta que a maioria.

Estes resultados mostram como as preocupações com a aprovação por parte de um grupo (Asch, 1956) têm grande influência sobre os nossos julgamentos e comportamentos. Mas se o poder da influência social maioritária é tão forte e consistente, como é que a sociedade poderia possivelmente ter mudado ao longo dos séculos? Como explicaríamos modificações de hábitos e costumes? Foram precisamente essas questões que guiaram os estudos sobre mudança social de Moscovici (1961/1976, 1988).

### 3.3.3 Inovação social

O conceito de minorias ativas adicionou um ponto importante à literatura sobre a influência social. A investigação de Moscovici et al. (1969) propunha que, caso fenómenos de influência maioritária, do tipo conformista, fossem uma constante na propagação dos costumes sociais, as mudanças sociais raramente aconteceriam. Por esta razão, Moscovici et al. (1969) interessaram-se por demonstrar a influência exercida pelas minorias, um tipo de influência que estaria na origem de inovações, ou mudanças sociais do tipo *bottom-up* (Moscovici, 1991).

Moscovici (1991) considera existirem duas respostas possíveis à influência social: a aceitação pública e a aceitação privada. A *aceitação pública* é possivelmente o tipo de conformismo observado no paradigma experimental de Asch (1956). Por outro lado, a *aceitação privada* da influência é mais comum na inovação que no conformismo. Para demonstrar o potencial de inovação associado à aceitação privada de uma fonte de influência social, Moscovici et al. (1969) utilizaram um paradigma

em que a influência das respostas emitidas por uma minoria podia ser consistente ou inconsistente. O objetivo do estudo era demonstrar a influência da consistência, enquanto estilo comportamental, na aceitação privada (mas não pública) das respostas de uma minoria.

Para testar esta hipótese, Moscovici et al. (1969) utilizaram um paradigma experimental que envolvia o julgamento sobre cores. Os participantes deveriam, em grupos de seis pessoas (duas das quais eram cúmplices do experimentador), indicar a cor que viam projetada durante uma série de projeções. A cor projetada era sempre ‘azul’. Para demonstrar a influência de uma minoria consistente, pedia-se aos dois cúmplices que dissessem em todas as projeções que a cor era ‘verde’ – as suas respostas eram portanto consistentes individualmente e consensuais entre eles.

Os resultados mostram que, enquanto na condição controlo apenas 25% das respostas foram ‘verde’, na condição experimental esta proporção chegou aos 8.4%. Estes resultados mostram como uma minoria pode influenciar significativamente o julgamento de uma maioria sobre estímulos não-ambíguos (Garcia-Marques, Ferreira, & Garrido, 2013). Além disto, é o facto de a minoria ser *consistente* que tem efeito sobre a proporção de respostas da maioria. As minorias devem mostrar que estão implicadas, e confiantes nelas próprias, para possibilitarem tomadas de decisão inovadoras, raras ou impopulares (Moscovici, 1991).

Além de permitir observar a influência pública das minorias, este estudo representou também um avanço na observação da influência privada: no final da experiência, os participantes da condição experimental classificavam como ‘verde’ estímulos na gama ‘azul/verde’ mais frequentemente que os participantes da condição controlo. Este resultado demonstra a aceitação *privada* de uma influência minoritária que é independente da sua aceitação pública. Moscovici (1991) considera que, no caso da influência *maioritária*, o conflito entre a opinião pessoal e maioritária tende a não se revelar publicamente para se manter, por um tempo mais ou menos longo, em privado. Já no caso da influência *minoritária*, apesar do conflito se revelar publicamente, ele não se mantém em privado, conduzindo portanto a uma mudança privada de crenças e atitudes. Por esta razão, o primeiro tipo de influência (maioritário) está na origem do conformismo enquanto o segundo (minoritário), está na origem da conversão, ou seja, mudança de opinião ao nível pessoal. Para Moscovici (1991):

L'influence majoritaire ne semble conduire qu'à un accord *superficiel*, tandis que l'influence minoritaire a un effet qui, à la fois, apparaît à la surface et s'étend à un changement de jugement *plus profond*. Ces différences sont probablement dues aux variations de l'intensité du conflit qui est subjectivement ressenti. En fait, le conflit qui naît des tentatives d'influence n'est pas le même lorsque les minorités sont impliquées que lorsque c'est une affaire de majorité (p. 209, itálicos adicionados).

Vimos portanto que existem diferentes processos de influência social. Desde a normalização, passando pelo conformismo até à inovação, há configurações diferentes de relações entre a fonte e o alvo da influência normativa. Mas a *forma* como estes processos de influência social agem sobre o comportamento, e com que eficácia, são questões que interpelaram Kelman (1958) e que o levaram a propor um modelo da influência social com três processos, que será apresentado de seguida.

### 3.3.4 Modelo da influência social em três processos

Kelman (1958) distingue três tipos de influência social sobre o comportamento: aceitação, identificação e internalização. Estes são suscetíveis de acontecer em situações específicas (ou contextos antecedentes), e têm diferentes resultados em termos de eficácia e durabilidade da influência.

O processo de *aceitação* refere-se a situações de superioridade hierárquica, nas quais a fonte de influência tem poder de controlo sobre as condições materiais do indivíduo alvo de influência. Coerente com o processo de conformismo descrito acima, o respeito pela norma numa situação de cumprimento depende da *vigilância* da fonte de influência. Isto é, este tipo de influência sobre o comportamento não é generalizável a outros contextos e depende do controlo direto da fonte (Kelman, 2006).

O processo de *identificação* descreve a situação em que o alvo se identifica com a fonte da influência e deseja estar em relação ou em contacto com ela. Assim, o poder da fonte de influência tem origem na atratividade social que ela exerce sobre o alvo. O respeito pelas normas ditadas pela fonte de influência depende, neste processo, da *saliência* da sua relação identitária com a fonte, ou seja, que o alvo de influência se lembre da sua identificação com a fonte da influência (Kelman, 2006).

Finalmente, o processo de *internalização* refere-se à situação em que a influência social é internalizada por ser congruente com os valores individuais. Neste

processo, o poder da fonte de influência tem origem na sua credibilidade, que permite convencer o alvo sobre a veracidade dos argumentos da fonte, provocando assim uma reestruturação das suas crenças do alvo (Kelman, 2006). Como as crenças comunicadas pela fonte da influência passam a fazer parte das crenças do próprio indivíduo, o respeito pelas mesmas é independente da vigilância e da saliência da fonte de influência.

A utilidade deste modelo foi inicialmente demonstrada a partir de um estudo em escolas para pessoas de cor negra. O estudo variava os *contextos antecedentes* dos processos acima descritos com o intuito de observar como cada processo afetava as atitudes e com que eficácia. A mensagem de influência era transmitida por uma gravação e era sempre a mesma: *a favor* da segregação racial nas escolas, opinião que era contrária à opinião da grande maioria dos estudantes. Os contextos foram manipulados através da informação sobre a fonte, que era descrita enquanto alguém com ‘alto poder de controlo’ (Presidente da Associação Nacional das Escolas Negras), com ‘alta atratividade’ (Presidente do Conselho Estudantil) ou ‘alta credibilidade’ (professor de História das Minorias Raciais). A partir destas três diferentes fontes de influência, os participantes respondiam a questionários sobre as atitudes em relação à segregação racial escolar em três situações diferentes: alta pressão normativa e saliência (os participantes se identificavam através do nome); baixa pressão normativa, alta saliência (questionário anónimo, mas preenchido imediatamente depois de terem ouvido a gravação) e baixa pressão normativa e saliência (questionário anónimo e administrado uma semana depois de terem ouvido a gravação). As hipóteses previstas pelo modelo foram confirmadas: na condição ‘alto poder de controlo’ a expressão da mudança de opiniões dependia da vigilância da fonte de influência; na condição ‘alta atratividade’ a expressão da mudança dependia da saliência da norma; e finalmente na condição ‘alta credibilidade’ a expressão da mudança era independente tanto do controlo quanto da saliência da norma.

Este modelo acaba por abordar diferentes situações de influência social, algumas das quais já tinham sido estudadas e outras que seriam abordadas em estudos subsequentes. Por exemplo, entre os paradigmas experimentais anteriormente apresentados, vimos propostas sobre os processos de influência social similares à aceitação, tal como o conformismo. Situações como as descritas por Asch (1956) expressam restrição na expressão de atitudes ou de comportamentos, restrições estas com origem numa inferioridade numérica ou hierárquica.

Já o interesse pelo mecanismo de internalização, também havia sido estudado por Moscovici et al. (1969) por meio da aceitação privada da influência exercida pelas minorias ativas. A diferença fundamental entre o tipo de influência estudado por Kelman (1958) e por Moscovici et al. (1969) é que para os últimos as minorias ativas são desprovidas de qualquer tipo de poder, ao contrário do que acontece na internalização demonstrada por Kelman (1958), onde a fonte de influência é alguém com credibilidade.

Por fim, as normas sociais que atuam em situações de *identificação* agem através da autocategorização. Este processo implica que o indivíduo que é alvo da influência atribua a si próprio as normas e comportamentos dos membros de um grupo específico (Garcia-Marques, Ferreira, & Garrido, 2013). O processo de identificação com um grupo social pode ser extrapolado para a identificação com uma organização ao nível dos papéis, ou posições, que a organização disponibiliza para que o indivíduo desempenhe (Kelman, 2006). Portanto, quanto mais um indivíduo se identifica com um grupo ou organização, maior é o seu interesse em desempenhar um papel nesse grupo e, para tal, atribui a si próprio as normas do grupo. Apresentarei de seguida, neste capítulo, aplicações da identificação enquanto condicionante das normas injuntivas de um grupo.

Os estudos acima apresentados mostram o panorama geral dos primeiros estudos sobre a influência social realizados pela psicologia social. Os estudos inicialmente desenvolvidos sobre as normas sociais foram maioritariamente experimentais, apresentando uma lacuna: a sua aplicação a questões concretas da sociedade, como a persuasão ou a mudança de atitudes, não era uma preocupação central (Garcia-Marques, 2010). Mas a partir da década de 70 observou-se uma nova tendência para os estudos sobre a influência social. Passou-se a investigar de forma mais consistente o papel das normas sociais enquanto parte de modelos preditivos do comportamento (Olson & Zanna, 1993). Vamos apresentar de seguida estes modelos.

### **3.4 Como as normas se relacionam com os comportamentos**

Nesta parte do capítulo as normas sociais serão apresentadas como estando integradas em modelos explicativos de comportamentos. Destes modelos, os mais estudados são claramente os da Ação Refletida – *Theory of Reasoned Action* ou TRA (Ajzen & Fishbein, 1980; Fishbein & Ajzen, 1975) – e a sua extensão, a teoria do

Comportamento Planeado – *Theory of Planned Behavior* ou TPB (Ajzen, 1988, 1991).

### **3.4.1 Teorias da Ação Refletida e do Comportamento Planeado**

A teoria da Ação Refletida (Fishbein & Ajzen, 1975) sugere que o comportamento é uma escolha refletida, cujo objetivo é maximizar as recompensas e minimizar as punições. Sendo o comportamento uma escolha, o seu melhor preditor seriam as intenções comportamentais. Estas, por sua vez, seriam determinadas por *atitudes e normas subjetivas*.

As atitudes em relação a um comportamento refletem as avaliações globais (positivas ou negativas) sobre as consequências da realização de um comportamento em particular. São portanto o “resultado do somatório das crenças acerca das consequências do comportamento (expectativa) pesadas pela avaliação dessas consequências (valor)” (Lima & Correia, 2013, p. 231). Já as normas subjetivas referem-se à percepção individual da pressão social para a realização do comportamento. Se um indivíduo percebe que outras pessoas de referência defendem (ou não) um comportamento, ele mais provavelmente terá a intenção (ou não) de o realizar.

Em suma, o modelo de Fishbein e Ajzen (1975) propõe que quanto mais fortes forem as atitudes e as percepções de apoio dos outros, maiores serão as intenções de comportamento num determinado sentido. Entretanto, o peso absoluto destes preditores é bastante variável em função do contexto: alguns comportamentos são melhor preditos pelas atitudes, e outros pelas normas subjetivas.

Reconhecendo a importância de fatores externos ou contextuais para a predição comportamental, Ajzen (1991) ampliou o modelo para incluir uma ponderação pelo *controlo* do indivíduo, passando a chamar o modelo de Teoria do Comportamento Planeado – *Theory of Planned Behaviour*, TPB (Ajzen, 1991). Esta ponderação é feita pela percepção de controlo comportamental (*perceived behaviour control* – PBC), conceito baseado em estudos anteriores sobre a autoeficácia (Bandura, 1977). A percepção de controlo afeta o comportamento de duas formas: indiretamente, através das intenções comportamentais; e diretamente sobre o comportamento em si. Esta dupla influência visa controlar, além do efeito das barreiras percebidas sobre as intenções, o efeito das barreiras percebidas sobre as ações em si: “the addition of

perceived behavioural control should become increasingly useful as volitional control over behavior decreases” (Ajzen, 1991, p. 185).

A percepção do controlo comportamental (PBC) modera o poder preditivo das intenções sobre o comportamento (Armitage & Conner, 2001). Neste sentido, em situações desprovidas de impedimentos (pessoais ou ambientais), o poder preditivo das intenções sobre o comportamento é ótimo. Mas quando há limitações, a relação intenção-comportamento é condicionada pela PBC.

O modelo TPB foi amplamente aplicado a campos muito variados da psicologia social (Lima & Correia, 2013). Foram entretanto identificados alguns pontos fracos na sua operacionalização, dos quais as normas subjetivas fazem parte. Para Armitage e Conner (2001), as normas subjetivas são o elemento com menor capacidade preditiva do modelo. Isto acontece, segundo os autores, devido a problemas de medida, pois a maioria dos estudos utiliza apenas um item para medir as normas subjetivas (Armitage & Conner, 2001). Outros autores questionam ainda a forma como o modelo aborda as normas subjetivas: ao ignorarem as dimensões grupal e identitária, não são controlados aspetos importantes da influência social (Terry, Hogg, & White, 1999). No Capítulo 4 serão apresentados os testes empíricos do modelo TPB enquanto preditivo de comportamentos pró-ambientais. Estes testes sugerem mudanças no modelo que melhorariam significativamente o seu poder explicativo. A inclusão de variáveis ‘altruístas’ por exemplo, aumentaria significativamente o poder preditivo do modelo.

Em suma, vimos nesta parte do capítulo que dentro da TPB, as normas sociais (ou subjetivas) informam sobre a pressão social exercida por pessoas de referência para o indivíduo. São, no entanto, o preditor mais fraco da intenção comportamental (Armitage & Conner, 2001).

Na próxima parte deste capítulo será apresentada uma outra abordagem, mais específica das normas sociais. Esta abordagem não tem, como os modelos que acabamos de apresentar, o objetivo de modelizar as variáveis que potencialmente predizem o comportamento. Propõe antes uma operacionalização de diferentes tipos de influência social, e como a sua eficácia pode ser maximizada.

### **3.5 Abordagem do Foco Normativo**

A abordagem do Foco Normativo (Cialdini et al., 1990) introduz duas ideias inovadoras no estudo das normas sociais. A primeira delas é a aplicação da distinção entre a influência informacional e normativa, inicialmente proposta por Deutsch e Gerard (1955), a um modelo explicativo da influência normativa no contexto de estudos de campo. Cialdini et al. (1990) referem-se às normas conducentes aos processos de influência informacional e normativa de normas descritivas e injuntivas, respetivamente. As normas *descritivas* envolvem a percepção daqueles comportamentos que são tipicamente apresentados numa situação específica, informando o indivíduo sobre a adequação do seu comportamento a uma situação ou contexto. Já as normas *injuntivas* envolvem a percepção do que é tipicamente aprovado ou desaprovado por um grupo (Cialdini, 2003). A segunda ideia introduzida por esta abordagem é uma condição para a ativação das normas: elas devem ser contextualmente salientes para que tenham influência sobre o comportamento (Cialdini, 2003).

Os estudos pioneiros realizados no âmbito desta abordagem são elucidativos destas duas ideias centrais (Cialdini et al., 1990). Num estudo de campo, os participantes eram confrontados com a possibilidade de deitarem lixo para o chão – tinham um folheto que era deixado no para-brisas do carro. O chão do parque de estacionamento podia estar limpo (vs. sujo) e, nestas condições, os participantes viam um cúmplice do experimentador que, ao passar, deitava um folheto para o chão (vs. simplesmente passava sem fazer nada). A manipulação do estado do ambiente (limpo ou sujo) sinalizava a *norma descritiva* aos participantes, enquanto o comportamento do cúmplice *chamava atenção* (deitar lixo ao chão) ou *não* (quando simplesmente passava) para o estado do ambiente, dando saliência ou não à norma descritiva manipulada. Os resultados indicam que as pessoas deitam mais lixo ao chão no ambiente sujo que no ambiente limpo, confirmando portanto o efeito da norma descritiva sobre o comportamento. Além disto, a condição na qual os participantes deitaram *mais* lixo para o chão foi quando tiveram a sua atenção chamada para o facto de que o ambiente estava sujo; e a condição na qual deitaram *menos* lixo para o chão foi quando tiveram a sua atenção chamada para o facto de que o ambiente estava limpo. O comportamento do cúmplice de deitar lixo para o chão evidenciou contextualmente a norma descritiva, o que fez aumentar ainda mais o efeito desta

norma sobre o comportamento dos participantes. Nesta primeira série de estudos, Cialdini et al. (1990) demonstraram o poder das normas descritivas e a importância de que elas sejam foco da atenção para a potencialização da sua influência sobre os comportamentos. Através de outros estudos, Cialdini (2003) demonstrou que as normas descritivas apresentam um poder mais contextual e localizado que as normas injuntivas. Estas, por sua vez, são mais generalizáveis e possuem um impacto mais duradouro sobre o comportamento que as normas descritivas. Muitos estudos de campo realizados pela psicologia ambiental confirmaram a dupla natureza das normas sociais e a importância de que as normas sejam o foco da atenção. Apresentaremos estes estudos em maior detalhe no próximo capítulo.

Além das sucessivas aplicações deste modelo a estudos de campo, outros estudos tiveram o objetivo de melhor compreender a forma com que as influências injuntiva e descritiva agem sobre o comportamento (Jacobson, Mortensen, & Cialdini, 2011). Estes autores relacionam as normas descritivas com a tomada de decisões precisas e eficientes; e as normas injuntivas com o ganho ou manutenção da aprovação social. Estes objetivos implicariam diferentes mecanismos de autorregulação. Para testar estas hipóteses, os participantes tinham que realizar tarefas que os sobrecarregavam cognitivamente, esgotando assim a sua capacidade de autorregulação. Quando os participantes estavam com as suas capacidades de autorregulação reduzidas, eram então expostos aos dois tipos de influência social descritiva e injuntiva. Demonstrou-se que o efeito das normas injuntivas é *reduzido* com o esgotamento da autorregulação; mas que o efeito das normas descritivas, pelo contrário, é aumentado. Estes resultados demonstram que o respeito pelas normas injuntivas depende, pelo menos em parte, de mecanismos de autorregulação e de aprovação social. Já o respeito pelas normas descritivas depende mais de pistas heurísticas que são contextualmente acessíveis. Em suma, as normas descritivas são importantes guias para a ação em contexto, enquanto as normas injuntivas são especialmente importantes quando associadas a um grupo social.

### **3.5.1 Abordagem da identidade social**

Como foi adiantado na secção ‘Modelo da influência social em três processos’ deste capítulo, a força da autoatribuição das normas de um grupo depende da importância deste grupo para o indivíduo. É neste sentido que o conceito de identidade social (Tajfel & Turner, 1979) passou a integrar também a abordagem do

Foco Normativo. Pertencer a um grupo implica alinhar as perceções, crenças, atitudes e comportamentos individuais com aqueles defendidos pelo grupo (Terry & Hogg, 1996). Nesta perspetiva, as normas dos grupos sociais que forem importantes para o indivíduo irão influenciar a sua disponibilidade para apresentar comportamentos consistentes com as suas atitudes.

Esta abordagem prediz, especificamente, que as normas do *ingroup* são importantes preditores da intenção comportamental, mas apenas para indivíduos altamente identificados com estes grupos (Smith & Louis, 2008; White, Smith, Terry, Greenslade, & McKimmie, 2009). Por outro lado, as normas sociais de *outgroups* têm pouco ou nenhum efeito sobre o comportamento individual (Smith & Louis, 2008, Estudo 2). Veremos no próximo capítulo como a identidade social tem sido utilizada como variável condicionante da influência social sobre comportamentos pró-ambientais.

Desde que foi proposta, a abordagem do Foco Normativo estimulou grande interesse científico pelo duplo mecanismo – descritivo e injuntivo – da influência normativa. Inicialmente orientada para estudos de campo, recentemente esta abordagem passou a (1) incluir variáveis de identificação grupal (Nigbur, Lyons, & Uzzell, 2010); e (2) a recorrer mais intensamente estudos de laboratório, o que permitiu esclarecer os mecanismos de influência das normas descritivas e injuntivas (Jacobson et al., 2011).

Vimos, ao longo deste capítulo, que têm sido investigados diferentes tipos de influência normativa. Verificou-se que, em função do quadro teórico adotado, foi proposta uma diferenciação das normas, como por exemplo, as normas subjetivas, pessoais, injuntivas ou descritivas. Respondendo à necessidade de integração metodológica e conceitual destes diferentes conceitos de normas, Thøgersen (2006) propôs uma taxonomia das normas em função do seu nível de internalização. Esta taxonomia será descrita na próxima parte deste capítulo.

### **3.6 Taxonomia normativa de Thøgersen**

Pudemos constatar, a partir do que foi apresentado até aqui, que o conceito de normas sociais tem sido estudado através de diferentes quadros teóricos. Entretanto, Thøgersen (2006) considera que as motivações subjacentes às normas – sociais (Cialdini, 2003), pessoais (Stern, 2000) e subjetivas (Ajzen, 1991) – ainda não foram

claramente diferenciadas na literatura. Para solucionar este problema, o autor propõe um modelo integrativo que tem o objetivo de identificar semelhanças e diferenças entre os diferentes conceitos de normas. O autor propõe dois critérios de diferenciação. As normas:

- (1) Estariam relacionadas com o *self* de diferentes maneiras, sendo umas mais externas (ou sociais) e outras mais internas e integradas nos valores defendidos pelo indivíduo;
- (2) Iriam buscar a sua força a diferentes motivações, como por exemplo a necessidade de ser aceite por um grupo, de manter a coerência com valores pessoais, ou simplesmente fazer o que se quer.

Uma ilustração do modelo da taxonomia normativa é apresentado na Figura 1. Se estabelecemos um *continuum* entre o mundo social e o indivíduo, as normas *descritivas* correspondem ao tipo de influência normativa mais próximo do pólo externo. Indicativas do tipo de comportamento mais adequado a contextos específicos (Cialdini, 2003), estas normas são consideradas mais externas que as injuntivas porque estão disponíveis de forma mais imediata no mundo social (Figura 1).

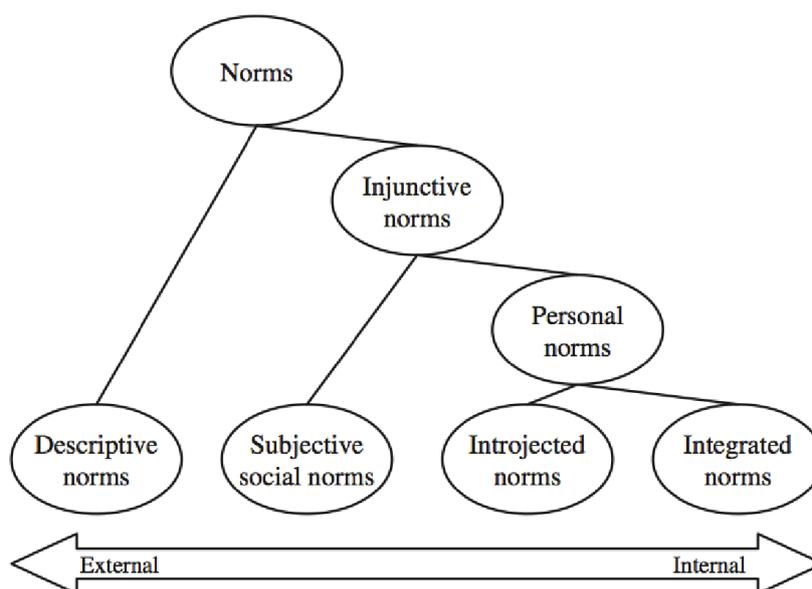


Figura 1. Taxonomia normativa proposta por Tøgersen (2006).

Por serem consideradas normas externas ao indivíduo, as normas descritivas são consideradas à parte. Todas as outras normas – sociais ou pessoais – têm um carácter injuntivo. Isto porque, como explica Thøgersen (2006) estas normas espelham

expectativas em relação ao comportamento considerado correto, podendo ter origem em grupos (externa) ou nos próprios indivíduos (interna). Em suma, as diferentes normas injuntivas formam “a continuum of increasing levels of internalization and integration into the self” (Thøgersen, 2006, p. 250), enquanto as normas descritivas permanecem essencialmente externas (Figura 1).

As próximas normas do *continuum* social-self são as subjetivas (Fishbein & Ajzen, 1975). Estas se referem à pressão social que é exercida por pessoas de referência para o indivíduo. Trata-se de um tipo de influência injuntiva que tem origem no mundo social. Thøgersen (2006) associa estas expectativas sociais externas às normas subjetivas do TPB.

Mais um passo na direção do *self* e entramos no domínio das normas pessoais (Schwartz, 1977; Stern, 2000). Estas indicam as expectativas do indivíduo sobre si próprio a partir dos valores que pessoalmente adota. Thøgersen (2006) propõe que as normas pessoais sejam diferenciadas em função das motivações para o seu cumprimento: podem ter origem em sentimentos de atração-evitamento (normas introjetadas) ou de coerência com os valores individuais (normas integradas).

As normas *introjetadas*, propostas por Thøgersen (2006), correspondem a normas pessoais que foram apenas superficialmente internalizadas. Traduzem motivações que, apesar de internalizadas, ainda são necessárias para que estas normas tenham efeito em termos de comportamentos. Exemplos deste tipo de normas são aquelas que são motivadas por recompensas e punições internalizadas, que geram sentimentos de orgulho ou culpa por se conformar (ou não) à norma (Thøgersen, 2006). Estes sentimentos refletem uma gestão de motivações ainda superficialmente internalizada.

As normas *integradas*, por outro lado, representam motivações completamente internalizadas em sintonia com os objetivos e valores pessoais do indivíduo. O respeito por estas normas torna-se gratificante para o indivíduo porque são a expressão genuína dos seus valores individuais.

A validação de conteúdo do modelo da taxonomia normativa verificar-se-ia quando as normas adjacentes dentro do *continuum social-self* se correlacionassem mais entre si que com normas mais distantes do *continuum*. Por exemplo, as normas subjetivas deveriam estar mais correlacionadas com as normas introjetadas que com as normas integradas (Thøgersen, 2006). Além disto, a sua validade preditiva seria

demonstrada se as normas mais internalizadas (as normas integradas) conseguissem prever melhor os comportamentos que as normas menos internalizadas.

### 3.6.1 Validação da taxonomia das normas

O modelo foi testado pela primeira vez – validade de conteúdo (interna e externa) e preditiva – na Dinamarca, com uma amostra representativa de 1112 indivíduos (Thøgersen, 2006). Para tal, foram utilizados quatro comportamentos pró-ambientais (compra de leite orgânico, uso de lâmpadas economizadoras, uso de transportes públicos e separação do lixo para reciclagem) com as respetivas normas propostas pela taxonomia normativa.

Este estudo confirmou a validade de conteúdo do modelo (interna e externa), assim como a sua validade preditiva. A validade de conteúdo interna foi confirmada através do padrão de correlações encontrado na amostra, que correspondia àquele proposto pelo modelo nos quatro comportamentos pró-ambientais estudados. Observou-se, por exemplo, que as normas subjetivas correlacionaram-se mais com as normas introjetadas que com as integradas, e as integradas correlacionaram-se mais com as introjetadas que com as subjetivas ou com as descritivas.

A validade de conteúdo externa foi demonstrada através de uma análise correlacional entre as normas propostas pelo modelo e outras medidas tradicionais de normas, tais como o sentimento pessoal de obrigação e as normas morais (Manstead, 2000). Em todas as áreas pró-ambientais estudadas, as normas introjetadas se correlacionaram mais com o sentimento de obrigação que com as normas morais. Já as normas integradas correlacionaram-se mais com as normas morais que com o sentimento de obrigação.

A validade preditiva do modelo também foi confirmada: *entre as normas injuntivas* (subjetivas, introjetadas e integradas) quanto mais internalizadas, melhor as normas prediziam os comportamentos. As normas integradas foram identificadas como as que melhor prediziam os comportamentos. Por outro lado, as normas descritivas também apresentaram, na maioria dos casos, um forte poder preditivo dos comportamentos – que chega mesmo a ser superior ao das normas subjetivas (exemplo: normas descritivas: compra orgânica  $\beta = .13^{**}$ , reciclagem  $\beta = .29^{**}$ ; normas subjetivas: compra orgânica  $\beta = .01$ , reciclagem  $\beta = .10^{**}$ ). Este menor poder preditivo das normas subjetivas em relação às descritivas foi explicado por Thøgersen (2006) como resultado da divisão das normas injuntivas em subtipos de normas mais

ou menos internalizadas. Considerando que, nesta análise, o efeito das outras normas injuntivas mais internalizadas é controlado (são incluídas na análise de regressão), é normal que a contribuição residual da norma subjetiva seja inferior à das normas descritivas. Como a variância das normas subjetivas passa a ser explicada pelas normas pessoais mais internalizadas, este resultado confirma o argumento de Thøgersen (2006) de que as normas subjetivas e pessoais fazem parte de uma mesma categoria de normas injuntivas com diferentes graus de integração com os valores básicos do indivíduo.

Todas as normas descritas até aqui são conceptualizadas como pertencendo ao nível individual, grupal ou eventualmente ao nível intergrupar. Mas algumas destas normas refletem outras normas ainda mais gerais, também de carácter injuntivo, e que englobam normas partilhadas pela sociedade como um todo. A abordagem sociocognitiva das normas sociais (Dubois, 2003) conceptualizou e propôs paradigmas para estudar estas normas. Vamos apresentar esta abordagem na próxima parte deste capítulo.

### **3.7 Abordagem sociocognitiva das normas sociais**

Como vimos acima, as normas sociais que agem ao nível dos grupos podem ser injuntivas ou descritivas. Entretanto, quando passamos à análise de normas ao nível societal, outra dimensão de complexidade é-nos imposta. Por esta razão, o pesquisador deve estar atento às particularidades que distinguem as normas sociais daquelas normas sociais que agem apenas local e contextualmente ao nível dos grupos sociais, e não da sociedade como um todo. Quando analisamos as normas sociais, nos referimos especificamente àquelas normas que promovem “the stability and legitimacy of existing social arrangements” (Joffe & Staerklé, 2007). Uma das abordagens que tem destacado estas normas é a abordagem sociocognitiva, que baseia a compreensão da reprodução das estruturas sociais na análise sistemática das normas sociais (Beauvois, 1995, 2003; Dubois, 2009; Dubois & Beauvois, 2005). A seguir, serão analisadas as especificidades das normas sociais em relação às normas sociais em função do nível de análise escolhido para a análise do fenómeno. Depois disto, serão apresentados os paradigmas utilizados para estimar a força das normas sociais.

### 3.7.1 Normas societais vs. normas sociais

A diferença entre as normas sociais de que estivemos a falar até então neste capítulo, e as normas societais que vamos passar a abordar de seguida reside sobretudo ao nível de análise a que se pode analisar cada um dos conceitos. As normas sociais podem ser analisadas ao nível grupal, enquanto as normas societais são fenómenos mais amplos que exigem uma análise societal (Doise, 1982). Vamos de seguida comparar os dois conceitos com vistas a esclarecer quais são as especificidades de cada um.

A primeira característica que diferencia as normas societais das normas sociais de grupo é a contribuição de aspetos injuntivos ou descritivos para cada uma delas. As normas societais referem-se ocorrências como julgamentos, ou comportamentos, que são valorizados por uma dada coletividade – o termo julgamento é aqui relativo a qualquer afirmação acerca de uma verdade ou de uma preferência (Dubois, 2003). Neste sentido, o que as normas societais definem são as *preferências*, ou de *valor social* atribuído a certas ideias ou comportamentos. Por exemplo,

If the statement “my tastes are my own and have nothing to do with my social status” is normative, especially when it is said by a man, it is not because it is true (everyone knows that is it very often false), but because it expresses a *social preference for* – the social valuing of – self-definitions that are anchored in individuality rather than in category memberships, which is the very definition of the norm of individual anchoring (Dubois, 2003, p. 10, *itálicos adicionados*).

A existência destas preferências, ou valores sociais, por certas ideias podem ser acompanhadas pelos respetivos comportamentos ou não (Dubois, 2003; Testé, 2003). É comum por exemplo que a apresentação de comportamentos correspondentes as normas societais sejam dificultados por barreiras contextuais. Por exemplo, quando uma pessoa tem intenções de reduzir ao mínimo os seus resíduos mas mora numa cidade onde não há serviço municipal de recolha de recicláveis; ou então quando está em viagem e não pode comprar produtos dos comerciantes locais. Estas situações mostram como apesar da norma para conservar recursos, algumas dificuldades contextuais podem limitar a expressão de comportamentos correspondentes a esta norma (Kaiser, Byrka, & Hartig, 2010). É por esta razão que Dubois (2003) distingue o conceito de norma social do conceito de frequência de um comportamento, ou seja,

específica que as normas societais são normas injuntivas, que não necessariamente apresentam uma componente descritiva – apesar de muitas vezes apresentarem. Neste sentido, as normas societais são aquelas normas que são bem avaliadas por uma coletividade (Dubois, 2003, 2009), como, por exemplo, o individualismo (Dubois & Beauvois, 2005) ou o autocontrole (Joffe & Staerklé, 2007) são valorizados no Ocidente.

Ao caráter essencialmente injuntivo das normas societais, contrapõem-se as características sobretudo descritivas das normas sociais de grupo. “Even though they take into account the fact that norms justify the attribution of value, approaches focusing on the group seem to consider that this characteristic is somehow added on to the *necessarily descriptive character of norms*” (Testé, 2003, p. 21, itálicos adicionados). O autor salienta neste ponto que as normas descritivas observadas ao nível dos grupos podem estar associadas a normas injuntivas referentes a crenças, ideias e atitudes partilhadas. Mas ao contrário das normas societais, as normas sociais grupais podem ser descritivas sem serem injuntivas (Testé, 2003).

A segunda diferença entre as normas societais e as normas sociais é que a ocorrência das normas societais é especialmente evidente em contextos *formais* de avaliação (Beauvois, 2003; Beauvois & Dubois, 2009; Dubois, 2003; Dubois & Beauvois, 2005). Em instituições sociais “both by definition and by virtue of the principle of personnel rotation, the people that constitute the organization are replaceable, much more so than the situations and the overarching structures” (p. 12). Isto não quer dizer que a ocorrência destas normas não se observe noutros contextos sociais, sejam eles informais e familiares (Dubois, 1988). Apenas significa que em contextos formais, o valor social de normas societais não se mistura à outros objetivos interpessoais como o de ser gostado, ou aceite por um grupo (Dubois, 2003, 2009).

Por outro lado, a ocorrência das normas sociais de grupo são especialmente evidentes em situações de convívio *informal* (Testé, 2003). As situações experimentais utilizadas para fazer emergir as normas sociais de grupo frequentemente envolvem situações informais, tais como discussões de grupo, com pouca ou nenhuma implicação com organizações societais.

Outra diferença entre as normas societais e sociais é o seu caráter geral ou específico. As normas societais são normas reproduzidas e partilhadas por uma cultura de modo *geral* (Testé, 2003). Isto quer dizer que são normas partilhadas por grandes coletividades, como as sociedades ocidentais ou liberais. Como os seus

limites de aplicação são muito amplos, estamos tão imersos nestas normas que “we sometimes lose our sense of cultural variability and consider our own normativity to be the expression of a universal nature founded on the motivations of human kind” (Dubois, 2003, p. 13). Considerando a sua generalidade, as normas sociais tornam-se portanto crenças implícitas a tal ponto gerais e partilhadas que tomam contornos de realidade. É neste sentido que, apesar da sua força orientadora de posicionamentos, estas normas são dificilmente detetáveis enquanto normas (Dubois, 2003). Portanto “only an experimental approach will allow us to see how the value we attribute when making judgements is a matter of social prescription” (p. 13). Na próxima seção serão apresentados os diferentes paradigmas utilizados com o objetivo de detectar a existência das normas sociais.

Por outro lado, podemos mais facilmente reconhecer as normas sociais ativas em pequenos grupos, como entre os colegas da faculdade ou membros da família. A convivência e a adaptação a estes diferentes meios sociais, assim como às suas normas sociais específicas, é como vimos no capítulo anterior, parte importante do nosso processo de socialização (Elcheroth et al., 2011). Neste sentido, com o objetivo de nutrir a estima de um grupo, e de ser socialmente aceito (Jacobson et al., 2011), o cidadão das sociedades modernas é atento e circula entre diferentes tipos de normas sociais quotidianamente. É por esta razão que as normas sociais grupais são mais facilmente detectáveis que as normas sociais. De seguida serão apresentados os paradigmas propostos pela abordagem sociocognitiva para o estudo das normas sociais (Gilibert & Cambon, 2003).

### **3.7.2 Paradigmas da abordagem sociocognitiva**

Jellison e Green (1981) afirmam que “an individual’s actions are guided by attempts to create impressions that will gain social approval and avoid social disapproval” (p. 243). E é assim, através de ações que comumente realizamos na nossa vida social, como gerir a impressão que desejamos causar aos outros, ou avaliar o que os outros dizem ou fazem, que os paradigmas propostos pela abordagem sociocognitiva revelam muito sobre o que é (ou não) valorizado por uma sociedade. Neste sentido, foram propostos três diferentes paradigmas: da autoapresentação, da identificação e do heterojulgamento.

### *3.7.2.1 Autoapresentação*

O paradigma da autoapresentação apoia-se no facto de que as pessoas utilizam um conjunto de estratégias para controlar as imagens de si que apresentam, durante a interação social, a fim de obter a aprovação de diferentes audiências (Schenkler, 1996). Portanto, pedir aos participantes que modulem os seus julgamentos de modo voluntário e estratégico é uma das formas mais diretas de saber o que os indivíduos consideram que será aprovado, e portanto abordar a natureza instrumental destes julgamentos (Gilibert & Cambon, 2003).

Portanto, tal como foi aplicado por Jellison e Green (1981), inicialmente o paradigma da autoapresentação propunha a aplicação de um questionário que deveria ser respondido duas vezes, mas com instruções diferentes: de modo a que o participante apresentasse *uma imagem positiva de si* (apresentação positiva) ou de modo a apresentar *uma imagem negativa de si* (apresentação negativa). Neste sentido, espera-se que a pessoa respondendo ao questionário escolha a resposta *normativa* quando quiser apresentar uma imagem positiva de si, e a resposta *não normativa* quando quiser apresentar uma imagem negativa (Gilibert & Cambon, 2003).

Os estudos que utilizaram o paradigma da autoapresentação foram introduzindo algumas modificações em relação ao seu formato inicial. Uma primeira variação foi a adição de um questionário com uma instrução ‘neutra’, para além da instrução ‘positiva’ e ‘negativa’. Na instrução neutra pedia-se que o participante respondesse às questões dando a sua sincera opinião. Mas resultados desta operacionalização do paradigma logo mostraram que as diferenças entre a apresentação neutra e a apresentação positiva eram geralmente pequenas em relação à apresentação negativa (Dubois, 1988), ou mesmo inexistentes (Dubois, 1991, *citado por* Gilibert & Cambon, 2003).

Uma segunda variação proposta foi a aplicação do paradigma com um plano fatorial intersujeitos em vez do plano intra-sujeitos originalmente proposto. A ideia desta proposta é que ao se pedir aos mesmos participantes que se apresentem de modo positivo e negativo (intra-sujeitos), se estaria possibilitando aos participantes que respondessem, ao segundo questionário, de forma consistente com as respostas do primeiro questionário. Neste sentido, a diferença entre as respostas em apresentação positiva e negativa poderia refletir apenas uma motivação para a consistência entre as respostas. Esta possibilidade seria resolvida caso se pedisse aos participantes que se apresentassem de modo positivo *ou* negativo (intersujeitos), evitando a possibilidade

de responder através de um parâmetro de comparação. Segundo Gilibert e Cambon (2003), as aplicações do paradigma da autoapresentação com planos intra ou intersujeitos apresentam resultados ligeiramente diferentes – os estudos intra-sujeitos apresentam efeitos geralmente maiores que os estudos intersujeitos – mas consistentes entre si, ao demonstrarem a existência (ou não) de uma norma social.

A terceira variação ao paradigma da autoapresentação originalmente proposto foi a introdução de diferentes alvos para a apresentação. Os estudos que inicialmente utilizaram o paradigma da autoapresentação não faziam referência alguma ao alvo de apresentação: a imagem positiva ou negativa era apresentada de modo geral, a um outro não especificado, como no estudo de Jellison e Green (1981). Mas a consideração, por outros estudos, dos contextos de apresentação forneceu indícios interessantes sobre a ação das normas sociais. Por exemplo, Dubois (1988) comparou as apresentações positivas e negativas sobre a atribuição de causas externas ou internas que estudantes faziam aos pais ou a um professor. Os resultados indicam que as respostas mais normativas (mais internas) eram apresentadas quando o alvo de apresentação era composto por um professor, o que indica que existe maior pressão para a normatividade num contexto de avaliação formal em relação ao contexto familiar.

Neste sentido, ao variar a referência para a autoapresentação, pode-se obter uma ideia mais precisa do que se entende por valor social. A variação do contexto de apresentação permite-nos mostrar que algumas normas são *mais facilmente expressas* nalgumas situações que noutras (Dubois, 2003; Gilibert & Cambon, 2003). Esta modificação no paradigma demonstra como apesar destas normas serem sociais, a sua expressão pode ser dificultada pelo contexto de apresentação.

Como vimos, este paradigma baseia-se num quadro analítico interessante para a deteção de normas sociais. Devemos no entanto considerar que outros processos podem interferir com a expressão de normas sociais no paradigma da autoapresentação. Por exemplo, o que vem a ser uma ‘apresentação positiva’ pode ser interpretado de diferentes maneiras por indivíduos pertencentes a determinados grupos sociais, como por exemplo, os adolescentes (Gilibert & Cambon, 2003). Numa tentativa de confirmar os resultados obtidos através do paradigma da autoapresentação, foi proposto o paradigma da identificação.

### *3.7.2.2 Identificação*

Este paradigma baseia-se no facto de as pessoas se considerarem melhores que a maioria das outras pessoas (Festinger, 1954). Este conceito foi reinterpretado por Codol (1979), que sugeriu a existência do efeito ‘*primus inter pares*’, segundo o qual as pessoas se veem em maior conformidade com as normas do seu grupo que seus pares. Neste sentido, se um comportamento é *socialmente valorizado*, ele será significativamente mais atribuído a si próprio que às outras pessoas.

A utilidade deste paradigma foi atestada por Jellison e Green (1981) que pediam aos participantes que avaliassem se, em relação a um outro típico, os participantes consideram que eles próprios atribuem mais explicações internas (vs. externas) para o que lhes acontece. Os resultados mostraram que, de facto, os participantes atribuíam mais explicações internas a si em relação às outras pessoas, confirmando a utilidade do paradigma da identificação para demonstrar a ação de uma norma social.

Outra forma de operacionalizar este paradigma é através de uma ‘pessoa ideal’ a quem o participante deveria atribuir as respostas de um questionário. Nesta formulação do paradigma, espera-se que os participantes respondam de modo mais normativo enquanto ‘pessoa ideal’ que enquanto uma pessoa ‘não ideal’ ou enquanto si próprios (Gilibert & Cambon, 2003). Por exemplo, num estudo sobre a norma de internalidade, Hannah (1973) pediu aos participantes que respondessem a um questionário contendo explicações internas ou externas três vezes: uma por si próprios, outra como achavam que uma ‘pessoa ideal’ responderia e, finalmente, como achavam que uma pessoa ‘não-ideal’ responderia. Os resultados mostram que, tanto os participantes que apresentavam, por eles próprios, mais explicações internas quanto aqueles que apresentavam mais explicações externas consideravam que a ‘pessoa ideal’ era *mais interna* que eles próprios. Os resultados deste estudo mostram como esta formulação do paradigma da identificação também é útil para demonstrar o valor social de um conceito. Além da ‘pessoa ideal’, outros estudos propuseram que os participantes se identificassem com alvos como um bom/mal aluno, alguém de quem você gosta/não gosta e homem/mulher (Gilibert & Cambon, 2003).

Numa variante da operacionalização descrita acima, pode se propor uma série de julgamentos ou comportamentos e pedir que o participante estime (1) a sua própria semelhança com o alvo descrito ou (2) a semelhança do seu grupo de pertença com o alvo descrito. Recentemente, Ferreira, Fischer, Porto, Pilati, e Milfont (2012) utilizaram este procedimento para identificar de que forma as diferentes dimensões do

‘jeitinho brasileiro’ são assumidas enquanto uma característica pessoal, ou enquanto uma característica dos brasileiros em geral. Os resultados mostram como as dimensões mais negativas do jeitinho (corrupção e quebra das normas sociais) são mais atribuídas aos brasileiros em geral que pessoalmente assumidas pelos participantes. Esta formulação do paradigma permite distinguir entre os elementos de uma norma social que são pessoalmente assumidos, daqueles que só são assumidos quando associados à categoria ou grupo social a que o participante pertence.

A importância do paradigma da identificação está no reconhecimento, por parte do indivíduo, do valor social de julgamentos e comportamentos apresentados por outras pessoas ou grupos. Tanto o paradigma da autoapresentação quanto o paradigma da identificação, enquanto paradigmas que implicam diretamente o indivíduo na apresentação de respostas normativas, correm o risco de que o participante não compreenda bem a instrução proposta, a esqueça enquanto responde, ou simplesmente tenha outros parâmetros sobre o que considera ser bom ou mau (Gilibert & Cambon, 2003). “Nothing proves that the impression they give is in fact an impression which they themselves would valorise if they were given by another” (Gilibert & Cambon, 2003, p. 45). É por esta razão que como parte da investigação das normas sociais, foi proposto um paradigma que mantém o participante numa situação relativamente mais neutra, de avaliador externo do alvo: o paradigma do heterojulgamento.

### *3.7.2.3 Heterojulgamento*

Neste paradigma os participantes assumem o papel de avaliadores. Devem avaliar um alvo com base apenas em suas respostas (normativas ou não normativas). Neste sentido, é pedido ao participante que tome conhecimento das respostas de um alvo e, de seguida, o avalie em relação às dimensões propostas. Inicialmente, este paradigma propunha simplesmente que se avaliasse o alvo em termos de um índice global de avaliação – admirável, amigável, bom, querido, e assim por diante (Jellison & Green, 1981). O seu estudo pioneiro tinha o objetivo de demonstrar se o alvo que apresentava explicações internas para o que lhe acontecia era mais ou menos valorizado que o alvo que apresentava explicações externas. Este paradigma se baseia portanto sobre o julgamento social do outro, ou sobre a atribuição de *valor social* a certos julgamentos ou comportamentos apresentados por outras pessoas.

O conceito de valor, assim como o de norma, é central para as ciências sociais (Beauvois, 1995). O conceito de valor veicula essencialmente “la désirabilité d’un état

de chose qui peut être concrètement un objet, une idée, un événement ou toute expérience qui est importante pour l'aptitude de l'individu à suivre et à prospérer” (Jones & Gerard, 1965 citado por Beauvois, 1995, p. 375).

O valor social de alguma característica pode, neste sentido, ser devido ao facto de uma característica ser bem vista ou socialmente desejável. A abordagem sociocognitiva propõe que o valor social não é um conceito único, e que se pode distinguir entre dois diferentes tipos de valor: a desejabilidade social e a utilidade social. O valor da *desejabilidade social* é reconhecido em alvos que geram afetos positivos através da satisfação das motivações de outras pessoas. Ou, dito de outro modo, pode-se dizer que a desejabilidade social informa a respeito da ‘agradabilidade’ de uma pessoa nas suas relações com as outras pessoas (Beauvois & Dubois, 2009; Cambon, Djouari, & Beauvois, 2006). Já o valor de *utilidade social* é informativo acerca das hipóteses de alguém ser bem-sucedido ou ter sucesso na sua vida social. E deste ponto de vista, o sucesso atribuído a alguém depende diretamente desta pessoa apresentar características em fase com aquelas que são necessárias para a reprodução dos sistemas sociais e instituições da sociedade em que vive, ou seja, do facto de ser socialmente *útil* (Beauvois & Dubois, 2009; Beauvois, 2003; Cambon et al., 2006). Portanto, o valor de utilidade social reflete o quanto um julgamento ou comportamento social é bem-sucedido e adaptado ao sistema social em que se vive (Beauvois, 1995).

Estas duas formas fundamentais de valorização (desejabilidade e utilidade social) correspondem aos conteúdos fundamentais da percepção interindividual ou intergrupar identificados por várias outras abordagens teóricas: simpatia e competência (Fiske, Xu, Cuddy, & Glick, 1999; Rosenberg, Nelson, & Vivekanathan, 1968); comunhão e agência (Wojciszke, Abele, & Baryla, 2009) auto e alter proveito (Peeters, 2001), e assim por diante. Por compreender neste trabalho que o valor social atribuído a julgamentos e comportamentos é de um só tipo, e que é este valor que pode ser associado à percepção de uma ou de outra dimensão, é que utilizarei nesta tese o modelo proposto por Fiske et al. (1999, 2002) enquanto modelo bidimensional de percepção intergrupar interpessoal.

Fiske e colaboradores (1999) propuseram este modelo para uma análise dos estereótipos atribuídos a grupos sociais. Segundo os autores, até aquele momento a investigação sobre estereótipos privilegiava o funcionamento cognitivo, conferindo pouca atenção ao seu conteúdo (Fiske et al., 1999, 2002). O modelo do Conteúdo do

Estereótipo (*Stereotype Content Model*, SCM) tinha o objetivo de sistematizar os conteúdos dos estereótipos que eram atribuídos aos grupos sociais. Foram encontradas então duas dimensões básicas, ortogonais, sobre as quais se podem localizar os estereótipos associados aos diferentes grupos sociais: competência e simpatia. Quando estas duas dimensões são combinadas, elas dão origem a quatro combinações de estereótipos: simpático e competente (admiração), antipático e incompetente (desprezo), simpático e incompetente (paternalismo) e antipático e competente (inveja) (Fiske et al., 2002). Os proponentes do modelo também propõem que a atribuição destes conteúdos aos grupos sociais não é aleatória, mas sim o resultado das relações sociais estruturais entre indivíduos e grupos (Cuddy, Fiske, & Glick, 2004, 2008; Durante et al., 2013; Fiske et al., 2002).

Neste sentido, os estudos realizados com o SCM identificaram que as dimensões de simpatia e competência são atribuídas a grupos ou pessoas (Judd, James-Hawkins, Yzerbyt, & Kashima, 2005) que, respetivamente, (1) *não* são vistas como independentes do observador, não se configurando portanto como potenciais competidoras; e (2) tem elevado estatuto social, ou seja, são socialmente bem-sucedidos (Fiske et al., 2002; Russell & Fiske, 2008). A relação entre a perceção de *simpatia* e de não-competição justifica-se pelo facto de que as pessoas que cooperam são vistas como aliadas, confiáveis e calorosas (ver Fiske & Ruscher, 1993); e, contrariamente, as competidoras são vistas como frias e pouco calorosas. Já a relação entre a *competência* percebida e o estatuto atribuído ao grupo (ou ao indivíduo) é justificada pelo erro fundamental da atribuição (Ross & Nisbett, 1991), um raciocínio comum mas falso de que o estatuto resultada invariavelmente de habilidades pessoais (Cuddy et al., 2008). As relações entre características da ordem social e as dimensões da perceção interpessoal foram demonstradas tanto através de estudos correlacionais (Fiske et al., 1999, 2002) quanto experimentais (Russell & Fiske, 2008).

Os estudos que aplicaram o SCM também demonstram que grande parte dos grupos sociais são vistos de forma *ambivalente* (Fiske et al., 2002), o que significa que a perceção negativa de um alvo sobre uma das dimensões seria compensada por um incremento na outra (Judd et al., 2005). Neste sentido, grupos vistos como competentes tenderiam a ser vistos como relativamente menos simpáticos (ex.: trabalhadores asiáticos, judeus, pessoas ricas); enquanto grupos vistos como simpáticos tenderiam a ser vistos como relativamente menos competentes (ex.: pessoas idosas, mulheres com filhos, pessoas com deficiência) (Cuddy et al., 2004;

Fiske et al., 2002). Esta dinâmica compensatória (Judd et al., 2005) poderia, segundo o SCM, “mask socio-economic disparities, facilitating, as a consequence, the rationalization and maintenance of the *status quo*” (Durante et al., 2013, p. 728). A proposta do modelo é que a motivação social para projetar estereótipos *ambivalentes* aos diferentes grupos sociais favoreceria a legitimação do *status quo* de forma mais eficaz que a projeção de estereótipos puramente *hostis* (Fiske et al., 2002).

Portanto, quanto maiores são as diferenças estruturais entre grupos sociais numa sociedade, maiores seriam as tendências para lhes conferir sentido e as neutralizar, através da projeção de estereótipos *ambivalentes* (Durante et al., 2013). Esta hipótese foi de facto confirmada através de um estudo internacional com 37 amostras de diferentes países. O estudo demonstra que quanto mais um país é desigual – de acordo como índice Gini – mais os estereótipos que projeta aos outros grupos sociais são *ambivalentes*. Por outro lado, os países mais igualitários, como não apresentavam necessidade de justificar o *status quo*, não projetavam estereótipos *ambivalentes*.

Vimos portanto como o SCM é um modelo útil para compreender a maneira com que grupos sociais são percebidos em função da sua posição na estrutura social (ex.: alto estatuto, baixo estatuto); mas também em função de que tipo de estrutura social (ex.: mais ou menos igualitária). Numa proposta para analisar, os aspetos *simbólicos* e culturais que sustentam as estruturas do SCM, Joffe e Staerklé (2007) propõem que “the social representations approach to stereotype content highlights the transmission and the social-cultural function of knowledge, rather than the psychological mechanisms underlying stereotyping per se” (p. 401). E como o valor do autocontrolo tem um importante papel para as sociedades Ocidentais liberais, os autores compararam uma série de estudos que demonstram a importância simbólica deste valor como fonte de estereótipos sobre grupos que apresentam (vs. não apresentam) autocontrolo sobre o corpo, a mente e o destino (Joffe & Staerklé, 2007).

Em suma, vimos nesta parte que quando a análise das normas sociais passa a ser feita ao nível societal e cultural, dinâmicas sociais mais amplas devem também ser consideradas. Portanto, a deteção das normas sociais através do paradigma do heterojulgamento acontece quando certas características (cujo valor social se deseja verificar) são identificadas como importantes instrumentos para o funcionamento e a reprodução das estruturas sociais (Beauvois, 1995, 2003). É a partir deste olhar societal que a abordagem sociocognitiva das normas sociais nos permite melhor

estimar e compreender as mudanças normativas (Castro, 2012) que acontecem nestas sociedades.

### **3.8 Síntese**

Este capítulo teve o objetivo de apresentar e contextualizar os estudos sobre as normas sociais nos panoramas da psicologia social em geral, e, mais especificamente, da psicologia ambiental. Os primeiros estudos dentro desta perspectiva interessavam-se sobretudo pelos fenômenos de influência social e conformismo (parte 1).

Posteriormente, a partir da necessidade de explicar o comportamento, as normas passaram a integrar modelos de predição comportamental, tais como os modelos TRA e o TPB (parte 2). A análise dos preditores comportamentais permitiu relativizar a importância da influência normativa em relação a outros preditores do comportamento – como por exemplo a atitude –, principalmente por ser a influência normativa o preditor que muitas vezes tem o menor peso preditivo no modelo TPB (Armitage & Conner, 2001).

Apesar destes modelos terem incluído as normas (subjetivas) na predição dos comportamentos, foi a partir da abordagem do Foco Normativo (Cialdini, Reno, & Kallgren, 1990) que a influência social voltou a ser sistematicamente estudada com nova abrangência. São neste modelo propostos dois tipos de influência normativa: a injuntiva e a descritiva (parte 3). Mais recentemente tem-se investigado o papel da identificação social sobre a ação das normas, o que tem apurado ainda mais as predições do modelo do Foco Normativo (Nigbur et al., 2010; Terry et al., 1999).

Considerando a multiplicidade de perspectivas e abordagens que foram descritas no capítulo sobre as normas sociais, também foi aqui apresentada uma taxonomia que clarifica e integra os diferentes tipos de normas (Thøgersen, 2006), em função do seu grau de internalização (parte 4).

Mas muitas das normas que são estruturantes da nossa realidade social são partilhadas ao nível societal. Estas normas societais têm sido o objeto de estudo de algumas abordagens, entre as quais a abordagem sociocognitiva (parte 5). Esta abordagem que propõe a utilização de paradigmas experimentais (autoapresentação, identificação e heterojulgamento), é útil para revelar a valorização de julgamentos e comportamentos sociais, que são a tal ponto partilhados que se tornam socialmente implícitos.

Todas as operacionalizações das normas sociais acima referidas permitem-nos aprofundar a análise de questões sociais que ocupam a nossa sociedade atual. Considerando que o foco deste trabalho são as normas que nos ajudam a refletir sobre a questão ambiental, no próximo capítulo serão revistos estudos sobre como as normas sociais e societais podem ser úteis como ferramentas para melhor perceber as recentes mudanças sociais ambientais.



## **Capítulo 4**

---

### **Normas Sociais e Comportamentos Pró-ambientais da Esfera Privada**

#### 4.1 Apresentação do capítulo

Como vimos no capítulo anterior, a partir dos estudos sobre influência social, persuasão e mudança de atitudes, o conceito de normas sociais passou a ser sistematicamente aplicado à predição de comportamentos. Entre os comportamentos estudados por estes modelos preditivos, os comportamentos altruístas e pró-ambientais tiveram destacada atenção. Propõe-se neste capítulo uma revisão da literatura sobre como as normas sociais foram aplicadas à predição de comportamentos pró-ambientais, mais especificamente de comportamentos da esfera privada (Stern, 2000, 2011; Stern et al., 1999).

Serão inicialmente apresentados os estudos que aplicaram o conceito de normas sociais à *predição* de comportamentos pró-ambientais. Inicialmente, estes estudos utilizaram principalmente o modelo da Teoria do Comportamento Planeado – TPB (Ajzen, 1991). Nos fins dos anos 90 é proposto um modelo já desenvolvido expressamente para a predição de comportamentos pró-ambientais: o modelo valor-crença-norma – VBN (Stern et al., 1999). Por fim será discutido o que este modelo mais recente aporta de novo, quais as suas complementaridades e diferenças em relação ao TPB em termos de predição de comportamentos pró-ambientais.

Como vimos no Capítulo 3, um estudo mais sistemático dos dois tipos de influência social – injuntiva e descritiva – foi proposto pela Abordagem do Foco Normativo (Cialdini, 2003). De seguida serão apresentados os estudos desta abordagem que se interessaram pela influência injuntiva e descritiva sobre comportamentos pró-ambientais (Göckeritz et al., 2009; Goldstein, Cialdini & Griskevicius, 2008; Nolan, Schultz, Cialdini, Goldstein, & Griskevicius, 2008).

Por fim, como vimos no capítulo anterior, as normas societais e culturais são aquelas normas que são gerais a ponto de estarem presentes em todos os grupos sociais. Na parte final deste capítulo, serão revisados os estudos que se interessaram pela forma com que a nossa sociedade lida com a questão ambiental e que, para tal, utilizaram paradigmas da autoapresentação ou do heterojulgamento.

## **4.2 Predição de comportamentos pró-ambientais – TPB**

### **4.2.1 Teoria do Comportamento Planeado e comportamentos ambientais**

Como vimos no Capítulo 3, o modelo TPB foi amplamente aplicado à predição de comportamentos sociais muito variados, entre os quais os comportamentos pró-ambientais (Lima & Correia, 2013).

O modelo TPB tem sido utilizado para explicar comportamentos pró-ambientais em geral (Oreg & Katz-Gerro, 2006); comportamentos pró-ambientais da esfera privada, como reciclagem doméstica (Knussen, Yule, MacKenzie, & Wells, 2004); comportamentos pró-ambientais no trabalho (Greaves, Zibarras, & Stride, 2013) e até mesmo comportamentos ativistas da esfera pública (Fielding, McDonald, & Louis, 2008).

Numa meta-análise que incluiu 46 estudos sobre a predição de comportamentos pró-ambientais, Bamberg e Möser (2007) concluíram que a ‘intenção comportamental’ sozinha explica 27% da variância de comportamentos pró-ambientais autodeclarados. A mesma proporção de variância explicada foi encontrada por Armitage e Conner (2001) em comportamentos de diferentes domínios. Ainda assim, percebemos que grande parte da variância comportamental (aproximadamente 73%) permanece por explicar. É por esta razão que várias propostas têm sido feitas para aumentar o poder explicativo do modelo TPB.

Uma das propostas oriundas da psicologia ambiental é a inclusão de um preditor que controle a dimensão *altruísta* do comportamento pró-ambiental (Bamberg & Möser, 2007; Harland, Staats, & Wilke, 1999). Esta dimensão foi mais profundamente estudada e explicada pelo modelo VBN (valor, crença, norma) (Stern et al., 1999), apresentada de seguida.

### **4.2.2 Modelo valor-crença-norma (VBN)**

As normas que motivaram a formulação deste modelo *não* são as normas sociais, externas. As normas aqui são aquelas que fazem sentido em relação a um conjunto *interiorizado* de valores – são as chamadas normas pessoais. Este modelo diferencia portanto as normas pessoais das sociais, considerando que “personal norms rather than social norms are central because to the extent that movements are forces for social change, they cannot build support on existing social norms” (Stern et al., 1999, p. 83). Observamos assim que a especial importância que este modelo

reconhece nas normas pessoais, em vez das sociais, deve-se à visão de que as últimas conduzem à repetição de formas de comportamento, enquanto as primeiras seriam potenciais elementos de mudança social (Stern et al., 1999).

Visto que o modelo valor-crença-norma (VBN) se baseia na força das normas pessoais, e na importância da sua ativação, ele é um desenvolvimento do modelo da ativação normativa (Schwartz, 1977). A este modelo são acrescentados ainda os valores fundamentais mais gerais (Schwartz, 1992), e as crenças ambientais medidas pela escala NEP – *New Environmental Paradigm* (Dunlap & Van Liere, 1978).

No modelo da ativação normativa, Schwartz (1977) propõe chamar *normas pessoais* à internalização das normas sociais. Enquanto obrigações e sanções internalizadas, as normas pessoais dão origem a predisposições gerais para o comportamento (Stern, 2000). Entretanto, outros fatores podem diminuir a *ativação* das normas pessoais, através do questionamento da adequação de um comportamento específico ao objetivo do indivíduo. Estes fatores podem ser resumidos como: conhecimento das consequências do comportamento para os outros (*awareness of consequences* – AC) e a atribuição da responsabilidade (*ascribed responsibility* – AR).

#### 4.2.2.1 Formulação do modelo VBN

A estrutura do modelo VBN segue a do seu nome: os valores dão origem a crenças que, por sua vez, dão origem a normas pessoais. Desta forma, as variáveis mais gerais influenciam as variáveis subsequentes, mais específicas, até culminarem na ativação (ou não) das normas pessoais – variável considerada por este modelo como a melhor preditora do comportamento altruísta pró-ambiental (Stern, 2000; Stern et al., 1999). O modelo considera as variáveis na seguinte sequência:

1. Valores pessoais (valores altruístas)
2. Crenças ambientais (medida pela escala NEP)
3. Atribuição de responsabilidades (AR) e conhecimento sobre as consequências de ações individuais (AC)
4. Normas pessoais

Este modelo evidencia como as normas pessoais motivam o indivíduo a agir em sintonia com os seus valores, defendendo como seus os objetivos de movimentos sociais, como por exemplo os do movimento ambientalista (Stern et al., 1999). “Personal norms and altruistic values are important because social movements, unlike

pure interest groups, are organized around normative claims on individuals and social organizations to act on the movement's principles for reasons other than self-interest" (Stern et al., 1999, p. 83).

O poder preditivo das normas pessoais e da teoria valor-crença-norma foi observado em diferentes tipos de comportamento pró-ambiental. Num teste completo do modelo VBN em relação à aceitabilidade de políticas energéticas, foi verificado que cada variável da sequência causal do modelo predizia significativamente a variável seguinte (Steg, Dreijerink, & Abrahamse, 2005). Estes resultados confirmaram portanto a ordem causal desde *valores* relativamente estáveis, passando pelas crenças sobre as relações homem-ambiente (NEP), que se relacionam por sua vez com crenças sobre as *consequências* dos comportamentos (AC) e a *responsabilização* (AR) pela situação do ambiente. Além da relação sequencialmente significativa entre as variáveis do modelo, as variáveis intermediárias mediavam a influência da variável anterior sobre a subsequente.

Neste teste do modelo, as normas pessoais explicaram 29% da variância dos 'julgamentos de aceitação de políticas para a redução da emissão de carbono'. Este alto poder explicativo destoa do poder preditivo das normas pessoais encontrado noutros estudos – por exemplo: 14% do uso de carro (Bamberg & Schmidt, 2003), ou 17% do uso do metropolitano (Hunecke, Blöbaum, Matthies & Höger, 2001). Alguns autores sugerem que esta diferença pode ser explicada pelo baixo custo do comportamento em questão: quando menor é o custo de um comportamento, melhor ele é predito pelas normas pessoais (Steg et al., 2005; Steg & Vlek, 2009).

Enquanto parte do modelo VBN, pudemos ver como as normas pessoais se fundamentam em valores e princípios éticos. Inicialmente sociais, os valores são internalizados enquanto princípios que guiam os nossos posicionamentos em geral, especialmente frente a objetos sociais emergentes, em relação aos quais normas sociais podem não ser claramente estabelecidas (Stern, Dietz, Kalof, & Guagnano, 1995). Neste sentido, a inexistência ou incerteza sobre as normas sociais pode ser uma oportunidade para mudanças sociais impulsionadas por valores sociais éticos e morais, individualmente internalizados enquanto normas pessoais (Stern et al., 1999).

#### *4.2.2.2 Os diferentes tipos de comportamento*

Os comportamentos que surgem como consequência de valores, crenças e normas pró-ambientais são os chamados '*environmentally significant behaviour*'

(Stern, 2000, 2011; Stern et al., 1999). Stern considera que estes comportamentos são *significativos* porque a sua expressão é indicativa de uma intenção comportamental que é pró-ambiental. Esta definição orientada para a intenção do comportamento “highlights environmental intent as an independent cause of behavior, and it highlights the possibility that environmental intent may *fail* to result in environmental impact” (Stern, 2000, p. 408).

Neste sentido, Stern et al. (1999) propõe uma categorização dos comportamentos pró-ambientais que não seja apenas baseada nos seus impactos em termos ambientais, mas nas suas intenções dos comportamentos. “The environmental movement, and by analogy other movements, includes not only activists but supporters” (Stern, 1999, p. 82). A importância destes diferentes tipos de apoio reside no facto de que eles têm a *intenção* de proteger ou mitigar o impacto das atividades humanas no ambiente, independentemente do seu impacto concreto (Stern, 2000). Neste sentido, Stern et al. (1999) propõem uma tipologia de comportamentos pró-ambientais que congrega formas mais ou menos comprometidas de ativismo ambiental, pois mesmo aqueles tipos de comportamentos que são indiretamente relacionados à mudança social ambiental, ou que tenham pouco ou nenhum impacto ambiental (Stern, 2000), têm a intenção de contribuir para a preservação do ambiente, e por esta razão é que se podem considerar comportamentos ambientais (Stern, 2000; Stern et al., 1999). Estes comportamentos podem ser: ativistas, não-ativistas da esfera pública, e da esfera privada.

Os comportamentos ambientais *ativistas* incluem aqueles associados ao ativismo, cujo alvo principal é a mudança dos modos com que as nossas sociedades se relacionam com o ambiente. Incluem comportamentos de envolvimento direto com organizações ambientalistas e manifestações públicas (Stern, 2000).

Os comportamentos ambientais *não-ativistas da esfera pública* são formas menos intensas de ativismo: são menos comprometidas, mas ainda assim públicas. Também têm o objetivo de contribuir para a mudança social através do suporte ou aceitação de políticas públicas que eventualmente tenham custos individuais, como por exemplo estar disposto a pagar maiores impostos para a proteção ambiental, escrever cartas a políticos, ou defender publicamente a aprovação de regulações ambientais (Stern, 2000; Stern et al., 1999). Apesar do seu impacto ambiental indireto, “by influencing public policies, the effects may be large, because public

policies can change the behaviors of many people and organizations at once” (Stern, 2000, p. 409).

Já os comportamentos ambientais *da esfera privada* referem-se aos comportamentos observados no espaço privado, tais como comportamentos de compra, utilização de eletrodomésticos, reciclagem e outros comportamentos privados que possam contribuir para reduzir o impacto das atividades humanas no ambiente. Estes comportamentos têm um impacto mais direto no ambiente que os outros comportamentos descritos acima. Mas as consequências individuais dos comportamentos da esfera privada são pequenas – “such individual behaviors have environmentally significant impact *only in the aggregate*, when many people independently do the same things” (Stern, 2000, p. 410, *itálicos adicionados*).

Agora que apresentamos as contribuições do TPB e do VBN, como podemos compreender as complementaridades e diferenças entre estes modelos para o estudo dos comportamentos pró-ambientais? Apresentarei de seguida uma comparação entre os dois modelos.

#### **4.2.3 Comparação dos modelos TPB e VBN**

A escolha entre qual dos modelos utilizar para explicar comportamentos pró-ambientais depende, em grande medida, de como estes comportamentos são compreendidos. Aqueles pesquisadores que atribuem motivos pró-sociais aos comportamentos pró-ambientais em geral preferem utilizar o modelo VBN. Já a atribuição de interesses pessoais a estes comportamentos está relacionada à preferência pelo TPB (Bamberg & Möser, 2007).

Segundo Harland et al. (1999), a predição do comportamento envolve tanto interesses pessoais quanto pró-sociais. Neste sentido, Harland et al. (1999) compararam o poder explicativo dos dois modelos em relação a cinco comportamentos pró-ambientais (utilização de papel natural, consumo de carne, transporte alternativo ao carro, uso de lâmpadas de baixo consumo, fechar a torneira quando se lava os dentes). Os autores verificaram que a adição das normas pessoais ao modelo TPB adiciona entre 1 e 10% ao seu poder explicativo sobre as intenções comportamentais. A inserção da norma pessoal também reduziu a força explicativa das atitudes, da percepção de controlo (PBC) e da norma subjetiva (Harland et al., 1999).

Um avanço significativo para a combinação dos dois modelos foi realizado por Bamberg e Möser (2007). A partir de uma meta-análise com 46 estudos independentes, os autores confirmaram a base mista, tanto pessoal quanto pró-social, dos comportamentos pró-ambientais. Os autores propõem uma alteração ao TPB onde as normas subjetivas seriam substituídas por normas pessoais<sup>4</sup> enquanto preditoras da intenção comportamental. As normas (sociais) subjetivas passariam, neste modelo, a ser preditivas das normas pessoais. Com estas configurações, os autores verificaram que os três preditores das intenções comportamentais – percepção de controle ( $\beta = .31$ ), atitudes ( $\beta = .29$ ) e norma pessoal ( $\beta = .29$ ) – são significativos e contribuem de modo equivalente para explicar a sua variância.

Em síntese, verificámos nesta parte do capítulo que quer os modelos que abordam os comportamentos pró-ambientais enquanto motivados por interesses pessoais (TRA e TPB), quer as teorias que atribuem motivações pró-sociais a estes comportamentos (VBN) contribuem de modo significativo para explicar estes comportamentos.

Em relação ao conceito de interesse nesta tese, as normas sociais estão presentes em ambos os modelos, mas de forma diferente. Para a TPB, as normas subjetivas são informativas da pressão social exercida por pessoas de referência para o indivíduo. São, entretanto, o mais fraco preditor da intenção comportamental (Armitage & Conner, 2001). Já o modelo VBN parte do princípio de que as normas pessoais são normas sociais *internalizadas* (Schwartz, 1977). E é porque fazem sentido em relação aos valores aos quais o indivíduo pessoalmente adere, que as normas pessoais são o *principal* preditor dos comportamentos pró-ambientais. Numa tentativa de integrar ambos os modelos afim de melhor explicar os comportamentos pró-ambientais, Bamberg e Möser (2007) propõem que as normas sociais passem a ser consideradas, no modelo TPB, um preditor *indireto* das intenções, através das normas pessoais. As normas *sociais* contribuiriam, assim, para explicar as normas *pessoais* pois informam o indivíduo sobre o padrão comportamental esperado por determinado grupo de referência.

---

<sup>4</sup> Bamberg e Möser (2007) fazem referência às *normas morais* enquanto preditores da intenção comportamental. Por razões de consistência com as apresentações anteriores das teorias VBN (Stern et al., 1999) e da ativação normativa (Schwartz, 1977), esta norma será aqui chamada *norma pessoal*.

Vimos assim que tanto o modelo TPB quanto o VBN contribuí significativamente para a compreensão das variáveis preditoras dos comportamentos pró-ambientais geral. Mas a ação específica das normas sociais e dos mecanismos de influência social foram pouco desenvolvidos dentro destes modelos. Como vimos no Capítulo 3, a abordagem do Foco Normativo (Cialdini et al., 1990) renovou o estudo da influência social. Na parte 2 deste capítulo serão apresentados os estudos de campo desenvolvidos dentro desta abordagem, acompanhados por uma discussão acerca dos avanços que eles ofereceram para a compreensão dos mecanismos de influência social.

### **4.3 Teoria do foco normativo e comportamentos pró-ambientais**

A aplicação da abordagem do foco normativo aos comportamentos pró-ambientais confirma a dupla natureza, injuntiva e descritiva, das normas sociais. Serão apresentados de seguida uma série de estudos dentro desta abordagem que mostram como as normas descritivas podem ter mais poder nalgumas situações, e as normas injuntivas, noutras.

Num estudo de campo sobre o aumento da reciclagem doméstica na sequência de cinco diferentes intervenções (feedback individual, feedback grupal, pedido, informação e controlo), Schultz (1998) observou que as condições de feedback, seja ele individual ou grupal, tinham taxas de participação e de volume de material reciclado superior às condições de ‘pedido para reciclar’, ‘informação sobre a reciclagem’ e controlo. Entre as condições de feedback, o resultado do feedback grupal (reciclagem dos vizinhos) levou mais tempo a surgir que o resultado do feedback individual. O feedback grupal foi, entretanto, mais duradouro, o que mostra que estabelecimento de *normas descritivas* pode nalguns casos ser mais poderoso que a simples ativação de uma *norma pessoal*.

Um estudo similar dentro desta abordagem sobre os comportamentos de conservação de energia foi conduzido por Oceja e Berenguer (2009) em casas de banho. Os autores testaram o efeito que normas descritivas e injuntivas, alinhadas ou desalinhadas, teriam sobre o comportamento de apagar a luz. As luzes (acesas ou apagadas) de uma casa de banho da universidade comunicavam a norma descritiva, enquanto mensagens em autocolantes incitando as pessoas a apagarem a luz comunicavam a norma injuntiva. Os resultados indicam que quando as duas normas

estão em desacordo, a influência das normas descritivas *supera* aquela das normas injuntivas. O efeito de mensagens descritivas também foi demonstrado na reutilização de toalhas em hotéis (Goldstein et al., 2008). Os resultados mostraram que normas descritivas (o que os outros hóspedes fazem) são mais eficazes que as injuntivas (pedidos baseados em argumentos ambientais) para motivar a reutilização de toalhas (Estudo 1). Estas normas descritivas são ainda mais eficazes quando associadas a um grupo próximo, mesmo que pouco significativo – como as pessoas que ficaram no mesmo quarto do hotel (Estudo 2). Num estudo similar, Loureiro (2010) demonstrou como através de pistas ambientais (ou *priming*) com palavras que evocam valores ambientais ou altruístas, é possível alterar significativamente o comportamento de ‘apagar a luz’.

Estes resultados podem deixar a entender que as normas descritivas têm sempre um impacto positivo no aumento de comportamentos de conservação. No entanto, alguns estudos mostraram que os participantes que, antes da intervenção, apresentam *menos* comportamentos de conservação são aqueles que depois da intervenção apresentam *maior* mudança como resultado da influência descritiva (Staats et al., 2004). Isto porque os participantes que já apresentam altos níveis de comportamentos de conservação têm uma menor margem para aumentá-los, apresentando, por esta razão, menor mudança comportamental em resposta à norma. Por vezes as normas descritivas podem até mesmo ter um impacto negativo nas pessoas que apresentam muitos comportamentos de conservação, num efeito conhecido como *boomerang*. Estas pessoas se percebem como desviantes pois notam que outros fazem menos que eles. Em consequência, estes participantes apresentam frequentemente um incremento no consumo de luz (Schultz, Nolan, Cialdini, Goldstein, & Griskevicius, 2007). É neste sentido que as normas injuntivas podem ser especialmente úteis. Às mensagens informativas sobre o consumo médio de eletricidade dos vizinhos (normas descritivas), foram adicionadas mensagens injuntivas de aprovação (☺) se o participante estava a consumir menos que a média, ou de reprovação (☹) se o participante estava a consumir mais que a média. Esta simples medida foi capaz de tornar a norma injuntiva saliente e pôde, por isso, eliminar o efeito *boomerang*<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Esta medida foi tão eficaz que propiciou a criação de uma empresa especializada na redução do consumo residencial de eletricidade, a Opower ([www.opower.com](http://www.opower.com)).

Estes estudos de campo mostram como as normas descritivas podem aumentar os comportamentos de conservação e como as normas injuntivas podem evitar o efeito de retorno à norma (Cialdini, 2003). São entretanto limitados em apresentar os mecanismos psicológicos intraindividuais que distinguem a influência das normas descritivas e injuntivas no comportamento.

Neste sentido Nolan et al. (2008) compararam a eficácia de mensagens para a conservação de energia que poderiam ser injuntivas (pedidos) ou descritivas (consumo médio dos vizinhos). As mensagens descritivas foram bastante mais eficazes que as injuntivas, mesmo que os participantes as tenham considerado como *menos convincentes* que os pedidos injuntivos. Este resultado indica que o processo de influência social descritiva percorre mecanismos cognitivos diferentes daqueles percorridos por processos de influência injuntiva.

Na sequência destes resultados, Göckeritz et al. (2009) investigaram os processos intraindividuais que distinguem o efeito das normas descritivas e injuntivas no comportamento de economia de energia. Os resultados indicam que as normas injuntivas moderam o efeito das normas descritivas sobre o comportamento: quanto maior a percepção de que economizar energia é certo, ou injuntivo, maior é o efeito das normas descritivas sobre o comportamento. Além disto, os autores demonstraram que a influência descritiva é processada por uma via mais periférica que a influência injuntivas: a influência descritiva sobre o comportamento era *alta* quando o envolvimento pessoal com questões ambientais era *baixo* que quando era alto, ou seja, quando os participantes eram menos atentos a estas questões.

#### **4.3.1 Identidade social**

Como vimos no Capítulo 2, a força da autoatribuição de normas de um grupo depende da importância deste grupo para o indivíduo. É neste sentido que o conceito de identidade social (Tajfel & Turner, 1979) passou a ser aplicado junto à abordagem do foco normativo. Nesta perspectiva, Terry, Hogg, e White (1999) verificaram, num estudo sobre a reciclagem, o impacto da identidade enquanto alguém que recicla sobre a intenção de reciclar. Os resultados mostram que, depois de controladas as componentes do modelo TPB (atitude, norma subjetiva e PBC), os participantes para quem a reciclagem era uma componente importante da sua identidade tinham maior intenção de reciclar que aqueles para quem a reciclagem não era uma componente importante da sua identidade (Terry et al., 1999). Além disto, as normas sobre

reciclagem de um grupo de referência influenciavam positivamente as intenções dos participantes, mas apenas aqueles participantes que tinham uma forte identificação com o grupo.

Ainda sobre a reciclagem, Nigbur et al. (2010) mostraram como podem ser distintas a influência das normas descritivas e injuntivas sobre a intenção e o comportamento de reciclar. As normas descritivas dos vizinhos influenciam a intenção e o comportamento de reciclar de modo direto. Já as normas injuntivas influenciam a intenção de reciclar (Estudo 1) indiretamente, através das normas pessoais – mas apenas os participantes identificados com a vizinhança.

Esta revisão sobre o efeito das normas sociais mostrou como as normas injuntivas e descritivas podem motivar ou desestimular os comportamentos pró-ambientais. Esta abordagem foi, desde o princípio, orientada para os estudos de campo, o que permitiu a observação direta e indireta de comportamentos pró-ambientais como reciclagem e economia de luz. Esta abordagem também passou a incluir variáveis de identificação grupal (Nigbur et al., 2010), que permitem melhor compreender como a influência injuntiva e descritiva age em consonância com a identidade social.

Os estudos revistos até aqui utilizaram um conceito de normas sociais que é referente a pessoas de referência ou a grupos sociais. Sabemos que, em princípio, estas normas podem variar entre os grupos a que as pessoas pertencem. Mas, quando estas normas são partilhadas por todos os grupos a que nós pertencemos, e por toda uma sociedade, as normas sociais grupais deixam de oferecer a amplitude necessária para a análise dos processos de influência social em ação. Estas normas mais amplas, as normas societais apresentadas no Capítulo 3, são estudadas a partir de paradigmas que estimam as normas societais de modo indireto, baseados na gestão e na formação de impressões (Gilibert & Cambon, 2003). De seguida serão apresentados estudos que aplicaram estes paradigmas a comportamentos e crenças pró-ambientais e que fornecem algumas pistas sobre as normas societais hoje existentes sobre o meio ambiente.

#### **4.4 Normas sociais ambientais**

Nesta parte do capítulo serão apresentados os estudos que abordaram as normas sociais associadas a comportamentos, crenças e atitudes pró-ambientais através de paradigmas experimentais que envolvem autoapresentações e heterojulgamentos.

Em meados dos anos 90, Sadalla e Krull (1995) estudaram como eram percebidos alvos que apresentavam comportamentos pró-ambientais da esfera privada. Os alvos eram apresentados a partir de uma lista das atividades que realizaram numa manhã de sábado. As listas de atividades diferiam apenas no ponto onde o comportamento em questão era apresentado: estender a roupa no estendal ou secar a roupa na secadora (Estudo 1), ir ao mercado de autocarro ou de carro (Estudo 2) e reciclar ou não reciclar (Estudo 3). Estes estudos mostraram que um *menor status* social era *sempre* atribuído ao alvo que apresentava o comportamento pró-ambiental. No intuito de verificar se esta perceção do comportamento de um alvo era compatível com o objetivo que um alvo poderia ter ao expressá-lo, foi realizado um estudo final onde se pedia aos participantes que avaliassem a compatibilidade de uma série de comportamentos pró-ambientais com alguns objetivos sociais, dentre os quais apresentar ‘alto *status* social’ ou ‘ser gostado’. Os resultados mostram que nenhum dos comportamentos pró-ambientais (usar o autocarro, o estendal e reciclar) era compatível com o objetivo de apresentar alto *status* social. Mesmo assim, os perfis sustentáveis são vistos, em geral, como mais cuidadosos e poupados.

Passados mais de quinze anos, este estudo foi replicado, com algumas mudanças, por Welte e Anastasio (2010). As autoras começaram por propor aos participantes que avaliassem o *status* social que percebiam em relação a um alvo que apresentava uma série de comportamentos pró-ambientais. Escolheram então dois comportamentos aos quais os participantes atribuíam *status* social neutro: reciclagem de papel e compostagem (Estudo 1). Estes comportamentos, neutros em relação ao *status* social percebido, foram então atribuídos a um alvo que era apresentado através do mesmo procedimento utilizado por Sadalla e Krull (1995) – através de uma lista das atividades realizadas pelo alvo numa manhã de sábado. Compararam então como alvos que apresentavam três diferentes níveis de comportamentos seriam percebidos em termos de características de personalidade e *status* social: quando o alvo apresentava ambos os comportamentos (reciclagem e compostagem), apenas um deles (reciclagem ou compostagem), ou nenhum. Os resultados mostraram que não há

diferenças entre os alvos avaliados: nem em relação ao número de comportamentos apresentados (dois, um ou nenhum), nem em relação ao tipo de comportamento avaliado (reciclagem de papel ou compostagem). Estes resultados são interpretados pelos autores de duas formas. A igualdade na atribuição de *status* social pode resultar do facto de que estes comportamentos foram escolhidos para o estudo justamente por serem os mais neutros em termos de *status* percebido. Mas esta igualdade também pode indicar que, em relação ao estudo de Sadalla e Krull (1995), houve uma mudança social no sentido de uma maior valorização de comportamentos sustentáveis – ou ao menos a redução do estigma negativo que anteriormente era associado a estes comportamentos. Finalmente, as autoras argumentam que, dados os atuais níveis de consciência ambiental, é surpreendente que não se tenha atribuído um *status superior* à condição de alta conservação em relação às outras condições (Welte & Anastasio, 2010).

Estes estudos mostram como, até recentemente, existia uma penalização dos alvos que apresentavam certos comportamentos pró-ambientais em termos de *status* percebido (Sadalla & Krull, 1995; Welte & Anastasio, 2010). A valorização positiva atual destes comportamentos foi demonstrada por Griskevicius, Tybur e Van den Bergh (2010). Os autores propõem duas hipóteses para a valorização social dos comportamentos de compra de produtos sustentáveis. Eles são valorizados por custarem mais caro que os produtos similares não-sustentáveis, e portanto sinalizam o *status* da pessoa que os compra. Mas além de sinalizarem *status*, estes comportamentos são altruístas, e são portanto socialmente bem vistos. O objetivo dos estudos era o de testar as condições para que se prefira a compra de um produto ecológico a um produto de luxo. Num primeiro estudo, foi demonstrado que participantes ‘primados’ com *status* preferem, mais que aqueles de um grupo controlo, um produto ecológico a um produto não-ecológico mais luxuoso (Estudo 1). Entretanto, este efeito só existe quando a compra é *socialmente visível*: quando a compra era feita *online*, os participantes ‘primados’ com *status* preferiam o produto não-ecológico mais luxuoso ao produto ecológico (Estudo 2). Finalmente, foi demonstrado que esta preferência por produtos ecológicos era especialmente saliente quando estes produtos eram mais caros que o produto não-ecológico luxuoso.

Em conjunto, estes estudos mostram uma progressiva valorização dos comportamentos sustentáveis. Se em 1995, a alguns comportamentos pró-ambientais era atribuído baixo *status* social, atualmente isto parece não ser mais verdade. Welte e

Anastasio (2010) demonstraram que comportamentos sustentáveis já não têm o peso negativo que tinham no passado, sendo verdade que hoje, aqueles produtos ecológicos que são mais caros chegam a ser preferidos em relação a opções similares de luxo (Griskevicius et al., 2010).

Estes estudos investigaram o julgamento de alvos que apresentam comportamentos pró-ambientais. Mas serão estes julgamentos sociais sobre comportamentos ambientais coerentes com o que as pessoas atualmente valorizam ao apresentarem-se a *si próprias*? Os estudos de Félonneau e Becker (2008) analisaram esta questão a partir da abordagem sociocognitiva das normas sociais.

As autoras investigaram, em França e no Reino Unido, as diferenças na expressão de atitudes e comportamentos pró-ambientais em autoapresentações positivas e neutras. Os resultados mostraram que tanto atitudes quanto comportamentos pró-ambientais alcançam médias superiores quando é pedido aos participantes que se apresentem positivamente que quando respondem ao questionário de modo neutro. Além disto, observou-se que os participantes aumentam mais os comportamentos que as atitudes quando se vão apresentar positivamente – possivelmente em função de um efeito teto das atitudes pró-ambientais. O facto de alterarem as suas respostas para apresentar uma imagem positiva de si (ver Capítulo 3) indica que atitudes e comportamentos pró-ambientais são socialmente valorizados nestas sociedades. Num segundo estudo, as autoras tinham o objetivo de comparar as normas sociais para a apresentação de atitudes e comportamentos pró-ambientais. Para isto, foi pedido aos participantes que respondessem ao mesmo questionário de modo a transmitirem uma imagem positiva, negativa ou neutra. A diferença entre a apresentação positiva e negativa corresponde conhecimento tácito a respeito da valorização social da apresentação de crenças e comportamentos (Gilibert & Cambon, 2003). Os resultados confirmam a valorização social das atitudes e comportamentos pró-ambientais, o que indica a existência de uma norma social pró-ambiental.

#### **4.5 Síntese**

Este capítulo teve o objetivo de apresentar a literatura sobre as normas sociais aplicadas a questões pró-ambientais. Foram inicialmente revistos os estudos que utilizam o conceito de normas sociais enquanto preditor de comportamentos pró-ambientais. Estes estudos incluem principalmente aqueles desenvolvidos dentro da

TPB (Ajzen, 1991). Mais recentemente, o modelo VBN, desenvolvido especialmente para prever comportamentos pró-ambientais, começa a ser mais utilizado (Stern et al., 1999). Guardadas as suas especificidades (Bamberg & Möser, 2007), estes dois modelos são complementares, uma vez que compreendem o comportamento pró-ambiental a partir de diferentes motivações.

Além dos estudos de predição do comportamento pró-ambiental, a abordagem do foco normativo interessou-se sobretudo pela influência que as normas injuntivas e descritivas têm sobre estes comportamentos (Cialdini, 2003).

Mas além destas duas principais abordagens, os comportamentos pró-ambientais podem ainda ser analisados a partir de determinantes sociais e culturais. Como vimos no Capítulo 3, o facto de as normas sociais serem amplamente partilhadas em nosso mundo social as torna guias implícitos. Neste sentido, a deteção das normas sociais ambientais pode ser feita através de paradigmas experimentais que acusem a sua existência de forma indireta. Estudos que utilizaram estes paradigmas mostram que a valorização social das questões ambientais tem aumentado de modo significativo nos últimos 15 anos, o que indica mudanças nas representações sociais sobre o ambiente.

Mas esta valorização social de crenças e comportamentos pró-ambientais não acontece espontaneamente. Trata-se de uma mudança que acontece a reboque de modificações que acontecem ao nível dos significados e representações sociais partilhadas sobre o meio ambiente. Como é que a abordagem das representações pode contribuir para a compreensão das modificações que vem acontecendo, nos últimos anos, na valorização de crenças e comportamentos pró-ambientais? Esta questão será abordada no próximo capítulo.

## **Capítulo 5**

---

### **Representações Sociais e Normas Sociais: Sistematização da Proposta de trabalho**

## 5.1 Apresentação do capítulo

Neste capítulo serão integradas as principais questões que nortearam o percurso teórico percorrido ao longo da seção teórica desta tese. Esta integração servirá como base para as hipóteses de trabalho que guiarão os estudos apresentados na sessão empírica.

Este capítulo começa por propor relações teóricas entre os conceitos de representações e normas sociais. Estas propostas de relação teórica visam perceber como é que diferentes tipos de representações sociais podem estar associados ao surgimento de processos e tipos de influências sociais com características específicas.

## 5.2 Representações sociais e normas sociais: Uma proposta de integração

Esta análise dos conceitos de norma e representação social tem o objetivo de contribuir para a reflexão já iniciada pela psicologia societal (Doise, 1993; Staerklé, 2009, 2012, 2013) sobre o papel estruturante que alguns sistemas de crenças desempenham sobre muitos aspetos da nossa vida em sociedade, como por exemplo, a *Future Time Perspective* (FTP) (Zimbardo & Boyd, 1999) ou a *Belief in a Just World* (BJW) (Lerner, 1980). Apesar da importância societal destes sistemas de crenças, elas são frequentemente analisadas enquanto variáveis individuais ou grupais, o que dificulta a análise das consequências que esta adesão acarreta ao nível societal (Alves & Correia, 2008, 2010; Guignard, Apostolidis & Demarque, 2014). Como nesta tese se pretende analisar as normas sociais ao nível societal, “normativity refers here to the idea that individuals necessarily call upon *collective meaning systems* in order to think and act meaningfully” (Staerklé, 2012, p. 82, *italics no original*). São portanto os significados e os valores culturais partilhados e transmitidos ao nível societal que permitem compreender o processo de mudança socioambiental que atualmente acontece como resposta a leis ambientais.

Tanto o conceito de norma social quanto o de representação social permitem a articulação dos diferentes níveis de análise em psicologia social: intraindividual, interindividual, posicional e societal (Doise, 1982). Mas apesar de se sobreporem em muitos aspetos teóricos, a interdependência destes conceitos apenas começa a ser explorada pela literatura em representações sociais (ver Castro & Batel, 2008; Staerklé, Clémence & Spini, 2011). Para uma melhor sistematização da relação entre os conceitos

de representações e normas sociais, neste capítulo proponho que a relação entre estes dois conceitos seja estabelecida em torno de dois principais aspetos:

1. *Aspeto temporal: De normas formais a informais, e vice-versa.* Enquanto guia ou ideal, as representações sociais podem tomar a forma de representações *transcendentes* (Harré, 1998), ou seja, aquelas que guiam as ações em função de normas formais pertencentes ao universo reificado (Castro, 2012; Castro e Batel, 2008). Estas representações transcendentais podem gradualmente transformar-se em um outro tipo de representação que é *imane*nte às práticas sociais, pertencente a um universo consensual permeado por normas informais. Estas representações imanentes podem, com o tempo, também percorrer um caminho inverso e transformar-se em representações transcendentais (Jensen & Wagoner, 2009).
2. *Aspeto consensual: Papel das normas nas representações hegemónicas, polémicas e emancipadas.* As normas associadas às representações sociais adquirem maior ou menor força em função do carácter mais ou menos consensual destas representações entre os grupos implicados no debate social. Este debate pode contribuir para o surgimento de representações polémicas, emancipadas ou hegemónicas (Moscovici, 1988). Por exemplo, representações com características emancipadas estariam associadas a normas mais flexíveis para a expressão de ideias e comportamentos; ao passo que representações polémicas apresentariam normas mais rígidas para a expressão de ideias e comportamentos.

Passo agora a descrever de forma mais detalhada estes dois aspetos da relação entre representações sociais e normas sociais.

### **5.2.1 Aspeto temporal: De formais a informais e vice-versa**

Como já foi dito, os estágios da mudança social normativa, ou seja, a mudança que é estimulada por leis (Castro & Mouro, 2011; Castro, 2012) são indicativos dos diferentes momentos por que atravessam os novos objetos sociais quando surgem no debate público e se tornam objeto de novas leis que regulam o espaço público. Portanto, podemos observar a existência de representações sociais com características diferentes para cada um dos momentos das mudanças normativas. As mudanças sociais são frequentemente desencadeadas pela *emergência* de um problema questão que estimula o debate social (Castro & Mouro, 2011; Castro, 2012). As sociedades modernas lidam

com os problemas que emergem do debate social através da sua *institucionalização*, o que implica a criação de organizações estatais ou não-governamentais relacionadas ao tema, leis, regulamentos, e afins. Mas estas mudanças formais só alteram os comportamentos de forma abrangente quando são *generalizadas* através dos diferentes contextos de ação social (Castro & Mouro, 2011; Castro, 2012). O estágio de *estabilização* seria alcançado quando a mudança normativa é alcançada nos diferentes contextos da sociedade (Castro, 2012). Representações com diferentes características podem emergir em cada uma destas fases da mudança social normativa. Neste trabalho, explorarei especificadamente representações que surgem em dois momentos: aquelas que acompanham as leis, na fase de Institucionalização, e aquelas que surgem durante a fase de Generalização.

Nestas duas fases, as representações sociais mantêm relações específicas com a prática social (Harré, 1998). Aquelas representações que podem existir independentemente da prática social a que se referem (ex.: regras de conduta ou guias de instrução, ou leis sobre o que deve ser avançado) são classificadas como representações *transcendentes* (Harré, 1998). As representações transcendentais incluem situações em que *se segue* uma regra, pois os guias ou restrições às ações são exteriores ao comportamento (Castro & Batel, 2008). “*Following a rule* is typified by the sort of thing one does when there is a written instruction; one reads the instruction and then does what it says” (Harré, 2002, p. 116, itálicos adicionados). As representações transcendentais são portanto independentes dos comportamentos, uma vez que existem enquanto ideal, ou regra para a consecução de ações que podem, até mesmo, nunca chegar a se concretizar.

Já as representações que não podem ser alienáveis do comportamento social a que se referem são chamadas de representações *imanes*. É o que Harré (2002) chama “*acting in accordance with a rule*” (p. 115), pois não se conhece exatamente a regra que guia um determinado comportamento até o executarmos. “*Acting according to a rule* is typified by the sort of thing one does when driving cars, playing musical instruments and so on, correctly, that is in accord with some usually publicly acknowledged standard” (Harré, 2002, p. 116). Portanto, para Harré (1998, 2002) as representações imanes só fazem sentido a partir de ações *concretas*, enquanto as representações transcendentais podem conter elementos mais abstratos. Neste sentido, considera-se que as representações que circulam no primeiro momento da institucionalização das normas formais seriam transcendentais, enquanto aquelas que começam a circular a partir da

generalização destas mudanças, gradualmente se tornariam imanentes (ver Castro & Batel, 2008).

Além das relações com as práticas, as representações circulantes nestes dois momentos pertencem a universos de conhecimento distintos. Como vimos no Capítulo 2, Moscovici (1976) propõe a existência de dois universos, um *reificado* – onde regras e padrões são concebidos de maneira mais formal, abstrata e conceptual – e um universo *consensual* – onde o conhecimento é concretamente vivido pelas pessoas no seu dia-a-dia. Portanto os dois tipos de representação circulantes nas fases de institucionalização e de generalização pertenceriam a diferentes universos: o primeiro a um universo reificado e o segundo a um universo consensual.

Neste sentido, quando as novas ideias são propostas enquanto leis e regulamentações ao grande público, elas deixam o universo reificado para gradualmente entrar no consensual, onde dão origem a representações transcendentais. Num segundo momento, as mudanças propostas pelas novas leis vão sendo cimentadas no tecido social, que acomoda as novas ideias por elas propostas no seu universo consensual. No universo consensual, estas ideias dão origem, com o passar do tempo, a representações imanentes, dentro das quais normas informais são especialmente ativas. Claro que com o passar do tempo, estas normas informais podem também mudar e estimular o surgimento de novas normas formais, num movimento reverso do tipo *bottom-up* (Jensen & Wagoner, 2009).

Portanto, tipos diferentes de representações sociais podem ser associados a momentos específicos da mudança social normativa. Um primeiro tipo de representação circularia dentro de um universo reificado, entre especialistas e através de canais formais de disseminação (Batel & Castro, 2009; Moscovici, 1961). Através de instituições formais, tais como associações científicas e departamentos de universidades, as sociedades ocidentais modernas supõem que o conhecimento que circula dentro deste universo é ‘superior’ àquele que circula entre os ‘homens da rua’ (Batel & Castro, 2009). Ao nível da sua conceção, as normas formais fazem parte de um universo reificado, bastante mais distantes e abstratas para o cidadão que as normas informais (Fernández-Dols, 2012), parte do universo consensual. No caso das leis, é através destas normas formais que o Estado assume o papel de regulação do comportamento dos membros de uma comunidade, desempenhado no passado pelas famílias, vizinhos ou pela igreja (Posner, 2002).

Quando a mudança social está em vias de Generalização, este conhecimento passaria então a circular entre o público leigo através de canais de disseminação, como por exemplo os media (Bauer & Gaskell, 1999, 2008). Passa assim a integrar também o universo consensual, informal, onde as normas que regulam os comportamentos são informais, emergentes de rotinas ou comportamentos (Harré, 1998). Um exemplo clássico de representações circulantes no universo consensual, são as representações sociais da loucura que Jodelet (1989) encontrou entre os residentes de Ainay-le-Château. Embora os residentes desta comunidade psiquiátrica demonstrassem bons conhecimentos sobre a maneira correta de tratar os ‘lunáticos’ residentes na comunidade (normas formais originadas no universo reificado), foi apenas a partir da observação direta das suas práticas de segregação quotidianas que Jodelet (1989) pode identificar o paradoxo entre os seus comportamentos e as normas formais que orientam o seu discurso sobre esta mesma prática.

Mas nem todas as mudanças sociais têm origem no universo reificado. As mudanças do tipo *bottom-up* têm origem no universo consensual, e podem alterar as normas formais para versões que sejam mais adequadas a um determinado período na história (Castro & Batel, 2008; Fernández-Dols, 2012; Jensen & Wagoner, 2009). Os exemplos destas mudanças sociais que começam por alterar os hábitos e normas informais para alterar as leis num segundo momento incluem o casamento gay, o desaparecimento do sistema de dote, entre outros. Desta forma, podemos observar que as mudanças que têm origem no universo consensual operam inicialmente através de modificações das normas informais. Posteriormente, estas mudanças são formalizadas através de normas formais ou leis que validam estas mudanças ao nível institucional (Castro, 2012). Este tipo de mudanças social, iniciada no universo consensual, demonstra a importância da dinâmica entre os grupos sociais que compõem a estrutura social tanto para a confirmação quanto para a subversão da ordem social (Harré, 2002): “people are the effective agents who are creating the social world, creating social structures in accordance with the rules and conventions that have come to them historically, and, for the most part, are immanent in social practices” (p. 119).

Portanto como vimos, a mudança social pode percorrer os dois sentidos entre os universos reificado e consensual (Jensen & Wagoner, 2009). Nesta tese serão investigadas especificamente as mudanças sociais do tipo *top-down*, onde representações com características transcendentais, envolvendo normas formais, e iniciadas num universo reificado dão, gradualmente, origem a um segundo tipo de

representações com características imanentes, contendo normas informais, e que circulam num universo reificado. Dois diferentes tipos de representação podem portanto ser observados no curso da mudança social. Mas a mudança social não acontece unicamente em função da passagem do tempo. A qualidade da relação dos grupos onde as representações circulam pode também ser determinante para acelerar ou dificultar a mudança social. Passamos então a analisar como é que a forma como se relacionam os diferentes grupos envolvidos nestas mudanças contribui (ou não) para que elas se concretizem.

### **5.2.2 Aspeto consensual: Normas nas representações hegemónicas, polémicas e emancipadas**

Como já foi dito, para além do aspeto temporal, o nível de consenso dentro do debate social acerca de um determinado objeto social também determina a força das normas que regulam as trocas entre os grupos em torno deste objeto. A existência de debate e a divergência de opiniões é uma condição fundamental para o surgimento de representações sociais (Moscovici, 1985a). Portanto a qualidade do debate em torno de um determinado objeto social pode delinear as normas presentes nas representações partilhadas acerca deste objeto. Neste sentido, Moscovici (1988) propõe que diferentes tipos de representações emergem a partir das características do debate entre grupos sociais: representações hegemónicas, polémicas e emancipadas (Capítulo 2).

As representações *hegemónicas* referem-se a certos pressupostos, uniformes e coercivos, que nos orientam na vida social (Moscovici, 1988, p. 221). Estas representações são normativas não para um grupo em especial, mas para toda uma sociedade. Com o advento das Nações Unidas, algumas representações passaram ser hegemónicas para a comunidade internacional (Doise, 2001a, 2001b, 2012). Representações como a dos direitos humanos ou da proteção ambiental são, neste momento, “cross-culturally defined and their application is sometimes guaranteed by international institutions” (Doise, 2012, p. 13). Muitas vezes, estas representações correspondem aos aspetos da nossa realidade que são a tal ponto normativos e implícitos que são de difícil identificação. As representações aqui existem enquanto factos sociais, através de instituições sociais (Flament & Rouquette, 2003), como por exemplo a representação social do dinheiro (Vergès, 1992).

Estas representações hegemónicas são ancoradas em valores sociais centrais e contém geralmente atribuições causais sobre o funcionamento do mundo (Dubois, 2009;

Flament & Rouquette, 2003). Representações que fornecem respostas a questões como ‘quais são as forças motrizes da nossa sociedade?’, ou ‘quem é responsável por quê?’ e que são por isto relacionadas a uma série de julgamentos e ideias sobre os acontecimentos do nosso dia-a-dia (Hewstone, 2001; Staerklé, Delay Gianettoni & Roux, 2007). Os paradigmas da abordagem sociocognitiva foram propostos com a intenção de avaliar, de modo indireto, a importância deste tipo de julgamentos (Dubois, 2009; Dubois & Beauvois, 2005). Portanto, a partir de uma perspectiva mista entre as abordagens sociocognitiva e das representações sociais, quando as representações que conferem sentido aos julgamentos sociais são do tipo hegemónico, as normas a elas associadas são igualmente fortes no controlo das crenças e comportamentos que têm que ser expressos em diferentes contextos sociais.

Estudos empíricos com a aplicação dos paradigmas sociocognitivos têm demonstrado que as ideias e representações que sustentam as normas associadas à expressão da crença no mundo justo (Alves & Correia, 2008), da internalidade (Dubois & Beauvois, 2005; Dubois, 2000), da orientação para o futuro (Guignard et al., 2014) ou o individualismo (Somat & Vazel, 1999), são fundamentais para as sociedades ocidentais modernas. Todos estes estudos demonstraram o poder das normas associadas à expressão destes julgamentos (ou representações) em situações sociais (Dubois, 2003). Ainda assim, subsiste uma incerteza a respeito da origem da força da pressão para a expressão destes julgamentos, que poderia advir, por um lado, das representações sociais sobre o ‘funcionamento do mundo’; e por outro lado, de fontes de significado ou valores mais fundamentais (ex.: *themata*) que confeririam sentido às representações.

Portanto as normas sociais são imanentes ao próprio funcionamento das sociedades e são, por esta razão, pouco questionadas. Pelo contrário, em situações onde existem versões diferentes e incompatíveis de um mesmo objeto, elaboradas por grupos sociais em situação de conflito, testemunha-se a existência de representações *polémicas*. “These representations are generated in the course of social conflict, social controversy, and society as a whole does not share them” (Moscovici, 1988, p. 221-222). Portanto, quando uma representação é específica a uma das partes em oposição, o conflito representacional envolve também elementos identitários (Kus et al., 2013; Vala, Garcia-Marques, Gouveia-Pereira, & Lopes, 1998). E é neste sentido que a partilha de representações sociais envolve, nestes contextos, metacconhecimentos, ou informações holomórficas (Wagner, 1994, 1995) sobre a origem social dos argumentos das representações de um grupo ou de outro. Esta informação define como pensam os

membros de um determinado grupo *em relação aos membros de outros grupos*, como foi dito no Capítulo 2.

Este conhecimento que temos sobre as representações de outros grupos sobre um assunto tem importantes consequências na nossa vida social. É este conhecimento que estabelece as normas orientadoras dos nossos comportamentos e comunicações fora dos limites do nosso grupo (Elcheroth et al., 2011). Se, por exemplo, fazemos parte do sindicato da empresa onde trabalhamos, normalmente conhecemos a sua forma de funcionamento, e quais os argumentos utilizados para justificar diferentes situações. Numa negociação, este conhecimento necessariamente guiará as nossas comunicações com a direção da companhia – pelo menos se formos razoáveis e quisermos ser bem-sucedidos. Portanto, saber o que o nosso próprio grupo pensa e considera como correto não é o suficiente para uma coexistência pacífica em sociedade; o que sabemos que as *outras pessoas* pensam é também muito importante (Elcheroth et al., 2011), pois aquilo que pensam os outros é o que define os contextos sociais dentro dos quais se deseja ganhar estima social (Emler, 1994; Posner, 2000).

Em síntese, as representações sociais polémicas contém claras normas sociais que servem como *guias* para as comunicações entre os indivíduos pertencentes aos diferentes grupos sociais. Estas normas são socialmente reconhecidas e mudam em função do contexto social em que nos encontramos.

Vimos portanto que representações hegemónicas e polémicas estabelecem as normas sociais válidas em todos os grupos (hegemónicas) ou apenas na esfera de influência de um grupo específico (polémicas). Por sua vez, o terceiro tipo de representação social, as representações *emancipadas*, refletem um outro tipo de relação dos grupos sociais com as normas. Quando a aplicação de um quadro representacional, bem como a submissão às suas normas, é muito variável e dependente do contexto, estamos diante de representações emancipadas. Moscovici (1988) define as representações emancipadas como:

(...) the outgrowth of the circulation of knowledge and ideas belonging to subgroups that are in more or less close contact. Each subgroup creates its own version and shares it with the others. These are emancipated representations with a certain degree of autonomy with respect to the interacting segments of society (p. 221).

Ou seja, quando as representações são emancipadas, elas se tornaram relativamente independentes dos grupos sociais que lhes deram origem, de modo que os

diferentes grupos sociais as partilham em algum grau. Representações com estas características – comuns mas substituíveis – incluem por exemplo aquelas ideias que são amplamente partilhadas e socialmente valorizadas. Mas por outro lado, a apresentação dos *comportamentos* correspondentes a estas ideias é ainda muito dependente do contexto social (Mouro & Castro, 2012; Staerklé & Clémence, 2004). Observamos portanto um *gap* entre o que é em geral socialmente valorizado mas que apresenta dificuldades relacionadas ao contexto concreto de apresentação dos comportamentos (Spini & Doise, 1998): “abstract versus applied organizing principles are general in social representations which are socially positively evaluated” (p. 606). Neste sentido, as representações emancipadas parecem apresentar diferentes exigências normativas para a expressão de crenças e de comportamentos. Por se tratar de ideias amplamente partilhadas e socialmente valorizadas, as normas para a expressão de crenças são claras. Por outro lado, como as vias para a apresentação dos comportamentos correspondentes nem sempre são bem estabelecidas (ex.: dificuldades para denunciar violações aos direitos humanos), as normas para a apresentação de comportamentos coerentes com as crenças não são tão exigentes. Proponho neste sentido que quando estamos diante de representações emancipadas, haveria uma tendência para maior indulgência em relação à apresentação dos *comportamentos* associados às ideias que são socialmente valorizadas (Mouro & Castro, 2012).

Nesta secção vimos que as relações entre os grupos que participam da emergência de um objeto social têm grande influência na caracterização do tipo de representações. Cada um destes tipos de representação envolve diferentes constelações de relações dão origem a exigências normativas específicas. Vimos assim que ao nível societal, as representações sociais podem constituir guias formais para a ação, em contraposição com os limites informais e reais do quotidiano. Esta primeira formulação das representações sociais enquanto normas espelha um interesse teórico já existente (ver Elcheroth et al., 2011; Staerklé et al., 2011) e distingue, por um lado, as representações transcendentais – relacionadas com normas formais e a um universo reificado – das representações imanentes – relacionadas a normas informais e a um universo consensual.

As representações sociais podem também apresentar diferentes forças normativas quando associadas a diferentes níveis de consenso em relação a um objeto social. Desta forma, representações hegemónicas, polémicas e emancipadas (Moscovici, 1988) contém exigências normativas distintas. Dentro de representações hegemónicas,

pequenos desvios na expressão de crenças e comportamentos podem conduzir a uma grande perda de estima social. Quando representações polémicas estão em questão, informações holomórficas (Wagner, 1995) fornecem importantes informações sobre qual o tipo de crenças e comportamentos que geram maior ganho de estima social (ou são normativos) em determinados contextos. E finalmente, propõe-se de que diante de representações emancipadas, as inconsistências entre a expressão de crenças de comportamentos são toleradas (Castro & Mouro, 2011), especialmente quando os objetos são socialmente valorizadas (ver Spini & Doise, 1998).

Agora que os aspetos teóricos que sustentam o raciocínio deste trabalho foram integrados, passo a especificar os objetivos gerais dos estudos que serão apresentados na secção empírica.

### **5.3 Sistematização da proposta de trabalho**

A sistematização das relações entre as normas e as representações sociais apresentada acima servirá como base para os objetivos de trabalho que nortearão os estudos empíricos apresentados na segunda secção desta tese.

A grande questão que orientou a reflexão desenvolvida na primeira parte deste trabalho é se as normas formais que regulam a proteção do ambiente (ex.: acórdãos internacionais e leis de proteção ambiental) adquiriram hoje, também, valor social informal (Castro, 2012) em dois países com diferentes estruturas legislativas em relação ao meio ambiente. Propomos responder a esta questão através da análise da aplicação dos três paradigmas da abordagem sociocognitiva, que serão pela primeira vez aplicados em conjunto à análise da valorização social de crenças e comportamentos pró-ambientais. Esta análise será ainda complementada pela comparação desta valorização social entre Portugal e Brasil.

Esta questão envolve uma dimensão temporal de evolução das representações sociais, onde se deseja explorar até que ponto a questão ambiental, representada em princípio de modo *transcendente*, num universo reificado e através de normas formais, vem atualmente adquirindo características de representação *imane*nte, circulantes no universo reificado e onde é observada a ação de normas informais.

Além de uma questão temporal, a reflexão a respeito do momento em que nos encontramos em relação à mudança social ambiental no Brasil e em Portugal envolve uma dimensão consensual, a partir da qual se deseja identificar o nível de consenso ou

debate entre os diferentes grupos sociais envolvidos nas representações sociais sobre o meio ambiente (hegemónica, polémica ou emancipada). É por esta razão que a valorização informal de crenças e comportamentos pró-ambientais será comparada entre diferentes contextos sociais.

A partir do momento em que as representações ambientais são estabilizadas – isto é, as diferentes versões do mesmo objeto são homogeneizadas e as representações se tornam hegemónicas – elas se tornariam, em princípio, imanentes, ou diretamente dedutíveis a partir das práticas sociais (Castro, 2012).

Num processo oposto, mas complementar ao de generalização das normas, ao mesmo tempo em que as representações e normas sociais são estabelecidas em torno de novos objetos sociais, elas passam a ser progressivamente *internalizadas* ao nível individual sob a forma de normas pessoais (Stern et al., 1999; Thøgersen, 2006). Neste sentido, quando as representações sociais atingissem um estatuto hegemónico ao nível societal, as normas sociais presentes ao nível societal passariam, ao nível *individual*, a ser gradualmente incorporadas enquanto regulações pessoais.

O efeito destas mudanças sociais ambientais pode ser analisado em relação a crenças e comportamentos pró-ambientais de diferentes tipos. Podemos falar por exemplo de comportamentos e crenças pró-ambientais do tipo ativistas, que defendem a participação em movimentos sociais como estratégia para profundas mudanças no funcionamento das nossas sociedades (Stern et al., 1999; Uzzell & Rätzl, 2009). Podemos, por outro lado, também falar de comportamentos e crenças pró-ambientais da esfera privada, cujos efeitos no meio ambiente são diretos em termos conservação ou não-conservação de recursos (Stern et al., 1999; Stern, 2000). Os comportamentos e crenças da esfera privada podem ainda ser aqueles que envolvem um grande investimento, mas que têm impactos significativos em termos de economia de energia ou água, como melhorar o isolamento térmico da casa, ou comprar eletrodomésticos de baixo consumo (Gaspar & Antunes, 2011; Steg & Vlek, 2009); ou que envolvem poucos custos diretos, mas que devem ser quotidianamente repetidos, como reciclar, apagar as luzes, ou fechar a torneira (Stern, 2011). É sobre este último tipos de crenças comportamentos, que envolvem pequenos esforços quotidianos continuados, que observaremos os efeitos das mudanças sociais ao nível das representações e normas sociais.

Como cada uma destas questões envolve propostas de investigação específicas, passo a descrever de seguida os objetivos específicos relativos a cada um dos pontos acima mencionados.

### **5.3.1 Aspeto temporal e a evolução das ideias ambientais**

Diante do objetivo de perceber a que ponto certas representações ambientais – que já existem há algum tempo ao nível formal das leis – estão a caminho de se tornarem imanes e apresentarem também normas informais, este trabalho propõe uma análise do *valor social informal* que é atribuído ao meio ambiente em Portugal e no Brasil. O valor informal de crenças e comportamentos pró-ambientais será estimado através dos paradigmas da abordagem sociocognitiva das normas sociais. Mais especificamente, este trabalho propõe verificar:

- (a) Se o pró-ambientalismo, especificamente relacionado à esfera privada, é hoje informalmente valorizado em Portugal e no Brasil de modo que as pessoas achem necessário apresentarem crenças e comportamentos pró-ambientais para serem bem vistas (Estudos 1, 2 e 3);
- (b) Se o pró-ambientalismo, relacionado à esfera privada, é atualmente um requisito para que, em Portugal e no Brasil, alguém seja bem visto pelas outras pessoas como competente e simpático (Estudo 4);
- (c) Como é que diferentes comportamentos pró-ambientais (ativistas ou não ativistas da esfera pública ou da esfera privada) são percebidos em termos de competência e simpatia (Estudo 5).

A análise comparativa da valorização informal das crenças e comportamentos pró-ambientais entre o Brasil e Portugal tem por objetivo perceber até que ponto as estruturas legislativas ambientais, mais exigentes e antigas em Portugal em relação ao Brasil (Ferreira, 2000; Ferreira & Tavolaro, 2008), contribuíram para acelerar a mudança do modo como estas sociedades pensam a sua relação com o ambiente (Castro, 2014). A comparação entre estes dois países propõe um quadro societal para a análise do processo de mudança social onde representações circulantes num universo reificado – composto pelas leis e instituições destes dois países – gradualmente infiltram o universo consensual até se tornarem imanes. A comparação entre estes países visa portanto analisar até que ponto é que o grau de implementação formal das normas ambientais se associa à valorização informal destas ideias ao nível da sociedade.

### 5.3.2 Aspeto consensual e a generalização das ideias ambientais

A fim de perceber o nível de consenso social em torno do pró-ambientalismo, serão analisados tanto a expressão quanto a valorização das *crenças* e *comportamentos* pró-ambientais da esfera privada. Esta inclui comparações entre:

(d) A expressão de *crenças* e *comportamentos* pró-ambientais (Estudos 1 e 2);

Esta comparação tem por objetivo perceber qual o tipo representação que enquadra as normas sociais atualmente ativas em relação ao meio ambiente. Caso os participantes expressem altos níveis de crenças pró-ambientais (gerais e abstratas), associadas a níveis significativamente inferiores de comportamentos pró-ambientais (específicos e concretos), verificaríamos a existência de um *gap* entre as ideias e as práticas, num determinado contexto. Esta diferença é tipicamente encontrada em representações sociais emancipadas, que apesar de possuírem valor consensualmente positivo por um lado (Spini & Doise, 1998), são concretamente apropriadas de diferentes maneiras nos contextos específicos de grupos sociais (Mouro & Castro, 2010, 2012).

Mas além da *expressão* de crenças e comportamentos pró-ambientais, também a *valorização* informal de crenças em relação à valorização informal de comportamentos fornece importantes indícios para compreender a que ponto o pró-ambientalismo se tornou consensual. É neste sentido que se pretende comparar:

(e) O valor informal atribuído a crenças com aquele atribuído a comportamentos pró-ambientais (Estudos 1, 2 e 4)

A valorização social de crenças será também analisada relativamente a valorização social de comportamentos pró-ambientais. Este objetivo pretende analisar se, de facto, a expressão de comportamentos pró-ambientais é socialmente mais valorizada que a expressão de crenças, como sugerem Félloneau e Becker (2008). Considerando que as crenças e comportamentos pró-ambientais correspondem a duas diferentes formas de expressar uma única orientação pró-ambientalista (Kaiser et al., 2010), a diferença entre estes dois tipos de expressão se concentrará no facto de que uma delas é abstrata e a outra concreta (Rabinovich, Morton, & Postmes, 2010; Trope & Liberman, 2010), uma delas passiva e a outra ativa (Abele & Wojciszke, 2007). Além disto, a valorização social da apresentação de crenças e comportamentos pró-ambientais será analisada em função da sua estabilidade diante de diferentes contextos sociais. Como propõe a abordagem sociocognitiva acerca da gestão de impressões (Dubois,

2003), os participantes possuiriam metacconhecimentos a respeito do que outros grupos pensam a respeito, por exemplo, do meio ambiente, o que os permite adaptar, ou moderar, a forma com que se apresentam aos diferentes contextos em função das normas informais neles vigentes. Neste sentido, propõe-se antes de mais:

- (f) Uma análise das metarrepresentações sobre o ambiente que estudantes portugueses associam a diferentes grupos, ou contextos socioprofissionais (Estudo 3).

A partir do conhecimento das representações partilhadas por outros grupos sociais sobre o meio ambiente, os participantes estariam informados sobre quais são as normas que conduzem, no contexto de cada um dos grupos sociais, a aquisição de estima social. Saberiam portanto como modular as suas crenças e comportamentos de modo a apresentar o maior valor social *dentro daquele contexto específico*. Com o objetivo de analisar a forma com que operam as normas sociais ambientais em diferentes contextos sociais, ou normativos, propõe-se:

- (g) Verificar se crenças e comportamentos pró-ambientais são igualmente valorizados diante de contextos formados por diferentes grupos socioprofissionais (Estudo 3).

A modulação do valor social atribuído a crenças e comportamentos pró-ambientais em diferentes contextos demonstraria que a questão ambiental ainda é valorizada em função das motivações e interesses específicos aos grupos sociais. Esta instabilidade do valor social do ambientalismo também seria uma indicação de que ainda nos encontramos numa fase de *generalização* do seu valor informal (Castro, 2012, 2014; Mouro & Castro, 2010), através de diferentes contextos sociais nos dois países estudados. Além disto, a instabilidade do valor social de um objeto entre diferentes contextos também sugere que se está diante de representações com características *emancipadas*.

### **5.3.3 Internalização da influência social: o nível individual das normas**

Quando as representações do meio ambiente, inicialmente concebidas num universo reificado, passam a se infiltrar pelo universo consensual, elas deixam de ser concebidas exclusivamente de modo transcendental para serem também representadas de modo imanente. Para se tornarem imanentes, as normas informais contidas nestas representações ao nível societal passam, ao nível individual, por um processo de

internalização (Kelman, 2006, 1958; Thøgersen, 2006). Através deste objetivo, propõe-se analisar:

- (h) o processo de internalização das normas sociais em normas pessoais no Brasil e em Portugal (Estudo 7).

Partindo da taxonomia normativa de Thøgersen (2006) e da perspectiva normativa da identidade social (Terry et al., 1999; White et al., 2009), realizar-se-á uma comparação da internalização das normas sociais entre os dois países. Será também analisado o papel da identidade social sobre a internalização das normas sociais. Mais especificamente, pretende-se identificar se o nível de identificação com o grupo altera a tipo de normas sociais que são mais influentes na formação das normas pessoais.

Estes objetivos são aqui apresentados de forma esquemática mas serão respondidos às vezes de modo simultâneo ao longo dos diferentes estudos. Estes objetivos servirão de referência para as hipóteses especificamente descritas para cada estudo. Guiarão também, ao final da tese, a análise discussão conjunta dos resultados.

## **Capítulo 6**

---

### **O que as Autoapresentações e Identificações Revelam sobre a Valorização Social de Crenças e Comportamentos Pró- Ambientais**

## 6.1 Introdução

Para que as leis propostas para a alteração dos comportamentos sociais sejam respeitadas em diferentes contextos sociais, além do valor formal, elas devem adquirir valor informal (Castro, 2012). Neste capítulo propõe-se a investigação, a partir de três estudos experimentais, da valorização informal de crenças e comportamentos pró-ambientais, da esfera privada, em Portugal e no Brasil.

O valor social atual de crenças e comportamentos pró-ambientais será estimado através de dois diferentes paradigmas da abordagem sociocognitiva: o paradigma da autoapresentação e da identificação. Estes paradigmas permitem estimar o valor social associado a crenças e comportamentos a partir do grau em que são utilizados para a gestão das impressões que um indivíduo deseja causar em seu meio social. Neste capítulo, a aplicação destes paradigmas tem por objetivo investigar (1) se certas crenças e comportamentos pró-ambientais têm valor social informal; (2) qual deles (crenças ou os comportamentos) é a dimensão mais valorizada do pró-ambientalismo e (3) se esta valorização é diferente entre o Brasil e Portugal, dois países com características singulares na implementação das leis e normas ambientais.

Castro (2012) considera que no processo de mudança social através de leis há um período, posterior à institucionalização destas preocupações na forma de leis, onde as novas leis gradualmente adquirem valor social informal, sendo *generalizadas* pela sociedade em diferentes velocidades em contextos sociais específicos. Neste período, é comum observarmos um *gap* entre o que prevê a legislação (normas injuntivas) e o comportamento das populações em relação a estas mesmas leis (normas descritivas). O *gap* entre as normas descritivas e as normas injuntivas indica que novas ideias, propostas através de novas leis, ainda não são suficientemente valorizadas para serem sempre acompanhadas pelos respetivos comportamentos, sobretudo em certos contextos de expressão.

Afim de melhor compreender em que ponto se encontra a generalização das leis ambientais em Portugal e no Brasil, esta série de estudos prevê a aplicação de paradigmas da autoapresentação para avaliar a valorização informal de crenças e comportamentos pró-ambientais nos dois países. Estes estudos têm o objetivo geral de estimar o valor social atribuído a crenças e comportamentos ambientais através de paradigmas de gestão da impressão.

Como vimos no Capítulo 3, a construção de uma reputação é parte fundamental da vida em sociedade. Demonstrar respeito pelas regras sinaliza que uma pessoa é confiável e cooperativa, e portanto tem potencial para participar na vida de um grupo social (Fiske et al., 2002; Posner, 2002). Partindo do princípio de que a gestão de impressões é instrumental para a imagem que construímos junto aos nossos grupos sociais, a abordagem sociocognitiva das normas sociais propõe que os mecanismos de gestão de impressão nos podem sinalizar a importância que um determinado julgamento ou ideia tem para um grupo social (Gilibert & Cambon, 2003). A forma como a autoimagem é gerida poderia, neste sentido, indicar se certos julgamentos ou comportamentos são (ou não) normativos para este grupo (Dubois, 2009). Estudos anteriores que se apoiaram em mecanismos de gestão da impressão demonstraram que as crenças e comportamentos pró-ambientais são normativos em países europeus como a França e a Inglaterra (Félonneau & Becker, 2008). Nos Estados Unidos, pessoas que apresentassem comportamentos pró-ambientais não eram bem vistas nos anos 90 (Sadalla & Krull, 1995). Hoje estes comportamentos já perderam grande parte do seu estigma social (Welte & Anastasio, 2010), e pessoas que os apresentam são positivamente avaliadas, especialmente em relação à aquisição de produtos ecológicos (Griskevicius et al., 2010).

Dentre os diferentes paradigmas propostos pela abordagem sociocognitiva (Capítulo 3), o paradigma da autoapresentação prevê que o participante se apresente de modo positivo ou negativo a partir das crenças ou comportamentos cuja normatividade se deseja investigar (Gilibert & Cambon, 2003). A aplicação deste paradigma presume que o participante escolha respostas *normativas* quando estiver a apresentar uma imagem positiva de si, e respostas *não normativas* quando quiser apresentar uma imagem negativa (Gilibert & Cambon, 2003). De acordo com esta abordagem, quanto maior for a diferença entre as apresentações positiva e negativa, mais valorizada é a expressão daquela crença ou comportamento (Alves & Correia, 2008).

Outro paradigma que utiliza mecanismos de autoapresentação é o paradigma da identificação. Este paradigma baseia-se na premissa de que as pessoas normalmente se consideram melhores (Festinger, 1954) ou em maior conformidade com as normas (Codol, 1979) que a maioria das outras pessoas. Neste sentido, quanto maior é a diferença entre o que é atribuído a si próprio e aos outros em geral, mais uma resposta é normativa (Alves & Correia, 2010; Gilibert & Cambon, 2003).

A série de estudos apresentados neste capítulo pretende explorar, através destes dois paradigmas, o valor social informal atualmente associado a crenças e comportamentos pró-ambientais da esfera privada (Stern, 2000; Stern et al., 1999). Desde os anos 80, tanto em Portugal quando no Brasil, a grande maioria da população preocupa-se com a situação do meio ambiente (Dunlap et al., 1993). Atualmente, os índices de preocupação ambiental atingem níveis tão altos na maioria dos países europeus (Eurobarómetro, 2008) que pode ser considerado uma preocupação consensual nesta zona. Mas se as crenças sobre a necessidade de se proteger e preservar o meio ambiente são bastante elevadas, o mesmo não acontece com os comportamentos – ou seja, um *gap* tem sido verificado entre a importância atribuída à defesa do meio ambiente e os comportamentos efetivamente observados (Vining & Ebreo, 2002).

Os estudos apresentados neste capítulo permitirão explorar o aspeto temporal e consensual da relação entre representações sociais e normas sociais. O aspeto *temporal*, que enfatiza a relação temporal entre a passagem de representações transcendentais sobre o meio ambiente, quando são observadas sobretudo normas formais, a representações imanentes, quando começam a ser observadas mais normas informais. O aspeto será analisado a partir da comparação entre o valor social associado a crenças e a comportamentos pró-ambientais em Portugal e no Brasil, uma vez que as leis e regulamentações ambientais são mais exigentes e antigas no primeiro que no segundo.

Por outro lado, o aspeto *consensual* enfoca as características normativas das representações advindas do nível de consenso ou de debate em torno do pró-ambientalismo. Estas características podem ser observadas, por exemplo, entre as normas presentes em representações hegemônicas, polémicas ou emancipadas. Este aspeto será analisado em relação à flexibilidade com que os participantes utilizam o conhecimento que têm acerca do valor social do pró-ambientalismo. Ou seja, se eles apresentam comportamentos consistentes (ou não) com as suas crenças, e em que medida adaptam a sua expressão diante de diferentes contextos sociais. Quando mais flexível for a relação entre as crenças e os comportamentos, maiores são os indícios de que se trata de uma representação com características emancipadas.

A partir deste objetivo geral, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar se crenças e comportamentos são, atualmente, informalmente valorizados em Portugal e no Brasil (Estudos 1, 2 e 3).
2. Comparar o valor social informal associado a cada uma das dimensões do pró-ambientalismo: crenças e comportamentos (Estudos 1 e 2).

3. Verificar a estabilidade do valor social associado a crenças e comportamentos pró-ambientais em diferentes contextos sionormativos (Estudo 3).
4. Comparar o valor social associado a crenças e comportamentos pró-ambientais entre Portugal e o Brasil (Estudos 1 e 3).

## **6.2 Estudo 1 – Diferenciação do Eu em relação a um Outro geral**

Como foi dito anteriormente, este paradigma parte da premissa de que as pessoas avaliam a si mesmas como melhores, com melhor rendimento, ou em maior conformidade com as normas que a maioria das outras pessoas (Codol, 1979). Neste sentido, se uma característica for socialmente valorizada, ela será mais atribuída ao próprio que às outras pessoas em geral. Portanto quando um comportamento é socialmente valorizado, os participantes o atribuirão significativamente mais a si próprio que aos seus pares. Este paradigma foi pela primeira vez aplicado por Jellison e Green (1981), que ilustraram a existência de uma norma da internalidade ao verificarem que as pessoas atribuíam mais explicações internas a si próprios que às outras pessoas.

Pelo que conhecemos da literatura, este paradigma ainda não foi utilizado para estimar o valor social das crenças e comportamentos pró-ambientais. Este estudo tem portanto o objetivo de verificar se crenças e comportamentos pró-ambientais da esfera privada são socialmente valorizadas a partir do paradigma da identificação (Gilibert & Cambon, 2003). Além disto, como o paradigma será aplicado tanto no Brasil quanto em Portugal, a valorização social do pró-ambientalismo será comparada entre os dois países. Em relação a estes objetivos, propõem-se as seguintes hipóteses:

H1 – as crenças e comportamentos pró-ambientais serão socialmente valorizados (ver Félloneau & Becker, 2008). Esta hipótese será verificada caso as crenças e os comportamentos pró-ambientais forem mais *diferenciadores*, isto é, apresentem médias mais altas quando atribuídos a si próprio em comparação aos outros (estudantes da sua universidade). Este resultado indicaria que os participantes valorizam esta característica quando se comparam às outras pessoas.

H2 – em conformidade com o que tem demonstrado a literatura (Vining & Ebreo, 2002), será encontrado um *gap* entre a expressão de crenças e comportamentos quando atribuem as respostas a si próprios. Mais especificamente isto quer dizer que, quando

atribuem as respostas a si, a expressão de crenças será superior à expressão de comportamentos.

H3 – os comportamentos serão mais *diferenciadores*, ou socialmente valorizados, que as crenças. Como os comportamentos são de mais difícil implementação, é esperado que sejam também mais valorizados socialmente que as crenças, que são quotidianamente mais facilmente apresentáveis. Esta hipótese será verificada caso as diferenças entre o que é atribuído a si e aos outros forem maiores para os comportamentos em comparação às crenças.

H4 – o carácter diferenciador de crenças e comportamentos será maior em Portugal em comparação com o Brasil. Esta expectativa baseia-se numa possível maior generalização das leis ambientais portuguesas, que são parte da mais exigente legislação europeia, e são mais antigas que as leis brasileiras. Esta hipótese será verificada caso as diferenças entre as crenças e comportamentos atribuídos a si próprio e aos outros forem maiores em Portugal do que no Brasil.

## 6.2.1 Método

### 6.2.1.1 Participantes

A amostra portuguesa foi composta por 29 alunos de psicologia, sociologia e serviço social do ISCTE-IUL. Os participantes tinham uma média de idade de 23.6 anos (18-47,  $DP = 6.6$ ) e 26 dos 29 participantes eram do sexo feminino.

A amostra brasileira foi composta por 29 participantes do curso de psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os participantes tinham uma média de idade de 23.3 anos (19-45,  $DP = 5.07$ ) e 22 dos 29 participantes eram do sexo feminino.

### 6.2.1.2 Procedimento

O estudo foi realizado através da aplicação de questionários em sala de aula (Anexo A). Um estudo piloto tinha sido realizado primeiro com 12 participantes, a fim de testar o procedimento e as escalas.

Na primeira parte do questionário era pedido aos participantes que respondessem, com a sua própria opinião, a uma escala de crenças e comportamentos pró-ambientais. Os questionários eram recolhidos e, num segundo momento, era-lhes pedido que respondessem novamente às mesmas questões, mas respondendo como achavam que a maioria dos estudantes da sua universidade responderia. No final do questionário os

participantes respondiam a questões demográficas. Finalmente eram esclarecidos sobre as hipóteses do estudo.

Temos assim um plano fatorial 2 (referência para respostas: eu / outro) X 2 (dimensão do pró-ambientalismo: crença / comportamento) X 2 (país: Portugal / Brasil), *within subjects* para os dois primeiros fatores e *between subjects* para o último.

### *6.2.1.3 Variáveis*

A partir de escalas utilizadas em estudos anteriores (Castro, Garrido, Reis, & Menezes, 2009; Félonneau & Becker, 2008), foram preparados dois instrumentos para medir crenças e comportamentos pró-ambientais relativos à conservação de recursos na esfera privada (Stern, 2000). Estas escalas incluíam alguns itens gerais sobre a conservação de recursos naturais, e outros mais específicos sobre reciclagem e economia de água e energia (Anexo A).

Os itens de cada uma das escalas foram submetidos a um estudo de consistência interna ( $\alpha$  de Cronbach), o que permitiu identificar e eliminar os itens que menos relacionados com o conjunto da escala.

*Crenças pró-ambientais* ( $\alpha = .62$ ). Instrumento composto por 6 itens onde as respostas variavam sobre uma escala com 7 pontos, de 1 - *discordo totalmente* a 7 - *concordo totalmente*. No seu formato final, o instrumento inclui os seguintes itens: “para proteger o ambiente as pessoas devem estar dispostas a consumir menos e passar sem alguns confortos”, “para controlar os problemas ambientais as pessoas têm que se comprometer a mudar radicalmente os seus comportamentos”, “para manter os problemas ambientais controlados, os governos precisam de emitir leis e regras claras”, “a temperatura média do planeta em 2050 será superior à de hoje”, “diminuir o meu consumo de eletricidade não faz diferença alguma para a proteção do ambiente” (invertido), “acho que os problemas ambientais estão a ser exagerados, pois a natureza acaba por recuperar com o tempo” (invertido).

*Comportamentos pró-ambientais* ( $\alpha = .71$ ). Instrumento composto por 8 itens onde as respostas variavam sobre uma escala com 7 pontos, de 1 - *nunca* a 7 - *sempre*. No seu formato final, o instrumento inclui os seguintes itens: “eu tenho cuidado para não desperdiçar água em casa”, “eu deito pilhas fora nos locais previstos para isto”, “eu desligo os equipamentos eletrónicos para não ficarem em *stand by*”, “levo comigo sacos reutilizáveis quando faço compras no supermercado”, “eu compro frutas de produção orgânica”, “eu separo e deposito os meus resíduos em vidro”, “acho aborrecido separar

e depositar no ecoponto o lixo reciclável” (invertido), “eu esqueço-me de separar e depositar resíduos em papel – deito-os com o lixo comum” (invertido).

### 6.2.2 Resultados

Os resultados deste estudo foram analisados a partir de uma ANOVA 2 (referência para respostas: eu / outro) X (dimensão do pró-ambientalismo: crença / comportamento) X 2 (país: Portugal / Brasil), com medidas repetidas para os dois primeiros fatores.

Os resultados indicam que existem dois efeitos principais, um da dimensão do pró-ambientalismo ( $F(1,51) = 143.9, p < .001, \eta_{p2} = .74$ ) e outro da referência para resposta ( $F(1,51) = 48.06, p < .001, \eta_{p2} = .48$ ). Foram também encontradas interações significativas entre a referência para resposta e a dimensão do pró-ambientalismo ( $F(1,51) = 8.6, p < .01, \eta_{p2} = .14$ ) e entre a referência para resposta e o país de aplicação ( $F(1,51) = 10.8, p < .01, \eta_{p2} = .17$ ). Nenhum outro efeito foi significativo.

O efeito principal da referência para resposta (eu/outro) indica que, independentemente da dimensão em questão e do país de aplicação do questionário, o pró-ambientalismo é mais atribuído si mesmo que aos outros (Tabela 2). Este resultado confirma H1, pois sugere que o pró-ambientalismo em geral é positivamente valorizado. Outro efeito principal encontrado foi da dimensão do pró-ambientalismo (crença/comportamento), indicando que as médias de crenças pró-ambientais são, independentemente da referência utilizada para respostas e do país de aplicação do questionário, superiores às de comportamentos, como se pode observar na Tabela 2. Este resultado mostra portanto que a expressão de crenças é superior à expressão de comportamentos, tanto quanto as respostas são atribuídas a si, quanto quando elas são atribuídas aos outros, confirmando portanto H2.

Tabela 2. Médias de crenças e comportamentos pró-ambientais em função da referência para resposta.

Dimensão pró-ambientalismo	Referência para resposta						
	Eu		Outro		<i>t</i> (53)	<i>p</i>	<i>d</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>			
Crenças	5.59	.71	5.05	.90	3.9	< .001	.66
Comportamentos	4.39	1.01	3.33	.87	7.0	< .001	1.12

Por outro lado, a interação entre a referência para a resposta (eu/outro) e a dimensão do pró-ambientalismo (crença/comportamento) mostra que a diferença entre as respostas atribuídas a si e aos outros, isto é, o valor social, difere em função da dimensão do pró-ambientalismo. A fim de clarificar as diferenças entre a atribuição de crenças e comportamentos pró-ambientais a si próprio e aos outros, foi calculada, para cada dimensão do pró-ambientalismo, a diferença entre as respostas atribuídas a si e aos outros. Os resultados mostram que a média das diferenças entre os *comportamentos* atribuídos a si e aos outros ( $M = 1.06$ ) é significativamente superior à média das diferenças entre as *crenças* atribuídas a si e aos outros ( $M = .6$ ;  $t(52) = -2.89$ ,  $p < .01$ ,  $d = .80$ ). Portanto, a diferença entre os comportamentos atribuídos a si próprio e aos outros é maior que a diferença entre as crenças atribuídas a si e aos outros, o que sugere que há maior valor social é associado aos comportamentos e confirma H3.

A segunda interação significativa foi entre a referência para resposta (eu/outro) e o país de aplicação do questionário. Para a análise dos efeitos simples presentes nesta interação, foram comparadas, entre os países, as diferenças entre as crenças e comportamentos atribuídos a si próprio e aos outros. Os resultados mostram que em Portugal há uma maior diferença entre as crenças e comportamentos atribuídos a si e aos outros (Tabela 3), o que confirma H4.

Tabela 3. *Diferenças entre médias de crenças e comportamentos atribuídas a si e aos outros, por país.*

Diferença entre:	País				$t(53)$	$p$	$d$
	Portugal		Brasil				
	$M$	$DP$	$M$	$DP$			
Crenças eu-outro	1.14	1.01	.01	1.07	3.86	<.001	1.08
Comportamentos eu-outro	1.34	1.05	.76	1.05	2.02	<.05	.55

Estes resultados mostram que em Portugal há maior diferença entre o pró-ambientalismo que é assumido para si e o que é atribuído aos outros, independentemente da dimensão considerada. Este resultado sugere que tanto crenças como comportamentos têm maior valor informal em Portugal em relação ao Brasil.

### 6.2.3 Discussão

Este estudo teve o objetivo de identificar e comparar a valorização informal de crenças e comportamentos pró-ambientais a partir do paradigma da identificação entre Portugal e Brasil. Os resultados indicam que o pró-ambientalismo em geral (isto é, crenças e comportamentos) é mais atribuído a si próprio que aos outros estudantes, o que indica uma valorização social compatível com a primeira hipótese de que se trata já de uma característica socialmente valorizada.

Foi também demonstrado que a diferença entre as respostas atribuídas a si e aos outros é maior para os comportamentos em relação às crenças pró-ambientais, o que sugere existir maior valor social em comportamentos em relação a crenças pró-ambientais. Por outro lado, a menor diferença na atribuição de crenças, em relação aos comportamentos, poderia também indicar que as crenças são mais partilhadas pelos estudantes, havendo portanto maior expectativa de que os outros estudantes também as partilhem, e logo, uma menor diferença. Esta hipótese será também proposta pelos estudos seguintes.

Este estudo também comparou a valorização informal de crenças e comportamentos entre participantes brasileiros e portugueses, que seria especialmente informativo sobre a situação da mudança social normativa entre estes dois países. Os resultados indicam que existe uma maior diferença entre crenças e comportamentos atribuídos a si e aos outros em Portugal em relação ao Brasil, o que é compatível com uma maior valorização informal do pró-ambientalismo pelos estudantes universitários portugueses em relação aos brasileiros.

Entre as limitações deste estudo, devemos considerar a possibilidade de que os participantes tenham utilizado como referências para as suas respostas alvos diferentes daqueles que lhes foram propostos no questionário (Gilibert & Cambon, 2003), isto é, podem se ter esquecido, ou eleito um grupo de estudantes com características específicas. É também possível que as diferenças entre as duas aplicações do questionário reflitam alguma motivação de consistência entre as respostas, *reduzindo* as crenças e comportamentos expressos no segundo questionário em relação ao primeiro, dado em nome próprio. Este problema seria resolvido através de um estudo onde os fatores fossem *between subjects*, isto é, em que os participantes respondessem a apenas um questionário. Além disto, é possível que a ordem dos questionários tenha tido algum efeito sobre a dimensão das diferenças entre as respostas.

Em suma, o estudo aqui apresentado analisou o valor social reconhecido em crenças e comportamentos pró-ambientais através do paradigma da identificação. Partiu-se portanto do princípio que os participantes se diferenciam uns dos outros com base em características que são socialmente valorizadas. O que este estudo deixa por investigar é se crenças e comportamentos pró-ambientais seriam valorizados a ponto de serem utilizados de modo estratégico para ganhar ou perder estima social. Este é o objetivo dos estudos que aplicam o paradigma da autoapresentação, e que serão apresentados de seguida. O primeiro destes estudos (Estudo 2) propõe analisar o valor social do pró-ambientalismo através de apresentações feitas a um outro geral. Num segundo destes estudos (Estudo 3), o valor social será analisado em relação a diferentes contextos sociais, ou normativos.

### **6.3 Estudo 2 – Autoapresentação a um outro geral**

A aplicação do paradigma da autoapresentação tem o objetivo de examinar a valorização social de crenças ou comportamentos ao propor aos participantes que se apresentem a partir deles de modo a ganhar ou perder estima social – apresentação positiva ou negativa (Jellison & Green, 1981). Por vezes, o paradigma é usado em comparação com a apresentação ‘neutra’, onde é pedido aos participantes que respondam sinceramente, com as suas próprias respostas (Gilibert & Cambon, 2003).

Como vimos, o paradigma da autoapresentação foi já utilizado para estimar o valor social das atitudes e comportamentos ambientais na França e no Reino Unido (Félonneau & Becker, 2008). Os resultados destes estudos indicam uma alta valorização social das crenças e dos comportamentos. Sugerem também que o valor informal dos comportamentos é superior ao das atitudes pró-ambientais.

O presente estudo propõe estimar a valorização informal das crenças e comportamentos pró-ambientais da esfera privada em Portugal a partir de três diferentes tipos de autoapresentações: uma neutra, uma positiva e uma negativa. Este estudo tem o objetivo de analisar a valorização social das crenças e comportamentos pró-ambientais em Portugal. São propostas as seguintes hipóteses:

H1 – Os comportamentos e crenças pró-ambientais serão informalmente valorizados. Ou seja, assim como verificaram Félloneau e Becker (2008), as médias em apresentação positiva serão superiores às médias em apresentação negativa, o que

significa que os participantes reconhecem que a comunidade em geral valoriza positivamente crenças e comportamentos pró-ambientais da esfera privada.

H2 – Em conformidade com o que tem demonstrado a literatura (Vining & Ebreo, 2002), será encontrado um *gap* entre as crenças e os comportamentos. Mais especificamente isto quer dizer que, em situação de apresentação *neutra*, a expressão das crenças será superior à expressão dos comportamentos. Considerando que nenhuma situação de participação em pesquisas é, em princípio, neutra, ou isenta de influências sociais, esta situação foi denominada neutra apenas em relação às outras situações, onde um tipo de apresentação específico era requisitado.

H3 – Os comportamentos pró-ambientais serão mais socialmente valorizados que as crenças. Esta hipótese se baseia nos resultados de Félloneau e Becker (2008) e no Estudo 1, que sugerem que a expressão de comportamentos pró-ambientais é mais valorizadas que a expressão de crenças. Esta hipótese será verificada se as diferenças entre as apresentações positivas e negativas forem maiores para os comportamentos que para as crenças pró-ambientais.

H4 – A ordem da apresentação (positiva/negativa ou negativa/positiva) não influenciará a diferença entre as apresentações positiva e negativa, isto é, a valorização social de crenças e comportamentos pró-ambientais. Esta hipótese se baseia em estudos anteriores que não encontraram efeitos de ordem entre as apresentações (Somat & Vazel, 1999).

### **6.3.1 Método**

#### *6.3.1.1 Participantes*

Cento e dezanove alunos dos cursos de gestão e psicologia do ISCTE-IUL participaram do estudo. A média de idade dos participantes foi de 20.7 anos (18-37;  $DP = 3.67$ ), sendo 72,3% do sexo feminino.

#### *6.3.1.2 Procedimento*

Os participantes foram convidados a responder a um questionário em sala de aula (Anexo B). Neste questionário, era-lhes apresentado três vezes sucessivas um mesmo instrumento contendo crenças e comportamentos pró-ambientais. Na primeira vez em que respondiam ao instrumento, era-lhes pedido que dessem a sua própria opinião – ‘por favor, indique, usando as colunas, a sua opinião pessoal sobre cada uma das afirmações tentando ser o mais honesto possível’. De seguida, era-lhes pedido que

respondessem ao mesmo instrumento, mas de modo a transmitir uma boa ou má imagem de si – ‘pedimos que responda as mesmas perguntas de forma a passar a melhor/pior impressão possível de si próprio’. A ordem da apresentação positiva ou negativa foi invertida para metade dos participantes, a fim de controlarmos o efeito da ordem da ordem das apresentações.

Temos assim um plano fatorial 3 (tipo de apresentação: neutra / positiva / negativa) X 2 (dimensão do pró-ambientalismo: crença / comportamento) X 2 (ordem: positiva-negativa / negativa-positiva), *within subjects* nos dois primeiros fatores e *between subjects* para o último.

### *6.3.1.3 Variáveis*

Foram utilizadas duas escalas de crenças e comportamentos pró-ambientais da esfera privada (Stern, 2000), similares àquelas utilizadas no estudo anterior. Os itens de cada uma das escalas foram submetidos a um estudo de consistência interna ( $\alpha$  de Cronbach), o que permitiu identificar e eliminar os itens que menos relacionados com o conjunto da escala.

*Crenças pró-ambientais* ( $\alpha = .70$ ). Instrumento composto por 9 itens onde as respostas variavam sobre uma escala com 5 pontos, de 1 – *discordo totalmente* a 5 – *concordo totalmente*. Na sua forma final, o instrumento incluiu os seguintes itens: “a triagem e deposição do lixo doméstico economizam recursos naturais”, “idealmente, os comportamentos ecológicos deveriam tornar-se hábitos em que não pensamos”, “estou disposto a consumir menos e passar sem alguns confortos se isso ajudar a proteger o meio ambiente”, “para controlar os problemas ambientais as pessoas têm que ser obrigadas a mudar radicalmente os seus comportamentos”, “para manter os problemas ambientais controlados, os governos precisam de emitir leis e regras claras”, “acho que os problemas ambientais estão a ser exagerados, pois a natureza acaba por recuperar com o tempo” (invertido), “não faz sentido ter cuidado com o meu consumo pessoal de água quando são principalmente as indústrias que gastam água” (invertido), “a reciclagem do lixo doméstico é um negócio que beneficia poucos indivíduos” (invertido), “diminuir meu consumo de eletricidade não faz diferença alguma para a proteção do ambiente” (invertido).

*Comportamentos pró-ambientais* ( $\alpha = .76$ ). Instrumento composto por 10 itens onde as respostas variavam sobre uma escala com 5 pontos, de 1 – *nunca* a 5 – *sempre*. Na sua forma final, o instrumento incluiu os seguintes itens: “eu tenho cuidado para não

desperdiçar água”, “em casa, eu uso lâmpadas de baixo consumo”, “eu deito pilhas fora nos locais previstos para isto”, “eu separo e deposito os meus resíduos em metal”, “eu não deixo equipamentos eletrônicos em *stand by*”, “eu não tenho paciência para separar e depositar no ecoponto o lixo reciclável” (invertido), “eu esqueço-me de separar e depositar resíduos em vidro – deito-os com o lixo comum” (invertido), “eu confesso que não tenho o cuidado de poupar energia” (invertido), “eu esqueço-me de separar e depositar resíduos em papel – deito-os com o lixo comum” (invertido).

### 6.3.2 Resultados

Foi realizada, num primeiro momento, uma análise de variância com controle do efeito da ordem das apresentações. Neste sentido, foi realizada uma ANOVA 3 (tipo de apresentação: neutra / positiva / negativa) X 2 (dimensão do pró-ambientalismo: crença / comportamento) X 2 (ordem: positiva-negativa / negativa-positiva), com medidas repetidas nos dois primeiros fatores. Como os resultados não mostram qualquer efeito da ordem das apresentações<sup>6</sup>, se confirma H4. Portanto, esta variável não será mais analisada.

A fim de simplificar as análises, os resultados foram analisados mais uma vez a partir de uma ANOVA 3 (tipo de apresentação: neutra / positiva / negativa) X 2 (dimensão do pró-ambientalismo: crença / comportamento), com medidas repetidas nos dois fatores.

Foram identificados dois efeitos principais: um do tipo de apresentação ( $F(2, 188) = 1733.1, p < .001, \eta_{p2} = .95$ ) e outro da dimensão do pró-ambientalismo ( $F(1, 188) = 57.7, p < .001, \eta_{p2} = .38$ ). Foi também identificado um efeito de interação entre a dimensão do pró-ambientalismo e o tipo de apresentação ( $F(2, 188) = 41.1, p < .001, \eta_{p2} = .30$ ). Nenhum outro efeito foi significativo.

O efeito principal do tipo de apresentação indica que, independentemente da dimensão do pró-ambientalismo, há uma diferença significativa entre os três tipos de apresentação (Figura 2 e Figura 3). Uma análise de contrastes repetidos revela médias de crenças e de comportamentos bastante mais altas na apresentação positiva em relação

---

<sup>6</sup> Efeito principal da ordem:  $F(1,93) = 1.91, p = .17, \eta_{p2} = .02$   
Ordem\*tipo de apresentação:  $F(2,186) = 2.63, p = .07, \eta_{p2} = .03$   
Ordem\*dimensão:  $F(1,93) = .98, p = .32, \eta_{p2} = .01$   
Ordem\*tipo de apresentação\*dimensão:  $F(2,186) = .12, p = .88, \eta_{p2} = .001$

à apresentação negativa (crenças:  $F(1, 103) = 1749.9, p < .001, \eta_{p2} = .94$ ; comportamentos:  $F(1, 103) = 2376.2, p < .001, \eta_{p2} = .96$ ). A diferença significativa entre a expressão de crenças e comportamentos entre a apresentação positiva e negativa demonstra o alto valor social associado à expressão das duas dimensões do pró-ambientalismo. Confirma-se portanto H1.

Além da diferença entre as apresentações positiva e a negativa, a situação de apresentação positiva foi também comparada com a de apresentação neutra. A análise de contrastes repetidos mostra que as médias de crenças e de comportamentos são *superiores* na situação de apresentação positiva em relação à de apresentação neutra (crenças:  $F(1, 103) = 135.6, p < .001, \eta_{p2} = .57$ ; comportamentos:  $F(1, 100) = 262.3, p < .001, \eta_{p2} = .72$ ). Apesar de não terem sido antecipados, estes efeitos demonstram ainda mais a força das normas sociais para a expressão do pró-ambientalismo.

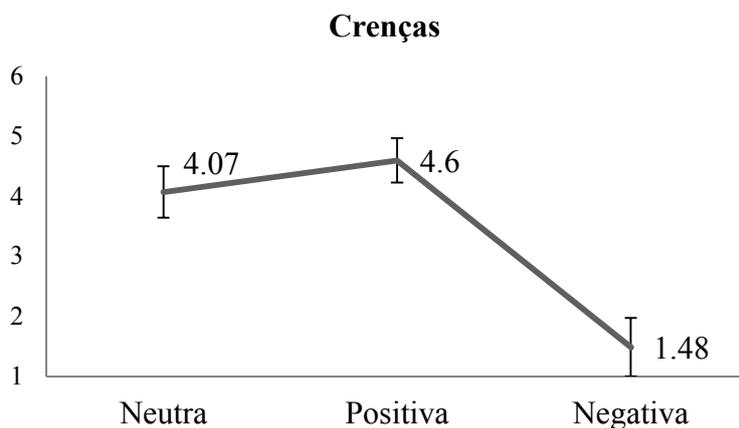


Figura 2. Médias de crenças pró-ambientais nas três situações.

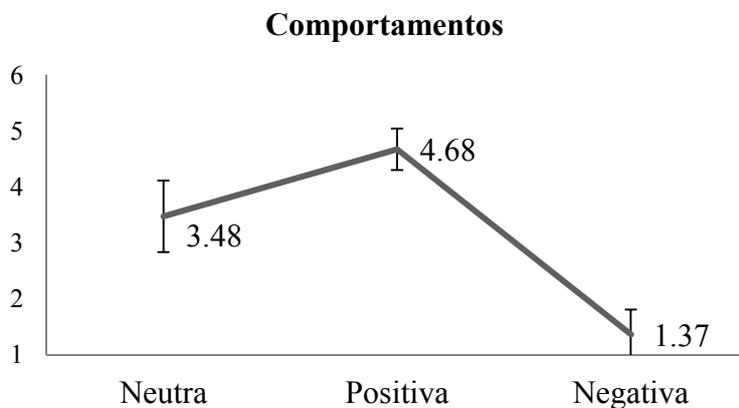


Figura 3. Médias de comportamentos pró-ambientais nas três situações.

O efeito principal da dimensão do pró-ambientalismo indica que as crenças pró-ambientais apresentam, independentemente do tipo de apresentação, médias superiores às médias de comportamentos ( $M_{Cren} = 4.07$ ;  $M_{Cpt} = 3.48$ ;  $t(111) = 10.33$ ,  $p < .001$ ,  $d = 1.08$ ). Este resultado será esclarecido de seguida.

Estas diferenças na expressão de crenças em relação aos comportamentos em diferentes tipos de apresentação são melhor compreendidas à luz da interação significativa entre a dimensão do pró-ambientalismo e o tipo de apresentação (Figura 2 e Figura 3). Esta interação indica que a diferença entre as médias de crenças e comportamentos muda em função do tipo de apresentação. Analisaremos portanto os efeitos simples para cada tipo de apresentação.

Na apresentação neutra, a diferença entre crenças e comportamentos indica que as crenças pró-ambientais alcançam médias superiores às médias de comportamentos pró-ambientais ( $M_{Cren} = 4.07$ ,  $DP = .43$ ;  $M_{Cpt} = 3.48$ ,  $DP = .64$ ;  $t(111) = 10.33$ ,  $p < .001$ ,  $d = 1.08$ ). Este resultado indica que, em situação de apresentação neutra, existe um *gap* entre a apresentação de crenças e de comportamentos pró-ambientais, o que confirma H2.

Já nas apresentações positiva e negativa, calculou-se a média das diferenças entre as crenças e comportamentos expressos em apresentação positiva e negativa ( $M_{Cren} = 3.16$ ,  $DP = .69$ ;  $M_{Cpt} = 3.36$ ,  $DP = .62$ ). A diferença entre o que se expressa em apresentação positiva e negativa é uma indicação do valor social (Gilibert & Cambon, 2003; Somat & Vazel, 1999), que os resultados sugerem ser superior para os comportamentos em relação às crenças pró-ambientais ( $t(99) = -2.8$ ,  $p < .01$ ,  $d = -.30$ ). Como este resultado indica uma maior valorização da expressão de comportamentos pró-ambientais em relação à expressão de crenças, confirma-se H3.

### 6.3.3 Discussão

Este estudo teve o objetivo de verificar a valorização informal das crenças e comportamentos pró-ambientais através de autoapresentações a um outro geral em Portugal. Mais especificamente, propôs-se que a valorização informal do pró-ambientalismo seria confirmada caso os participantes expressassem médias mais altas de crenças e comportamentos pró-ambientais em apresentações positivas que em apresentações negativas. Esta hipótese foi confirmada: os participantes apresentaram médias de crenças e de comportamentos pró-ambientais mais altas em situação de apresentação positiva do que em situação de apresentação negativa. Além disto, a

expressão de crenças e comportamentos pró-ambientais é superior na situação de apresentação positiva que na situação de apresentação neutra. Esta diferença, não antecipada, é indicativa da força da norma pró-ambiental, uma vez que as apresentações em situação neutra tendem a apresentar resultados equivalentes àqueles observados em situação de apresentação positiva (Gilibert & Cambon, 2003). Estes resultados mostram que os participantes, estudantes universitários portugueses, são capazes de utilizar crenças e comportamentos pró-ambientais na gestão que fazem da impressão que querem causar aos outros, o que indica a valorização informal de ambas as dimensões do pró-ambientalismo. Estes resultados confirmam em Portugal o resultado que Félloneau e Becker (2008) encontraram em França e no Reino Unido.

Uma segunda hipótese propunha verificar o *gap* entre a expressão de crenças e de comportamentos em situação de apresentação neutra. Esta hipótese também foi confirmada, o que indica que no sentido do que é observado na literatura da psicologia ambiental (Vining & Ebreo, 2002), os participantes das amostras estudadas tendem a sustentar crenças pró-ambientais, ao nível abstrato, que não necessariamente correspondem aos seus comportamentos.

Este estudo também tinha o objetivo de verificar a hipótese de que a valorização informal dos comportamentos pró-ambientais seria superior à valorização das crenças pró-ambientais, como sugere o Estudo 1 através do paradigma da identificação. Esta hipótese foi também confirmada: a diferença entre as apresentações positiva e negativa com comportamentos pró-ambientais é superior à diferença entre as apresentações positiva e negativa com crenças pró-ambientais. Estes resultados sugerem que os comportamentos pró-ambientais são socialmente mais valorizados uma vez que são mais utilizados que as crenças para gerir a estima que se deseja ganhar. A maior valorização dos comportamentos foi identificada apesar de esta dimensão apresentar médias inferiores às de crenças *em situação de apresentação neutra*, o que indica que a adesão e o reconhecimento da norma pró-ambiental são dois aspetos independentes (Félloneau & Becker, 2008). Mesmo assim, devemos levar em consideração que os comportamentos pró-ambientais correspondem a um outro nível de expressão do mesmo conjunto de orientações pró-ambientais de que as crenças pró-ambientais fazem parte (Kaiser, Byrka, & Hartig, 2010). Portanto, ao falar de crenças e comportamentos pró-ambientais, fazemos referência a dois tipos de expressão do pró-ambientalismo, um dos quais, por ser mais concreto e demonstrar maiores níveis de controlo (Joffe & Staerklé, 2007), é mais facilmente valorizável.

Entre as limitações do estudo, podemos destacar o uso de um desenho fatorial *within subjects*. Este tipo de desenho torna possível o surgimento de estratégias individuais para a consistência entre as respostas. Por exemplo, as respostas na condição de apresentação positiva podem ter sido ainda mais positivas por surgirem na sequência das respostas em situação de apresentação neutra, pois as respostas neutras estabeleceriam um parâmetro de comparação para que as apresentações fossem consideradas ‘positivas’. E a partir de um parâmetro para as respostas positivas, as respostas negativas seriam o espelho inverso, dando origem a um efeito que Félonneau e Becker (2008) chamam ‘teto’ e ‘chão’. Esta limitação pode ser resolvida com a utilização de um desenho fatorial *between subjects*, onde os participantes respondam apenas um tipo de questionário: com apresentação positiva *ou* negativa. Além disto, por termos realizado este estudo apenas em Portugal, não pudemos a partir dele estabelecer comparações internacionais.

Este estudo confirmou o valor social de crenças e comportamentos pró-ambientais através do paradigma da autoapresentação. Em conjunto com o Estudo 1, foi demonstrado o valor social do pró-ambientalismo em geral, e em especial ao nível da expressão de comportamentos. Mas este valor social foi até aqui explorado de maneira geral, o que quer dizer que não foram considerados os contextos sacionormativos onde se deseja ganhar estima social através da expressão crenças e comportamentos pró-ambientais. O próximo estudo propõe uma análise do valor social de crenças e comportamentos pró-ambientais dentro de contextos onde são reconhecidas diferentes normas sociais.

#### **6.4 Estudo 3 – Autoapresentação em contexto**

Os estudos anteriores sugerem que a valorização social de crenças e comportamentos pró-ambientais é já uma realidade. Isto quer dizer que diante de alvos sociais gerais, os participantes demonstram ter conhecimento sobre o impacto positivo de apresentar crenças e comportamentos pró-ambientais.

Como vimos acima no Estudo 2, o paradigma da autoapresentação estima o valor social atribuído a crenças ou comportamentos através da sua utilização para a gestão de impressões. Neste primeiro estudo em que este paradigma foi aplicado, foi pedido aos participantes que respondessem a um questionário de modo a apresentar (1) a sua própria opinião, (2) uma imagem positiva e (3) uma imagem negativa de si a *um outro*

*geral*. Não foi especificado, naquela situação, um alvo específico para os participantes ‘adaptarem’ as suas apresentações às diferentes demandas normativas que podem estar presentes em diferentes contextos sociais (Posner, 2002).

No presente estudo (Estudo 3), serão especificados dois grupos socioprofissionais, cada um correspondendo a um contexto diferente, diante dos quais os participantes farão as suas autoapresentações. A importância do contexto para as apresentações relaciona-se com a adaptação que as pessoas fazem da expressão de crenças e comportamentos com base nas representações e demandas normativas que organizam os contextos que as produzem (Emler, 1994). Neste sentido, as representações atribuídas aos grupos sociais – ou metarrepresentações – servem como guias normativos para o ajustamento de ações em relação a diferentes grupos sociais e em diferentes contextos (Elcheroth et al., 2011).

Assume-se neste sentido que a expressão de algumas crenças e comportamentos pode ser estrategicamente modulada quando nos apresentamos em diferentes contextos sociais (Dubois, 1988, 2003; Gilibert & Cambon, 2003). Mas outras crenças e comportamentos, dotados de maior valor social, têm uma expressão menos negociável entre os diferentes grupos sociais onde convivemos. Quanto menos negociáveis são estas crenças e comportamentos, mais eles são informalmente valorizados e estáveis na apresentação que fazem as pessoas, quotidianamente, entre os diferentes contextos sociais. Quanto mais a apresentação de crenças e comportamentos é estável entre contextos, mais a mudança social normativa é *generalizada* (Castro, 2012) e associada a representações hegemónicas. Por outro lado, quando a expressão de crenças e comportamentos é mais negociável entre contextos, sendo a expressão de crenças ainda dissociada – e não necessariamente correspondente – da expressão de comportamentos, estaríamos ainda *em fase de generalização* do valor social, fase que está associada a representações do tipo emancipada.

Portanto, a fim de melhor conhecer o grau de estabilidade do valor social de crenças e comportamentos pró-ambientais, é importante fazer variar o contexto onde os participantes se apresentam. Com a intenção de conhecermos os contextos que podem *facilitar* ou *dificultar* a expressão de crenças e comportamentos pró-ambientais (ou seja, contextos pró ou antiambientais), propomos neste estudo exploratório uma análise das metarrepresentações sobre o meio ambiente que os estudantes portugueses atribuem a diferentes grupos socioprofissionais. Isto porque o objetivo de apresentar-se positiva ou negativamente depende das representações partilhadas pelo grupo para o qual o

participante se vai apresentar, pois a aquisição ou perda de estima social depende da maneira com que cada um destes grupos socioprofissionais representa o ambiente. Portanto as metarrepresentações associadas a cada um destes grupos socioprofissionais correspondem aos contextos diante dos quais será pedido aos participantes que se apresentem. O estudo exploratório apresentado de seguida servirá de base para a escolha dos dois contextos utilizados para comparar as autoapresentações no Estudo 3.

#### **6.4.1 Estudo exploratório para a escolha dos contextos: Metarrepresentações sobre as relações entre grupos socioprofissionais e o ambiente**

Como vimos no Capítulo 2, a multiplicidade de argumentos e posições com que convivem os cidadãos em sociedades modernas implica que estes conheçam, além das representações partilhadas pelo seu próprio grupo social, aquelas partilhadas por grupos com que mantém algum ou mesmo nenhum contacto. O metaconhecimento sobre o que pensam os outros grupos é uma condição para a ação social coordenada e eficaz uma vez que permite aos grupos e indivíduos que (1) comuniquem com os outros de forma eficaz e (2) iniciem ações coordenadas que sejam significativas para ambos os grupos (Elcheroth et al., 2011; Wagner, 1994).

A importância de estudar a relação entre atores sociais vem do facto que estas relações estabelecem os quadros de referência, ou quadros normativos, para a partilha do conhecimento social produzido na sociedade (Doise, 1993). Estes *quadros normativos* correspondem ao controlo, por parte do metassistema social, sobre a informação que é constantemente produzida ao nível individual (Doise, 1993). Como as representações sociais correspondem ao conjunto de princípios societais que orientam o posicionamento, na estrutura social, das pessoas ao nível individual, (Doise, Clémence & Lorenzi-Cioldi, 1992), consideramos que, no sentido inverso, os indivíduos também nos poderiam fornecer pistas sobre os princípios sobre os quais opera o metassistema.

Neste sentido, este estudo exploratório tem o objetivo de identificar os *princípios* ou dimensões que organizam as representações do ambiente a partir dos conteúdos associados a grupos socioprofissionais com interesses ambientais tão diversos quanto o benefício financeiro, a proteção ambiental, o marketing, entre outros. Este estudo exploratório visa identificar as dimensões que, na visão dos estudantes, organizam os diferentes contextos normativos em relação ao ambiente.

Estas dimensões, que serão identificadas a partir de uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), organizam as metarrepresentações que os

participantes atribuem aos diferentes grupos socioprofissionais. As oposições identificadas a partir das dimensões da ACM constituirão os contextos que serão utilizados no Estudo 3. Estes contextos opostos contém normas sociais bastante divergentes em relação ao meio ambiente que permitirão identificar no Estudo 3 eventuais modificações nas estratégias de autoapresentação.

#### *6.4.1.1 Método*

##### *Participantes*

Participaram do estudo 54 estudantes, metade do ISCTE-IUL ( $N = 27$ ) e a outra metade da Universidade de Lisboa ( $N = 27$ ). Os participantes do ISCTE-IUL respondiam ao questionário no Laboratório de Psicologia Social e Organizacional (LAPSO), recebendo créditos pela participação no estudo. Os participantes da Universidade de Lisboa responderam ao questionário no início ou no final de uma aula.

##### *Procedimento*

As representações dos estudantes sobre os diferentes grupos socioprofissionais foram exploradas através de uma questão aberta: “o que acha que os \_\_\_\_\_ pensam sobre o meio ambiente?” (Tabela 4). Os participantes eram instruídos a descrever nas 5 linhas que se seguiam quais eram as suas impressões, sobre o que pensavam estes grupos, o mais livremente possível (Anexo C).

Esta pergunta foi apresentada em relação a 12 diferentes grupos socioprofissionais (Tabela 4). Estes grupos foram propostos com base nos grupos sociais envolvidos no debate social sobre o meio ambiente em Portugal (ver Schmidt, 2003) – por exemplo, pescadores, cimenteiras –, ou cujas atividades estão relacionadas a grandes quantidades de emissão de carbono – por exemplo, indústria automobilística e companhias aéreas. Foram também propostos na tarefa alguns alvos mais próximos e conhecidos dos participantes (por exemplo os estudantes universitários, a sua família).

Tabela 4. *Grupos socioprofissionais utilizados no estudo.*

---

1. Industriais do sector automobilístico	2. A sua família
3. Agricultores portugueses	4. Gestores da área das energias renováveis
5. Gestores de companhias aéreas	6. Professores universitários
7. Institutos ambientais	8. Gestores de cimenteiras
9. Estudantes da sua universidade	10. Pescadores
11. Consumidores	12. Bancários

---

Aos participantes que responderam ao questionário no ISCTE-IUL, como tinham mais tempo atribuído para a tarefa, foi dada a versão completa do questionário, onde era pedido que atribuíssem representações a todos os 12 grupos socioprofissionais. Já os alunos da Universidade de Lisboa respondiam a uma das três versões de questionários que continha um conjunto de quatro grupos socioprofissionais (Anexo C).

#### *Codificação*

Os dados foram codificados de forma *bottom-up*, dos dados para a teoria (Lewins & Silver, 2007), de modo que a grelha de análise foi estabelecida a partir da própria leitura das respostas. A categorização foi realizada pela investigadora principal e foi seguida por uma segunda categorização de metade das respostas por uma pessoa independente. Após a discussão dos desacordos na categorização, alcançou-se um acordo de 91% na atribuição das categorias.

#### *Análise*

A categorização das respostas foi realizada com recurso ao programa Atlas.ti. A unidade de análise correspondeu à uma frase simples expressando uma só ideia sobre a representação que o grupo socioprofissional teria em relação ao ambiente. As 12 categorias identificadas no material produzido sobre as metarrepresentações sobre o que os diferentes grupos socioprofissionais pensam sobre o ambiente e o respetivo dicionário de categorias é apresentado no Anexo D.

Concluída a fase de categorização das respostas, a matriz foi submetida a uma ACM. A matriz incluía a unidade de análise em linha, e em coluna as categorias e a identificação dos grupos socioprofissional.

#### *6.4.1.2 Resultados*

A ACM indicou uma solução duas dimensões que explicam em conjunto 29.1% da variância da matriz de coocorrências (Tabela 5). A primeira delas, que explica 16% da variância, é indicativa da oposição entre as ideias de grupos que protegem o meio ambiente, e as ideias de outros grupos que o destroem, de modo direto ou indireto – como pode ser observado através das categorias que mais contribuem para a dimensão 1 (Tabela 6).

Por exemplo, aqueles grupos vistos como possuindo *motivações intrínsecas* para proteger o meio ambiente, pois “dão elevada importância ao meio ambiente, protegem-no e respeitam-no ao máximo” (agricultores). Ou então pensam que “somos uma geração que compreende melhor estes problemas e que temos um compromisso”

(estudantes). Estas respostas demonstram uma valorização bastante positiva das questões ambientais.

Por outro lado, às relações que outros grupos com o meio ambiente são atribuídas motivações financeiras destrutivas, uma vez que estes grupos “(...) não se preocupam com o meio ambiente. Preocupam-se mais em produzir e lucrar” (cimenteira), ou “não pensam no meio ambiente, pensam nos lucros da companhia” (grupo das companhias aéreas). Portanto, ao contrário dos grupos descritos acima, os grupos diferenciados neste polo já estabelecem o lucro financeiro como prioridade em relação aos potenciais impactos das suas ações no meio ambiente.

Como podemos observar no gráfico da Figura 4, esta primeira dimensão (eixo X) indica que as representações projetadas aos diferentes grupos sociais podem ser organizadas em função do seu posicionamento pró ou antiambiental.

Tabela 5. *Dimensões que sintetizam as metarrepresentações dos diferentes grupos socioprofissionais sobre o ambiente.*

<b>Dimensão</b>	<b><math>\alpha</math> de Cronbach</b>	<b>Inércia</b>	<b>% da Variância</b>
1	.33	.16	16%
2	.19	.13	13.4%

A segunda dimensão explica 13.4% da variância da matriz submetida à análise. Este fator refina a sistematização do conteúdo alcançada pelo primeiro fator, pois especifica diferentes motivações para proteger o meio ambiente. Distingue a posição daqueles grupos que tem vindo a alterar a forma como pensam as suas relações com o ambiente, movidos tanto pela perceção de que cuidar do meio ambiente é bem visto pelo público em geral e pode ser uma boa estratégia de *marketing*, quanto pelos limites que são atualmente impostos por leis (Tabela 6). Estes grupos “não pensam muito no meio ambiente. Sabem que os gases dos automóveis são prejudiciais. Viram-se então para os híbridos, para satisfazerem o mercado” (gestores de indústrias automobilísticas). O meio ambiente “Não tem grande significado para eles. O que interessa de facto é produzir. No entanto há regras/leis ambientais obrigatórias que aí eles são obrigados a cumprir” (gestores de indústrias automobilísticas).

Tabela 6. *Medidas de discriminação.*

Categoria <sup>7</sup>	Dimensão	
	1	2
Motivação intrínseca	<b>.678</b>	.025
Indiferente	<b>.450</b>	.003
Motivação financeira <i>destrutiva</i>	<b>.256</b>	.005
Mudança consciência	.014	<b>.420</b>
Motivação financeira <i>protetora</i>	.008	<b>.345</b>
Motivação de subsistência	.001	<b>.219</b>
Pensamento fatalista	.001	<b>.089</b>
Falta de conhecimento	.000	<b>.057</b>
Motivação legal	.007	<b>.043</b>
<b><i>Grupo socioprofissional</i></b>	<b>.378</b>	<b>.208</b>
<b>Total</b>	<b>1.41</b>	<b>1.21</b>

Um outro tipo de motivação para proteger o meio ambiente é associado aos grupos que dependem do meio ambiente como meio de *subsistência*. Para os participantes, os grupos que protegem o meio ambiente por questões de sobrevivência: “(...) respeitam o meio ambiente pois este é o seu sustento, é cheio de riquezas (agricultores) ou “eles têm como ganha-pão a pesca, e como é óbvio se o peixe não chega à costa, não vai chegar à sua mesa. Portanto acho que a poluição dos oceanos é bastante preocupante no seu ponto de vista” (pescadores). Como podemos observar na Figura 4, a segunda dimensão opõe diferentes tipos de motivações para proteger o meio ambiente.

<sup>7</sup> As categorias ‘falta de controlo’, ‘falta de esforço’ e ‘diferenciação categorial’ não foram consideradas para esta análise pois não contribuíram significativamente para nenhuma das dimensões em análise (contribuição para a inércia da dimensão inferior à contribuição média de .016).

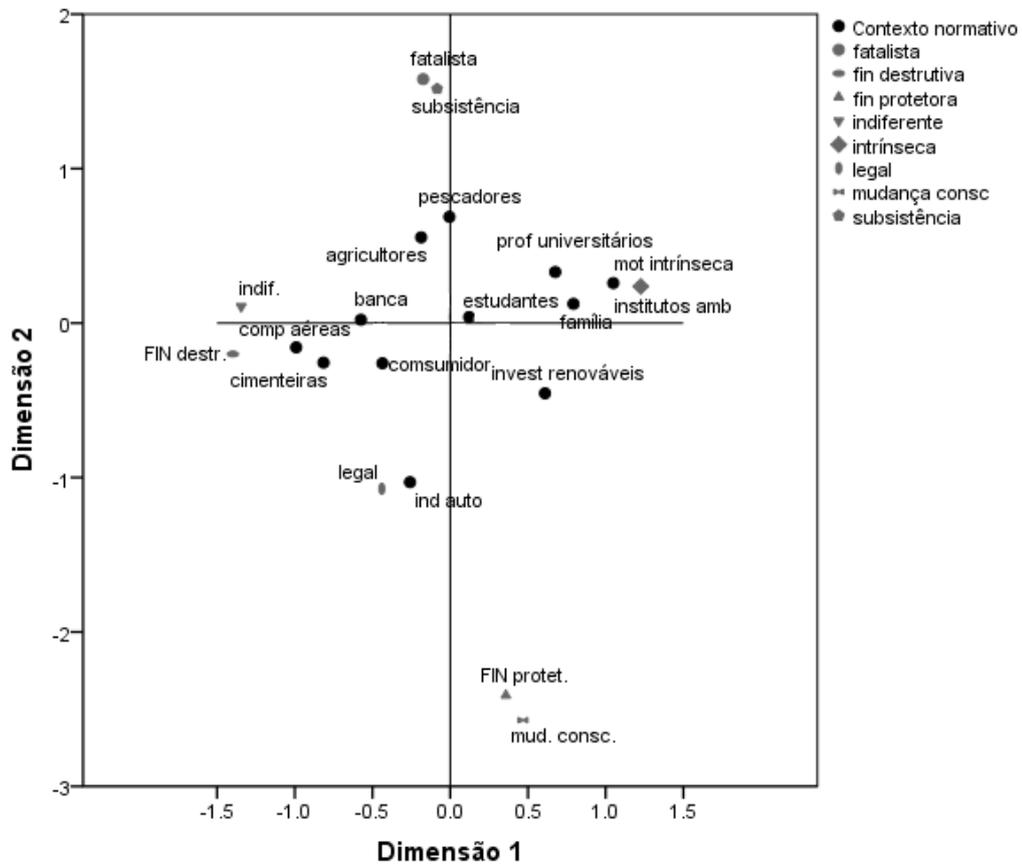


Figura 4. Configuração do espaço normativo associado ao meio ambiente - projeção gráfica simultânea de categorias de respostas e grupos aos quais elas são associadas.

Podemos observar na Figura 4 a disposição das duas primeiras dimensões que resumem a variância das *categorias* de respostas. Sobre o espaço fatorial composto por estas duas dimensões, foram projetadas *a posteriori*, os grupos socioprofissionais aos quais os conteúdos eram inicialmente associados. Este gráfico indica que orientações mais pró-ambientais são associadas aos contextos ‘instituto ambiental’, ‘a própria família’, os ‘investidores em renováveis’ e ‘professores universitários’ (Figura 2). Em oposição, orientações mais indiferentes ao impacto das suas atividades no ambiente, ou antiambientais, são associadas aos contextos ‘companhias aéreas’, ‘cimenteiras’ e à ‘banca’.

Em relação à segunda dimensão, motivações de preservação do ambiente como via de assegurar a própria subsistência, associadas ao desgosto pelo atual estado do ambiente, são atribuídas a pescadores e agricultores. Em oposição, motivações para a preservação de origem mais financeira são associadas a gestores das grandes indústrias automobilística, e em menor grau, aos investidores em energias renováveis.

Este estudo exploratório permitiu perceber a forma como os estudantes portugueses pensam o posicionamento dos diferentes grupos socioprofissionais em relação ao ambiente. Estes conhecimentos a respeito do que os outros grupos pensam, ou metarrepresentações, fornecem indícios a respeito dos comportamentos a adotar diante dos contextos apresentados pelos diferentes grupos socioprofissionais. E tomadas em conjunto, as metarrepresentações associadas aos diferentes grupos socioprofissionais permitem observar a existência de duas principais dimensões que organizam as normas sociais presentes nestes diferentes meios socioprofissionais em relação à questão ambiental. E no quadro deste trabalho, consideramos que estas dimensões que organizam as metarrepresentações destes grupos socioprofissionais também correspondem às normas informais que guiam as nossas expectativas em relação aos diferentes grupos sociais (Elcheroth et al., 2011).

Neste sentido, este ‘mapa’ das metarrepresentações dos estudantes universitários portugueses permitiram selecionar, no quadro do Estudo 3, aqueles contextos em relação aos quais os estudantes reconhecem normas mais divergentes. E diante de contextos socioprofissionais em relação aos quais são projetadas metarrepresentações com demandas divergentes, podemos esperar que crenças e comportamentos com valor social *menos generalizado*, teriam a sua apresentação *menos estável*.

#### **6.4.2 Estudo da autoapresentação em dois contextos diferentes**

Com base no estudo exploratório acima descrito, foram selecionados dois contextos socioprofissionais com posicionamentos opostos em relação à primeira dimensão. Esta é a dimensão que diferencia contextos socioprofissionais que são reconhecidos, pelos estudantes portugueses, como pró ou antiambientais. Neste sentido, o contexto socioprofissional representado pelo ‘instituto ecológico’ foi selecionado enquanto contexto onde são reconhecidas normas sociais pró-ambientais; e o contexto socioprofissional representado pela ‘cimenteira’, como o contexto onde são reconhecidas normas sociais antiambientais.

Estes contextos foram apresentados como empresas onde os participantes estariam a ingressar em processo seletivo, pois situações de avaliação formal tais como entrevistas de emprego ou avaliações escolares constituem situações onde as normas sociais são especialmente ativas (Dubois, 2000, 2005, 2009).

Além da variação do contexto de apresentação, este estudo apresenta uma outra diferença em relação ao Estudo 2. O facto de no Estudo 2 os participantes responderam

três vezes ao mesmo questionário o favoreceu o surgimento de respostas utilizando os extremos inferior e superior da escala. Para evitar este efeito, neste estudo foi adotado um *design* experimental entre sujeitos para as apresentações positivas e negativas – ou seja, ou os participantes respondiam a apenas uma das condições de apresentação (positiva ou negativa). O *design* entre sujeitos fornece evidências mais sólidas para a confirmação do valor social (Alves & Correia, 2008) pois elimina a possibilidade de o efeito entre as diferentes apresentações surgir em função de tentativas individuais de o participante ser consistente entre as suas respostas aos diferentes instrumentos.

Este estudo tem como objetivo geral verificar a estabilidade do valor social de crenças e comportamentos pró-ambientais em dois diferentes contextos, através de autoapresentações no Brasil e em Portugal. Considerando os resultados dos estudos anteriores, propõem-se as seguintes hipóteses:

H1 – quer as crenças quer os comportamentos apresentarão valorização *em geral*. Isto quer dizer que os participantes apresentarão, independentemente do contexto de apresentação, médias mais altas para crenças e comportamentos pró-ambientais expressos em apresentação positiva em relação à apresentação negativa.

H2 – o valor social quer de crenças quer de comportamentos será variável em função do contexto de apresentação. Ou seja, a diferença entre as apresentações positiva e negativa será maior no contexto associado à proteção ambiental (instituto ecológico) que no contexto associado à destruição ambiental (cimenteira). Esta hipótese supõe que as leis ambientais tanto no Brasil quanto em Portugal (ver Capítulo 1) ainda têm valor social instável, compatível com o estado de *generalização* imperfeita das leis ambientais; e com a ideia do pró-ambientalismo como representação *emancipada*.

H3 – quer as crenças quer os comportamentos pró-ambientais serão mais valorizados em Portugal em relação ao Brasil. Ou seja, espera-se que os participantes portugueses apresentem maiores diferenças que os participantes brasileiros entre a expressão de crenças e comportamentos em apresentação positiva e negativa. Esta hipótese baseia-se na expectativa de que as leis ambientais mais restritivas em Portugal conduziram a uma maior valorização informal do pró-ambientalismo.

### **6.4.3 Método**

#### *6.4.3.1 Participantes*

A amostra portuguesa foi composta por 152 alunos do ISCTE-IUL e da Universidade de Lisboa, dos cursos de psicologia, gestão, biologia, geografia e

engenharia da energia e do ambiente. Os participantes tinham uma média de idade de 22.5 anos (19-53,  $DP = 4.5$ ), e 59% eram do sexo feminino.

A amostra brasileira foi composta por 175 alunos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) dos cursos de serviço social, gestão, geografia e engenharia ambiental. Os participantes tinham uma média de idade de 23.7 anos (17-49,  $DP = 4.6$ ) e 52.6% eram do sexo masculino.

#### 6.4.3.2 Procedimento

Os participantes foram convidados a responder a um questionário em situação coletiva em sala de aula (Anexo E). Depois de uma breve introdução, era-lhes pedido que lessem com atenção a descrição do cenário que deveriam ter em conta ao responder ao questionário. Estes cenários integravam os contextos sicionormativos (instituto ecológico ou cimenteira) com a apresentação que deveriam fazer (positiva ou negativa) dentro deste contexto. Disponha-se portanto de quatro diferentes cenários, previamente pré-testados com uma amostra de 30 participantes.

Os quatro cenários descreviam uma situação onde o participante ingressava num processo seletivo para um dos contextos normativos: pró-ambiental (instituto ecológico) ou antiambiental (cimenteira). As políticas e interesses frente ao meio ambiente de cada uma das organizações eram explícitas no cenário: o instituto ecológico era descrito como “politicamente bastante ativo e exerce pressão sobre instituições públicas e privadas para o cumprimento das leis ambientais”, enquanto a cimenteira era descrita como “enfrenta pressões de grupos ambientalistas, em função do impacto ambiental de suas atividades extrativas”. Quando o trabalho era descrito como bom, bem remunerado e eles estavam interessados, era-lhes pedido que apresentassem uma imagem *positiva* de si. Já quando o trabalho era descrito como era mau, pelo qual eles não estavam interessados, mas tinham mesmo assim que participar da entrevista para continuar no banco de dados da empresa de recrutamento, era-lhes pedido que apresentassem uma imagem *negativa* de si. As apresentações eram feitas do mesmo modo que no Estudo 2, através de um instrumento de crenças e outro de comportamentos pró-ambientais (ver Anexo E).

Depois de terem respondido ao questionário em situação de gestão de impressão, era-lhes então pedido que respondessem o questionário mais uma vez de modo a apresentar a sua própria opinião. Na última página os participantes respondiam a

questões de caracterização demográfica. Finalmente, os alunos foram então esclarecidos sobre os propósitos e finalidades do estudo.

Os participantes convidados a participar deste estudo estavam em fase relativamente avançada do seu percurso escolar (3º e 4º anos) e possivelmente à procura de estágios. Além disto, eram alunos de cursos que possivelmente buscariam emprego no âmbito dos contextos normativos propostos. Eram portanto alunos que estavam relativamente sensibilizados para a questão proposta e, considerando a diversidade de cursos escolhidos, estavam em medida de fornecer posicionamentos igualmente diversos.

Temos assim um plano fatorial 3 (tipo de apresentação: positiva / negativa) X 2 (contexto de apresentação: instituto ecológico / cimenteira) X 2 (país: Portugal / Brasil), *between subjects* para todos os fatores.

#### *6.4.3.3 Variáveis*

Foram utilizadas versões das escalas de crenças e comportamentos pró-ambientais da esfera privada, similares àquelas utilizadas nos estudos anteriores. Os itens de cada uma das escalas foram submetidos a um estudo de consistência interna ( $\alpha$  de Cronbach), o que permitiu identificar e eliminar os itens que menos relacionados com o conjunto da escala.

*Crenças pró-ambientais* ( $\alpha = .65$ ). Instrumento composto por 6 itens onde as respostas variavam sobre uma escala com 7 pontos, de 1 - *discordo totalmente* a 7 - *concordo totalmente*. No seu formato final, o instrumento incluía os seguintes itens: “para proteger o ambiente as pessoas devem estar dispostas a consumir menos e passar sem alguns confortos”, “para controlar os problemas ambientais as pessoas têm que se comprometer a mudar radicalmente os seus comportamentos”, “acho que os problemas ambientais estão a ser exagerados, pois a natureza acaba por recuperar com o tempo” (invertido), “não faz sentido ter cuidado com o meu consumo pessoal de água quando são principalmente as indústrias que gastam água” (invertido), “diminuir meu consumo de eletricidade não faz diferença alguma para a proteção do ambiente” (invertido), “a reciclagem do lixo doméstico é um negócio que beneficia apenas certas pessoas” (invertido).

*Comportamentos pró-ambientais* ( $\alpha = .75$ ). Instrumento composto por 11 itens onde as respostas variavam sobre uma escala com 7 pontos, de 1 - *nunca* a 7 - *sempre*. No seu formato final, o instrumento incluía os seguintes itens: “eu tenho cuidado para

não desperdiçar água em casa”, “eu deito pilhas fora nos locais previstos para isto”, “eu não deixo equipamentos eletrônicos em ‘stand by’”, “eu evito usar sacos plásticos quando faço compras no supermercado”, “eu compro frutas de produção orgânica”, “eu separo e deposito meus resíduos em vidro”, “eu não tenho paciência para separar e depositar no ecoponto o lixo reciclável” (invertido), “eu esqueço-me de desligar as luzes nas divisões onde não está ninguém” (invertido), “eu confesso que não tenho o cuidado de poupar energia em casa” (invertido), “eu esqueço-me de separar e depositar resíduos em papel – deito-os com o lixo comum” (invertido), “prefiro usar o carro ao transporte público” (invertido).

#### 6.4.4 Resultados

Os resultados foram analisados separadamente para a expressão de crenças e de comportamentos pró-ambientais através de duas ANOVAs 2 (tipo de apresentação: positiva / negativa) X 2 (contexto de apresentação: instituto ecológico/cimenteira) X 2 (país de aplicação: Portugal / Brasil). Os resultados foram bastante similares para a expressão de crenças e comportamentos, razão pela qual serão apresentados em conjunto.

Tanto para a expressão de crenças quanto de comportamentos, foi identificado um efeito principal do tipo de apresentação (crenças:  $F(1,330) = 44.2, p < .001, \eta_{p2} = .12$ ; comportamentos:  $F(1,330) = 33.05, p < .001, \eta_{p2} = .10$ ). Foram também encontradas interações entre o contexto e o tipo de apresentação (crenças:  $F(1,330) = 21.8, p < .001, \eta_{p2} = .06$ ; comportamentos:  $F(1,330) = 16.7, p < .001, \eta_{p2} = .05$ ) e entre o contexto, o tipo de apresentação e o país (crenças:  $F(1,330) = 6.17, p < .05, \eta_{p2} = .02$ ; comportamentos:  $F(1,330) = 7.9, p < .01, \eta_{p2} = .02$ ).

O efeito principal do tipo de apresentação indica que, independentemente do contexto de apresentação, os participantes expressam médias quer de crenças quer de comportamentos mais altas quando lhes é pedido que apresentem uma imagem positiva de si, que quando lhes é pedido que apresentem uma imagem negativa de si (crenças:  $M_P = 5.34, DP = .92$ ;  $M_N = 4.56, DP = 1.3, t(328) = 6.2, p < .001, d = .69$ ; comportamentos:  $M_P = 4.7, DP = 1.01$ ;  $M_N = 4.05, DP = 1.15, t(328) = 5.44, p < .001, d = .60$ ). Este resultado confirma H1, ou seja, o valor social positivo associado às duas dimensões do pró-ambientalismo.

A interação entre o tipo de apresentação e o contexto indica que a distância entre as apresentações positiva e negativa, ou a valorização social, é diferente entre os

contextos de apresentação. Para demonstrar estes efeitos simples, as médias de crenças e comportamentos expressos em apresentações *positivas* e *negativas* foram comparadas entre os contextos. Os resultados apresentados na Tabela 7 mostram como, independentemente do país de aplicação, as crenças e comportamentos apresentam médias significativamente diferentes entre apresentações positivas e negativas apenas quando o contexto de apresentação é o instituto ecológico. Este resultado indica que a valorização informal do pró-ambientalismo depende de um contexto de apresentação favorável à expressão destas ideias. Ou seja, em ambos os países, o valor social de crenças e comportamentos pró-ambientais é contextualmente negociável. Este resultado confirma a H2.

Tabela 7. *Médias de crenças e comportamentos expressos em apresentação positiva e negativa, por contexto de apresentação.*

	Instituto ecológico						Cimenteira					
	Positiva		Negativa		t(159)	p	Positiva		Negativa		t(167)	p
	M	DP	M	DP			M	DP	M	DP		
Crença	5.56	.88	4.22	1.32	7.58	<.001	5.13	.91	4.88	1.27	1.48	ns
Comport.	4.87	1.01	3.77	1.15	6.45	<.001	4.53	.99	4.31	1.08	1.37	ns

Finalmente, a interação entre o país de aplicação, o contexto socionormativo e o tipo de apresentação indica que a interação acima descrita entre o contexto e o tipo de apresentação é ligeiramente diferente entre Brasil e Portugal. Os efeitos simples são apresentados na Figura 5 e na Figura 6, onde se pode observar que as diferenças entre as apresentações positivas e negativas são *mais* acentuadas em Portugal (crenças:  $t(74) = 7.28, p < .001, d = .75$ ; comportamentos:  $t(74) = 6.44, p < .001, d = 1.47$ ) que no Brasil (crenças:  $t(83) = 3.62, p < .01, d = .68$ ; comportamentos:  $t(74) = 2.87, p < .01, d = .63$ ) quando feitas no instituto ecológico; e *menos* acentuadas em Portugal (crenças:  $t(77) = .83, ns$ ; comportamentos:  $t(77) = .13, ns$ ) que no Brasil (crenças:  $t(88) = 1.17, ns$ ; comportamentos:  $t(77) = 1.66, ns$ ) quando feitas na cimenteira. Estas diferenças podem ser percebidas através da inclinação das retas apresentadas na Figura 5 e na Figura 6, onde observa-se que a *inclinação das retas* entre as apresentações positiva e negativa no contexto do instituto ecológico é superior em Portugal (Figura 5) em relação ao Brasil (Figura 6); e que a inclinação das retas entre as apresentações positiva e negativa no

contexto da cimenteira é inferior em Portugal em relação ao Brasil. Este resultado permite concluir que há em Portugal uma acentuação do valor social de crenças e comportamentos pró-ambientais, observado através do seu emprego espontâneo em autoapresentações, confirmando portanto H3.

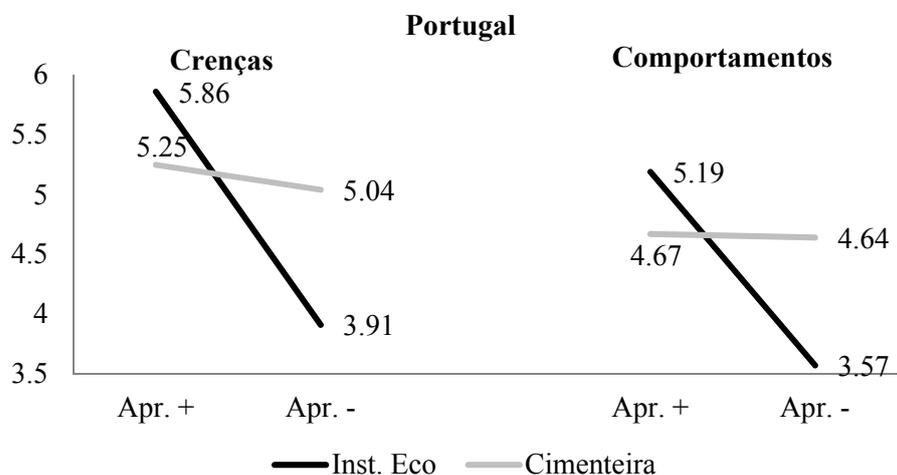


Figura 5. Comparação entre as médias de crenças e comportamentos expressos em apresentação positiva e negativa, em diferentes contextos, em Portugal.

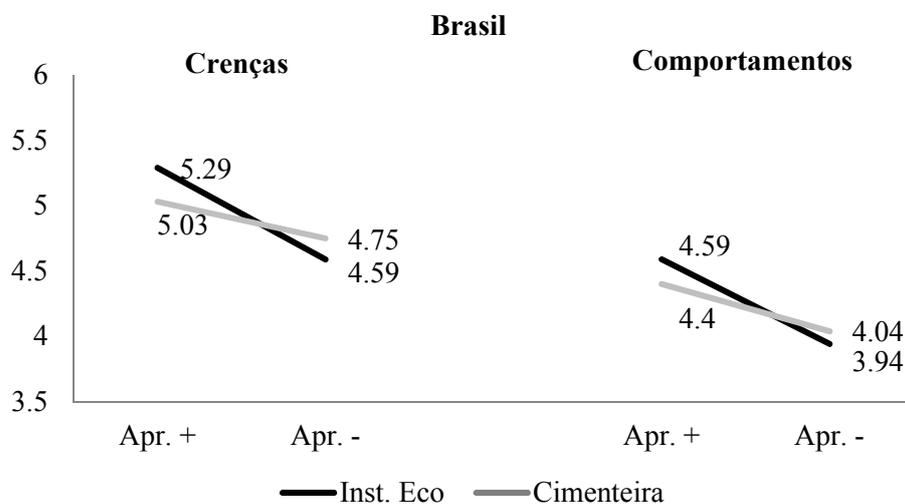


Figura 6. Comparação entre as médias de crenças e comportamentos expressos em apresentação positiva e negativa, em diferentes contextos, no Brasil.

#### 6.4.5 Discussão

Os contextos socionormativos fornecem pistas sobre quais ideias um indivíduo deve apresentar e como deve se comportar diante de um grupo social para, diante dele, apresentar uma imagem positiva. A forma como nos comportamos nos diferentes

contextos socionormativos toma por base as metarrepresentações, ou ideias sobre o que outros grupos, que convivem na mesma sociedade, pensam sobre um determinado objeto. As metarrepresentações fornecem indícios normativos de como, a fim de construir uma boa reputação, um indivíduo se deve comportar, e quais ideias que deve apresentar para além dos limites do seu próprio grupo social (Elcheroth et al., 2011).

O objetivo deste estudo foi testar se, apesar de as demandas normativas presentes em diferentes grupos sociais serem muitas vezes divergentes, o valor social associado às crenças e comportamentos pró-ambientais é ou não estável entre grupos sociais com demandas normativas opostas – um pró e outro antiambiental. A estabilidade deste valor social seria um indício de que estas crenças e comportamentos são *generalizados* em nossas sociedades. Mas considerando a atual situação da aplicação das leis ambientais em Portugal e no Brasil (Capítulo 1), esperava-se que o valor social do pró-ambientalismo não estivesse ainda sido generalizado nos dois países.

As hipóteses propostas para este estudo foram verificadas. O valor social de crenças e comportamentos pró-ambientais foi confirmado através de um *design* fatorial entre sujeitos. Isto quer dizer que as médias de crenças e comportamentos expressos em apresentação positiva eram superiores às médias em apresentação negativa – independentemente do contexto e do país de apresentação.

Foi também confirmada a hipótese de que, tanto em Portugal quanto no Brasil, o valor social de crenças e comportamentos pró-ambientais ainda não é estável e varia entre grupos com diferentes demandas normativas em relação ao meio ambiente. Este resultado indica que as leis ambientais ainda não adquiriram, em Portugal e no Brasil, valor social generalizado e independente do contexto de apresentação. Esta instabilidade na valorização de crenças e comportamentos pró-ambientais entre diferentes contextos sociais também indica que as representações sociais que conferem significado às relações entre estas sociedades e o meio ambiente tem características *emancipadas*.

Esta variabilidade entre o valor social identificado em diferentes contextos de apresentação pode também ser interpretada como um impedimento contextual para que se verifique uma influência mais estável e generalizada da norma social sobre crenças e comportamentos (Dubois, 2003). É possível que a expressão de crenças e comportamentos em conformidade com as normas sociais pró-ambientais, demonstradas através dos Estudos 1 e 2, pode não ter sido observada “because it was counteracted by situational variables” (p. 6).

Observou-se também que os participantes portugueses fizeram maior uso que os brasileiros de crenças e comportamentos pró-ambientais para expressar, nos diferentes contextos, uma imagem positiva ou negativa de si. Ou seja, as diferenças entre as apresentações positiva e negativa foram em Portugal *maiores* no contexto pró-ambiental e *menores* no antiambiental em relação às apresentações realizadas no Brasil. Estas diferenças indicam um maior uso de crenças e comportamentos pró-ambientais para a gestão da autoimagem em Portugal, o que é compatível com uma maior valorização social do pró-ambientalismo.

Entre as limitações do estudo podemos destacar a possibilidade de que, apesar das instruções para as respostas ao questionário, alguns participantes tivessem utilizado critérios diferentes para responder aos questionários diante de certos contextos de apresentação – principalmente quando as instruções incluíam apresentações negativas. Esta variação na compreensão das instruções pode ser observada através do maior erro padrão que é observado em situações de apresentação negativa, em relação às situações de apresentação positiva. Mas como esta dificuldade diante das situações de apresentação negativa foi equivalente em relação aos dois alvos propostos, é pouco provável que tenha influenciado os resultados.

Em suma, este estudo permite concluir que, apesar do forte valor social atribuído a crenças e comportamentos ambientais, este é ainda condicionado pelo contexto onde são apresentados. Mais precisamente, isto indica que tanto no Brasil quanto em Portugal as leis ambientais ainda estão em fase de *generalização* do seu valor social, momento onde são observadas representações do tipo emancipada.

## 6.5 Discussão geral do capítulo

Apesar de leis atualmente regularem a proteção ambiental e a sustentabilidade, o seu respeito independentemente do contexto passa pela aquisição de valor social informal (Castro, 2012). Quando o valor informal de novas leis ainda não corresponde ao seu valor formal, observa-se um *gap* entre o que se reconhece como a forma correta de se comportar – norma injuntiva – e como normalmente nos comportamos – norma descritiva (Castro, 2012). Leis que se encontram neste estágio estão ainda em fase de generalização, o que quer dizer que o seu valor social ainda não é partilhado pela sociedade como um todo e é *negociável* em função do contexto sacionormativo onde estas crenças e comportamentos são apresentados.

Este capítulo teve o objetivo de explorar, a partir dos paradigmas da autoapresentação e da identificação, o valor social atualmente associado a crenças e comportamentos pró-ambientais em Portugal e no Brasil. Os resultados destes estudos são informativos da mudança social, que pode ser melhor compreendida a partir dos dois tipos de relação que podemos estabelecer entre as normas e as representações sociais: temporal e grupal.

Em primeiro lugar, a partir de um aspeto *temporal*, os resultados destes estudos seriam informativos acerca do momento em que nos encontramos na transformação de representações transcendentais – nas quais são observadas normas sobretudo do tipo formal – em representações imanentes, onde são observadas normas sobretudo do tipo informal. A análise deste aspeto envolveu, mais precisamente, a análise da valorização informal de crenças e comportamentos pró-ambientais da esfera privada e a comparação deste valor social informal entre Portugal e Brasil – dois países com características singulares de implementação das leis e normas ambientais internacionais.

Os estudos apresentados neste capítulo permitiram demonstrar a valorização social atual de crenças e comportamentos pró-ambientais através dos paradigmas da autoapresentação e da identificação. O paradigma da autoapresentação sugere a existência desta valorização pelo fato de crenças e comportamentos pró-ambientais serem mais utilizados para uma apresentação positiva que para uma apresentação negativa – diferenças estas significativas em desenhos experimentais entre ou dentro sujeitos. No paradigma da identificação, esta valorização foi identificada pelo fato de crenças e comportamentos pró-ambientais serem mais atribuídos a si que aos outros (estudantes universitários). Estes resultados sugerem que, tanto no Brasil quanto em Portugal, crenças e comportamentos pró-ambientais são empregues por estudantes universitários para fazer a gestão da sua autoimagem, o que aponta para a valorização social destas ideias nos dias de hoje.

Estes estudos também permitiram identificar uma pequena porém significativa diferença entre os países onde os estudos foram conduzidos. Os estudantes brasileiros utilizam, menos que os portugueses, as crenças e comportamentos pró-ambientais em situações de gestão de impressões. A diferença entre a valorização de crenças e comportamentos pró-ambientais foi demonstrada, no paradigma da identificação, através da diferença média entre o que é atribuído a si e aos outros (crenças e os comportamentos). Os resultados mostram que estas diferenças são maiores entre os participantes portugueses que entre os brasileiros, o que sugere que os primeiros

valorizam mais o pró-ambientalismo pois o consideram, mais que os segundos, como uma qualidade distintiva de si. Já no paradigma da autoapresentação em contexto, a maior valorização do pró-ambientalismo pelos participantes portugueses foi identificada através da maior diferenciação que estes fizeram entre as apresentações positivas e negativas nos diferentes contextos sionormativos. Neste sentido, o facto de os participantes portugueses utilizarem mais crenças e comportamentos pró-ambientais para adaptar a gestão que fazem das impressões entre diferentes contextos, em relação aos brasileiros, indica que o pró-ambientalismo é mais socialmente valorizado em Portugal que no Brasil.

Este conjunto de resultados nos permite avançar, em relação ao aspeto temporal da mudança socioambiental, que estas representações são atualmente dotadas de valor social informal. A adoção, por parte do Estado português, do quadro legislativo Europeu muito contribuiu para acelerar o processo de mudança social necessário para a proteção ambiental (Sormenho-Marques, 2005). A implementação de um conjunto de regulações mais exigentes, e mais antigas em Portugal favoreceu uma mudança social ambiental que envolveu a sociedade como um todo, modificando de maneira definitiva a forma como o público aceita como válidos e legítimos os argumentos ambientalistas. Este processo de mudança societal parece estar, tanto em termos legais (ver Capítulo 1) quando em termos de valorização social, mais adiantado que aquele que se observa no Brasil.

Em segundo lugar, a partir da análise do aspeto *consensual* da mudança socioambiental se pretendia precisar a força das normas sociais em torno das ideias circulantes na sociedade sobre o pró-ambientalismo, ou seja, se estas normas sugerem a existência de representações hegemônicas, polémicas ou emancipadas. Cada um destes tipos de representações favorece o surgimento de certas dinâmicas normativas que podem acelerar ou reduzir o ritmo de mudança social. Como parte deste objetivo geral, analisamos neste capítulo as diferenças na expressão e valorização de crenças pró-ambientais em relação aos comportamentos.

Os estudos que compararam as expressões livres dos indivíduos em termos de crenças e comportamentos pró-ambientais (Estudos 1 e 2) encontraram um *gap*, isto é, uma distância entre a adesão individual a crenças, que são significativamente mais altas que a expressão dos comportamentos. Esta dissociação entre o que se diz e o que se faz é especialmente importante em relação a questões que são socialmente valorizadas, mas em relação às quais ainda é difícil apresentar os comportamentos correspondentes –

como os direitos humanos (Doise, 2001a, 2001b) ou a doação de órgãos (Moloney, Hall, & Walker, 2005). A dificuldade de apresentar os comportamentos alinhados às ideias sugere que, de facto, as representações emancipadas correspondem a ideias gerais utilizadas pelos diferentes grupos sociais de diferentes maneiras, por vezes servindo de base para defender comportamentos inconsistentes com os princípios das ideias (Spini & Doise, 1998). Estes estudos nos apresentam indícios de que as representações que conferem significado à questão ambiental são do tipo emancipado.

Outro resultado que sugere a existência de uma dinâmica normativa típica de representações emancipadas é a flexibilidade na apresentação de crenças e comportamentos em função do contexto social. Vimos no Estudo 3 que as crenças e comportamentos pró-ambientais são socialmente valorizados – isto é, são mais utilizados para uma apresentação positiva que para uma apresentação negativa – no contexto de apresentação do instituto ecológico, o que não aconteceu no contexto de apresentação da cimenteira. Este resultado sugere que o valor social de crenças e comportamentos pró-ambientais ainda não é estável entre os diferentes contextos sociais, o que indica uma certa flexibilidade e emancipação na utilização das ideias presentes nas representações que conferem significado à questão ambiental.

Além disto, outro resultado que nos ajuda a perceber as dinâmicas consensuais é a maior valorização de *comportamentos* pró-ambientais em relação às *crenças*. No paradigma da autoapresentação, a maior valorização dos comportamentos em relação as crenças foi identificada através de uma maior diferença, para os primeiros, entre as médias em apresentação positiva e negativa (Estudo 2). No paradigma da identificação, a maior valorização dos comportamentos foi demonstrada através da maior diferença, entre a atribuição de comportamentos a si e aos outros, em relação à atribuição de crenças. Estes resultados indicam que os comportamentos são, tanto em Portugal quanto no Brasil, mais empregues que as crenças quando os participantes fazem a gestão da sua autoimagem, o que sugere uma maior valorização social desta dimensão do pró-ambientalismo. A valorização da expressão de comportamentos pró-ambientais em relação à apresentação de crenças pode também se dever à maior *agência* (Abele & Wojciszke, 2007) comunicada pela expressão de comportamentos em relação à expressão de crenças, ou seja, de uma maior capacidade de se agir de acordo com o que se acredita. Esta hipótese será melhor explorada no próximo capítulo.

Estes resultados mostram que a aplicação dos paradigmas de gestão da impressão pode fornecer um útil contributo ao estudo das normas sociais. Entretanto, preocupações

relacionadas à desejabilidade social – ao desejo de agradar e ser amado – podem acabar por ocultar o verdadeiro valor social de algumas crenças e comportamentos (Beauvois & Dubois, 2009), uma vez que “nothing proves that the impression they give is in fact an impression which they themselves would valorise if they were given by another” (Gilibert & Cambon, 2003, p. 45). Portanto, o objetivo de demonstrar o valor social das crenças e comportamentos ambientais deve idealmente ser complementado pela utilização de um paradigma que não implique tão diretamente o participante na gestão da norma. O paradigma que responde a esta preocupação, e cuja contribuição poderia complementar os resultados que foram até aqui apresentados, é o paradigma do heterojulgamento.

## **Capítulo 7**

---

**O que os Julgamentos sobre os Outros Revelam sobre a  
Valorização de Crenças e Comportamentos Pró-Ambientais**

## 7.1 Introdução

Partindo dos estudos apresentados no capítulo anterior, este capítulo continua a investigar o valor social informal que as sociedades portuguesa e brasileira reconhecem em crenças e comportamentos pró-ambientais. A análise deste valor social nos permitirá identificar evidências e diferenças no processo de mudança socioambiental, estimulado por leis (Castro, 2012, 2014), que acontece entre estes dois países.

Como vimos no capítulo anterior, o facto de as pessoas expressarem certas crenças e comportamentos para adquirir estima social é informativo a respeito do seu valor social. Neste capítulo o valor social de crenças e comportamentos pró-ambientais será explorado através do terceiro paradigma desenvolvido pela abordagem sociocognitiva, o paradigma do *heterojulgamento*. Mais especificamente, pretende-se verificar se a apresentação de crenças e comportamentos pró-ambientais é hoje necessária para que alguém seja bem visto socialmente.

Na aplicação deste paradigma é pedido que os participantes adotem o papel de avaliadores e que *julguem* alvos de acordo com as crenças e/ou os comportamentos que estes apresentam (Gilibert & Cambon, 2003). Trata-se portanto de uma situação de avaliação onde o participante não é diretamente envolvido na gestão da sua autoimagem, razão pela qual os efeitos da desejabilidade social sobre as respostas são bastante reduzidos em relação aos paradigmas que envolvem autoapresentações (Beauvois & Dubois, 2009).

Neste capítulo pretende-se portanto aprofundar a análise do valor social informal de crenças e comportamentos pró-ambientais no Brasil e em Portugal. Isto será feito através da análise de como é que estas crenças e comportamentos são percebidos sobre as duas dimensões básicas do julgamento, a de competência e de simpatia (Fiske et al., 2002, 1999).

Os estudos que até agora utilizaram paradigmas da abordagem sociocognitiva sugerem a existência de uma norma pró-ambiental. Isto foi observado através da utilização que os participantes fazem de comportamentos e crenças pró-ambientais para transmitir uma imagem positiva de si (autoapresentação) ou para diferenciar-se dos outros (identificação). No entanto, as crenças e comportamentos eleitos pelos participantes para apresentar-se a si próprios podem ser bastante diferentes daqueles que valorizariam se observassem outras pessoas (Gilibert & Cambon, 2003).

É por esta razão que o paradigma do heterojulgamento (ou do júri) foi proposto como outro dos meios de demonstrar a existência de uma norma social (Gilibert & Cambon, 2003; Jellison & Green 1981). Como foi apresentado no Capítulo 3, neste paradigma os participantes assumem o papel de avaliadores. Com este objetivo, devem julgar ao menos dois tipos diferentes de alvos: um que apresenta respostas em conformidade com a norma, e outro que apresenta respostas que não estão em conformidade com a norma. Como este paradigma propõe a análise do valor social através da *formação de impressões* sobre diferentes alvos, analisaremos de seguida o modelo de percepção social que fundamenta a análise das características associadas à apresentação de crenças e comportamentos pró-ambientais: o *Stereotype Content Model* – SCM (Fiske et al., 1999, 2002).

### **7.1.1 Modelo do Conteúdo do Estereótipo (*Stereotype Content Model*)**

Os julgamentos feitos no quadro do paradigma da heteroavaliação podem ser feitos em termos de avaliações gerais (bom/mau; gosto/não gosto) ou podem incidir mais especificamente sobre as duas dimensões que a literatura refere como básicas da percepção interpessoal: competência e simpatia (Fiske et al., 1999, 2002). No Modelo do Conteúdo do Estereótipo (*Stereotype Content Model* – SCM), Fiske et al. (2002) sugerem que a percepção de (1) competência e (2) simpatia de um determinado grupo (ou indivíduo) não é aleatória, ela se baseia (1) no seu estatuto socioeconómico e (2) e na sua interdependência em relação ao observador (Durante et al., 2013; Russell & Fiske, 2008). O modelo tem sido confirmado através de estudos correlacionais (Fiske et al., 1999, 2002), experimentais (Judd et al., 2005; Russell & Fiske, 2008), e mais recentemente, através de um estudo internacional que envolveu amostras de diferentes países (Durante et al., 2013).

Como foi apresentado no Capítulo 3, o SCM propõe compreender os estereótipos sociais partindo de uma perspetiva societal, uma vez que a atribuição de um estereótipo a um grupo depende da posição deste grupo na estrutura social (Fiske et al., 2002). Depende também do tipo de estrutura social, uma vez que em sociedades menos igualitárias, a baixa percepção de uma das dimensões é compensada com a atribuição da outra, o que acaba por justificar o *status quo* – o que acontece menos em sociedades mais igualitárias (Durante et al., 2013).

Neste sentido, grupos com alto *status* social (ex.: pessoas ricas, asiáticos, judeus, mulheres de negócio) são vistos como competentes e são invejados e respeitados, mas

que pouco apreciados (Fiske et al., 2002). Por outro lado, grupos de estatuto social inferior (ex.: mulheres com filhos, pessoas com deficiências e latinos) são vistos como incompetentes e são desrespeitados, mas são vistos como simpáticos e são protegidos (Cuddy et al., 2004; Fiske et al., 2002).

A relação entre a *ausência de competição* e simpatia é justificada pelo fato de que as pessoas que demonstram intenções cooperativas e que partilham os objetivos do grupo são vistas como confiáveis, cordiais, e simpáticas (Fiske et al., 2002). Por outro lado, pessoas que demonstram competitividade para com os outros membros do grupo são vistas como frias e egoístas em relação ao grupo, e é por esta razão que são pouco apreciadas e vistas como antipáticas.

Portanto, como o conteúdo dos estereótipos depende em grande medida das relações estruturais que os diferentes grupos sociais mantêm entre si, mudanças na posição social entre os grupos resultariam, em princípio, também em mudanças no conteúdo dos estereótipos que lhes são atribuídos (Durante et al., 2013; Fiske et al., 1999).

Um outro modelo equivalente ao SCM de Fiske et al. (2002) é aquele proposto pelo Modelo da Dupla Perspetiva – *Double Perspective Model*, DPM (Abele & Wojciszke, 2007). O DPM propõe que a personalidade pode ser percebidas em termos de agência (*agency*) e comunhão (*communion*), relacionadas respetivamente com o *self* e com a *social profitability* (Abele & Wojciszke, 2007). A dimensão de *agência* refere-se ao esforço para a individualização e envolve, neste sentido, qualidades como instrumentalidade, ambição, dominância, competência e eficiência, relacionadas sobretudo com os interesses individuais (Abele & Wojciszke, 2007). Já a *comunhão* refere-se ao esforço de integração do *self* em unidades mais amplas, e envolve qualidades como o foco no bem-estar alheio, cooperação, expressividade emocional e está relacionada ao genuíno interesse pelos outros (Abele & Wojciszke, 2007; Wojciszke et al., 2009). Considerando a similaridade das dimensões propostas pelos modelos do Conteúdo do Estereótipo e da Dupla Perspetiva, ainda que cada um deles enfoque aspetos específicos da diferenciação social, podemos associar a dimensão de *agência* à percepção de *competência*, e a dimensão de *comunhão*, à percepção de *simpatia*. Estas duas dimensões estão na base de uma proposta de sistematização do conteúdo dos estereótipos atribuídos aos diferentes grupos sociais. Vamos explorar de seguida como têm sido estudada a percepção de alvos que apresentam comportamentos pró-ambientais.

### **7.1.2 Perceção de alvos que apresentam comportamentos pró-ambientais**

No domínio do meio ambiente e como já foi dito anteriormente, alguns estudos experimentais já analisaram a formação de impressões e atribuição de traços a partir da apresentação de comportamentos pró-ambientais. Entretanto, estes estudos restringiram-se a investigar os traços atribuídos a alvos que se comportam (*vs.* não se comportam) de modo pró-ambiental, sem uma análise conjunta dos efeitos da apresentação simultânea de crenças e comportamentos, ou de como seriam percebidos sobre as duas dimensões básicas de competência e simpatia (Fiske et al., 2002) alvos que apresentassem diferentes tipos de comportamentos pró-ambientais.

Como foi mencionado anteriormente, o primeiro destes estudos foi realizado por Sadalla e Krull (1995) nos Estados Unidos, em meados dos anos 90. Os autores descrevem que, naquela época, o alvo que apresentava comportamentos pró-ambientais (usar o autocarro, o estendal e reciclar) era percebido como tendo um *status* social inferior a um alvo que apresentava comportamentos antiambientais (usar o carro, secar a roupa na secadora e não reciclar). Quinze anos depois, este estudo foi replicado por Welte e Anastasio (2010). Considerando que os comportamentos investigados por Sadalla e Krull (1995) poderiam estar a comunicar um *status* socioeconómico inferior, as autoras pré-selecionaram comportamentos que fossem vistos como neutros em relação ao *status* socioeconómico percebido – reciclagem de papel e compostagem. Este estudo não encontrou quaisquer efeitos, sobre a perceção de *status* social, da expressão de um, ambos ou nenhum destes comportamentos. Estes resultados sugerem que houve, em comparação com os resultados obtidos 15 anos atrás, uma evolução do valor social de comportamentos pró-ambientais, pois estes deixaram de ser associados a um *status* social inferior.

No entanto, ainda que estes estudos demonstrem uma progressiva valorização dos comportamentos pró-ambientais, eles envolvem a investigação de comportamentos pró-ambientais específicos, que não permitem avançar conclusões acerca do valor social de um conjunto mais alargado de crenças e comportamentos pró-ambientais da esfera pública (por exemplo ativismo) e da esfera privada (por exemplo economia de água, luz e reciclagem). Estes estudos também não são ligados a modelos teóricos que permitam compreender porque é que algumas características (e não outras) são associadas a comportamentos pró-ambientais da esfera privada.

Os estudos apresentados neste capítulo contribuirão para a análise dos aspetos temporal e consensual da relação entre normas e representações sociais. Como vimos, o aspeto *temporal* refere-se à passagem do tempo que decorre entre o momento em que as representações do ambiente são essencialmente transcendentais ao comportamento, e o momento em que estas representações passam a apresentar características imanentes ao comportamento. Do ponto de vista das normas sociais, esta passagem corresponde à transformação de normas formais, num primeiro momento, em normas informais, num segundo. Neste capítulo, o aspeto temporal será analisado a partir da comparação da valorização social de crenças e comportamentos entre Portugal e Brasil. Espera-se portanto que o processo de mudança social, associado à valorização informal do pró-ambientalismo, esteja mais adiantada em Portugal em relação ao Brasil como resultado de leis ambientais mais antigas e mais exigentes.

Neste capítulo também será analisado o aspeto *consensual* da relação entre normas e representações. Este aspeto enquadra as dinâmicas normativas específicas aos diferentes níveis de consenso nas representações sociais, que podem ser hegemónicas, polémicas ou emancipadas. Os estudos apresentados no Capítulo 6 sugerem que as representações sociais que conferem sentido à questão ambiental em Portugal e no Brasil apresentam características emancipadas. Isto quer dizer que poderá haver uma certa indulgência em relação a apresentação de comportamentos antiambientais. Neste capítulo, exploraremos com maior profundidade como são vistos alvos que apresentam (ou não) comportamentos consistentes com as suas crenças pró-ambientais. Estes estudos nos permitirão compreender como é as dimensões da perceção social sustentam esta indulgência em relação à inconsistência entre crenças e comportamentos pró-ambientais.

O presente capítulo tem portanto o objetivo geral de avançar a compreensão do valor social associado a crenças e comportamentos pró-ambientais através da análise das características sociais atribuídas, em termos de competência e simpatia, a alvos que apresentem crenças e comportamentos pró-ambientais, em Portugal e no Brasil. A partir deste objetivo geral, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

1. Comparar, em termos da perceção de competência e simpatia, alvos que apresentem *diferentes combinatórias* de crenças e comportamentos pró-ambientais (pró-ambiental / inconsistente / antiambiental) – Estudo 4;

2. Comparar a percepção de estudantes *portugueses e brasileiros* de alvos que apresentem diferentes combinatórias de crenças e comportamentos pró-ambientais – Estudo 4;
3. Comparar a percepção de competência e simpatia em alvos que apresentem *diferentes tipos de comportamentos* pró-ambientais da esfera pública e da esfera privada (Stern, 2000), por estudantes portugueses – Estudo 5.

## **7.2 Estudo 4 – Heterojulgamento de alvos apresentando diferentes combinatórias de crenças e comportamentos pró-ambientais**

Os resultados anteriormente obtidos através da aplicação dos paradigmas da autoapresentação e da identificação sugerem que o pró-ambientalismo é valorizado no geral. Este estudo tem o objetivo de aprofundar a análise do valor social informal de crenças e comportamentos pró-ambientais por meio do paradigma do heterojulgamento. Mais especificamente, propõe-se verificar se a apresentação de crenças e comportamentos pró-ambientais contribui (ou não) para a percepção de competência e simpatia. Para tal, três diferentes alvos hipotéticos (pró-ambiental / inconsistente / antiambiental) serão submetidos ao julgamento em termos de competência e simpatia por participantes portugueses e brasileiros. Além de ser avaliada diretamente, a percepção de competência e simpatia será também indiretamente estimada através de perguntas que correspondem às funções socialmente atribuídas a cada uma destas dimensões. Por exemplo, as pessoas competentes são consideradas como “tendo mais hipóteses de ser bem-sucedidas na vida”, assim como as pessoas que são simpáticas são consideradas como “boas pessoas para se ter como amigo” (Dubois & Beauvois, 2005). Em relação a este objetivo, são propostas as seguintes hipóteses:

H1 – o pró-ambientalismo será socialmente valorizado. Esta hipótese é baseada nos resultados dos estudos anteriores que revelaram o valor informal, tanto de crenças quanto de comportamentos pró-ambientais, através dos paradigmas da autoapresentação e da identificação (Capítulo 6). Esta hipótese será verificada caso o alvo pró-ambiental (altos crença e comportamento) for percebido como mais competente e simpático que o alvo antiambiental (baixos crença e comportamento).

H2 – a expressão de comportamentos *coerentes* com as crenças pró-ambientais será mais valorizada que a expressão de comportamentos *incoerentes* com as crenças

pró-ambientais. Esta hipótese é baseada no Modelo da Dupla Perspetiva (Abele & Wojciszke, 2007; Wojciszke et al., 2009), segundo o qual a perceção de competência é associada à maior agência, dimensão atribuída à orientação para concretizar objetivos. Ela será verificada caso o alvo pró-ambiental (altos crença e comportamento) for percebido como mais competente que o alvo inconsistente (alta crença e baixo comportamento).

H3 – o pró-ambientalismo será mais valorizado em Portugal do que no Brasil. Esta hipótese será verificada se os estudantes portugueses atribuírem mais competência e simpatia ao alvo pró-ambiental do que os estudantes brasileiros.

## **7.2.1 Método**

### *7.2.1.1 Participantes*

A amostra portuguesa foi composta por 72 alunos do ISCTE-IUL e da Universidade de Lisboa, dos cursos de psicologia, gestão, biologia e engenharia da energia e do ambiente. Os participantes tinham uma média de idade de 21.8 anos (18-48,  $DP = 6.99$ ), e 62.5% eram do sexo feminino.

A amostra brasileira foi composta por 82 alunos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) do curso de psicologia. Os participantes tinham uma média de idade de 24.05 anos (19-57,  $DP = 6.6$ ) e 75.6% eram do sexo feminino.

### *7.2.1.2 Procedimento*

Os participantes foram convidados a responder a um questionário em situação coletiva em sala de aula (Anexo F). Eles recebiam então um questionário que continha as escalas de crenças e comportamentos pró-ambientais (as mesmas utilizadas nos estudos da autoapresentação) pré-preenchidas pelo que lhes era informado ser um estudante universitário do semestre anterior. Era então pedido aos participantes que imaginassem, a partir das suas respostas, como achavam que era a pessoa que as havia dado. Era-lhes então pedido que descrevessem, com as suas próprias palavras, as crenças e os comportamentos pró-ambientais daquela pessoa. Esta tarefa tinha o simples objetivo de reforçar a retenção mnemónica do perfil apresentado.

Na folha seguinte, era pedido aos participantes que atribuíssem ao alvo apresentado uma série de adjetivos, entre os quais constavam aqueles relativos às duas dimensões de competência e simpatia. Depois da avaliação da adequação dos diferentes adjetivos ao alvo, o participante respondia a uma série de perguntas relacionadas a

atratividade do alvo em termos de competência e simpatia em situações quotidianas. Na última página os participantes respondiam a questões de caracterização demográfica (ver Anexo F). Ao fim da aplicação, eram-lhes esclarecidos os objetivos do estudo e quais as condições envolvidas.

Foram preparados 3 alvos com perfis diferentes, sendo que cada participante respondia ao questionário considerando apenas um dos perfis. A manipulação das crenças e comportamentos apresentados por cada um dos alvos foi feita com base nas médias encontradas no Estudo 3 para cada item das escalas de crenças e comportamentos pró-ambientais (Castro & Bertoldo, 2010). Desta forma, quando a intenção era que a escala de crenças ou comportamentos apresentasse médias altas, um desvio padrão era adicionado a cada resposta; ao contrário, quando a intenção era que as escalas apresentassem médias baixas, um desvio padrão era subtraído. Os três perfis preparados incluíam um alvo pró-ambiental (crenças e comportamentos altos), um inconsistente (crenças altas e comportamentos baixos) e um antiambiental (crenças e comportamentos baixos).

Como *manipulation check*, foi pedido que os participantes estimassem, no final do questionário, se o alvo que julgaram apresentava crenças e comportamentos pró-ambientais entre (1) *nada* a (7) *muito*. Os participantes que deram respostas erradas foram excluídos da análise.

Temos assim um plano fatorial 3 (alvo: pró-ambiental / inconsistente / antiambiental) X 2 (país: Portugal / Brasil), X 2 (dimensão: competência / simpatia) *between subjects* para os dois primeiros fatores e *within subjects* para o último.

### 7.2.1.3 Variáveis

*Competência* ( $\alpha = .83$ ). A competência percebida foi medida nos dois países através da média da atribuição sobre uma escala de 7 pontos dos seguintes adjetivos entre 1 - *nada característico* a 7 - *muito característico*: confiante, talentoso, inteligente, capaz e competente.

*Simpatia* ( $\alpha = .76$ ). A simpatia percebida foi medida nos dois países através da média da atribuição sobre uma escala de 7 pontos dos seguintes adjetivos entre 1 - *nada característico* a 7 - *muito característico*: sincero, boa-pessoa, amigável, tolerante e caloroso.

*Competência indireta* ( $\alpha = .76$ ). A estimativa *indireta* de competência correspondeu à média das respostas dos participantes às seguintes perguntas: “em que

medida gostaria de trabalhar com esta pessoa” (1 - *nada* a 7 - *muitíssimo*), “como avalia o potencial de empregabilidade desta pessoa” (1 - *baixo* a 7 - *alto*) e “como avalia as hipóteses desta pessoa ser bem-sucedida na vida” (1 - *pouco provável* a 7 - *muito provável*).

*Simpatia indireta* ( $\alpha = .85$ ). A estimativa *indireta* de simpatia correspondeu à média das respostas dos participantes às seguintes perguntas “com que tipo de impressão ficou desta pessoa” (1 - *extremamente negativa* a 7 - *extremamente positiva*), “baseado no que lembra das repostas da pessoa, gostaria de a conhecer” (1 - *certamente que não* a 7 - *sim, certamente*) e “em que medida gostaria de ter esta pessoa como amigo/a” (1 - *nada* a 7 - *muitíssimo*).

## 7.2.2 Resultados

### 7.2.2.1 Dimensões de competência e simpatia

Os resultados correspondentes às duas dimensões de competência e simpatia foram analisados a partir de uma ANOVA 3 (alvo: pró-ambiental / inconsistente / antiambiental) X 2 (país: Portugal / Brasil) X 2 (dimensão: competência / simpatia), com medidas repetidas no último fator.

Foi encontrado um efeito principal do alvo ( $F(2,148) = 61.3, p < .001, \eta_p^2 = .45$ ) e uma interação entre o alvo e a dimensão de julgamento ( $F(2,148) = 14.1, p < .001, \eta_p^2 = .16$ ). Os efeitos do país, sejam eles diretos ( $F(1,148) = .05, p = .81$ ) ou de interação com o alvo ( $F(2,148) = 1.87, p = .17$ ), não foram significativos, portanto H3 não é confirmada.

O efeito principal do alvo foi então analisado a partir de duas *one-way* ANOVAs, que indicam que o alvo pró-ambiental é, em geral, melhor avaliado que os outros. Em relação à competência, o alvo pró-ambiental é melhor avaliado que os alvos incoerente e antiambiental, que por sua vez não se distinguem nesta dimensão (Tabela 8). Já em relação à simpatia, o alvo pró-ambiental e o incoerente são, em conjunto, melhor avaliados que o antiambiental. Este resultado confirma que o alvo pró-ambiental é percebido como mais competente e simpático que o alvo antiambiental, comprovando portanto H1.

Tabela 8. *Diferenças entre a competência e a simpatia atribuídas aos diferentes alvos.*

	Pró-ambiental		Inconsistente		Antiambiental		<i>F</i> (2,153)	<i>p</i>	$\eta^2_p$
	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>			
<b>Competência</b>	5.01 <sup>a</sup>	.97	3.53 <sup>b</sup>	.91	3.17 <sup>b</sup>	.96	57.58	< .001	.43
<b>Simpatia</b>	4.57 <sup>a</sup>	.93	4.19 <sup>a</sup>	.83	3.56 <sup>b</sup>	.67	21.35	< .001	.22

a, b: diferença entre as médias, teste *post-hoc* Scheffe.

A interação entre a dimensão de julgamento e o alvo indica que os padrões de diferenças entre as médias de competência e simpatia diferem entre os alvos propostos para julgamento. Estas diferentes combinações podem ser observadas através dos testes *post-hoc* apresentados na Tabela 8.

Primeiramente, o alvo pró-ambiental é diferenciado dos alvos inconsistente e antiambiental na dimensão de competência – o alvo pró-ambiental é julgado como mais competente que os outros dois alvos, o que confirma H2. Mas em relação à percepção de simpatia, o alvo pró-ambiental é avaliado como tão simpático quanto o inconsistente, em conjunto com o qual é visto como mais simpático que o alvo antiambiental.

A distinção do alvo pró-ambiental (único alvo a apresentar altos níveis de comportamentos pró-ambientais) em termos de competência sugere a associação de competência à *concretização* das crenças pró-ambientais. Isto sugere que o alvo pró-ambiental é também visto como mais agente e orientado para resultados que o alvo inconsistente. Por outro lado, a distinção do alvo antiambiental (único alvo a *não* apresentar crenças pró-ambientais altas) em termos de simpatia sugere a associação da percepção de simpatia à expressão de crenças pró-ambientais.

#### 7.2.2.2 *Dimensões indiretas de competência e simpatia*

Os dados correspondentes às duas dimensões *indiretamente* relacionadas à percepção de competência e simpatia foram analisados a partir de uma ANOVA 2 (dimensão: competência indireta / simpatia indireta) X 2 (país: Portugal / Brasil) X 3 (alvo: pró-ambiental / inconsistente / antiambiental) com medidas repetidas no primeiro fator. Os resultados indicam a existência de apenas um efeito de interação, entre a dimensão e o alvo ( $F(2,148) = 23.5, p < .001, \eta^2_p = .24$ ). Os efeitos do país, sejam eles diretos ( $F(1,148) = .001, p = .97$ ) ou de interação com o alvo ( $F(2,148) = 1.75, p = .17$ ), não foram significativos, e portanto não suportam H3.

O efeito de interação entre a dimensão de avaliação e o alvo indica que a percepção indireta da competência e da simpatia apresenta diferentes padrões para cada um dos alvos. Para identificar estas diferenças, duas *one-way* ANOVAs foram feitas, uma para a atribuição indireta de competência, e outra para a atribuição indireta de simpatia.

Tabela 9. *Diferenças entre a competência e a simpatia, medidas indiretamente, atribuídas aos diferentes alvos.*

	Pró-ambiental		Inconsistente		Antiambiental		<i>F</i> (2,153)	<i>p</i>	$\eta^2_p$
	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>			
<b>Competência indireta</b>	5.19 <sup>a</sup>	.89	3.41 <sup>b</sup>	1.0	3.20 <sup>b</sup>	.93	72.4	< .001	.49
<b>Simpatia indireta</b>	5.23 <sup>a</sup>	.89	3.93 <sup>b</sup>	.85	2.64 <sup>c</sup>	1.0	108.9	< .001	.59

a, b, c: diferença entre as médias, teste *post-hoc* Scheffe.

Os resultados das ANOVAs e dos testes *post-hoc* apresentados na Tabela 9 indicam que a percepção indireta de *competência* é maior para o alvo pró-ambiental que para os alvos inconsistente e antiambiental, sendo que estes últimos não se diferenciam entre si. Estes resultados são consistentes com os resultados apresentados acima sobre a percepção direta de competência. Eles mostram que o alvo pró-ambiental, que é o único que apresenta comportamentos alinhados às crenças pró-ambientais, é percebido como mais competente que os alvos inconsistente e o antiambiental, seja a competência estimada de modo direto ou indireto.

Já a percepção indireta de simpatia diferencia todos os alvos entre si (Tabela 9). Ou seja, o alvo pró-ambiental é visto como mais simpático que o alvo inconsistente que, por sua vez, é visto como mais simpático que o alvo antiambiental.

Estes resultados fornecem uma confirmação suplementar para as hipóteses propostas, uma vez que quando são utilizadas medidas indiretas, o alvo pró-ambiental é ainda mais valorizado – tanto ao nível da competência quanto da simpatia – que o alvo antiambiental (H1) e que o alvo inconsistente (H2).

Entretanto, as diferenças antecipadas entre os países não foram encontradas. A atribuição das medidas indiretas de competência e simpatia foi igual entre os participantes portugueses e brasileiros.

### **7.2.3 Discussão**

Este estudo teve o objetivo de verificar a valorização social de crenças e comportamentos pró-ambientais através do paradigma do heterojulgamento, em participantes portugueses e brasileiros. Com base nos resultados de estudos anteriores que aplicaram o paradigma da autoapresentação (Capítulo 7), esperava-se que o pró-ambientalismo fosse valorizado, isto é, que o alvo pró-ambiental fosse percebido como mais competente e simpático que os alvos antiambiental (H1) e inconsistente (H2). Antecipava-se também uma maior valorização de crenças e comportamentos em Portugal em relação ao Brasil (H3).

A primeira hipótese sobre a valorização do pró-ambientalismo foi confirmada. Os resultados mostram que o alvo pró-ambiental é visto como mais competente e simpático que o alvo antiambiental. Este resultado confirma, através do paradigma do heterojulgamento, que o pró-ambientalismo é hoje informalmente valorizado tanto em Portugal quanto no Brasil.

A segunda hipótese sobre a maior valorização do alvo que expressava comportamentos consistentes com as crenças pró-ambientais, em relação ao alvo que expressava comportamentos inconsistentes com as crenças ambientais, foi também demonstrada. Os resultados mostram que o alvo *pró-ambiental*, que apresenta (1) comportamentos pró-ambientais mais altos e o (2) mesmo nível de crenças pró-ambientais que o alvo *inconsistente*, é percebido como (1) mais competente e (2) tão simpático quanto o alvo inconsistente. Além desta diferenciação ao nível da atribuição de competência e simpatia, a análise da atribuição *indireta* destas dimensões mostra que o alvo pró-ambiental é visto como mais competente e também mais simpático que o alvo inconsistente. Portanto, os resultados mostram que a apresentação de comportamentos *consistentes* com as crenças pró-ambientais é valorizada em relação à apresentação de comportamentos *inconsistentes* com as crenças. Esta valorização pode ser observada através da maior atribuição de competência (direta e indireta) e de simpatia (direta) ao alvo pró-ambiental em relação ao alvo antiambiental. Este resultado pode ser interpretado à luz do modelo da dupla perspectiva (Abele & Wojciszke, 2007) que relaciona a dimensão de competência à de *agência*. De acordo com este modelo, os alvos vistos como preocupados consigo próprio são também mais orientados para objetivos, mais ativos e eficazes que aqueles alvos que são vistos como preocupados com as outras pessoas (Abele & Wojciszke, 2007; Wojciszke et al., 2009).

Por outro lado, estes resultados também demonstraram a valorização da apresentação de crenças pró-ambientais (acompanhadas ou não por comportamentos) em relação à sua não apresentação. A valorização da apresentação de crenças pró-ambientais, diferentemente do que acontece com a valorização dos comportamentos, é observável através de um incremento na percepção de *simpatia*. Mais precisamente, os resultados mostram que o alvo *inconsistente*, que apresenta (1) crenças pró-ambientais mais altas e o (2) mesmo baixo nível de comportamentos pró-ambientais que o alvo *antiambiental*, é percebido como (1) mais simpático e (2) igualmente competente que o alvo antiambiental, sugerindo a associação entre as crenças pró-ambientais e a percepção de simpatia. Estes resultados são também confirmados através da percepção de simpatia indireta, que também sofre um decréscimo quando o alvo em questão não apresenta crenças pró-ambientais. Este resultado é informativo em relação ao aspeto *consensual* da relação entre normas e representações. Dentro da lógica compensatória do SCM, apesar do alvo inconsistente não apresentar comportamentos pró-ambientais consistentes com as suas crenças, ele é ainda assim visto como simpático. De um ponto de vista societal, este resultado justifica a indulgência coletiva observada em relação à apresentação de comportamentos inconsistentes com as crenças pró-ambientais. Em se tratando de ideias amplamente valorizadas e partilhadas ao nível abstrato, tolera-se a falta de implementação ao nível concreto, talvez por nem sempre ser fácil ou possível pô-las em prática (Bertoldo, Castro, & Bousfield, 2013).

A partir do modelo do conteúdo do estereótipo (Fiske et al., 2002), estes resultados demonstram como a apresentação de comportamentos pró-ambientais (consistentes com as crenças) pode ser associada à percepção de um maior *status* dentro de um grupo. Por outro lado, a apresentação de crenças pró-ambientais estaria associada à percepção de que a pessoa que as apresenta é cooperativa e faz parte do grupo (Fiske et al., 2002; Russell & Fiske, 2008). É neste sentido que a apresentação de comportamentos pró-ambientais pode estar associada a um *diferencial* do *status* de uma pessoa dentro do grupo (status alto ou baixo), enquanto a apresentação de crenças pró-ambientais pode ser considerada como um *requisito* para que alguém seja visto como parte do grupo (*in* ou *outgroup*).

Estes resultados foram equivalentes para participantes brasileiros e portugueses – o que não sustenta H3. Este resultado é interessante para a análise das particularidades do processo de valorização social do pró-ambientalismo entre os dois países. Devemos considerar que apesar dos resultados apresentados no Capítulo 6 indicarem que o pró-

ambientalismo é mais valorizado em Portugal em relação ao Brasil, ainda assim o pró-ambientalismo é positivamente valorizado *em ambos os países*. É possível que o facto de o pró-ambientalismo ser bem visto por ambas as sociedades (apesar de ser mais bem visto numa delas) tenha contribuído para que fosse percebido de forma equivalente em termos de competência e simpatia.

Entre as limitações deste estudo podemos ressaltar que a proposição de um quarto tipo de alvo, que apresentasse altos níveis de comportamentos pró-ambientais associados a baixos níveis de crenças, permitiria melhor perceber o que é socialmente valorizado: se é a *ação pró-ambiental em si* (independentemente de estar associada ou não à crenças) ou se é a *consistência* entre as crenças e os comportamentos.

Os resultados aqui apresentados mostram como tanto os comportamentos quanto as crenças ambientais são socialmente valorizados, mesmo que uma destas dimensões seja melhor avaliada em relação à outra. Mas as medidas de crenças e comportamentos que foram analisadas até aqui correspondem a comportamentos pró-ambientais da esfera privada (Stern, 2000) – reciclagem, economia de água e luz. Ainda não foram considerados neste trabalho outros comportamentos que também são essenciais para a análise da mudança socio ambiental, tais como comportamentos pró-ambientais ativistas, que questionam o funcionamento das nossas sociedades (Stern, 2000; Stern et al., 1999). Apesar da sua importância social, a literatura sugere que este tipo de comportamentos, que questionam a reprodução dos modos de funcionamento das nossas sociedades, tendem a ser desvalorizados e desacreditados por nossas sociedades (Beauvois, 2003; Dubois, 2005; Beauvois & Dubois, 2009). Para melhor compreender a lógica social na percepção deste importante tipo de comportamento pró-ambiental, no próximo estudo eles serão comparados em termos de percepção de competência e simpatia, com comportamentos pró-ambientais da esfera privada e com comportamentos não-ativistas da esfera pública (Stern, 2000).

### **7.3 Estudo 5 - Heterojulgamento de alvos apresentando diferentes comportamentos pró-ambientais**

Os resultados acima apresentados mostram que um alvo pró-ambiental é percebido como *mais competente* que um alvo inconsistente. Estes resultados sugerem que para além da expressão de crenças pró-ambientais, a apresentação de comportamentos coerentes com estas crenças contribui para a percepção de agência,

dimensão que também se relaciona com a percepção de competência e de *status* (Abele & Wojciszke, 2007).

As medidas de comportamentos pró-ambientais que foram utilizadas até aqui correspondiam a comportamentos pró-ambientais da esfera privada (reciclagem, economia de água e luz). Considerando o valor social associado a crenças e comportamentos pró-ambientais, surge neste ponto deste trabalho a questão sobre a forma como seriam vistos aqueles comportamentos que, apesar de serem pró-ambientais, têm o objetivo de alterar fundamentalmente a forma como estão organizadas as nossas sociedades, razão pela qual poderiam ser vistos como não-cooperativos.

Uzzell e Rätzl (2009) referem a existência de dois diferentes modelos de sustentabilidade, um fraco e outro forte. No modelo *fraco* de sustentabilidade, as relações entre a produção e o consumo não são postas em causa uma vez que se parte do princípio de que o mercado é capaz de se autoregular e se ajustar às necessidades ambientais. Neste tipo de modelo, o foco de intervenção para a promoção da sustentabilidade é o comportamento individual de consumo, passando ao lado de qualquer intervenção sobre a cadeia produtiva responsável pela disponibilização, em primeiro lugar, dos produtos para consumo (Uzzell & Rätzl, 2009). Por outro lado, o modelo *forte* de sustentabilidade enfatiza as relações políticas, de produção e de consumo. Esta abordagem tem como objetivo, além de modificar a forma de fabrico dos produtos, questionar a necessidade da existência destes produtos e da sua disponibilização para consumo.

Partindo de um modelo forte de sustentabilidade (Uzzell & Rätzl, 2009), Stern et al. (1999) propõem uma categorização dos comportamentos pró-ambientais que confere maior importância não aos reais impactos dos comportamentos no ambiente, mas às intenções pró-ambientais dos comportamentos. Neste sentido as pessoas podem estar mais ou menos implicadas no objetivo de preservar o meio ambiente: “the environmental movement, and by analogy other movements, includes not only activists but supporters” (Stern, 1999, p. 82). A importância destes diferentes tipos de apoio reside no fato de que eles têm a *intenção* de proteger ou mitigar o impacto das atividades humanas no ambiente (Stern, 2000). Neste sentido, Stern et al. (1999) propõem uma tipologia de comportamentos pró-ambientais que congrega formas mais ou menos comprometidas de ativismo ambiental, pois mesmo aqueles tipos de comportamentos que estão indiretamente relacionados com a mudança social ambiental, ou que tenham pouco ou nenhum impacto ambiental (Stern, 2000), eles têm a *intenção*

de contribuir para a preservação do ambiente, e por esta razão podem ser considerados comportamentos ambientais (Stern, 2000; Stern et al., 1999). Estes comportamentos podem ser: ativistas, não-ativistas da esfera pública, e da esfera privada.

Os comportamentos ambientais *ativistas* incluem aqueles associados ao ativismo, cujo alvo principal é a mudança dos modos com que as nossas sociedades se relacionam com o ambiente. Incluem comportamentos de envolvimento direto com organizações ambientalistas e manifestações públicas (Stern, 2000).

Os comportamentos ambientais *não-ativistas da esfera pública* são formas menos intensas de ativismo: são menos comprometidas, mas ainda assim públicas. Também têm o objetivo de contribuir para a mudança social através do suporte ou aceitação de políticas públicas que eventualmente tenham custos individuais, como por exemplo estar disposto a pagar maiores impostos para a proteção ambiental, escrever cartas a políticos, ou defender publicamente a aprovação de regulações ambientais (Stern, 2000; Stern et al., 1999). Apesar do seu impacto ambiental indireto, “by influencing public policies, the effects may be large, because public policies can change the behaviors of many people and organizations at once” (Stern, 2000, p. 409).

Já os comportamentos ambientais *da esfera privada* referem-se aos comportamentos observados no espaço privado, tais como comportamentos de poupança de energia, de compra e utilização de eletrodomésticos eficientes, de reciclagem de resíduos, entre outros comportamentos privados que possam contribuir para reduzir o impacto das atividades humanas no ambiente. Estes comportamentos têm um impacto mais direto no ambiente que os outros comportamentos descritos acima, mas apenas se muitas pessoas os desempenharem: “such individual behaviors have environmentally significant impact *only in the aggregate*, when many people independently do the same things” (Stern, 2000, p. 410, *itálicos adicionados*).

Estes comportamentos da esfera privada são identificados por Kashima, Paladino, e Margetts (2014) como ‘ambientalismo mundano’, que seria uma conceção cultural do que é ter um estilo de vida pró-ambiental. Por outro lado, os autores reconhecem nos comportamentos ambientais ativistas motivações para mudar as relações das nossas sociedades com o meio ambiente: “whereas mundane environmentalism overlaps greatly with the mainstream of many industrialized (and even industrializing) societies, environmental activism situates itself outside the mainstream and attempts *to change the society*” (Kashima, Paladino & Margetts, 2014, p. 73, *itálicos adicionados*). No estudo empírico dos conceitos de ambientalismo mundano e ativismo ambiental, os autores

encontraram maior adesão e aceitação social dos participantes ao primeiro em relação ao segundo, o que sugere a sua melhor aceitação social.

Como vimos anteriormente, a literatura que analisou a *percepção* interindividual de alvos que apresentavam comportamentos pró-ambientais (Estudo 5, Sadalla & Krull, 1995; Welte & Anastasio, 2010) concentrou-se em comportamentos da esfera *privada*. Não se sabe ainda como são percebidos os comportamentos pró-ambientais ativistas ou não-ativistas da esfera pública, que são determinantes para a mudança social ambiental, uma vez que podem corresponder a impactos, ao nível global, muito mais importantes que os comportamentos da esfera privada (Stern et al., 1999). A importância de estudar o valor social associados a estes comportamentos vem do fato de que são comportamentos que desafiam a ordem estabelecida pois questionam as atuais estruturas sociais (Beauvois, 2003; Kashima et al., 2014) assim como a dinâmica capitalista de produção, venda e consumo (Uzzell & Rätzsch, 2009).

Para este estudo propõe-se portanto o objetivo de comparar, em termos da percepção de competência e simpatia, alvos apresentando diferentes tipos de comportamentos pró-ambientais (Stern, 1999, 2000). Assim como no Estudo 4, a competência e a simpatia foram estimadas de modo direto e indireto. Os alvos considerados apresentam comportamentos: (1) ativistas (manifestar pela proteção ambiental), (2) não-ativistas da esfera pública (assinar petições pela proteção ambiental) e (3) não-ativistas da esfera privada (aquisição de produtos biológicos, reciclagem e poupança de água e luz). Em relação a este objetivo, propõem-se as seguintes hipóteses:

H1 – O perfil apresentando comportamentos *ativistas* será percebido como menos simpático que os não-ativistas. Esta hipótese baseia-se no fato de que os comportamentos ativistas questionam e tem por objetivo alterar o modo de funcionamento das sociedades atuais, razão pela qual as pessoas que os apresentam serão percebidas como *não cooperadoras*, logo menos *simpáticas* (Abele & Wojciszke, 2007; Fiske et al., 2002; Kashima et al., 2014) em relação às pessoas que apresentam comportamentos da esfera privada.

H2 – Todos os perfis serão percebidos como semelhantes em termos de *competência*. Esta hipótese baseia-se no fato de que, ao apresentarem comportamentos e portanto concretizam ações (vs. apenas crenças), estes alvos são vistos como *agentes*. E a agência é uma dimensão associada à concretização de objetivos e à percepção de competência (Abele & Wojciszke, 2007).

### 7.3.1 Método

#### 7.3.1.1 Participantes

A amostra foi composta por 177 alunos de psicologia e serviço social do ISCTE-IUL. Os participantes tinham uma média de idade de 20.96 anos (17-42, *DP* = 4.19), e 87.5% eram do sexo feminino.

#### 7.3.1.2 Procedimento

Os participantes responderam a um questionário *online* onde os diferentes perfis eram apresentados de forma aleatória (Anexo G). Cada perfil era apresentado como parte de entrevistas feitas por um repórter da RTP a pessoas que passavam na rua por ocasião do dia da terra – 22 de Abril (Tabela 10).

Tabela 10. *Estímulos utilizados para apresentar os diferentes tipos de comportamentos pró-ambientais.*

<b>Tipo de alvo</b>	<b>Estímulo</b>
Ativista	(Repórter) - E você, o que faz pelo ambiente?  (Entrevistado/a) - Eu sou militante de uma associação ambientalista que defende a mudança radical da sociedade para a proteção do meio ambiente. Sempre que posso também participo em protestos para mudar políticas ambientais.
Não-ativista da esfera pública	(Repórter) - E você, o que faz pelo ambiente?  (Entrevistado/a) - Eu assino petições para a proteção do meio ambiente e para a redução das emissões de carbono. Sempre que posso também pago aquelas taxas ambientais, de carbono.
Esfera privada	(Repórter) - E você, o que faz pelo ambiente?  (Entrevistado/a) - Eu quando vou às compras, prefiro comprar frutas e verduras de agricultura biológica.
Esfera privada	(Repórter) - E você, o que faz pelo ambiente?  (Entrevistado/a) - Em minha casa, eu separo sempre o papel, o vidro e as embalagens e... depois deposito-os no ecoponto para serem reciclados.
Esfera privada	(Repórter) - E você, o que faz pelo ambiente?  (Entrevistado/a) - Eu evito ao máximo desperdiçar energia... desligo sempre os equipamentos para não ficarem em <i>stand by</i> e também apago as luzes nas divisões da casa onde não está ninguém.

As diferentes respostas que os entrevistados forneciam ao repórter correspondiam aos cinco comportamentos cuja valorização social seria comparada: ativista (manifestar

pela proteção ambiental), não-ativistas da esfera pública (assinar petições pela proteção ambiental) e comportamentos da esfera privada (reciclagem, poupança de água e luz e aquisição de produtos biológicos). Depois de os participantes terem lido a resposta do entrevistado, era-lhes então pedido que imaginassem como era esta pessoa noutros aspetos da sua vida e que a descrevessem com as suas próprias palavras. Esta tarefa tinha o objetivo de reforçar a retenção mnemónica do perfil apresentado.

Na página seguinte, era pedido que os participantes atribuíssem ao alvo uma série de adjetivos, entre os quais aqueles relativos às duas dimensões de competência e simpatia. Depois da avaliação da adequação dos diferentes adjetivos ao alvo, o participante respondia a uma série de perguntas relacionadas a atratividade do alvo em termos de competência e simpatia em situações quotidianas. Na última página, os participantes respondiam a questões de caracterização demográfica.

No final do questionário, a título de *manipulation check*, foi pedido aos participantes que estimassem a que nível o alvo apresentava crenças e comportamentos pró-ambientais de (1) *nada* a (7) *muito*. Nenhum participante respondeu que os alvos apresentavam índices médios ou baixos de comportamentos e crenças ambientais, razão pela qual toda a amostra foi considerada nas análises (ver Anexo G).

Temos assim um plano fatorial 5 (alvo: ativista / não-ativista da esfera pública / compra orgânicos / recicla / economiza água e luz) X 2 (dimensão: competência / simpatia) *between subjects* para o primeiro fator e *within subjects* para o último.

### 7.3.1.3 Variáveis

Os traços de *competência* (capaz, inteligente e competente;  $\alpha = .84$ ) e de *simpatia* (boa pessoa, amigável, caloroso, alegre e tolerante,  $\alpha = .73$ ) compuseram dois índices através da média da atribuição de cada adjetivo ao alvo numa escala de 7 pontos, entre (1) *nada característico* a (7) *muito característico*.

A estimativa *indireta* de competência correspondeu à média dos itens “quem pensa desta forma tem muitas probabilidades de vir a ter uma posição bem remunerada”, “quão bem-sucedida economicamente será esta pessoa?”, “quão bem-sucedida será esta pessoa em obter uma posição de poder?”, respondidos numa escala de 7 pontos entre *nada* (1) e *muitíssimo* (7) ( $\alpha = .85$ ). A estimativa indireta de simpatia correspondeu à média dos itens “gostaria de fazer alguma atividade lúdica (desporto, cinema, teatro, passeios, etc.) com esta pessoa?” e “quanto gostaria de ter esta pessoa

como amigo/a?”, respondidos numa escala de 7 pontos entre *nada* (1) e  *muitíssimo* (7) ( $\alpha = .85$ ).

### 7.3.2 Resultados

#### 7.3.2.1 Dimensões de competência e simpatia

Os resultados foram analisados a partir de uma ANOVA 2 (dimensão: competência / simpatia) X 5 (tipo de comportamento: ativista / não-ativista da esfera pública / aquisição de produtos biológicos / reciclagem / poupança de água e luz) com medidas repetidas no primeiro fator. Os resultados mostram que há um efeito principal do tipo de dimensão em análise ( $F(1,172) = 38.5, p < .001, \eta_p^2 = .18$ ) e uma interação entre a dimensão e o tipo de comportamento ( $F(4,172) = 4.2, p < .01, \eta_p^2 = .09$ ).

O efeito principal da dimensão em análise indica que, independentemente do tipo de comportamento, os alvos são vistos como mais competentes ( $M_{comp} = 4.94, DP = 1.47$ ) que simpáticos ( $M_{simp} = 4.36, DP = 1.14; t(176) = 5.92, p < .001, d = .44$ ). Este resultado é consistente com a H2, pois como todos os alvos expressam comportamentos, eles apresentam agência, dimensão que é associada à competência.

Tabela 11. *Diferenças entre a competência e a simpatia atribuídas a alvos apresentando diferentes comportamentos pró-ambientais.*

	Ativista		Não-ativista da esfera pública		Compra produtos orgânicos		Recicla		Economiza luz e água	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Compet.	5.03	1.57	4.36	1.36	5.05	1.43	5.08	1.60	5.18	1.30
Simpatia	3.89 <sup>a</sup>	1.17	4.34 <sup>a,b</sup>	1.08	4.37 <sup>a,b</sup>	1.09	4.79 <sup>b</sup>	1.03	4.38 <sup>a,b</sup>	1.03

a, b: diferença entre as médias, teste *post-hoc* Scheffe.

A interação entre a dimensão e o tipo de comportamento indica que os diferentes tipos de comportamento são percebidos através de diferentes combinações de competência e simpatia. Para testar esta interação, foram realizadas duas *one-way* ANOVAs, uma para a percepção de competência e outra para a percepção de simpatia. A percepção de competência não apresenta diferenças entre os cinco alvos propostos ( $F(4,172) = 1.77, p = ns$ ), o que confirma a H2. Por outro lado, os alvos são diferenciados ao nível da percepção de simpatia ( $F(4,172) = 2.87, p < .05, \eta_p^2 = .06$ ). Os testes *post hoc* indicam que o alvo ativista é o único que tem médias mais

baixas de simpatia (Tabela 11). Um teste de contraste indica que o alvo que apresenta comportamento ativista é visto como *menos simpático* que os alvos que apresentam comportamentos não-ativistas ( $t(172) = 2.72, p < .01, d = .41$ ).

Outro resultado digno de menção – apesar de não ter sido diretamente antecipado nas hipóteses propostas para este estudo – é atribuição do nível mais alto de simpatia ao alvo que recicla (Tabela 11). Um teste de contraste indica que este alvo é visto como *mais simpático* que todos os outros alvos propostos ( $t(172) = -2.62, p < .01, d = -.40$ ) e que possivelmente, dentre os comportamentos públicos e privados propostos para julgamento, o alvo que recicla é aquele visto como mais cooperador.

### 7.3.2.2 Dimensões indiretas de competência e simpatia

Os resultados foram analisados a partir de uma ANOVA 2 (dimensão: competência indireta / simpatia indireta) X 5 (tipo de comportamento: ativista / não-ativista da esfera pública / aquisição de produtos biológicos / reciclagem / poupança de água e luz) com medidas repetidas no primeiro fator. Os resultados mostram um efeito principal do tipo de comportamento ( $F(4,171) = 2.52, p < .05, \eta_p^2 = .05$ ). Por outro lado, os efeitos da dimensão de avaliação, seja enquanto efeito principal ( $F(1,171) = .26, p = .61, \eta_p^2 = .002$ ) ou em interação com o tipo de comportamento ( $F(1,171) = .42, p = .79, \eta_p^2 = .01$ ), não são significativos.

O efeito principal do tipo de comportamento sugere que, independentemente da dimensão em análise, alguns tipos comportamentos são melhor avaliados que outros. A fim de analisar os efeitos simples da apresentação de certos comportamentos e a percepção indireta de competência e simpatia, foram realizadas duas *one-way* ANOVAS, uma para cada dimensão. As diferenças entre os diferentes tipos de comportamentos são marginalmente significativas em relação à percepção de simpatia ( $F(4,171) = 2.17, p = .07, \eta_p^2 = .05$ ), e não são significativas em relação à percepção de competência ( $F(4,171) = 1.51, p = .19, \eta_p^2 = .03$ ). Os testes *post hoc* não diferenciam os alvos entre si.

Tabela 12. *Diferenças entre as dimensões indiretas de competência e a simpatia atribuídas a alvos apresentando diferentes comportamentos pró-ambientais.*

	Ativista		Não-ativista da esfera pública		Compra produtos orgânicos		Recicla		Economiza luz e água	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
	Compet. indireta	4.18	1.19	4.08	1.22	4.5	1.29	4.62	.77	4.54
Simpatia indireta	4.33	1.37	4.0	1.5	4.41	1.28	4.86	1.05	4.58	1.15

A partir das médias apresentadas na Tabela 12, testes de contraste mostram que o alvo ativista não é diferenciado de todos os outros em termos de percepção indireta de competência ( $t(171) = 1.16, p = .24$ ) e simpatia ( $t(171) = .52, p = .60$ ). Entretanto, os alvos ativista e não-ativista da esfera pública em conjunto são vistos como menos competentes ( $t(171) = 2.39, p < .05, d = .36$ ) e simpáticos ( $t(171) = 2.28, p < .05, d = .34$ ) que os alvos que apresentam comportamentos da esfera privada. Além disto, o alvo que recicla é visto como tão competente como os outros alvos ( $t(171) = -1.35, p = .17$ ), mas mais simpático que eles ( $t(171) = -2.19, p = .03, d = .33$ ). Estes resultados sugerem, através de medidas análogas às de competência e simpatia, que os alvos que apresentam comportamentos pró-ambientais da esfera pública – sejam eles ativistas ou não – são menos valorizados que aqueles que apresentam comportamentos da esfera privada.

### 7.3.3 Discussão

Este estudo teve o objetivo de comparar, em termos da percepção de competência e simpatia, perfis que apresentavam diferentes tipos de comportamentos pró-ambientais: ativistas, não-ativistas da esfera pública ou não-ativistas da esfera privada (Stern, 2000). As hipóteses propostas a partir dos modelos do conteúdo do estereótipo (Fiske et al., 2002) e da dupla perspectiva (Abele & Wojciszke, 2007) previam que todos seriam como semelhantes em termos de percepção de competência; mas que o alvo ativista seria visto como *menos* simpático que os outros alvos, uma vez que propõe comportamentos que questionam e agem para modificar o modo com que estão organizadas as nossas sociedades.

Ambas as hipóteses foram confirmadas através de medidas diretas e indiretas de competência e simpatia. Alvos apresentando diferentes tipos de comportamento pró-ambiental são vistos como semelhantes ao nível da competência. A igualdade em termos da percepção da competência pode ser relacionada ao fato de estarmos comparando alvos que apresentam *comportamentos*, e que são todos pró-ativos na concretização da proteção ambiental. Este resultado pode ser contrastado com os resultados do Estudo 5, onde aqueles alvos que *não* concretizam as crenças pró-ambientais em termos de comportamentos são vistas como significativamente menos competentes. Portanto neste estudo, a igualdade na atribuição de competência sugere que eles são todos vistos como igualmente agentes (Abele & Wojciszke, 2007).

A análise das diferenças encontradas em termos da simpatia percebida nos diferentes alvos indica que o alvo que apresenta comportamentos ativistas – que agem no sentido de alterar a forma de funcionamento das sociedades atuais em relação ao meio ambiente – é visto como *menos simpático* que os alvos que apresentam comportamentos não-ativistas. Este decréscimo na percepção de simpatia sugere que estes alvos são vistos como *não-cooperativos*. O alvo ativista foi descrito aos participantes como alguém que adota uma abordagem forte da sustentabilidade, ou seja, que busca a modificação nas estruturas de produção e consumo, e não apenas a alteração do comportamento individual (Uzzell & Rätzl, 2009). Apesar de alguns autores defenderem a importância deste tipo de posicionamento para uma mudança social ambiental mais efetiva (Uzzell & Rätzl, 2009), este tipo de posicionamento desafia a forma com que as nossas sociedades são atualmente organizadas, o que justifica que o alvo ativista seja visto como menos cooperativo e assim menos simpático que os outros alvos.

Por outro lado, o alvo que apresenta comportamentos de reciclagem é aquele que é melhor avaliado ao nível de simpatia (direta ou indireta), ou seja, é o alvo visto como mais cooperativo entre os alvos propostos para julgamento. Os comportamentos de reciclagem são hoje um tipo de comportamento que é socialmente validado pelas instituições públicas e pelos poderes locais (Ponto Verde, 2013), tendo atualmente alcançado uma valorização social muito superior àquela que era verificada há quase 20 anos atrás (Sadalla & Krull, 1995). Neste sentido, o comportamento de reciclagem já foi, no passado, visto como um comportamento socialmente desvalorizado em função do posicionamento desfavorável em relação a mudanças estruturais. Hoje, claramente este não é o caso.

Estes resultados ilustram como os comportamentos que têm por objetivo acelerar ou defender mudanças sociais ambientais mais amplas e fundamentais são percebidos com maior receio pelas pessoas, comparativamente àqueles que já são associados à uma versão socialmente aceite de comportamentos pró-ambientais (Kashima et al., 2014). Lembramos que mesmo comportamentos pró-ambientais da esfera privada eram, no passado, associados a um menor *status* social em relação à forma não-ecológica de realizar o mesmo comportamento (Sadalla & Krull, 1995). Mas com o passar de décadas de implementação de leis, instituições, normas (Castro, 2012), e de ativismo ambiental (Stern et al., 1999) para a adoção de práticas sociais mais sustentáveis, estes comportamentos passaram progressivamente a fazer parte do nosso dia-a-dia e são atualmente valorizados a ponto de serem requisitos para que alguém seja bem visto (Estudo 4).

Entre os limites deste estudo podemos ressaltar o facto de não ter sido aplicado no Brasil. Esta aplicação permitiria perceber se existem (ou não) diferenças entre os países na apreciação de alvos que não apresentam comportamentos pró-ambientais da esfera privada. Além disto, a ausência de um alvo que apresentasse crenças pró-ambientais sem nenhum comportamento associado pode ser considerada uma limitação ao nível da generalização das conclusões do estudo. A comparação da percepção de alvos apresentando diferentes tipos de comportamentos com um alvo que apresentasse apenas crenças pró-ambientais poderia fornecer pistas interessantes para discutir os resultados do Estudo 4

Como vimos acima, estes ‘pequenos gestos’ individuais, também conhecidos como *ambientalismo mundano* (Kashima et al., 2014), têm um alcance limitado se comparados com intervenções mais amplas que, a partir da esfera pública, poderiam conduzir a mudanças muito mais fundamentais na forma com que as nossas sociedades se relacionam com o meio ambiente (Stern, 2000; Uzzell & Rätzsch, 2009). Apesar disto, os alvos que apresentaram comportamentos ativistas, condizentes com ações políticas mais alargadas, são vistos como menos simpáticos que aqueles que apresentam comportamentos da esfera privada. O que estes resultados indicam é que os comportamentos pró-ambientais são de fato socialmente valorizados, mas desde que não ultrapassem certos limites. Quando estes comportamentos avançam sobre domínios na vanguarda da mudança social, podem ser inicialmente vistos como em desacordo com as ideias consensuais da sociedade, o que conduz à percepção de maior distância social, relacionada à redução da percepção de simpatia.

#### 7.4 Discussão geral do capítulo

A valorização informal de crenças e comportamentos pró-ambientais é um dos resultados das mudanças sociais que, no âmbito do meio ambiente, são motivadas por leis (Castro, 2012, 2014). Esta valorização é observada na forma como as pessoas fazem uso de crenças e comportamentos pró-ambientais para transmitir uma imagem positiva de si próprias e também na forma como julgam as outras pessoas. Em relação ao paradigma da autoapresentação, o paradigma do heterojulgamento é reconhecido como uma situação mais direta para a avaliação do valor social de certas características, uma vez que não envolve diretamente o participante na gestão da sua autoimagem (Beauvois & Dubois, 2009; Gilibert & Cambon, 2003). Por outro lado, tal como foi aqui usado, neste paradigma procede-se a um refinamento da análise do valor social que acontece através da atribuição de competência e de simpatia a alvos que apresentam (ou não) crenças e comportamentos ambientais.

Estas potencialidades do paradigma do heterojulgamento foram aqui utilizadas também para refinar a análise dos aspetos temporal e grupal da relação entre normas e representações sociais. O aspeto *temporal*, que se refere à passagem do tempo que decorre entre o momento em que as representações do ambiente são essencialmente transcendentais ao comportamento, e o momento em que estas representações passam a apresentar características imanentes ao comportamento, foi analisado neste capítulo a partir da comparação da valorização social de crenças e comportamentos entre Portugal e Brasil.

Em relação a este aspeto, esperava-se que a diferença entre a implementação das leis e acordãos ambientais entre Portugal e Brasil (ver Capítulo 1) se refletisse em diferentes ritmos de mudanças socioambiental entre os dois países. Esta hipótese foi sustentada pelos estudos apresentados no Capítulo 6, onde se observou que os participantes portugueses faziam mais uso de crenças e comportamentos pró-ambientais para apresentar uma imagem positiva de si que os participantes brasileiros. Entretanto, o Estudo 4 deste capítulo, onde se comparou perceção de alvos com diferentes níveis de crenças e comportamentos pró-ambientais, sugere que não há diferenças entre os dois países ao nível do julgamento dos outros. De forma equivalente, nos dois países, os participantes atribuem maior competência e simpatia a alvos com altos níveis de crenças e comportamentos pró-ambientais que a baixos níveis.

Estas diferenças entre os resultados obtidos com o paradigma da autoapresentação e do heterojulgamento, como propõem Gilibert & Cambon (2003), podem ter origem nas diferentes motivações para as respostas em cada um dos paradigmas. Enquanto no paradigma da autoapresentação e da identificação os participantes tendem a escolher os itens que consideram mais valorizados aos olhos dos outros, numa estratégia de autopromoção, o paradigma do heterojulgamento permite que os participantes encarnem o outro social através de julgamentos de outras pessoas (Cambon et al., 2001; Gilibert & Cambon, 2003). Como estes diferentes paradigmas partem de diferentes motivações, elas devem ser tomadas em consideração na análise de possíveis inconsistências entre resultados (Gilibert & Cambon, 2003).

A ausência de diferenças entre os participantes de ambos os países na forma como percebem alvos apresentando comportamentos e crenças pró-ambientais, antiambientais ou inconsistentes, pode ser também compreendida como correspondendo a um processo que é associado à valorização social, mas que não é diretamente resultante desta. Vimos no Capítulo 6 que as crenças e comportamentos pró-ambientais são positivamente valorizados tanto em Portugal quanto no Brasil, mesmo que no primeiro mais que no segundo. É o fato desta valorização ser positiva em ambos os países que pode fundamentar a associação de características mais positivas ao alvo pró-ambiental que aos alvos inconsistente e antiambiental – não necessariamente o facto de num país elas serem ligeiramente mais valorizadas que no outro.

Esta diferença entre os resultados alcançados com os diferentes paradigmas indica que, ao nível da abordagem sociocognitiva, ainda há trabalho a desenvolver no sentido de esclarecer as inconsistências entre os resultados da aplicação dos diferentes paradigmas, especialmente quando as normas investigadas são associadas a representações que não são tão hegemónicas – como o são o individualismo, ou a crença no mundo justo – mas que apresentam características mais negociáveis, como é o caso das representações emancipadas.

Portanto, os resultados do Estudo 4 indicam que um perfil que apresenta altos níveis de crenças e comportamentos pró-ambientais *da esfera privada* é visto como mais competente e simpático que um alvo que apresenta baixos níveis. Este resultado é expandido pelo Estudo 5, que compara como, em relação a estes comportamentos da esfera privada (Stern et al., 1999, 2000), são vistos outros comportamentos pró-ambientais da esfera pública, que representam importantes avanços em termos da

legitimidade social da questão ambiental apesar de não necessariamente conduzirem a efeitos diretos na conservação de recursos naturais (Stern, 2000).

Numa versão mais forte da sustentabilidade, os modos de produção e consumo deveriam ser repensados de modo a que a responsabilidade pela proteção ambiental não recaísse unicamente sobre os consumidores, nem dependesse apenas de estratégias de sensibilização individual como é atualmente o caso (Uzzell & Rätzl, 2009). Neste sentido, alguns autores ressaltam a importância de comportamentos ativistas (Kashima et al., 2014; Stern, 2000; Stern et al., 1999), que tenham como objetivo a modificação de políticas e modos de ação em relação ao ambiente que possam ser generalizados por diversos países. Como estes comportamentos preveem a modificação das atuais estruturas e formas de organização social, eles poderiam ser vistos como não-cooperativos. Foi neste sentido que o Estudo 5 teve o objetivo de explorar o aparente paradoxo entre a apresentação de comportamentos pró-ambientais ativistas, que por um lado têm um potencial de impacto mais importante que comportamentos da esfera privada (Stern, 2000); mas que por outro, podem ser mal vistos pois desafiam a ordem social estabelecida (Beauvois & Dubois, 2009; Cambon et al., 2006; Fiske et al., 2002).

Neste sentido, o Estudo 5 comparou a percepção, em termos de competência e simpatia, de cinco alvos que apresentavam diferentes tipos de comportamentos pró-ambientais: comportamentos ativistas, não-ativistas da esfera pública e comportamentos da esfera privada (compra de produtos orgânicos, reciclagem e economia de água e luz).

Os resultados deste estudo mostram que todos os alvos, independentemente do comportamento pró-ambiental considerado, são percebidos como igualmente competentes. A igualdade na atribuição da competência pode relacionar-se ao facto de que todos os alvos apresentavam comportamentos pró-ambientais, e portanto demonstrarem *agência* no que se refere ao pró-ambientalismo. Este resultado também ilustra a estabilidade da atribuição da competência aos alvos que apresentam *comportamentos* pró-ambientais: sejam os comportamentos apresentados em conjunto com as crenças a que se referem (Estudo 4), ou de modo isolado (Estudo 5).

A distinção entre a valorização social dos diferentes alvos aconteceu ao nível da percepção de simpatia. Mais especificamente, o alvo que apresentava comportamentos ativistas era visto como *menos simpático* que todos os outros alvos. Este decréscimo na percepção de simpatia do alvo ativista pode ser relacionado a uma redução da percepção do seu potencial cooperativo (Fiske et al., 2002). Como estes alvos questionam a ordem social estabelecida (Kashima et al., 2014; Stern, 2000), eles não são vistos como

aderentes aos mesmos valores e ideais da maioria da população. É portanto expectável que eles sejam vistos como *menos simpáticos*, apesar das suas ações concretas para a promoção da sustentabilidade. Por outro lado, o alvo que recicla é aquele que é mais bem visto em termos de simpatia. Ao contrário do que acontecia nos anos 90 (Sadalla & Krull, 1995), atualmente é normal e expectável que as pessoas reciclem os seus resíduos orgânicos, razão pela qual o alvo que recicla é visto como o mais simpático, e portanto, o mais cooperativo (Fiske et al., 2002).

Em suma, os resultados do Estudo 4 indicam que desde que o pró-ambientalismo passou a ser regulado por leis, houve, tanto em Portugal quanto no Brasil, uma valorização de comportamentos pró-ambientais. Mas, de acordo com o Estudo 5, esta valorização existe para comportamentos que se restrinjam aos limites já estabelecidos em relação ao que é socialmente estabelecido como comportamento pró-ambiental, como por exemplo, reciclar. Os comportamentos pró-ambientais ativistas, que visam mudanças estruturais mais abrangentes e profundas em relação a ações individuais localizadas (Uzzell & Rätzzel, 2009), são ainda hoje em Portugal vistos com desconfiança.

Os resultados dos Estudos 4 e 5 também fornecem indícios para discutir o aspeto *consensual* da relação entre normas e representações sociais. A análise deste aspeto tem a intenção de melhor compreender as dinâmicas normativas correspondentes a representações sociais com diferentes tipos de consenso social (hegemónica, polémica e emancipada). Como no capítulo anterior (Capítulo 6) foram identificados indícios de que as representações que conferem sentido à questão ambiental são emancipadas, avançamos neste capítulo a investigação a respeito das dimensões da perceção social que sustentariam a situação de descoordenação entre ideias e práticas.

No Estudo 4 foi comparada a perceção de competência e simpatia de alvos que apresentavam altas (vs. baixas) crenças e comportamentos pró-ambientais. Os resultados mostraram que a expressão de altos níveis de comportamentos pró-ambientais (vs. baixos níveis) é associada a perceção de *competência*. Estes resultados foram interpretados a partir do modelo da dupla perspetiva (Abele, 2003; Wojciszke et al., 2009), segundo o qual perceções de agência ou de orientação para objetivos são associados à competência e ao *status* social.

Por outro lado, este estudo também mostrou que a apresentação de crenças pró-ambientais é associada a perceção de simpatia. Estes resultados são interpretados à luz da teoria do conteúdo do estereótipo, para a qual a partilha dos mesmos valores de um

grupo social determina que alguém seja visto como *simpático*, isto é, que seja cooperativo, não competitivo, e socialmente próximo ao observador (Fiske et al., 2002; Russell & Fiske, 2008). Desta perspetiva, as crenças pró-ambientais fariam hoje parte daqueles valores cuja partilha é indispensável para que alguém seja visto como socialmente próximo.

Em suma, o alvo que apresenta crenças pró-ambientais, apesar de não apresentar os comportamentos correspondentes, é visto como *simpático*, mas não como competente. Este resultado demonstra a indulgência social diante da inconsistência entre a partilha de crenças pró-ambientais, associadas a baixos níveis de comportamentos pró-ambientais. Esta tolerância diante da não-concretização dos comportamentos consistentes com ideias altamente valorizadas mas ainda emancipadas, como as ideias pró-ambientais, de doação de órgãos (Moloney et al., 2005) ou dos direitos humanos (Doise, 2001a, 2001b), pode ter origem justamente na dificuldade de implementar concretamente estas ideias. O que estas representações têm em comum, além de corresponderem a ideias socialmente valorizadas quando tratadas ao nível abstrato (Bertoldo et al., 2013), é o facto de proporem modos de funcionamento social diferentes daqueles que são atualmente instituídos. As mudanças sociais que são atualmente necessárias implicam alterações muito mais profundas do que comportamentos individuais como reciclar o lixo de casa ou comprar produtos biológicos (Uzzell & Rätzschel, 2009): implicam a reestruturação das formas de produção das nossas sociedades.

Neste sentido, observamos ainda hoje certa tolerância social em relação à (não) apresentação de comportamentos pró-ambientais correspondentes às crenças. Muito pelo contrário, como vimos no Estudo 5, uma pessoa que queira se envolver em comportamentos ativistas, possivelmente será menos apreciado que uma pessoa que se comporta de acordo com o que é socialmente esperado.

Nos Capítulos 6 e 7 desta tese analisamos até que ponto as sociedades portuguesa e brasileira valorizam socialmente o pró-ambientalismo. Isto é, até que ponto as preocupações ambientais, já convertidas em leis nestes países, passaram a ser informalmente valorizadas. Passaremos a analisar no Capítulo 8 um outro aspeto da generalização das leis: a sua internalização, ou seja, a transformação das normas sociais ambientais em normas que são pessoal e individualmente importantes.

## **Capítulo 8**

---

### **A Internalização das Normas Sociais**

## 8.1 Introdução

Foram apresentados nos capítulos anteriores uma série de estudos que permitiram melhor compreender o estágio da mudança social ambiental em que se encontram as sociedades portuguesa e brasileira, isto é, se e leis ambientais adquiriam nestas sociedades valor social informal e tornaram-se normas sociais.

Neste capítulo pretende-se explorar um processo complementar à aquisição de valor social por parte das normas e leis ambientais: a internalização das normas sociais. Quando determinadas crenças e comportamentos atingem um estado normativo dentro de uma sociedade, é importante que o indivíduo publicamente se conforme a eles quando deseja construir uma reputação (ver Posner, 2002). O estado normativo de crenças e comportamentos influencia portanto a sua expressão *pública*. Mas para que a expressão destas crenças e comportamentos seja generalizada a diferentes contextos sociais, elas devem alterar o modo com que os indivíduos lidam, ao nível individual com estes novos objetos (Stern et al., 1999, 1995): eles devem ser pessoalmente convencidos da sua importância, pelo que as normas passam a ser *internalizadas* (Kelman, 1958, 2006). Neste capítulo, o processo de internalização das normas ambientais será analisado Portugal e no Brasil, países que aderem a quadros legislativos ambientais diferentes. Além do processo de internalização destas normas, também exploraremos outras variáveis que podem aumentar o ritmo da internalização destas normas sociais.

Ao longo dos capítulos anteriores investigou-se a aquisição de valor informal por crenças e comportamentos pró-ambientais em Portugal e no Brasil. O fato de o pró-ambientalismo ser socialmente valorizado é um importante requisito para o reconhecimento da legitimidade pública das leis e preocupações ambientais. Mesmo assim, para que o pró-ambientalismo seja generalizado a diferentes contextos sociais, ele deve ser também internalizado pelos indivíduos, ou seja, deve passar a compor as normas pessoais, e, eventualmente da identidade dos indivíduos.

Este processo de internalização envolve diferentes tipos de influências sociais, como por exemplo a aceitação, a identificação e a internalização descritos por Kelman (1958, 2006). Apesar disto, a literatura tem utilizado o conceito de normas de diferentes maneiras, como vimos no Capítulo 3. Numa tentativa de melhor integrar os diferentes tipos de influência normativa através de um modelo explicativo do processo de internalização das normas, Thøgersen (2006) propôs uma taxonomia das normas em

que as organiza ao longo de um *continuum* entre tipos de influência social mais externas (ex.: norma social descritiva) e mais internas (ex.: norma pessoal). Como esta taxonomia é importante para as hipóteses analisadas neste capítulo, será apresentada de seguida a uma breve revisão dos seus pontos mais importantes.

### **8.1.1 A taxonomia das normas sociais**

O modelo propõe uma taxonomia que classifica as normas em função da sua proximidade ou distância em relação ao *self* do indivíduo. As normas descritivas correspondem ao tipo mais externo de influência social, pois são normas visíveis, e portanto imediatamente disponíveis no mundo social (Thøgersen, 2006). O autor considera que a influência descritiva é qualitativamente distinta da influência injuntiva pois esta última envolve o conhecimento sobre o que grupos ou sociedades consideram ser aceitável – a influência das normas injuntivas é, neste sentido, mediada em algum grau pelo sentimento de pertença a estes grupos. Todas as normas que envolvem expectativas – sejam elas sociais ou pessoais – são consideradas por Thøgersen (2006) como diferentes tipos de normas injuntivas.

O tipo de normas injuntivas mais externas (Figura 1) são as normas subjetivas (Fishbein & Ajzen, 1975). Estas normas representam a influência social exercida sobre o indivíduo por outras pessoas de referência.

Aproximando-nos cada vez mais do *self* do indivíduo (Figura 1), ingressamos na zona de influência classificada pelo modelo como normas pessoais (Schwartz, 1977; Stern, 2000). As normas pessoais, consideradas até então como um preditor único dos comportamentos, são nesta taxonomia divididas em dois subtipos, consoante o tipo de motivação que as sustentam. As normas *introjetadas* correspondem ao tipo de norma pessoal mais externa, cuja influência tem origem na internalização de recompensas e evitamentos sociais por meio de sentimentos como orgulho ou culpa (Thøgersen, 2006). Já as normas *integradas* correspondem ao tipo mais internalizado de normas pessoais. A sua motivação tem origem na gratificação ressentida quanto o indivíduo se comporta de forma coerente com os seus próprios valores.

O modelo da taxonomia das normas sociais faz duas predições específicas. A primeira delas é que as normas que são mais próximas entre si no *continuum* apresentado na Figura 1 seriam melhor correlacionadas que aquelas que são mais distantes (ex.: as normas integradas estariam melhor correlacionadas às normas introjetadas que às normas subjetivas). A segunda é que as normas que são mais

próximas ao *self* do indivíduo são melhores predictoras dos comportamentos, pois são mais estáveis entre vários diferentes contextos sociais que aquelas que são mais externas.

### 8.1.2 Testagem da taxonomia das normas

O modelo da taxonomia das normas proposto por Thøgersen (2006) foi testado na Dinamarca, com uma amostra de 1112 indivíduos. Este estudo tinha o objetivo de testar o modelo em termos de validade de conteúdo (interna e externa) e preditiva. Para tal, foram utilizados quatro comportamentos pró-ambientais (compra de leite orgânico, uso de lâmpadas economizadoras, uso de transporte público e separação do lixo para reciclagem) com as respetivas normas propostas pela taxonomia normativa.

O teste inicial do modelo confirmou a validade de conteúdo interno e externo, bem como a validade preditiva. A validade de conteúdo interna foi demonstrada através do padrão de correlações encontrado, que correspondia, para os quatro comportamentos pró-ambientais estudados, àquele proposto pelo modelo. Observou-se, por exemplo, que as normas subjetivas correlacionaram-se mais com as normas introjetadas que com as integradas, e as integradas correlacionaram-se mais com as introjetadas que com as subjetivas ou com as descritivas.

A validade de conteúdo externa foi verificada através de uma análise correlacional entre as normas propostas pelo modelo e outras medidas tradicionais de normas, tais como o sentimento pessoal de obrigação e as normas morais (Manstead, 2000). Em todas as áreas pró-ambientais estudadas, as normas introjetadas se correlacionaram mais com o sentimento de obrigação que com as normas morais. Já as normas integradas se correlacionaram mais com as normas morais que com o sentimento de obrigação.

A validade preditiva do modelo foi confirmada pelo facto de que quanto mais as normas (injuntivas) são internas, melhor elas predizem os comportamentos. Neste sentido, as normas integradas foram identificadas com aquelas que melhor predizem os comportamentos. Por outro lado, as normas descritivas apresentam, na maioria dos casos, um forte poder preditivo dos comportamentos – chegando a ser mesmo superior ao das normas subjetivas (normas descritivas: compra orgânica  $\beta = .13^{**}$ , reciclagem  $\beta = .29^{**}$ ; normas subjetivas: compra orgânica  $\beta = .01$ , reciclagem  $\beta = .10^{**}$ ). Este menor poder preditivo das normas subjetivas em relação às descritivas é explicado por Thøgersen (2006) como resultado da divisão das normas injuntivas em subtipos de normas mais ou menos internalizados. Considerando que na análise de regressão o

efeito das normas injuntivas mais internas é controlado, é normal que a contribuição residual da norma subjetiva seja inferior à das normas descritivas. Como a variância das normas subjetivas passa a ser explicada pelas normas injuntivas mais internalizadas, este resultado confirma a estrutura do modelo proposto por Thøgersen (2006), onde propõe-se que as normas subjetivas e pessoais façam parte de uma mesma categoria de normas injuntivas com diferentes graus de integração com os valores básicos do indivíduo.

### **8.1.3 O que a taxonomia das normas deixa por testar**

Os resultados acima apresentados fornecem evidências suficientes para demonstrar a utilidade da taxonomia das normas para o estudo da internalização das normas pró-ambientais. Entretanto, o modelo deixa de considerar dois pontos importantes. Um deles é a relação entre as normas integradas específicas (ex.: a norma integrada de reciclar) e a identidade ecológica enquanto variável geral. O outro ponto que não é explorado pelo modelo é que a influência das normas de um grupo social é condicionada pela importância que este grupo tem para o indivíduo.

A inclusão de uma medida de identidade ecológica (Castro et al., 2009; Whitmarsh & O'Neill, 2010) enquanto parte da taxonomia ampliaria o escopo do modelo ao demonstrar como normas pró-ambientais específicas, quando são internalizadas, podem passar a influenciar a identidade ecológica de modo geral. E aquelas ações que são relevantes para a identidade são mantidas através do tempo pois elas se tornam uma parte importante daquilo que o indivíduo reconhece como si próprio (Chang, Pilliavin, & Callero, 1988). O poder preditivo da identidade ecológica sobre comportamentos específicos foi investigado em relação ao comportamento de reciclagem (Castro et al., 2009; Nigbur et al., 2010; Terry et al., 1999), e à disponibilidade para comprar créditos de carbono (Whitmarsh & O'Neill, 2010), para os quais contribui de modo significativo, mesmo depois de controlados os efeitos das normas sociais e das variáveis do TPB (Nigbur et al., 2010).

Considerando a importância da identidade ecológica para os comportamentos pró-ambientais, a taxonomia das normas oferece uma boa oportunidade para examinar as relações entre o tipo mais internalizado de norma, a norma integrada, e a identidade ecológica. Mais especificamente, é importante testar se uma medida de identidade ecológica *geral* converge com a internalização de normas *específicas*. Caso esta convergência seja verificada, isto sugeriria que a internalização de normas associadas a

comportamentos pró-ambientais específicos poderia finalmente conduzir à uma identidade ecológica generalizada, influenciando, à partida, a expressão de outros comportamentos pró-ambientais.

O outro ponto que o modelo deixa a ser explorado é a importância da identificação com o grupo. Apesar de as normas injuntivas serem associadas ao objetivo de obter aprovação social de um grupo (Jacobson et al., 2011) a taxonomia normativa não toma em consideração a identificação grupal enquanto variável que condiciona a internalização normativa. A literatura demonstra como o processo de influência social depende da identificação grupal (Terry et al., 1999; Terry, Hogg, & White, 2000). Por exemplo, as normas injuntivas de um grupo de referência predizem as intenções individuais para apresentar comportamentos de saúde (Terry & Hogg, 1996) ou pró-ambientais (Terry et al., 1999), mas apenas entre os participantes que se apresentam uma alta identificação com o grupo (Smith & Louis, 2008). De modo semelhante, Nigbur et al. (2010) verificaram que normas injuntivas influenciam indiretamente as intenções para reciclar, através das normas pessoais, mas apenas entre os participantes que apresentavam uma alta identificação com a sua vizinhança.

Também o tipo de influência exercida por um grupo (injuntiva ou descritiva) pode variar em função do nível de identificação dos seus membros. Se a influência injuntiva parece ser mais forte entre os indivíduos identificados, este não é o caso para a influência descritiva. No mesmo estudo de Nigbur et al. (2010), as normas descritivas da vizinhança influenciavam *diretamente* a intenção para reciclar, independentemente das normas pessoais ou do nível de identificação com a vizinhança. Em síntese, o grau de aceitação da influência social injuntiva depende do grau de identificação dos indivíduos com o seu grupo. Já a influência das normas descritivas acontece de modo mais direto sobre o comportamento, independentemente do grau de identificação grupal.

A importância de estudar o processo de internalização das normas surge na sequência das investigações sobre a existência de normas sociais para a expressão de crenças e comportamentos pró-ambientais em Portugal e no Brasil. Pretende-se neste estudo comparar a internalização destas normas sociais (descritivas e injuntivas) em normas pessoais (introjetadas e integradas) com duas amostras de estudantes: uma portuguesa e outra brasileira. O primeiro objetivo do estudo é portanto testar a estabilidade do modelo da internalização das normas em dois países com leis ambientais diferentes: mais (Portugal) e menos restritivas (Brasil).

O segundo objetivo deste estudo é ampliar o modelo proposto de duas maneiras. A primeira delas é através da integração, à taxonomia das normas, de uma medida geral de identidade ecológica. A segunda é verificar como é que a identificação com o grupo condicionaria a internalização das normas sociais (descritivas e injuntivas) em normas pessoais (introjetadas e integradas).

## **8.2 Método**

### **8.2.1 Participantes**

A amostra portuguesa foi composta por 152 alunos do ISCTE-IUL e da Universidade de Lisboa, dos cursos de psicologia, gestão, biologia, geografia e engenharia da energia e do ambiente. Os participantes tinham uma média de idade de 22.5 anos (19-53,  $DP = 4.5$ ), e 59% eram do sexo feminino.

A amostra brasileira foi composta por 175 alunos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) dos cursos de serviço social, gestão, geografia e engenharia ambiental. Os participantes tinham uma média de idade de 23.7 anos (17-49,  $DP = 4.6$ ) e 52.6% eram do sexo masculino.

### **8.2.2 Procedimento**

O estudo consistiu na aplicação de um questionário em sala de aula (Anexo E). Os objetivos do questionário foram apresentados oralmente e, ao fim da aplicação, os objetivos do estudo foram esclarecidos.

### **8.2.3 Instrumentos**

#### *8.2.3.1 Comportamento*

*Reciclagem* ( $\alpha = .93$ ). Os participantes indicavam a frequência com que apresentavam o comportamento numa escala de 1 – *nunca* a 7 – *sempre*. Itens: “eu separo e deposito meus resíduos em vidro” e “eu esqueço-me de separar e depositar resíduos em papel – deito-os com o lixo comum”.

*Compra de produtos orgânicos*. Os participantes indicavam a frequência com que apresentavam o comportamento numa escala de 1 – *nunca* a 7 – *sempre*. Item: “Eu compro frutas de produção orgânica”.

8.2.3.2 Normas descritivas

*Reciclagem* ( $\alpha = .93$ ). As normas descritivas foram medidas em relação ao grupo de estudantes da universidade onde o participante estudava. Era-lhes pedido que estimassem o quanto os estudantes da sua universidade: “reciclam os resíduos domésticos em metal” e “reciclam os resíduos domésticos em papel” numa escala de 1 – *totalmente mentira* a 7 – *totalmente verdade*.

*Compra de produtos orgânicos*. Era pedido aos participantes que estimassem o quanto os estudantes da sua universidade: “compram frutas de produção orgânica” numa escala de 1 – *totalmente mentira* a 7 – *totalmente verdade*.

8.2.3.3 Normas injuntivas

*Reciclagem* ( $\alpha = .86$ ). As normas injuntivas foram também medidas em relação ao grupo de estudantes da universidade onde o participante estudava. Era-lhes pedido que estimassem o quanto os estudantes da sua universidade esperavam que eles: “reciclem os resíduos domésticos em metal” e “reciclem os resíduos domésticos em papel” numa escala de 1 – *totalmente mentira* a 7 – *totalmente verdade*.

*Compra de produtos orgânicos*. Era pedido aos participantes que estimassem o quanto os estudantes da sua universidade esperavam que eles: “comprem frutas de produção orgânica” numa escala de 1 – *totalmente mentira* a 7 – *totalmente verdade*.

8.2.3.4 Normas introjetadas

*Reciclagem* ( $\alpha = .82$ ). Era pedido aos participantes que estimassem o quanto se sentiam culpados quando: “eu não reciclo os resíduos domésticos em metal” e “eu não reciclo os resíduos domésticos em papel” numa escala de 1 – *totalmente mentira* a 7 – *totalmente verdade*.

*Compra de produtos orgânicos*. Era pedido aos participantes que estimassem o quanto se sentiam culpados quando: “eu não compro frutas de produção orgânica” numa escala de 1 – *totalmente mentira* a 7 – *totalmente verdade*.

8.2.3.5 Normas integradas

*Reciclagem* ( $\alpha = .81$ ). Era pedido aos participantes que estimassem o quanto sentiam uma forte obrigação pessoal para: “reciclar os resíduos domésticos em metal” e “reciclar os resíduos domésticos em papel” numa escala de 1 – *totalmente mentira* a 7 – *totalmente verdade*.

*Compra de produtos orgânicos.* Era pedido aos participantes que estimassem o quanto sentiam uma forte obrigação pessoal para: “comprar frutas de produção orgânica” numa escala de 1 – *totalmente mentira* a 7 – *totalmente verdade*.

#### *8.2.3.6 Identidade ecológica*

Era pedido aos participantes que indicassem o quanto concordavam com as seguintes afirmações numa escala de 1 – *totalmente mentira* a 7 – *totalmente verdade*: “penso em mim como alguém com preocupações ecológicas” e “penso em mim como alguém implicado nas causas ambientais”. Estes dois itens foram transformados num único indicador ( $\alpha = .80$ ).

#### *8.2.3.7 Identificação com o grupo dos estudantes*

A identificação dos participantes com o grupo dos estudantes foi medida através de um único item: “para mim, ser estudante universitário é...” entre 1 – *nada importante* a 7 – *muito importante*.

### **8.3 Resultados**

A Tabela 13 apresenta uma comparação entre as medidas de comportamento, normas e identidade ecológica obtidas nas amostras portuguesa e brasileira. Os participantes portugueses afirmam reciclar mais e reconhecem que os outros estudantes universitários reciclam mais do que o fizeram os estudantes brasileiros. As outras variáveis não apresentaram diferenças significativas.

Tabela 13. Comparação entre as amostras portuguesa e brasileira das médias e desvios padrão das medidas em análise.

	Portugal		Brasil		<i>t</i> (322)	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
<b>Reciclagem</b>						
<b>Comport.</b>	<b>5.06</b>	<b>1.62</b>	<b>4.44</b>	<b>2.03</b>	<b>3.03</b>	<b>.01</b>
<b>N. descritiva</b>	<b>3.99</b>	<b>1.62</b>	<b>3.27</b>	<b>1.12</b>	<b>5.70</b>	<b>.001</b>
N. injuntiva	4.78	1.45	4.85	1.63	-.42	<i>ns</i>
N. introjetada	4.92	1.54	4.71	1.85	1.08	<i>ns</i>
N. integrada	5.22	1.49	4.94	1.94	1.44	<i>ns</i>
<b>Compra orgânico</b>						
Comport.	3.02	1.49	3.19	1.75	-.96	<i>ns</i>
N. descritiva	2.66	1.2	2.83	1.35	-1.16	<i>ns</i>
N. injuntiva	3.83	1.65	4.04	1.95	-1.05	<i>ns</i>
N. introjetada	3.26	1.75	3.15	1.91	.52	<i>ns</i>
N. integrada	3.54	1.86	3.52	2.11	.07	<i>ns</i>
Ident. Ecológica	5.18	1.2	4.94	1.44	1.7	<i>ns</i>

### 8.3.1 Testagem da taxonomia das normas

#### 8.3.1.1 Validade de conteúdo interna

As correlações entre os diferentes tipos de normas são apresentadas na Tabela 14. O padrão das correlações encontradas nas duas amostras suporta o modelo das normas proposto por Thøgersen (2006). As normas que são mais próximas entre si ao longo do *continuum social-self* proposto pelo modelo (Figura 1), são melhor correlacionadas entre si que com as normas que são mais distantes. Por exemplo, em ambos os países e em relação aos dois tipos de comportamentos, as normas introjetadas relacionam-se melhor correlacionadas com as normas integradas (reciclagem:  $r_{Pt} = .80$ ;  $r_{Br} = .82$ ; compra de orgânicos:  $r_{Pt} = .73$ ;  $r_{Br} = .79$ ) que com as normas descritivas (reciclagem:  $r_{Pt} = .23$ ;  $r_{Br} = .31$ ; compra de orgânicos:  $r_{Pt} = .33$ ;  $r_{Br} = .25$ ), que o modelo considera serem mais distantes. Portanto o padrão observado na Tabela 14 confirma a predição do modelo de que quanto mais distante uma norma é em relação a outra, menos elas são relacionadas.

Tabela 14. *Correlações entre as normas de reciclagem e compra de produtos orgânicos e identidade ecológica entre países.*

	Portugal				Brasil			
	N. Descritiva	N. Injuntiva	N. Introjetada	N. Integrada	N. Descritiva	N. Injuntiva	N. Introjetada	N. Integrada
<b>Reciclagem</b>								
N. Descritiva	1				1			
N. Injuntiva	.32***	1			.36***	1		
N. Introjetada	.22**	.28***	1		.28***	.19*	1	
N. Integrada	.23**	.31***	.80***	1	.31***	.23**	.82***	1
<b>Identidade ecológica</b>	<b>.05</b>	<b>.13</b>	<b>.49***</b>	<b>.56***</b>	<b>.22**</b>	<b>.26***</b>	<b>.60***</b>	<b>.64***</b>
<b>Compra Orgânico</b>								
N. Descritiva	1				1			
N. Injuntiva	.35***	1			.35***	1		
N. Introjetada	.34***	.40***	1		.36***	.39***	1	
N. Integrada	.33***	.35***	.73***	1	.25**	.41***	.79***	1
<b>Identidade ecológica</b>	<b>.03</b>	<b>.19*</b>	<b>.29***</b>	<b>.33***</b>	<b>.01</b>	<b>.07</b>	<b>.33***</b>	<b>.42***</b>

8.3.1.2 Validade preditiva

Uma série de regressões múltiplas foi realizada para testar o quanto as normas da taxonomia, juntamente com a identidade ecológica, predizem os comportamentos de reciclagem e compra de produtos orgânicos (Tabela 15). O país de aplicação do questionário foi considerado uma variável *dummy*, sendo a amostra brasileira considerada a linha de base (Brasil = 0; Portugal = 1). As normas sociais (descritiva e injuntiva) formaram um primeiro bloco de variáveis para que o valor preditivo adicionado pelas normas mais internas (pessoais) em relação as externas (sociais) pudesse ser isolado. Portanto, as normas internas – introjetadas, integradas e a identidade ecológica – foram adicionadas num segundo bloco de variáveis. Um terceiro bloco de variáveis continha a variável de país, bem como os termos multiplicativos do país por cada uma das normas do modelo.

Tabela 15. Regressões de comportamentos de reciclagem e compra de produtos orgânicos sobre as normas da taxonomia normativa.

	Reciclagem	R <sup>2</sup> Aj.	R <sup>2</sup> Δ	C. Orgânico	R <sup>2</sup> Aj.	R <sup>2</sup> Δ
Descritiva	.27***	.06 F(2,327) = 12.5***		.32***	.11 F(2,328) = 22.2***	
Injuntiva	-.01			.05		
Descritiva	.15**	.32 F(5,324) = 32.3***	.26***	.24***	.26 F(5,325) = 23.8***	.15***
Injuntiva	-.12*			-.09		
Introjetada	.22*			.15*		
Integrada	.24*			.29***		
Identidade Eco	.15*			.04		
País (dummy) §	.08			-.07		
país*descritiva	-.02			-.06		
país*injuntiva	.02	.32 F(10,319) = 16.4***	.0	.02	.26 F(6,324) = 20.2***	.0
país*introjetada	.01			-.08		
país*integrada	-.03			-.03		

\*\*\*  $p < .001$ , \*\*  $p < .01$ , \*  $p < .05$

§ (0 = Brasil; 1 = Portugal)

Podemos observar na Tabela 15 que a adição do segundo bloco de variáveis aumentou significativamente o poder explicativo do modelo. Como esperado, o poder

preditivo das normas descritivas também foi reduzido com a adição das normas pessoais. O padrão preditivo para as normas introjetadas e integradas também foi verificado: as normas integradas são, em geral, melhores preditoras dos comportamentos em relação às normas introjetadas.

E em relação à comparação entre países, nem a variável *dummy* país, nem os termos multiplicativos desta variável com cada um dos diferentes tipos de norma contribuíram para a predição dos comportamentos. Este resultado indica que o modelo se comporta de modo semelhante nos dois países para prever os comportamentos de reciclagem e de compra de produtos orgânicos.

Contrariamente à predição do modelo, as normas descritivas são melhores preditoras do comportamento que as normas injuntivas – em ambos os países e para ambos os tipos de comportamentos pró-ambientais. Além disto, as normas descritivas permanecem importantes preditores do comportamento mesmo depois da adição do segundo bloco de variáveis mais internas. Especificamente em relação ao comportamento de compra de produtos orgânicos, o poder preditivo das normas descritivas é superior ao das normas introjetadas. Mas este resultado não é inusitado: Thøgersen (2006) também havia identificado um poder preditivo das normas descritivas que era maior que o das normas injuntivas tanto para o comportamento de compra de leite orgânico quanto para o de reciclagem. O autor interpretou este resultado como uma evidência de que tanto as normas introjetadas e integradas são também normas injuntivas.

Os resultados apresentados até aqui mostram como o modelo da taxonomia das normas é capaz de explicar, de forma similar no Brasil e em Portugal, a internalização das normas pró-ambientais. A validade de conteúdo interno foi demonstrada pelo padrão correlacional encontrado entre os diferentes tipos de normas. Além da relação entre tipos de normas, também foi demonstrada a validade preditiva do modelo: os comportamentos de reciclagem e de compra de produtos orgânicos são melhor explicados por normas mais internas (introjetadas e integradas) que por normas mais externas (descritivas e injuntivas).

A próxima seção será dedicada ao segundo objetivo deste capítulo, mais especificamente à exploração de como a identidade ecológica contribuiria para explicar a internalização das normas pró-ambientais.

### 8.3.2 Identidade ecológica e a taxonomia das normas

A partir dos dados apresentados na Tabela 14, podemos verificar que a medida geral de identidade ecológica apresenta um padrão de correlações com as outras normas da taxonomia bastante similar àquele apresentado pelas normas integradas específicas a cada área pró-ambiental. Em ambos os domínios pró-ambientais, a medida de identidade ecológica apresenta maior correlação com as normas integradas, seguidas pelas normas introjetadas, injuntivas e, por último, com as descritivas.

Entretanto, num modelo de regressão onde uma medida *geral* de identidade ecológica é utilizada para prever, em conjunto com outras normas *específicas*, comportamentos *específicos*, a medida de identidade apresenta um coeficiente de regressão bastante inferior às outras variáveis preditoras (Tabela 15) – nem chega a ser significativo para o comportamento de compra de produtos orgânicos. Portanto, outras normas específicas que compõem o modelo da taxonomia das normas foram melhores preditoras do comportamento que a medida geral de identidade ecológica.

É entretanto possível que, se em vez de comportamentos específicos, uma medida composta por diferentes comportamentos pró-ambientais fosse utilizada, a identidade ecológica fosse melhor preditora que as outras normas.

Na próxima seção, analisaremos como a internalização das normas sociais (descritiva e injuntiva) enquanto normas pessoais (introjetadas e integradas) é moderada pela identificação com o grupo dos estudantes universitários.

### 8.3.3 Identificação com o grupo com moderador da influência normativa

A proposta de que a identificação com o grupo modera a internalização das normas sociais (injuntivas e descritivas) como normas pessoais (introjetadas e integradas) foi testada através da abordagem *pick-a-point* (Bauer & Curran, 2005; Hayes & Matthes, 2009). Esta abordagem consiste em escolher um ponto do moderador onde se testa se o efeito da variável preditora sobre a variável dependente é, ou não, significativo. Para tal, utilizou-se uma macro<sup>8</sup> do SPSS que testa: (1) a significância do termo multiplicativo (moderador\*variável preditora) enquanto preditor da variável dependente – em nosso caso, se identidade\*norma social é um

---

<sup>8</sup> MODPROBE macro, disponível online: <http://www.comm.ohio-state.edu/ahayes/macros.htm>

preditor significativo das normas pessoais (introjetada e integrada) – e (2) a regressão da variável dependente (normas pessoais introjetada e integrada) sobre as variáveis preditoras (normas sociais injuntiva e descritiva) em diferentes níveis do moderador (identidade com o grupo dos estudantes universitários: um *DP* acima e abaixo da média).

Considerando portanto as normas sociais (descritivas e injuntivas) como variáveis preditoras e as normas pessoais (introjetadas e integradas) como variáveis dependentes, quatro diferentes análises foram realizadas: (1) normas injuntivas predizendo normas introjetadas, (2) normas injuntivas predizendo normas integradas, (3) normas descritivas predizendo normas introjetadas e (4) normas descritivas predizendo normas integradas. Todas estas análises terão a identificação com o grupo de estudantes universitários como variável moderadora. As normas correspondentes à reciclagem e à compra de produtos orgânicos serão consideradas em análises separadas. Nestas análises, as amostras portuguesa e brasileira serão analisadas em conjunto, uma vez que o país de aplicação não diferenciou o poder explicativo das diferentes variáveis nas análises de regressão (Tabela 15).

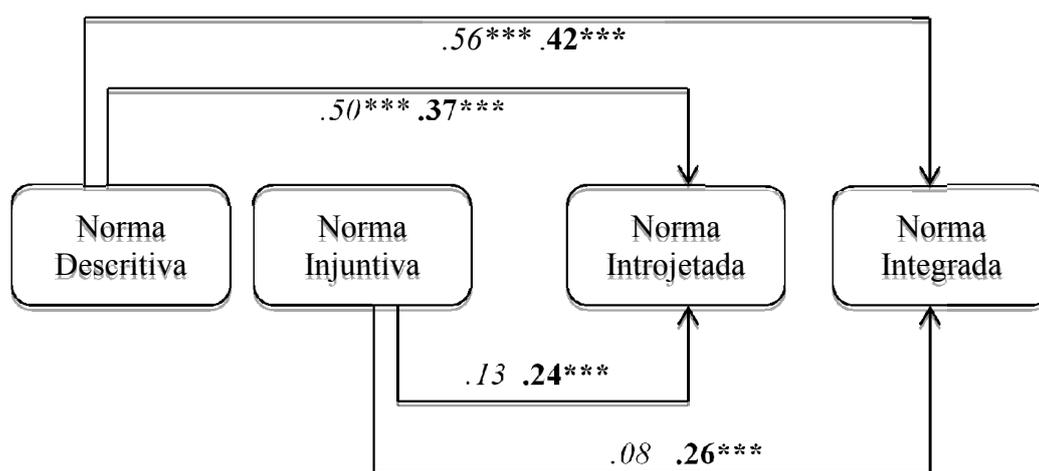
### *8.3.3.1 Reciclagem*

#### *Norma injuntiva como preditora*

Neste primeiro modelo, a norma *introjetada* para reciclar foi considerada a variável dependente e a norma injuntiva dos estudantes universitários, a variável preditiva, moderada pela identificação com os estudantes universitários (ver Figura 7). O modelo testado é significativo ( $R^2 = .07$ ,  $F(3,316) = 8.17$ ,  $p < .001$ ). As análises de regressão indicam que a norma introjetada não é predita, de modo isolado, nem pelas normas injuntivas ( $B = -.29$ ,  $SE = .31$ , *ns*), nem pela identificação com os estudantes ( $B = -.31$ ,  $SE = .26$ , *ns*), mas pela interação entre estes dois termos ( $B = .09$ ,  $SE = .05$ ,  $p = .07$ ). Afim de melhor compreender o sentido desta interação, procedeu-se a análises de regressão para diferentes níveis da variável moderadora: um desvio padrão *abaixo* e um desvio padrão *acima* ( $M = 6.0$ ) da média de identificação com os estudantes (abaixo de 4.75). Para os participantes com uma *alta* identificação com os estudantes, as normas introjetadas são significativamente preditas pelas normas injuntivas dos estudantes ( $B = .24$ ,  $SE = .06$ ,  $p < .001$ ), o que não é o caso para os participantes com *baixa* identificação com este grupo ( $B = .13$ ,  $SE = .09$ , *ns*).

Num segundo modelo, testou-se o mesmo modelo acima descrito, mas para prever a norma integrada – portanto a norma *integrada* para reciclar foi considerada a variável dependente e a norma injuntiva dos estudantes universitários, a variável preditiva – moderada pela identificação com os estudantes universitários (ver Figura 7). Este modelo também é significativo ( $R^2 = .10$ ,  $F(3,316) = 12.4$ ,  $p < .001$ ). Mais especificamente, a norma integrada é predita negativamente pela norma injuntiva ( $B = -.62$ ,  $SE = .31$ ,  $p < .05$ ) e pela identificação com os estudantes ( $B = -.57$ ,  $SE = .26$ ,  $p < .05$ ). Mas a interação entre estes dois termos tem um efeito positivo sobre as normas integradas ( $B = .14$ ,  $SE = .05$ ,  $p < .01$ ). A análise de regressão em diferentes níveis indica que, para os participantes com altos níveis de identificação com o grupo, as normas integradas são significativamente preditas pelas normas injuntivas dos estudantes ( $B = .26$ ,  $SE = .06$ ,  $p < .001$ ); o que não acontece para aqueles participantes que não se identificam com este grupo ( $B = .08$ ,  $SE = .09$ , *ns*).

Estas análises demonstraram como a internalização da norma injuntiva, dos estudantes universitários, sobre a reciclagem em norma introjetada e norma integrada, é *moderada* pela identificação com este mesmo grupo. A identificação com o grupo de onde estas normas emanam é, portanto, um fator determinante na internalização destas normas. Vamos analisar de seguida como é que acontece a internalização das normas descritivas.



**B para alta identificação**  
*B para baixa identificação*

Figura 7. Modelo de internalização das normas sociais (injuntiva e descritiva) em normas pessoais (introjetada e integrada), moderada pela identificação com o grupo.

### 8.3.3.2 Norma descritiva como preditora

Passamos agora a testar a internalização das normas descritivas de reciclagem, dos estudantes universitários, enquanto normas pessoais (introjetada e integrada). No primeiro modelo proposto, a norma *introjetada* para reciclar foi considerada a variável dependente e a norma descritiva dos estudantes universitários, a variável preditiva – moderada pela identificação com este grupo (ver Figura 7). O modelo é significativo ( $R^2 = .08$ ,  $F(3,316) = 9.66$ ,  $p < .001$ ). A norma introjetada é predita de forma isolada tanto pelas normas descritivas ( $B = .99$ ,  $SE = .38$ ,  $p < .05$ ) quanto pela identificação com os estudantes ( $B = .47$ ,  $SE = .22$ ,  $p < .05$ ) – mas não pela interação entre estes dois termos ( $B = -.10$ ,  $SE = .06$ , *ns*). Isto significa que as normas introjetadas são preditas pelas normas descritivas *independentemente* da identificação dos participantes com o grupo dos estudantes ser alta ( $B = .37$ ,  $SE = .07$ ,  $p < .001$ ) ou baixa ( $B = .50$ ,  $SE = .11$ ,  $p < .001$ ).

Testamos a seguir o mesmo modelo mas para prever as normas integradas. A norma *integrada* para reciclar foi considerada a variável dependente e a norma descritiva dos estudantes universitários, a variável preditiva – moderada pela identificação com este grupo (ver Figura 7). O modelo testado foi significativo ( $R^2 = .10$ ,  $F(3,316) = 12.4$ ,  $p < .001$ ). As normas integradas são preditas tanto pelas normas descritivas quanto pela identificação com o grupo dos estudantes, mas não pelo termo multiplicativo entre estas duas variáveis. Isto quer dizer que as normas integradas são preditas pelas normas descritivas independentemente da identificação dos participantes com o grupo dos estudantes ser alta ( $B = .42$ ,  $SE = .07$ ,  $p < .001$ ) ou baixa ( $B = .56$ ,  $SE = .11$ ,  $p < .001$ ).

Estas análises demonstram que a internalização da norma descritiva de reciclagem dos estudantes universitários em normas introjetadas e integradas acontece de modo direto, diferentemente da internalização das normas injuntivas. Pode-se inclusive identificar uma tendência para uma internalização facilitada das normas descritivas por aqueles participantes que são *menos* identificados com o grupo dos estudantes universitários.

### 8.3.3.3 Compra de produtos orgânicos

#### *Norma injuntiva como preditora*

Inicialmente, testou-se um modelo onde a norma *introjetada* para comprar produtos orgânicos foi considerada a variável dependente e a norma injuntiva dos

estudantes universitários, a variável preditiva – moderada pela identificação com este grupo ( $R^2 = .16.6$ ,  $F(3,316) = 20.9$ ,  $p < .001$ ). Entretanto, nem as normas injuntivas, nem a identidade, nem a interação entre eles preveem, de modo significativo, as normas introjetadas. Resultados semelhantes foram encontrados para a análise do modelo de predição das normas integradas ( $R^2 = .16.5$ ,  $F(3,316) = 20.7$ ,  $p < .001$ ).

*Norma descritiva como preditora*

Na sequência, testou-se um modelo onde as normas introjetadas para a compra de produtos orgânicos eram as normas dependentes, e as normas descritivas dos estudantes a variável preditiva, moderada pela identificação com este grupo ( $R^2 = 12.9$ ,  $F(3,316) = 15.6$ ,  $p < .001$ ). As normas introjetadas são preditas pelas normas descritivas ( $B = .79$ ,  $SE = .37$ ,  $p < .05$ ), mas não pela identificação com os estudantes, nem pela interação entre os dois termos. Resultados similares foram encontrados para o modelo com as normas integradas como dependentes ( $R^2 = .09$ ,  $F(3,316) = 11.4$ ,  $p < .001$ ).

Estes resultados mostram que a moderação da internalização das normas sociais (injuntiva e descritiva) enquanto normas pessoais (introjetada e integrada) pela importância do grupo de estudantes, de onde estas normas sociais emanam só acontece para as normas de reciclagem – e não para as normas de compra de produtos orgânicos. A limitação destes resultados às normas de reciclagem pode estar associada às regulações mais antigas e mais apertadas para a reciclagem em relação à compra de produtos orgânicos. Como vimos no Capítulo 2, normas formais e informais sobre a reciclagem de resíduos domésticos já são comuns há algum tempo – o que não é o caso com a compra de produtos orgânicos. Além disto, neste estudo as médias de normas e comportamentos para a reciclagem são superiores àquelas observadas para a compra de produtos orgânicos (Tabela 13).

Portanto, podemos mais claramente observar a internalização das normas sociais em normas pessoais no âmbito da reciclagem. Neste domínio, vimos que as normas descritivas foram diretamente internalizadas em normas introjetadas e integradas – independentemente do nível de identificação com o grupo. Esta via direta da internalização das normas descritivas indica que, mesmo sem identificar-se com o grupo de referência para estas normas, é possível que os participantes internalizem estas normas a partir do exemplo, e não pela identificação.

Já a internalização das normas injuntivas parece percorrer outra via. No domínio da reciclagem, as normas injuntivas (do grupo de estudantes universitários) predizem

as normas introjetadas e integradas *apenas* para aqueles participantes que são identificados com este grupo de estudantes. Estes participantes parecem ter internalizado estas normas a partir da sua identidade grupal, da importância que este grupo tem para o seu autoconceito e que, conseqüentemente, as suas normas pessoalmente têm para si.

#### **8.4 Discussão**

O estudo apresentado neste capítulo tinha o objetivo de demonstrar o processo de internalização das normas sociais ambientais. Depois de as ideias pró-ambientais adquirirem legitimidade institucional através das leis, e societal através das normas sociais, estas então normas devem ser internalizadas pelos indivíduos. Este processo acontece de forma gradual através de modos de influência normativa inicialmente social que gradualmente se tornam pessoais, que correspondem a modos individualizados de controlo que são estáveis entre diferentes contextos (Thøgersen, 2006).

A taxonomia das normas permitiu comparar a internalização das normas sociais associadas aos comportamentos pró-ambientais de reciclagem e compra de produtos orgânicos entre Portugal e Brasil – dois países que apresentam quadros legislativos ambientais bastante diferentes. Além desta comparação, foi também testada (1) de que maneira é que a identidade ecológica estaria relacionada com o modelo – se poderia ser considerada como uma forma de internalização normativa e (2) de que forma é que a internalização das normas sociais em normas pessoais poderia ser condicionada pela identificação com o grupo de onde estas normas emanam.

Os resultados oferecem suporte à validade do modelo em ambos os países. A validade de conteúdo interna confirma que, como previsto pelo modelo, quanto mais próximas são as normas no *continuum* social-*self*, mais elas são relacionadas entre si. A validade preditiva também foi demonstrada: as normas que melhor explicam os comportamentos são as normas mais internas. Estas demonstrações de validade foram encontradas para as normas de reciclagem e de compra de produtos orgânicos, nos dois países pesquisados. Apesar de os países diferirem em termos de comportamentos e normas descritivas de reciclagem – os portugueses apresentem médias superiores aos brasileiros – numa análise de regressão dos comportamentos, o país não adiciona qualquer poder explicativo às outras normas da taxonomia (Tabela 15). Isto é, o

modelo se comporta da mesma forma nos dois países pelo que não parecem existir diferenças entre o processo de internalização das normas sociais pró-ambientais entre os dois países

Em relação à forma com que a identidade ecológica se relaciona com as outras variáveis do modelo, a Tabela 14 mostra que as normas integradas, que o modelo considera como o tipo de influência mais internalizado, são o tipo de norma que melhor se relaciona com a identidade ecológica – tanto para as normas de reciclagem quanto de compra de produtos biológicos. Isto pode indicar que, quanto mais normas pró-ambientais são internalizadas, mais elas passam a integrar a identidade ecológica num sentido menos específico. Possivelmente, a internalização de normas pró-ambientais específicas contribui para a generalização da influência destas normas a outros comportamentos pró-ambientais, não diretamente influenciados por estas normas. No entanto, quando a identidade ecológica é inserida como variável preditiva de comportamentos pró-ambientais em conjunto com outras normas específicas a estes comportamentos (Tabela 15), o poder preditor da identidade ecológica é inferior àquele observado para os outros tipos de normas. O que seria esperado, considerando a generalidade do conceito de identidade ecológica em relação aos outros preditores. Os resultados aqui apresentados confirmam portanto que as normas integradas correspondem, em certa medida, à uma apropriação das normas ao nível da identidade (Kashima et al., 2014; Whitmarsh & O’Neill, 2010).

A análise da internalização das normas sociais em normas pessoais, moderada pela identidade com o grupo dos estudantes – de onde estas normas sociais emanam – forneceu resultados compatíveis com as expectativas antecipadas pela literatura (Nigbur et al., 2010). Os resultados de uma série de análises de regressão de normas sociais em normas pessoais, moderadas pela identidade com o grupo (Figura 7), mostraram que o processo de internalização não acontece da mesma maneira para as normas descritivas e para as normas injuntivas. A internalização das normas *injuntivas* sob a forma de normas introjetadas e integradas depende da identificação com os estudantes para ser efetiva. Ou seja, as normas injuntivas predizem as normas introjetadas e integradas apenas quando a identificação com os estudantes é alta. Quando a identificação com o grupo é baixa, as normas injuntivas não predizem nenhuma das normas pessoais. Este resultado reforça a associação das normas injuntivas com o objetivo interpessoal de aprovação social, que leva os indivíduos a serem mais atentos aos aspetos interpessoais do *self* (Jacobson et al., 2011).

A internalização das normas descritivas, por outro lado, não depende da identificação com o grupo dos estudantes. As normas descritivas influenciam diretamente as normas introjetadas e integradas, independentemente da identificação com o grupo (Figura 7). A influência das normas descritivas foi significativa em geral, mas foi ainda mais forte entre os participantes que eram pouco identificados com o grupo. Estes resultados vão no mesmo sentido dos resultados de estudos anteriores que sugerem que a influência das normas descritivas sobre as intenções comportamentais é direta (Nigbur et al., 2010), o que é especialmente observado entre participantes que se consideram menos envolvidos pessoalmente com questões ambientais (Gökeritz et al., 2009).

Mas a restrição destes resultados às normas de reciclagem podem indicar que, ao contrário das normas para a compra de produtos orgânicos, as normas de reciclagem são mais difundidas e estabelecidas em nossas sociedades e reconhecidas como normas sociais pelos indivíduos. Este resultado também foi encontrado no Estudo 5, onde o alvo que reciclava era mais bem visto que os outros em termos de simpatia. Estes resultados podem sugerir que os comportamentos de reciclagem, além de serem socialmente valorizados, foram internalizados pelos participantes de ambos os países. Os comportamentos de reciclagem em Portugal, assim como na Europa como um todo, têm sido francamente estimulados através de leis e instituições (Castro, 2012) e são amplamente praticadas pelas pessoas (Capítulo 1) – o que ainda não acontece, ao mesmo nível, em relação à compra de produtos orgânicos. Os resultados apresentados neste capítulo indicam que normas de reciclagem são portanto mais fortes, e mais internalizadas que as normas relativas à compra de produtos orgânicos.

Em síntese, este capítulo mostrou como é que normas sociais pró-ambientais – mais especificamente as normas de reciclagem e de compra de produtos orgânicos – depois de serem socialmente valorizadas, ainda devem ser internalizadas a fim de serem generalizadas. Através do modelo da taxonomia das normas de Thøgersen (2006), pode-se demonstrar que a internalização das normas de reciclagem e de compra de produtos orgânicos acontecem exatamente da mesma forma no Brasil e em Portugal. Foi também testado o papel da identificação com o grupo na internalização das normas sociais em normas pessoais. As normas injuntivas são apenas internalizadas por participantes que são identificados com o grupo dos estudantes universitários. Já as normas descritivas são internalizadas por todos os participantes,

independentemente do seu grau de identificação com o grupo dos estudantes. Portanto, enquanto os participantes identificados com o grupo são influenciados tanto pelas expectativas deste grupo sobre si (normas injuntivas) quanto pelo exemplo deste grupo (normas descritivas), os participantes não identificados com o grupo são apenas influenciados pelo seu exemplo. No entanto, apenas as normas de reciclagem apresentaram este padrão de internalização, muito provavelmente porque constituem comportamentos mais normativos que a compra de produtos orgânicos.

Ao analisarmos a questão societal da generalização do valor social do pró-ambientalismo ao nível individual (Doise, 1982), percebemos que este processo não estará completo antes que as normas sociais também forem internalizadas na forma de normas pessoais (introjetadas e integradas). O processo de internalização, que acontece ou durante ou depois da aquisição de valor social por estas novas ideias, é portanto um elemento fundamental para a análise do processo de mudança socioambiental entre o Brasil e Portugal.

## **Capítulo 9**

---

### **Discussão e Considerações Finais**

As normas formais e leis têm constituído um modo privilegiado através do qual as sociedades modernas implementam as mudanças sociais necessárias para a sua sustentabilidade (Castro, 2012, 2014). Num primeiro momento, estas mudanças formais conduzem a alterações concretas na forma como as leis e as instituições lidam com o meio ambiente. Mas estas alterações nas leis e regulamentos, inicialmente restritas a um ambiente formal, desencadeiam mudanças sociais que gradualmente passam também a transformar a forma como a sociedade em geral compreende (Buijs et al., 2012; Castro, 2003; Castro & Mouro, 2011) e valoriza (Fischer et al., 2012) a sua relação quotidiana com o meio ambiente. Portanto, este processo de mudança social corresponde à gradual transformação das representações sociais sobre o meio ambiente, que na forma de leis ainda são *transcendentes* ao comportamento, em representações que progressivamente se tornam *imanes* às práticas sociais (Harré, 1998).

Os efeitos das mudanças sociais que hoje conduzem à valorização de novos modos de relação com o meio ambiente têm sido amplamente abordados por estudos que se interessam pelas mudanças de comportamentos individuais – por exemplo, quais são as variáveis que facilitam ou dificultam a aquisição de comportamentos sustentáveis (Abrahamse, Steg, Vlek, & Rothengatter, 2005; Steg & Vlek, 2009). Mas por se concentrarem na alteração de padrões *individuais* de comportamento de consumo, independentemente das relações sociais que enquadram estes comportamentos em dinâmicas mais abrangentes de produção, estes estudos são considerados como uma versão ‘fraca’ da sustentabilidade (Uzzell & Rätzl, 2009). Uma perspetiva mais ‘forte’ sobre a sustentabilidade também abordaria as dinâmicas sociais que condizem à produção e ao consumo (Uzzell & Rätzl, 2009), dinâmicas estas regidas por leis nacionais e internacionais (Castro, 2012, 2014).

É precisamente neste ponto que se pode localizar a contribuição deste trabalho. A valorização dos novos modos de pensar e de se comportar em nosso meio ambiente é o resultado, no momento presente, de um processo de mudança social que se vem desenvolvendo desde que o debate ambientalista, um pouco pelo mundo todo, passou a referir-se ao meio ambiente como algo a ser preservado (ver Douglas & Wildavsky, 1982; Lima, 2002). Desde então, a questão ambiental foi alvo de esforços internacionalmente coordenados que, através de acordos internacionais, leis e instituições, alteraram gradualmente o modo como as nossas comunidades agem, pensam e regulam o ambiente natural (Castro, 2012, 2014). Mas parte importante do

poder que tem estas leis de influenciar o comportamento social como um todo vem do seu crescente valor informal (Castro, 2012), ou seja, do fato de reconhecemos estas crenças e comportamentos pró-ambientais como importantes sinais de valor ou estima social em nossos meios de convívio informal (Posner, 2002). Estes sinais de estima social incluem o reconhecimento de que a apresentação de crenças e comportamentos pró-ambientais é importante para apresentar uma imagem positiva de si (Capítulo 6); e a atribuição de características positivas a pessoas que os apresentem (Capítulo 7).

Considerando que as mudanças nos significados e na valorização da questão ambiental fazem parte de um processo que envolve também um nível societal de análise, neste trabalho se adotou uma perspectiva comparativa entre duas sociedades que se encontram em diferentes momentos da mudança socioambiental: Portugal e Brasil. Estes dois países partilham muitas características culturais, mas apresentam uma diferença fundamental em relação à abordagem institucional da questão ambiental. Como vimos no Capítulo 1, a implementação de leis e instituições ambientais foi reforçada em Portugal com a entrada do país na União Europeia. Desde os anos 80 os governos portugueses têm abordado a questão ambiental de modo sistemático e rigoroso, o que não deixa de fazer parte da integração ao projeto de identidade europeia (Baker, 2007). O Brasil, por sua vez, não abordou a questão ambiental de maneira sistemática e unificada, deixando parte significativa da tarefa para ser resolvida ao nível local com a cooperação de prefeituras e ONGs (Ferreira, 1998). Apesar de proporcionar maior adaptabilidade, esta estratégia ambiental gera grandes desigualdades entre as políticas ambientais adotadas entre os diferentes estados e municípios da federação. É neste contexto que o presente trabalho visa analisar se o processo de mudança social, e em especial aquele estimulado por leis, contribuiu para a valorização informal de crenças e comportamentos pró-ambientais.

Discutirei abaixo como é que os resultados dos estudos apresentados nos capítulos empíricos (Capítulos 6, 7 e 8) respondem aos objetivos gerais desta tese, propostos no Capítulo 5.

### **9.1 Aspeto temporal e a evolução das ideias ambientais**

A passagem do tempo contribui para que representações transcendentais às práticas sociais, inicialmente propostas unicamente em termos formais – sob a forma de regulamentações, instituições ou leis – se infiltrem no debate social a ponto se

tornarem imanentes às práticas sociais – quando estas representações passam também a conter normas informais. A partir de uma comparação entre a valorização social do pró-ambientalismo entre Portugal e Brasil, buscou-se compreender neste objetivo até que ponto é que as ideias pró-ambientais são *hoje* informalmente valorizadas pelo cidadão comum que, ao se comportar e comunicar através delas, sinaliza de diferentes maneiras que as valoriza. Discutirei abaixo cada um dos objetivos específicos apresentados no Capítulo 5 e que podem ser relacionados ao processo de mudança socioambiental em Portugal e no Brasil.

*Se o pró-ambientalismo da esfera privada é, hoje, informalmente valorizado em Portugal e no Brasil de modo que as pessoas achem necessário apresentar crenças e comportamentos pró-ambientais para serem bem vistas.*

Os Estudos 1, 2 e 3 aplicaram os paradigmas da identificação e da autoapresentação com o objetivo de verificar se as pessoas de facto utilizariam crenças e comportamentos pró-ambientais para gerir a imagem que desejam comunicar aos outros.

O paradigma da *identificação* (Gilibert & Cambon, 2003) propõe que, como nos avaliamos em maior conformidade com as normas (Codol, 1979) que a média das outras pessoas, o facto de atribuímos algumas características mais a nós próprios que às outras pessoas seria um indício do valor social reconhecido nestas características. Os resultados da aplicação deste paradigma em Portugal e no Brasil (Estudo 1) demonstram que os participantes atribuem mais crenças e comportamentos pró-ambientais a si próprios que aos outros. Portanto, estes resultados sugerem que tanto crenças quanto comportamentos são socialmente valorizados nos dois países.

Já o paradigma da *autoapresentação* (Gilibert & Cambon, 2003) considera que as pessoas têm um conhecimento tácito acerca das suas características pessoais que são socialmente valorizadas em diferentes contextos sociais (Emler, 1994; Posner, 2002). Neste sentido, a utilização de uma característica para transmitir uma imagem positiva de si sugere que esta característica é socialmente valorizada. Os resultados da aplicação do paradigma da autoapresentação indicam que as médias de crenças e comportamentos pró-ambientais eram significativamente diferentes entre apresentações positivas e negativas, tanto através de desenhos experimentais *within* (Estudo 2) ou *between-subjects* (Estudo 3). Estes resultados sugerem que, como os participantes dos dois países reconhecem o valor informal de crenças e

comportamentos pró-ambientais a ponto de os utilizarem para gerir a imagem que querem causar às outras pessoas, estes comportamentos e crenças são socialmente valorizados, tanto em Portugal quanto no Brasil.

Apesar de as crenças e comportamentos pró-ambientais serem informalmente valorizados em Portugal e no Brasil, os Estudos 1 e 3, que compararam diretamente o valor social associado ao pró-ambientalismo por estudantes entre os dois países, indicam a existência de uma *maior valorização* destas crenças e comportamentos em Portugal em relação ao Brasil. Esta diferença foi identificada no Estudo 1 através da maior autoatribuição de crenças e comportamentos pró-ambientais; e no Estudo 3, através de uma maior utilização de crenças e comportamentos pró-ambientais para gerir a imagem que se quer causar em diferentes contextos de apresentação entre os participantes portugueses que entre os brasileiros. Mais concretamente, os resultados do Estudo 3 indicam que os participantes portugueses reconhecem *maior* valor social no pró-ambientalismo (crenças e comportamentos) num contexto de apresentação pró-ambiental (instituto ecológico) em relação aos participantes brasileiros; e reconhecem *menor* valor social no pró-ambientalismo num contexto de apresentação antiambiental (cimenteira). Estes resultados sugerem que os participantes portugueses são capazes de utilizar – mais que os brasileiros – crenças e comportamentos pró-ambientais para comunicar uma imagem de si, o que é compatível com uma maior valorização social do pró-ambientalismo.

Estes resultados sugerem que o processo de mudança social ambiental, informado aqui pela valorização informal destas ideias entre estudantes universitários, está mais adiantado em Portugal relativamente ao Brasil. Como vimos no Capítulo 1, a entrada de Portugal na EU muito contribuiu para que fosse adotado um conjunto de regulamentações ambientais bastante mais exigentes do que aquelas que existiam em relação ao meio ambiente (Melo & Pimenta, 1993; Sormenho-Marques, 2005).

Este conjunto de resultados nos permite avançar, em relação ao aspeto temporal da mudança socioambiental, que estas representações são atualmente dotadas de valor social informal. A adoção, por parte do Estado português, do quadro legislativo Europeu muito contribuiu para acelerar o processo de mudança social necessário para a proteção ambiental (Sormenho-Marques, 2005). A implementação de um conjunto de regulações mais exigentes, e mais antigas em Portugal favoreceu uma mudança social ambiental que envolveu a sociedade como um todo, modificando de maneira definitiva a maneira como o público aceita como válidos e legítimos os argumentos

ambientalistas. Possivelmente também contribuíram para uma maior valorização informal da questão ambiental a ação de *soft laws* (Frykman & Mörth, 2006) em matéria ambiental ao nível Europeu (Mouro et al., 2013). A combinação de leis e estruturas formais mais diretas e outras mais indiretas podem ter contribuído para um processo de mudança da forma com que estas comunidades compreendem as suas relações com o meio ambiente, processo este que parece estar relativamente mais avançado em Portugal.

Em suma, estes resultados sugerem que as ideias e práticas pró-ambientais, cujo espectro de ação se restringia inicialmente ao universo reificado, têm vindo gradualmente a adquirir valor também no universo consensual, onde estão associadas a normas informais sobre como devemos pensar e nos comportar em relação ao ambiente. Esta modificação conduziu a modificações socioambientais mais profundas em Portugal em relação ao Brasil (ver Capítulo 1), o que também refletiu na maior valorização informal de crenças e comportamentos pró-ambientais naquele país, como mostram os resultados apresentados ao longo deste trabalho.

*Se o pró-ambientalismo da esfera privada é atualmente um requisito para que, em Portugal e no Brasil, alguém seja bem visto pelas outras pessoas como competente e simpático (Estudo 4).*

No Estudo 4, o paradigma do heterojulgamento foi aplicado com o objetivo de verificar se o pró-ambientalismo, que é valorizado quando nos apresentamos a nós, seria também valorizado quando estamos a julgar uma outra pessoa. O objetivo da aplicação deste paradigma é o de identificar se hoje o pró-ambientalismo tornou-se um requisito para que alguém seja bem avaliado em termos de competência e simpatia. A abordagem sociocognitiva reconhece a aplicação deste paradigma como especialmente importante, uma vez que o participante não é diretamente envolvido na gestão da sua autoimagem quando julga um alvo externo a si (Gilibert & Cambon, 2003).

Os resultados do Estudo 4 indicam que um alvo que apresenta altos níveis de crenças e comportamentos pró-ambientais da esfera privada é melhor avaliado, em termos de competência e simpatia, que um alvo que apresenta baixos níveis de crenças e comportamentos pró-ambientais. Estes resultados já sugerem que quando o pró-ambientalismo é apresentado de forma consistente, ou seja, com comportamentos correspondentes às crenças pró-ambientais, o alvo pró-ambiental é mais

informalmente valorizado que o alvo pró-ambiental. Estes resultados mais uma vez indicam que o pró-ambientalismo é valorizado tanto em Portugal quanto no Brasil.

As percepções de competência e simpatia também foram avaliadas em relação a um terceiro alvo que apresentava um *gap* entre as crenças e os comportamentos pró-ambientais. Este alvo foi avaliado como *menos* competente, mas tão simpático quanto o alvo pró-ambiental; e *mais* simpático mas tão competente quanto o alvo antiambiental.

Estes resultados sugerem a existência de uma relação entre a apresentação de altos níveis de *comportamentos* pró-ambientais (vs. baixos níveis) e a percepção de competência. Eles podem ser interpretados a partir do modelo da dupla perspectiva (Abele, 2003; Wojciszke et al., 2009), para o qual a percepção de agência ou pró-atividade está diretamente relacionada com a percepção de competência e de *status* social. Estes resultados também sugerem que a apresentação de altos níveis de *crenças* pró-ambientais (vs. baixos níveis) pode ser associada à percepção de simpatia, uma vez que à luz da teoria do conteúdo do estereótipo, a percepção de simpatia pode ser associada a relações intergrupais com características amistosas, não competitivas e socialmente próximas do participante (Fiske et al., 2002; Russell & Fiske, 2008).

Pode-se também interpretar estes resultados a respeito das características associadas a alguém que apresente crenças ou comportamentos pró-ambientais enquanto dois diferentes níveis de expressão do pró-ambientalismo (Kaiser et al., 2010): um deles mais abstrato e generalizado e outro mais concreto e específico (Bertoldo et al., 2013). Em se tratando de dois diferentes tipos de expressão das mesmas ideias, um deles com maior dificuldade e exigência de controlo que o outro (Joffe & Staerklé, 2007), é normal e expectável que se diferenciem em termos da sua percepção social. Voltaremos a esta discussão quando explorarmos o aspeto consensual da relação entre normas e representações sociais.

No entanto, em relação ao aspeto temporal da comparação da valorização social do pró-ambientalismo entre Portugal e Brasil, este estudo não indica a existência de qualquer diferença na forma como os participantes dos dois países percebem os perfis. Este resultado poderia indicar a inexistência de diferenças entre a valorização informal do pró-ambientalismo, entre os países, quando observado a partir de outras pessoas. Mas acreditamos por outro lado que, apesar de que crenças e comportamentos pró-ambientais serem *mais valorizados* em Portugal em relação ao Brasil, eles ainda são positivamente valorizados nos dois países. E é porque o pró-

ambientalismo é positivamente valorizado em ambos os países que é percebido de modo semelhante em termos de simpatia e competência. E como referimos da discussão do Capítulo 7, estas inconsistências entre os resultados da aplicação dos diferentes paradigmas indicam a necessidade de se teorizar acerca das características distintivas daquelas normas sociais que são mais negociáveis – relativas a representações emancipadas – em relação àquelas normas que são mais comumente investigadas pela abordagem sociocognitiva – relativas a representações hegemônicas.

Estes resultados portanto indicam que o pró-ambientalismo é, em geral, socialmente valorizado em termos de competência e simpatia. Apesar dos estudos com os paradigmas da identificação e autoapresentação sugerirem que as ideias ambientais alcançaram maior valor social informal em Portugal em relação ao Brasil, o fato destas ideias serem positivamente valorizadas em ambos os países está relacionado a dinâmicas de percepção social semelhantes entre os dois países.

*Como é que alvos com diferentes tipos de comportamentos pró-ambientais (ativistas, não ativistas da esfera pública e da esfera privada) são percebidos em termos de competência e simpatia (Estudo 5).*

Os primeiros estudos deste trabalho concentraram-se no estudo da valorização informal de crenças e comportamentos da esfera privada (Stern, 2000; Stern et al., 1999). Faltava ainda assim estudar como seriam informalmente valorizados aqueles comportamentos pró-ambientais que, apesar da sua importância para a mudança social (Stern, 2000; Stern et al., 1999), propõem mudanças fundamentais na forma como funcionam as nossas sociedades (Uzzell & Rätzsch, 2009). Segundo a abordagem sociocognitiva, quando julgamentos ou comportamentos questionam a ordem social estabelecida, eles são menos valorizados em relação a julgamentos ou comportamentos que a reproduzam (Beauvois, 2003; Beauvois & Dubois, 2009; Cambon et al., 2006).

Foi com o objetivo de explorar a percepção social de comportamentos pró-ambientais mais ou menos questionadores da nossa ordem social estabelecida que este estudo comparou a forma como são percebidos e valorizados (a) comportamentos que tenham o claro objetivo de alterar a forma com que as nossas sociedades se relacionam com o meio ambiente (comportamento ativista ou não-ativista da esfera pública) e (b) comportamentos da esfera privada (comprar produtos de produção

orgânica, economizar água e luz, reciclar), cuja valorização social informal foi explorada ao longo dos primeiros quatro estudos desta tese.

O Estudo 5 permitiu identificar que, como todos os alvos de facto concretizavam crenças pró-ambientais ao apresentarem algum tipo de comportamento, eles eram todos vistos como igualmente competentes, ou agentes (Abele & Wojciszke, 2007). Por outro lado, os alvos foram diferenciados na percepção de simpatia: o alvo ativista foi percebido como significativamente *menos simpático* que os alvos que apresentavam comportamentos ambientais da esfera privada (comprar produtos orgânicos, reciclar, economizar água e luz). Este resultado confirmou as hipóteses propostas: como o alvo ativista era apresentado como alguém que questiona o modo de funcionamento da nossa sociedade, ele é visto pelos participantes como menos disposto a cooperar com a reprodução dos modos estabelecidos de funcionamento social. Um alvo que não coopera, com o qual se observa menos proximidade social, é visto como menos simpático (Fiske et al., 2002).

Por outro lado, o alvo melhor avaliado em termos de simpatia é o alvo que recicla. Considerando a vasta implementação de políticas públicas para a reciclagem de resíduos nos últimos anos (ver Capítulo 1), este alvo parece estar a ser socialmente percebido como alguém que colabora – ao contrário do alvo ativista. E em relação aos resultados obtidos por Sadalla e Krull (1995) há quase vinte anos atrás, observamos claramente um incremento entre o valor que era na época atribuído a comportamentos de reciclagem. Estes resultados sugerem portanto uma mudança na forma com que as nossas sociedades veem os comportamentos pró-ambientais. Mas esta mudança ainda não afeta a forma como são percebidos aqueles comportamentos pró-ambientais relacionados a estratégias mais fortes de sustentabilidade, que envolvem a modificação das estruturas de produção (Uzzell & Rätzl, 2009), onde reside o maior potencial de modificação das nossas relações com o meio ambiente (Stern, 2000). Estes comportamentos, que incluem o ativismo ambiental, são desvalorizados em relação aos comportamentos pró-ambientais da esfera privada, o que eventualmente pode constituir um entrave a mudanças socioambientais mais amplas e profundas na maneira como as nossas sociedades se relacionam com o ambiente natural.

Os resultados dos diferentes estudos apresentados neste trabalho mostram como as leis, acórdãos e representações, inicialmente presentes apenas no universo reificado, contribuíram de maneira determinante para alterar o modo com que o

‘cidadão comum’ atualmente valoriza estas ideias. As ideias ambientais, inicialmente estranhas e ameaçadoras (Moscovici, 1981, 1984, 2001), foram se tornando cada vez mais familiares até que hoje fazem parte do tipo de ideia que rapidamente se associa a boas pessoas. Esta mudança social é bastante complexa e certamente percorreu caminhos diferentes entre os dois países. Mas considerando as particularidades da estrutura legislativa e institucional ambiental de cada um dos países, podemos explorar os fatores sociais que estimularam a que as crenças e comportamentos pró-ambientais fossem mais valorizados em Portugal em relação ao Brasil.

Como parte deste objetivo, discutiu-se o aspeto temporal da mudança social ambiental, e o modo com que estas ideias, inicialmente propostas abstratas *transcendentes* aos comportamentos (Harré, 1998), foram se transformando em aspetos cada vez mais indissociáveis da forma como nos comportamos em sociedade. Mas além do aspeto temporal, a evolução da questão ambiental também envolve as dinâmicas das trocas de informações e ideias entre os grupos sociais, o que acaba por determinar a força das normas sociais associadas a estas representações. Discutirei a partir da secção seguinte o que é que os resultados apresentados neste trabalho nos informam a respeito das dinâmicas grupais envolvidas nas representações sociais sobre o meio ambiente.

## **9.2 Aspeto consensual e a generalização das crenças e comportamentos pró-ambientais**

Como vimos acima, a passagem do tempo contribuiu de modo significativo para que as ideias ambientais fossem gradualmente validadas e que passassem a ser também normas sociais. Mas a passagem do tempo, isoladamente, não é capaz de sozinha alterar a forma com que estas ideias são debatidas entre os grupos. Associada ao aspeto temporal, o nível de consenso do debate estabelecido entre os diferentes grupos sociais muito contribui para caracterizar as dinâmicas envolvidas nas normas e representações sociais sobre o ambiente.

Como vimos no Capítulo 5, as representações hegemônicas se referem a conceitos e normas comuns e consensuais a *todos* os grupos de uma sociedade (Moscovici, 1988). Já as representações polémicas são típicas de situações de conflito social, onde *diferentes grupos* sociais propõem significados diferentes acerca de um mesmo objeto social (Moscovici, 1988). Este desacordo representacional está na

origem de normas sociais também discordantes sob a zona de influência de cada um dos grupos em desacordo. As representações emancipadas, por sua vez, refletem um outro tipo de relação dos grupos sociais com as normas. Moscovici (1988) considera que estamos diante de uma representação emancipada quando a aplicação de um quadro representacional torna-se independente do grupo que lhe deu origem de modo que a adesão a uma ou outra versão do objeto social (com as suas respetivas normas sociais) varia em função do contexto de interação onde o objeto é proposto.

Neste sentido, como parte deste objetivo analisarei quais são os tipos de representações que conferem sentido à questão ambiental – e portanto qual a dinâmica normativa que enquadra esta questão – no Brasil e em Portugal partindo da comparação entre ideias e comportamentos ao nível da sua expressão e da sua valorização.

*Comparação entre a expressão de crenças e comportamentos pró-ambientais (Estudos 1 e 2).*

A comparação entre a expressão de crenças e comportamentos pró-ambientais forneceu indícios para percebermos se, na população estudada, é verificado um *gap* entre, por um lado, ideias ambientais que são socialmente valorizadas (Spini & Doise, 1998), e por outro, comportamentos cuja concretização ainda é por vezes difícil (Thaler & Sunstein 2008). Esta dissociação entre ideias e comportamentos é tipicamente encontrada em representações emancipadas, onde ideias amplamente partilhadas no seu aspeto abstrato são concretamente apropriadas de formas diferentes em contextos específicos (Mouro & Castro, 2010, 2012).

Nos Estudos 1 e 2, foi pedido aos participantes que respondessem livremente, do modo mais sincero possível, às escalas de crenças e comportamentos pró-ambientais. Os resultados de ambos os estudos mostram que, quando expressam a sua própria opinião, os participantes expressam crenças superiores aos comportamentos. Neste sentido, de acordo com os resultados clássicos sobre o *gap* entre a expressão de crenças e de comportamentos pró-ambientais (Vining & Ebreo, 2002), os participantes portugueses e brasileiros também aderem mais facilmente às ideias que aos comportamentos ambientalistas.

Mas a apresentação dos *comportamentos* consistentes com estas ideias é ainda hoje dificultada por estilos de vida e de consumo que, coletivamente criados e reproduzidos, ainda hoje são orientados para modos pouco sustentáveis de vida

compatíveis com versões ‘fracas’ de sustentabilidade , caracterizadas como ambientalismo mundano (Kashima et al., 2014). O padrão inconsistente entre ideias que são abertamente valorizadas, e comportamentos que são apresentados em função da pertinência contextual, seria característico de representações *emancipadas*, isto é, de representações que são amplamente difundidas e valorizadas (Spini & Doise, 1998), mas cuja concretização na forma de comportamentos encontra resistências e particularidades específicas ao seu contexto de apresentação.

Para melhor compreender o modo de funcionamento destas representações, propusemos também comparar, além da expressão, a valorização de crenças ambientais, por um lado, e de comportamentos ambientais, por outro.

*Comparação entre o valor informal atribuído a crenças e aquele atribuído a comportamentos pró-ambientais (Estudos 1, 2 e 4).*

Vimos acima que participantes portugueses e brasileiros expressam crenças pró-ambientais mais facilmente que os comportamentos correspondentes, quando expressam a própria opinião. Do ponto de vista da frequência do que é observado (Dubois, 2003), seria esta maior facilidade em expressar crenças pró-ambientais um indício de que elas são mais valorizadas que os comportamentos pró-ambientais?

Na verdade os resultados dos estudos 1, 2 e 4 podem ser interpretados de forma a sugerir o contrário: é a expressão de comportamentos pró-ambientais que parece ser valorizada em relação à apresentação de crenças quando fazem a gestão da sua autoimagem ou quando julgam outras pessoas. A aplicação do paradigma da identificação no Estudo 1 indica que tanto participantes portugueses quanto brasileiros utilizam mais comportamentos que crenças pró-ambientais para se diferenciarem das outras pessoas. A aplicação do paradigma da autoapresentação no Estudo 2 também sugere uma maior valorização dos comportamentos em relação às crenças pró-ambientais em Portugal: as diferenças entre as apresentações positivas e negativas são maiores para os comportamentos em relação às crenças.

Estas diferenças entre a valorização informal de crenças e comportamentos podem ser interpretadas de diferentes maneiras. Uma delas seria que os comportamentos pró-ambientais são mais utilizados que as crenças diante do objetivo de comunicar valor social às outras pessoas. Mas como foi sugerido acima, não se pode destacar a expressão de crenças e de comportamentos como se se tratasse de dois objetos sociais distintos. Na verdade, ao referir a expressão de crenças e

comportamentos pró-ambientais, estamos diante de duas maneiras diferentes de exprimir uma única ideia que é o pró-ambientalismo (Kaiser et al., 2010), que como vimos acima, é uma ideia socialmente valorizada. A expressão de *crenças* pró-ambientais é mais abstrata, geral (Bertoldo et al., 2013) e exige menos investimentos que a expressão de comportamentos (Kaiser et al., 2010). Por outro lado, a expressão de *comportamentos* pró-ambientais é mais concreta, contextualmente específica (Bertoldo et al., 2013), e exige maiores investimentos (Kaiser et al., 2010) e controlo (Joffe & Staerklé, 2007) em relação à simples expressão de crenças pró-ambientais. É neste sentido que consideramos que a expressão de comportamentos pró-ambientais pode ser, *em geral*, mais informalmente valorizada em relação à expressão de crenças pró-ambientais.

Esta diferença na valorização da expressão de comportamentos pró-ambientais em relação à expressão de crenças é também identificada nos resultados do Estudo 4. Como foi apresentado acima, este estudo mostrou que um alvo que apresenta altos níveis de *crenças e comportamentos* pró-ambientais é visto como mais competente, mas tão simpático quanto um alvo que apresenta *altos níveis apenas de crenças*, associados a baixos níveis de comportamento. Este resultado sugere a existência de uma relação entre a expressão de comportamentos consistentes com crenças pró-ambientais e a percepção de competência. O Estudo 4 também mostrou que um alvo que apresenta altos níveis *apenas de crenças*, associados a baixos níveis de comportamento é visto como mais simpático mas tão competente quanto um alvo que apresenta *baixos níveis de crenças e comportamentos* pró-ambientais. Este resultado sugere que apesar de não estarem associados à percepção de competência, o fato de que alguém apresenta crenças pró-ambientais pode estar relacionado à percepção da disponibilidade para cooperar (Fiske et al., 2002), e portanto, à simpatia.

Se considerarmos o pró-ambientalismo um objeto único, em relação ao qual níveis mais ou menos importantes de investimento resultariam na apresentação simplesmente de crenças pró-ambientais, ou, mediante maior investimento pessoal, de comportamentos (Kaiser et al., 2010), estes resultados indicam que o esforço suplementar de alguém que, além de pensar de modo pró-ambiental, também se esforça para se comportar de acordo com as suas crenças é recompensado ao nível da percepção social. Ou seja, alguém que não só pensa de modo pró-ambiental, mas também age, além de ser visto como simpático, seria também visto como competente. Estes resultados são confirmados pelo Estudo 5, onde alvos apresentando diferentes

tipos de *comportamentos* pró-ambientais (ativistas, não-ativistas da esfera pública ou da esfera privada) são todos percebidos como igualmente competentes. Apesar dos diferentes âmbitos de ação ambiental, todos os alvos concretizam ações para o meio ambiente e logo, são vistos como competentes.

Neste sentido, os resultados dos Estudos 4 e 5 sugerem uma valorização do pró-ambientalismo *ativo*. Agir de modo sustentável muitas vezes implica ser criativo e ter controlo suficiente (Joffe & Staerklé, 2007) para imaginar soluções mais ecológicas para os nossos problemas do dia-a-dia. Implica também um investimento de tempo e às vezes de recursos financeiros para adquirir produtos locais ou biológicos. Enfim, agir propositadamente de modo pró-ambiental pressupõe, além da partilha de crenças pró-ambientais, o investimento ativo de recursos. E como vimos, a orientação para a ação (Abele, 2003; Abele & Wojciszke, 2007), assim como o investimento de recursos financeiros (Fiske et al., 2002), são características associadas à percepção de competência.

Por outro lado, o pró-ambientalismo que envolve menos recursos pessoais é mais abstrato (Bertoldo et al., 2013), uma vez que envolve a simples expressão de crenças pró-ambientais (Kaiser et al., 2010). Como mostram os resultados do Estudo 4, a adesão (vs. não adesão) a crenças pró-ambientais é associada à percepção de simpatia, o que sugere que estas crenças sinalizariam cooperação em relação a um objetivo coletivo comum (Fiske et al., 2002), que neste caso é a preservação ambiental. Por outro lado, aqueles participantes que não apresentam crenças pró-ambientais são vistos como pouco simpáticos, o que sugere que são vistos com pouca capacidade para a cooperação, e portanto não são vistos como parte do grupo (Fiske et al., 2002).

Em relação a este objetivo preciso, conclui-se que o *gap* observado entre a maior apresentação de crenças, associada a um menor nível de comportamentos pró-ambientais, tão comum em representações emancipadas, não é diretamente relacionado à maior valorização social de crenças pró-ambientais. Os resultados aqui apresentados sugerem o contrário: os comportamentos ambientais exigem maior investimento pessoal em relação à simples apresentação de crenças ambientais. E por esta razão, a expressão de comportamentos pró-ambientais é socialmente mais valorizada que a simples apresentação de crenças pró-ambientais.

É entretanto possível que a valorização informal de crenças e comportamentos pró-ambientais apresente contornos diferenciados diante de contextos sociais com

interesses distintos. É por esta razão que foi realizado um estudo exploratório ao Estudo 3 teve o objetivo de identificar metarrepresentações sobre o meio ambiente, onde diferentes exigências normativas poderiam ser identificadas.

*Analisar as metarrepresentações que estudantes portugueses associam a diferentes grupos sociais sobre o ambiente (Estudo 3).*

Dentro do debate social, os argumentos propostos por grupos específicos podem ser partilhados de maneira mais ou menos rigorosa por todos os outros grupos no caso de representações emancipadas; ou podem ser contestados por outros grupos específicos (Moscovici, 1988). O que num caso ou no outro é inevitável é que estes conhecimentos sejam associados a grupos sociais, o que acontece de modo mais flagrante em representações polémicas (Wagner, 1995), e mais sutil em representações emancipadas. As metarrepresentações sobre o que pensam os outros grupos sociais é, portanto, um guia valioso para que as nossas comunicações frente a outros grupos sociais alcancem os objetivos desejados (Elcheroth et al., 2011). A importância das metarrepresentações advém do seu caráter informativo acerca das normas sociais vigentes na zona de influência social de um grupo específico. Foi portanto com a intenção de explorar as normas sociais comunicadas através das metarrepresentações projetadas aos diferentes contextos sociais que realizamos um estudo exploratório anterior ao Estudo 3. Neste estudo, foi pedido aos participantes que descrevessem como achavam que diferentes grupos socioprofissionais pensavam sobre o meio ambiente.

A partir das respostas onde estudantes universitários portugueses exprimiam as suas metarrepresentações sobre como 12 diferentes grupos socioprofissionais pensam sobre o meio ambiente. A partir das suas respostas, foi realizada uma ACM que indicou a existência de duas principais dimensões. A primeira propõe uma oposição entre, por um lado, ideias partilhadas por grupos que defendem a urgência da *proteção ambiental*, e por outro lado, ideias partilhadas por grupos que priorizam o *ganho financeiro* à preservação ambiental. Os contextos sociais associados ao pró-ambientalismo incluem o instituto ambiental, a própria família e os professores universitários; e aqueles mais associados ao antiambientalismo incluem as companhias aéreas a cimenteira e a banca.

Este estudo exploratório permitiu ilustrar como é que os interesses atribuídos a cada um dos grupos socioprofissionais podem ser utilizados para inferir as posições

destes grupos em relação à questão ambiental. E estas posições acabam por se tornarem guias sociais que nos informam acerca de como nos devemos comunicar ou comportar diante de cada um destes grupos a fim de conquistar a sua estima.

E voltando ao objetivo desta parte do trabalho – explorar a dinâmica normativa associada ao tipo de representações que emergiram por ocasião das mudanças socioambientais em Portugal e no Brasil –, e a fim de ilustrar o caráter ainda pouco hegemônico das representações ambientais, passarei a discutir de seguida como é que o valor social de crenças e comportamentos pró-ambientais pode variar em contextos sociais com normas sociais divergentes em termos ambientais.

*Verificar se crenças e comportamentos pró-ambientais são igualmente valorizados em diferentes contextos sociais (Estudo 3).*

Quando as propostas de mudança ainda estão em fase de generalização, os objetos da mudança social apresentam um valor social instável, que varia de acordo com o contexto social onde são apresentados (Castro, 2012; Mouro & Castro, 2010).

É neste sentido que este trabalho se propôs a explorar, como parte deste objetivo, em que fase da generalização se encontram crenças e comportamentos pró-ambientais. Foi proposta a hipótese de que, possivelmente se tratando de uma representação emancipada, o valor social de crenças e comportamentos pró-ambientais variaria entre diferentes contextos de apresentação (instituto ecológico e cimenteira).

Os resultados confirmaram esta hipótese, demonstrando que o valor social de crenças e comportamentos pró-ambientais ainda é instável, ou seja, ainda é negociável nos diferentes grupos e contextos sociais. Apesar de constituírem argumentos que são valorizados e partilhados por grande parte dos grupos sociais em termos *abstratos*, as ideias ambientais ainda encontram dificuldades diante da sua *concretização* em termos de comportamentos (Bertoldo et al., 2013). Estes resultados indicam que a questão ambiental conduziu ao surgimento, tanto em Portugal quanto no Brasil, de representações sociais do tipo emancipado.

A análise da dinâmica normativa associada às representações sociais ambientais visou integrar os diferentes resultados encontrados ao longo deste trabalho numa discussão conjunta e compreensiva acerca da mudança socioambiental em Portugal e no Brasil. Os diferentes estudos permitiram concluir que estas ideias são amplamente partilhadas e valorizadas em ambos os países. A sua concretização em termos de

comportamento ambiental, por outro lado, ainda encontra barreiras – como toda mudança social que visa alterar as dinâmicas de funcionamento social.

Vimos que a expressão de comportamentos pró-ambientais é mais difícil em relação à simples expressão das crenças ambientais, pois implicam um maior investimento de tempo e de recursos financeiros, o que não deixa de ser socialmente valorizado enquanto um sinal tanto de competência quanto de simpatia. Verifica-se portanto uma dupla dinâmica na adoção das mudanças ambientais. Se por um lado os argumentos ambientais são amplamente válidos e socialmente valorizados, a aplicação dos comportamentos ambientais é, em alguns aspetos, relativamente restrita a meios sociais que claramente defendam estas ideias.

Esta dinâmica é característica das representações emancipadas, que apesar de serem socialmente validadas por diferentes meios sociais, ainda encontram resistências localizadas em meios sociais específicos (Moscovici, 1988). Trata-se também do tipo de dinâmica normativa particularmente encontrado na fase de generalização das mudanças sociais (Castro, 2012; Castro & Batel, 2008; Castro & Mouro, 2011) que são defendidas na versão proposta de modo geral, mas que são resistidas na sua aplicação a contextos concretos e específicos.

Ao longo deste trabalho, se analisou a complexidade do processo de mudança socioambiental no Brasil e em Portugal. Estas mudanças sociais, estimuladas por acordos internacionais, por leis e instituições, modificaram a forma como portugueses e brasileiros respeitam o ambiente através da atenção ao impacto ambiental das suas atividades. Foi discutido como é que as dinâmicas sociais, e especialmente aquelas relacionadas à valorização do pró-ambientalismo, foram progressivamente alteradas a partir da ação coordenada de leis ambientais entre outros mecanismos de *soft law* (Mouro et al., 2013). O que ainda não foi discutido foi a importância, neste processo de mudança social, de que as normas sociais tivessem sido gradualmente internalizadas pelos indivíduos vivendo nestas sociedades. Passarei a discutir de seguida o que é que os nossos resultados podem ser informativos acerca da internalização das normas sociais ambientais em Portugal e no Brasil.

### **9.3 Internalização da influência social: o nível individual das normas**

Como parte deste objetivo, pretendeu-se explorar um processo que sucede à aquisição de valor informal por parte dos argumentos ambientalistas. No Estudo 6

exploramos o processo de internalização das normas sociais ambientais, que são gradualmente internalizadas sob a forma de tipos mais estáveis de autoregulação, como as normas pessoais.

A partir da taxonomia de Thøgersen (2006), testou-se um modelo com quatro diferentes tipos de normas ambientais – descritivas, injuntivas, introjetadas e integradas –, identidade ecológica e importância do grupo ao qual se referiam as normas sociais (descritiva e injuntiva). O modelo predizia que (1) as normas mais próximas entre si no *continuum* social-*self* estariam melhor correlacionadas entre si que as normas mais distantes e (2) que quanto mais internas as normas, melhor elas prediriam os comportamentos ambientais. O modelo foi verificado tanto em Portugal quanto no Brasil. Isto significa que a internalização das normas sociais ambientais acontece de acordo com processos similares, e parece estar em estágios semelhantes entre os dois países.

Além do teste da taxonomia normativa, este objetivo previa o exame do papel que teria a importância do grupo na internalização das suas normas ambientais descritivas e injuntivas em normas pessoais (introjetadas e integradas). Os resultados mostram que, para os participantes que se identificam com o grupo, tanto as normas injuntivas quanto as descritivas predizem as normas pessoais. Já para os participantes que se identificam pouco com o grupo, apenas as normas descritivas predizem as normas pessoais.

Estes resultados demonstram como a influência social acerca do meio ambiente, ainda tão variável entre os diferentes grupos sociais, pode ser internalizada de modo a se tornar estável nos diferentes contextos de convívio dos indivíduos. Mas esta internalização não é um processo socialmente isolado (Terry et al., 1999; White et al., 2009). Depende em primeiro lugar das normas sociais dos grupos de referência dos indivíduos; e, em segundo lugar, da importância que pessoalmente conferimos a estes grupos. Estes resultados são ilustrativos, ainda mais uma vez, de que mesmo nos níveis mais individuais da mudança socioambiental, não podemos deixar de enfatizar a força em termos de influência social que pode alcançar o conhecimento socialmente partilhado.

#### **9.4 Considerações finais**

Desde que em fins do século XIX, quando o meio ambiente começou a ser referido como algo a ser protegido, até os dias de hoje, a nossa sociedade mudou muito a forma como pensa e se comporta diante do ambiente natural (Castro, 2002). Parte da responsabilidade por tão amplas mudanças pode ser atribuída às instituições, acordãos e leis nacionais e internacionais que atualmente asseguram a legitimidade destas preocupações (Castro, 2012, 2014). O quadro normativo internacionalmente estabelecido (Doise, 2001a, 2001b) em torno do meio ambiente se tornou forte ao ponto de hoje as opiniões e posicionamentos do público serem praticamente consensuais acerca da sua necessidade de preservação (Eurobarómetro, 2008; Moscovici, 2002).

Esta mudança na forma de pensar o meio ambiente traz consigo a valorização de certos tipos de ideias e comportamentos a que chamamos ‘pró-ambientais’, noções que são socialmente construídas e que definem um estilo de vida sustentável (Kashima et al., 2014). Estas ideias e comportamentos passaram a ser possíveis a partir de um novo paradigma de relações entre o homem e o ambiente (Dunlap et al., 1993), e foi a partir destas novas representações que o ‘pró-ambientalismo’ foi apreendido pelas nossas comunidades, urbanas e ocidentais, ao longo das últimas décadas.

Entretanto, a complexidade deste processo de mudança social requer análises que integrem diferentes níveis de análise (Doise, 1982). Foi por esta razão que neste trabalho se procedeu à integração de dois quadros teóricos compatíveis em termos epistemológicos e complementares em termos empíricos: a abordagem das representações sociais (Moscovici, 1961/1976) a abordagem sociocognitiva (Dubois, 2003).

Partindo da integração entre estes dois quadros teóricos, esta tese propõe pela primeira vez a análise sistemática do valor social das crenças e comportamentos pró-ambientais através dos paradigmas da abordagem sociocognitiva. Esta análise foi complementada por uma comparação entre dois países com quadros legislativos diferentes em relação ao meio ambiente. Esta análise permitiu identificar diferenças entre processos de mudança das relações entre homem e natureza que estão simultaneamente em curso nas sociedades portuguesa e brasileira. Estas duas sociedades partilham um passado histórico comum, mas atualmente são unidas por

quadros legislativos internacionais que unem a comunidade internacional como um todo em torno do objetivo de frear as alterações climáticas e preservar o meio ambiente para as gerações futuras (Doise, 2001a).

Tendo em conta a complexidade desta proposta, propôs-se analisar a relação entre os quadros teóricos das representações sociais e da abordagem sociocognitiva a partir de dois principais aspetos: um aspeto *temporal* e um aspeto *consensual*. Se por um lado a comparação entre a valorização informal do pró-ambientalismo em Portugal e Brasil sugere que a passagem do tempo tem um efeito positivo na valorização de práticas mais benéficas ao ambiente; esta valorização ainda não se reflete de maneira coordenada entre crenças e comportamentos pró-ambientais. A análise do aspeto consensual sugere uma dissociação entre crenças e comportamentos pró-ambientais. Ainda hoje, a expressão de crenças pró-ambientais é bastante superior à expressão de comportamentos. Apesar disto, como a expressão de comportamentos ainda exige maiores investimentos – de tempo, atenção e criatividade – ela parece ser socialmente mais valorizada em relação à expressão de crenças (Bertoldo et al., 2013). Ainda assim, alguns destes comportamentos, associados ao pró-ambientalismo mundano (Kashima et al., 2014), são mais bem vistos que outros, associados ao pró-ambientalismo ativista.

Estes resultados sugerem que a mudança social em termos ambientais não depende apenas da ratificação de acórdãos internacionais ou da criação de instituições ambientais. A alteração das maneiras com que as sociedades pensam a sua relação com o ambiente passa pela mudança das suas representações e, como parte delas, pela valorização de novas maneiras de pensar e de se comportar diante do ambiente. Como vimos ao longo deste trabalho, mudanças sociais propostas por leis, ainda transcendentemente aos comportamentos, devem ser socialmente validadas e continuamente reforçadas por diferentes instituições sociais, em diferentes meios e por outros cidadãos antes de se tornarem imanentes às práticas. Em Portugal, este investimento em matéria ambiental passou a ser mais consistente a partir da preparação do país à integração à CE em 1986, quando o país passou a ratificar as leis ambientais em matéria ambiental, começou a criar instituições análogas àquelas já existentes em outros países europeus, e enfim, passou a apostar em estratégias de *soft laws* para a promoção de estilos de vida mais sustentáveis (Mouro et al., 2013). Como sugerem os resultados aqui apresentados, estes investimentos provavelmente contribuíram para que o pró-ambientalismo fosse, em geral, mais valorizado em

Portugal em relação ao Brasil. Ainda assim, muito resta a fazer. A dissociação entre a adesão a crenças e a comportamentos poderia ser mais facilmente resolvida caso o pró-ambientalismo fosse pensado como um problema societal (Uzzell & Rätzsch, 2009), para o qual soluções coletivas e tecnológicas podem ser estimuladas (Stern, 2011), em vez de ser constantemente individualizado através do estímulo à ideia de que ‘cada um deve fazer a sua parte’.

Mas apesar deste trabalho explorar mais profundamente o caso das mudanças sociais ambientais, as dinâmicas sociais aqui identificadas não são, em absoluto, exclusivas do caso ambiental. As questões que são alvo de mudanças sociais normativas implicam modificações fundamentais na forma como concebemos as relações de poder (ver Doise, 2002; Staerklé et al., 2007). Estas questões legais visam estabelecer princípios normativos através dos quais as nossas sociedades compreendem, num dado momento, as relações entre, por exemplo, homem e natureza – nanotecnologias (Powell, 2007), biotecnologias (Kronberger & Wagner, 2007), tecnologias de produção de energia (Poumadère et al., 2011) – ou entre os diferentes grupos sociais na sociedade – direitos humanos (Doise, 2001a, 2001b).



## **Referências**

---

## Referências

- Abele, A. E. (2003). The dynamics of masculine-agentic and feminine-communal traits: Findings from a prospective study. *Journal of Personality and Social Psychology*, *85*, 768–76.
- Abele, A. E., & Wojciszke, B. (2007). Agency and communion from the perspective of self versus others. *Journal of Personality and Social Psychology*, *93*, 751–63.
- Abrahamse, W., Steg, L., Vlek, C., & Rothengatter, T. (2005). A review of intervention studies aimed at household energy conservation. *Journal of Environmental Psychology*, *25*, 273–91.
- Ajzen, I. (1988). *Attitudes, personality and behavior*. Milton Keynes: Open University Press.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, *50*, 179–211.
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (1980). *Understanding attitudes and predicting social behavior*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (2000). Attitudes and the attitude-behavior relation: Reasoned and automatic processes. In W. Stroebe, & M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology* (pp. 1–33). New York: John Wiley & Sons.
- Alves, H., & Correia, I. (2008). On the normativity of expressing the Belief in a Just World: Empirical evidence. *Social Justice Research*, *21*, 106–18.
- Alves, H., & Correia, I. (2010). Personal and general belief in a just world as judgement norms. *International Journal of Psychology*, *45*, 221–31.
- Armitage, C. J., & Conner, M. (2001). Efficacy of the Theory of Planned Behaviour: A meta-analytic review. *British Journal of Social Psychology*, *40*, 471–99.
- Asch, S. E. (1956). Studies of independence and conformity: A minority of one against an unanimous majority. *Psychological Monographs*, *70*, 416.
- Baker, S. (2007). Sustainable development as symbolic commitment: Declaratory politics and the seductive appeal of ecological modernisation in the European Union. *Environmental Politics*, *16*, 297–317.
- Bamberg, S. (2003). How does environmental concern influence specific environmentally related behaviors? A new answer to an old question. *Journal of Environmental Psychology*, *23*, 21–32.
- Bamberg, S., & Möser, G. (2007). Twenty years after Hines, Hungerford, and Tomera: A new meta-analysis of psycho-social determinants of pro-environmental behaviour. *Journal of Environmental Psychology*, *27*, 14–25.
- Bamberg, S., & Schmidt, P. (2003). Incentives, morality, or habit?: Predicting students' car use for university routes with the models of Ajzen, Schwartz, and Triandis. *Environment & Behavior*, *35*, 264–85.

- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84, 191-215.
- Batel, S., & Castro, P. (2009). A social representations approach to the communication between different spheres: An analysis of the impacts of two discursive formats. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 39, 415–33.
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (1999). Towards a paradigm for research on social representations. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 29, 163–86.
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2008). Social representations theory: A progressive research programme for social psychology. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38, 335–53.
- Beauvois, J.-L. (1995). La connaissance des utilités sociales. *Psychologie Française*, 40, 375–387.
- Beauvois, J.-L. (2003). Judgment norms, social utility, and individualism. In N. Dubois (Ed.), *A sociocognitive approach to social norms* (pp. 123–147). London: Routledge.
- Beauvois, J.-L., & Dubois, N. (2009). À propos d'une critique critiquable: Quelques précisions sur la théorie de la norme d'intériorité. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 22, 117–35.
- Beck, U. (1992). *Risk society: Towards a new modernity*. London: Sage.
- Bertoldo, R., Barnett, J., Constantin, M., Enander, A., Espluga, J., Horlick-Jones, T., Konrad, W., Poumadère, M., Prades, A. (2012). Different shades of green: Sustainable consumption thinking in several European countries. *11ª Conferência Internacional sobre Representações Sociais*, Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Bertoldo, R., Castro, P., & Bousfield, A. (2013). Pro-environmental beliefs and behaviors: Two levels of response to environmental social norms. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 45, 435–446.
- Buijs, A., Hovardas, T., Figari, H., Castro, P., Devine-Wright, P., Fischer, A., Mouro, C., Selge, S. (2012). Understanding people's ideas on natural resource management: Research on social representations of nature. *Society & Natural Resources*, 25, 1167–81.
- Burck, J., Marten, F., & Bals, C. (2013). *The climate change performance index results 2014*. Disponível em: [www.germanwatch.org/en/ccpi](http://www.germanwatch.org/en/ccpi)
- Cambon, L., Djouari, A., & Beauvois, J.-L. (2006). Social judgment norms and social utility: When it is more valuable to be useful than desirable. *Swiss Journal of Psychology*, 65, 167–80.
- Carvalho, H. (2008). *Análise multivariada de dados qualitativos: Utilização da ACM com o SPSS*. Lisboa: Sílabo.
- Castro, P. (2002). *Natureza, ciência e retórica na construção social da ideia de ambiente*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

## Referências

- Castro, P. (2002). Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici. *Análise Social*, 37, 949–79.
- Castro, P. (2005). Crenças e atitudes em relação ao ambiente e à natureza. In L. Socska, *Contextos humanos e psicologia ambiental* (pp. 169-201). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castro, P. (2012). Legal innovation for social change: Exploring change and resistance to different types of sustainability laws. *Political Psychology*, 33, 105–21.
- Castro, P. (2014). The approach of social representations to sustainability: Researching time, institution, conflict and communication. In G. Sammut, E. Andreouli, G. Gaskell, & J. Valsiner (Eds.), *Handbook of Social Representations*. Cambridge University Press.
- Castro, P., & Batel, S. (2008). Social Representation, change and resistance: On the difficulties of generalizing new norms. *Culture & Psychology*, 14, 475–97.
- Castro, P., & Gomes, I. (2005). Genetically modified organisms in the Portuguese press: Thematization and anchoring. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 35, 1–17.
- Castro, P., & Mouro, C. (2011). Psycho-social processes in dealing with legal innovation in the community: Insights from biodiversity conservation. *American Journal of Community Psychology*, 47, 362–73.
- Castro, P., Garrido, M., Reis, E., & Menezes, J. (2009). Ambivalence and conservation behaviour: An exploratory study on the recycling of metal cans. *Journal of Environmental Psychology*, 29, 24–33.
- Castro, P., Mouro, C., & Gouveia, R. (2012). The conservation of biodiversity in protected areas: Comparing the presentation of legal innovations in the national and the regional press. *Society & Natural Resources*, 25(6), 539–55.
- Chang, H., Piliavin, J. A., & Callero, P. L. (1988). Role identity and reasoned action in the prediction of repeated behavior. *Social Psychology Quarterly*, 51, 303-17.
- Cialdini, R. (2003). Crafting normative messages to protect the environment. *Current Directions in Psychological Science*, 12, 105–9.
- Cialdini, R. B., Reno, R. R., & Kallgren, C. A. (1990). A focus theory of normative conduct: Recycling the concept of norms to reduce littering in public places. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 1015–1026.
- Codol, J.-P. (1975). On the so called ‘superior conformity of the self’ behavior: Twenty experimental investigations. *European Journal of Social Psychology*, 5, 457–501.
- Costa-Lopes, R. & Pereira, C. (2012). A normatividade das atitudes e do comportamento social. In: C. Pereira & R. Costa-Lopes (Eds.). *Normas, atitudes e comportamento social* (pp. 15-24). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Cuddy, A. J. C., Fiske, S. T., & Glick, P. (2004). When professionals become mothers, warmth doesn’t cut the ice. *Journal of Social Issues*, 60, 701–18.

- Cuddy, A. J. C., Fiske, S. T., & Glick, P. (2008). Warmth and competence as universal dimensions of social perception: The Stereotype Content Model and the BIAS Map. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology*, (Vol. 40, pp. 61–149). New York, NJ: Academic Press.
- Darley, J. M. & Latané, B. (1970). Norms and normative behavior field studies of social interdependence. In J. Macaulay & L. Berkowitz (Eds.), *Altruism and helping behavior* (pp. 83-102). New York: Academic Press.
- Deutsch, M., & Gerard, H. B. (1955). A study of normative and informational social influences upon individual judgment. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 51, 629–636.
- Diamond, J. (2005). *Collapse: How societies choose to fail or succeed*. New York: Penguin Books.
- Doise, W. (1980). Levels of explanation in the European Journal of Social Psychology. *European Journal of Social Psychology*, 10, 213-31.
- Doise, W. (1982). *L'explication en Psychologie Sociale*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Doise, W. (1993). Debating social representations. In G. M. Breakwell & D. V. Canter (Eds.), *Empirical approaches to social representations* (pp. 157–70). Oxford: Clarendon Press.
- Doise, W. (2001a). *Droits de l'homme et force des idées*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Doise, W. (2001b). Human rights studied as normative social representations. In K. Deaux & G. Philogène (Eds.), *Representations of the social* (pp. 96-112). Oxford: Blackwell.
- Doise, W. (2012). The homecoming of society in social psychology. In J. P. Valentim (Ed.), *Societal approaches in social psychology* (pp. 9–34). Bern: Peter Lang.
- Doise, W., Clémence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations sociales et analyses de données*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Douglas, M., & Wildavsky, A. (1982). *Risk and culture: An essay in the selection of technological and environmental dangers*. Berkeley: University of California Press.
- Drozda-Senkowska, E. (2004). *Psychologie sociale expérimentale*. Paris: Armand Colin.
- Dubois, N. (1988). The norm of internality: Social valorization of internal explanations of behaviors and reinforcements in young people. *Journal of Social Psychology*, 128, 431-39.
- Dubois, N. (1991). *Perception de la valeur sociale de l'internalité chez les enseignants et chez les parents*. Manuscrito não publicado.
- Dubois, N. (2000). Self-presentation strategies and social judgments: Desirability and social utility of causal explanations. *Swiss Journal of Psychology*, 59, 170–82.

## Referências

- Dubois, N. (2003). The concept of norm. In N. Dubois (Ed.), *A sociocognitive approach to social norms* (pp. 1–15). London: Routledge.
- Dubois, N. (2005). Normes sociales de jugement et valeur: Ancrage sur l'utilité et ancrage sur la désirabilité. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 3, 43-73.
- Dubois, N. (2009). *La norme d'internalité et le libéralisme* (Edição revista). Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Dubois, N., & Beauvois, J.-L. (2005). Normativeness and individualism. *European Journal of Social Psychology*, 35, 123–46.
- Dubois, N., & Beauvois, J.-L. (2011). Are some rabbits more competent and warm than others? *Swiss Journal of Psychology*, 70, 63–73.
- Dunlap, R. D. & Van Liere, K. D. (1978). The 'new environmental paradigm': A proposed measuring instrument and preliminary results. *Journal of Environmental Education*, 9, 10-19.
- Dunlap, R., Gallup, G., & Gallup, A. (1993). Of global concern: Results of the Health of the Planet Survey. *Environment*, 35, 7–39.
- Durante, F., Fiske, S. T., Kervyn, N., Cuddy, A. J. C., Akande, A. D., Adetoun, B. E., ... Storari, C. (2013). Nations' income inequality predicts ambivalence in stereotype content : How societies mind the gap. *British Journal of Social Psychology*, 52, 726–46.
- Durkheim, E. (1894/2013). *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Durkheim, E. (1898/2006). Représentations individuelles et représentations collectives. *Les Cahiers Psychologie Politique*, 8.
- ECF (2010). *Roadmap 2050: A practical guide to a prosperous, low carbon Europe. Technical Analysis*. The Hague: European Climate Foundation.
- Elcheroth, G., Doise, W., & Reicher, S. (2011). On the knowledge of politics and the politics of knowledge: How a social representations approach helps us rethink the subject of political psychology. *Political Psychology*, 32, 729–58.
- Emler, N. (1994). La réputation sociale. In: S. Moscovici (Ed.), *Psychologie sociale des relations à autrui* (pp. 119-39). Paris: Éditions Nathan.
- Eurobarómetro (2008). *Special eurobarometer 295: Attitudes of European citizens towards the environment*. Brussels: European Commission.
- Farr, R. (1991). The long past and the short history of social psychology. *European Journal of Social Psychology*, 21, 371–80.
- Félonneau, M.-L., & Becker, M. (2008). Pro-environmental attitudes and behaviour: Revealing perceived social desirability. *International Review of Social Psychology*, 21, 25–53.

- Fernández-Dols, J. M. (2012). Normas formais e informais vs. Normas explícitas e implícitas: Uma tipologia de normas alternativas. In: C. R. Pereira & R. Costa-Lopes (Eds.), *Normas, atitudes e comportamento social* (pp. 25-43). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Fernández-Dols, J.-M. (1992). Procesos escabrosos em psicologia social: El concepto de norma perversa. *Revista de Psicologia Social*, 7, 243-55.
- Ferreira, L. da C. (1998). *A questão ambiental: Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Ferreira, L. da C. (2000). Indicadores político-institucionais de sustentabilidade: Criando e acomodando demandas públicas. *Ambiente & Sociedade*, 3, 15–31.
- Ferreira, L. da C., & Tavolaro, S. B. F. (2008). Environmental concerns in contemporary Brazil: An insight into some theoretical and societal backgrounds (1970s–1990s). *International Journal of Politics, Culture, and Society*, 19, 161–77.
- Ferreira, M. C., Fischer, R., Porto, J. B., Pilati, R., & Milfont, T. L. (2012). Unraveling the mystery of Brazilian jeitinho: A cultural exploration of social norms. *Personality & Social Psychology Bulletin*, 38, 331–44.
- Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations*, 7, 117-40.
- Fielding, K., McDonald, R., & Louis, W. (2008). Theory of planned behaviour, identity and intentions to engage in environmental activism. *Journal of Environmental Psychology*, 28, 318–26.
- Fischer, A., Peters, V., Neebe, M., Vávra, J., Kriel, A., Lapka, M., & Megyesi, B. (2012). Climate change? No, wise resource use is the issue: Social representations of energy, climate change and the future. *Environmental Policy and Governance*, 22, 161–76.
- Fishbein, M. & Ajzen, I. (1975). *Belief, attitude, intention, and behavior: An introduction to theory and research*. Reading: Addison-Wesley.
- Fiske, S. T., & Ruscher, J. B. (1993). Negative interdependence and prejudice: Whence the affect? In D. M. Mackie, & D. L. Hamilton (Eds.), *Affect, cognition, and stereotyping: Interactive processes in group perception* (pp. 239–68). San Diego: Academic Press.
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J. C., & Glick, P. (2002). A model of (often mixed) stereotype content: Competence and warmth respectively follow from perceived status and competition. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82, 878 –902.
- Fiske, S. T., Xu, J., Cuddy, A. C., & Glick, P. (1999). (Dis)respecting versus (dis)liking: Status and interdependence predict ambivalent stereotypes of competence and warmth. *Journal of Social Issues*, 55, 473–89.
- Flament, C., & Rouquette, M. L. (2003). *Anatomie des idées ordinaires: Comment étudier les représentations sociales*. Paris: Armand Colin.

## Referências

- Frykman, H., & Mörth, U. (2004). Soft law and three notions of democracy: The case of the EU. In U. Mörth (Ed.), *Soft law in governance and regulation: An interdisciplinary analysis* (pp. 155-69). Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- Garcia-Marques, L. (2010). O inferno são os outros: O estudo da influência social. In: J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social* (4ª ed. rev., pp. 227-292). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Garcia-Marques, L., Ferreira M. B., & Garrido, M. V. (2013). Processos de influência social. In: J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social* (9ª ed. rev., pp. 245-324). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gaspar, R., & Antunes, D. (2011). Energy efficiency and appliance purchases in Europe: Consumer profiles and choice determinants. *Energy Policy*, 39, 7335-46.
- Gilibert, D., & Cambon, L. (2003). Paradigms of the sociocognitive approach. In N. Dubois (Ed.), *A sociocognitive approach to social norms* (pp. 38-69). London: Routledge.
- Göckeritz, S., Schultz, P. W., Rendón, T., Cialdini, R. B., Goldstein, N. J., & Griskevicius, V. (2009). Descriptive normative beliefs and conservation behavior: The moderating roles of personal involvement and injunctive normative beliefs. *European Journal of Social Psychology*, 40, 514-23.
- Goffman, E. (1959). *The presentation of self in everyday life*. Garden City, NY: Double-Day.
- Goldstein, N. J., Cialdini, R. B., & Griskevicius, V. (2008). A Room with a viewpoint: Using social norms to motivate environmental conservation in hotels. *Journal of Consumer Research*, 35, 472-82.
- Greaves, M., Zibarras, L. D., & Stride, C. (2013). Using the theory of planned behavior to explore environmental behavioral intentions in the workplace. *Journal of Environmental Psychology*, 34, 109-20.
- Greendex (2012). Consumer choice and the environment: A worldwide tracking survey. Disponível em: <http://environment.nationalgeographic.com/environment/greendex/>
- Griskevicius, V., Tybur, J. M., & Van den Bergh, B. (2010). Going green to be seen: Status, reputation, and conspicuous conservation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 98, 392-404.
- Guiddens, A. (1995). Risk society: The context of British politics. In: J. Franklin (Ed.), *The politics of risk society* (pp. 23-34). Cambridge: Polity Press.
- Guignard, S., Apostolidis, T., & Demarque, C. (2014). Discussing normative features of Future Time Perspective construct: Renewing with the Lewinian approach from a sociocognitive perspective. *New Ideas in Psychology*, 35, 1-10.
- Guimarães, R. (1991). *The ecopolitics of development in the third world: Politics and environment in Brazil*. London: Lynne Rienner Publishers.
- Hannah, E. T. (1973). Perception of internal-external control in ideal and non-ideal other as a function of one's own I-E score. *Perceptual and Motor Skills*, 37, 743-46.

- Harland, P., Staats, H., & Wilke, H. A. M. (1999). Explaining proenvironmental intention and behavior by personal norms and the theory of planned behavior. *Journal of Applied Social Psychology, 29*, 2505–28.
- Harré, R. (1984). Some reflections on the concept of “social representations”. *Social Research, 51*, 927-38.
- Harré, R. (1998). The epistemology of social representations. In U. Flick (Ed.), *The Psychology of the Social* (pp. 129-37). Cambridge: Cambridge University Press.
- Harré, R. (2002). Rom Harré on social structure and social change: Social reality and the myth of social structure. *European Journal of Social Theory, 5*, 111–23.
- Hayes, A. F., & Matthes, J. (2009). Computational procedures for probing interactions in ols and logistic regression: SPSS and SAS implementations. *Behavior Research Methods, 41*, 924-36.
- Hewstone, M. (2001). Representações sociais e causalidade. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 217-237). Rio de Janeiro: UERJ.
- Hunecke, M., Blöbaum, A., Matthies, E., & Höger, R. (2001). Responsibility and environment: Ecological norm orientation and external factors in the domain of travel mode choice behavior. *Environment & Behavior, 33*, 830–52.
- IBGE (2000). *Indicadores de desenvolvimento sustentável*. Disponível em: [ftp://geofp.ibge.gov.br/documentos/recursos\\_naturais/indicadores\\_desenvolvimento\\_sustentavel/ids2002.pdf](ftp://geofp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/indicadores_desenvolvimento_sustentavel/ids2002.pdf)
- IBGE (2012). *Indicadores de desenvolvimento sustentável*. Disponível em: [ftp://geofp.ibge.gov.br/documentos/recursos\\_naturais/indicadores\\_desenvolvimento\\_sustentavel/2012/ids2012.pdf](ftp://geofp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/indicadores_desenvolvimento_sustentavel/2012/ids2012.pdf)
- IPCC. (2007). *Climate change 2007: Synthesis report*. Disponível em: [http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4\\_syr.pdf](http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr.pdf)
- Jacobson, R. P., Mortensen, C. R., & Cialdini, R. B. (2011). Bodies obliged and unbound: Differentiated response tendencies for injunctive and descriptive social norms. *Journal of Personality and Social Psychology, 100*, 433–48.
- Jellison, J. M., & Green, J. (1981). A self-presentation approach to the fundamental attribution error: The norm of internality. *Journal of Personality and Social Psychology, 40*, 643–49.
- Jensen, E., & Wagoner, B. (2009). Continuing commentary: A cyclical model of social change. *Culture & Psychology, 15*, 217–28.
- Jodelet, D. (1989). *Folie et représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Joffe, H., & Staerklé, C. (2007). The centrality of the self-control ethos in western aspersions regarding outgroups: A social representational approach to stereotype content. *Culture & Psychology, 13*, 395–418.

## Referências

- Jones, E. E. & Gerard, H. B. (1965). *Foundations of social psychology*. New York: Wiley.
- Judd, C. M., James-Hawkins, L., Yzerbyt, V., & Kashima, Y. (2005). Fundamental dimensions of social judgment: Understanding the relations between judgments of competence and warmth. *Journal of Personality and Social Psychology*, *89*, 899–913.
- Kaiser, F. G., Byrka, K., & Hartig, T. (2010). Reviving Campbell's paradigm for attitude research. *Personality and Social Psychology Review*, *14*, 351–67.
- Kashima, Y., Paladino, A., & Margetts, E. A. (2014). Environmentalist identity and environmental striving. *Journal of Environmental Psychology*, *38*, 64–75.
- Kelman, H. (1958). Compliance, identification, and internalization: Three processes of attitude change. *Journal of Conflict Resolution*, *2*, 51–60.
- Kelman, H. C. (2006). Interests, relationships, identities: Three central issues for individuals and groups in negotiating their social environment. *Annual Review of Psychology*, *57*, 1–26.
- Knussen, C., Yule, F., MacKenzie, J., & Wells, M. (2004). An analysis of intentions to recycle household waste: The roles of past behaviour, perceived habit, and perceived lack of facilities. *Journal of Environmental Psychology*, *24*, 237–46.
- Kronberger, N. & Wagner, W. (2007). Inviolable versus alterable identities: Culture, biotechnology, and resistance. In G. Maloney & I. Walker (Eds.), *Social representations and identity: Content, process, and power*. New York: Palgrave MacMillan.
- Kus, L., Liu, J., & Ward, C. (2013). Relative deprivation versus system justification: Polemical social representations and identity positioning in a post-Soviet society. *European Journal of Social Psychology*, *43*, 423–37.
- Læssøe, J. (2007). Participation and sustainable development: The post-ecologist transformation of citizen involvement in Denmark. *Environmental Politics*, *16*, 231–50.
- Lerner, M. J. (1980). *The belief in a just world: A fundamental delusion*. New York: Plenum Press.
- Lewins, A & Silver, C. (2007). *Using software in qualitative research: A step-by-step guide*. London: Sage.
- Lima, A. V. & Guerra, J. (2004). Ambiente e cidadania: Dimensões da mobilização ambiental em quatro países europeus. In: L. Lima, M. V. Cabral, & J. Vala (Eds.), *Atitudes sociais dos portugueses 4: Ambiente e desenvolvimento*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lima, L. (2002). O aparecimento das questões ambientais em Portugal: A propósito da apresentação do módulo sobre ambiente do ISSP. In L. Lima, M V. Cabral, J. Vala & A. Ramos (Eds.), *Atitudes sociais dos portugueses: Ambiente e desenvolvimento, base de dados 4* (pp. 9-24). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Lima, M. P. & Correia, I. (2013). Atitudes. In: J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social* (pp. 201-242). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Loureiro, A. L. (2010). *Porque poupamos energia? Altruísmo, ambientalismo e contexto na explicação do comportamento de poupança de energia*. Tese de Doutoramento não publicada. Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL.
- Manstead, A. S. R. (2000). The role of moral norm in the attitude–behavior relation. In D. J. Terry & M. A. Hogg (Eds.), *Attitudes, behavior and social context: The role of norms and group membership* (pp. 11–30). Mahwah: Erlbaum.
- Melo, J. J., & Pimenta, C. (1993). *Ecologia e ambiente*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Milgram, S. (1956). Group pressure and action against a person. *Journal of Abnormal Social Psychology*, 25, 115-29.
- MNCMR (2014). Movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/>.
- Moloney, G., Hall, R., & Walker, I. (2005). Social representations and themata: The construction and functioning of social knowledge about donation and transplantation. *British Journal of Social Psychology*, 44, 415–41.
- Moscovici, S. (2001). Why a theory of social representations? In K. Deaux & G. Philogène (Eds.), *Representations of the social* (pp. 8-35). Oxford: Blackwell.
- Moscovici, S. (1961/1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1984). The myth of the lonely paradigm, a rejoinder. *Social research*, 51, 939-68.
- Moscovici, S. (1985a). Comment on Potter and Litton. *British Journal of Social Psychology*, 24, 91-92.
- Moscovici, S. (1985b). Social influence and conformity. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *Handbook of social psychology: Special fields and applications* (3rd ed., Vol. 2, pp. 347-412). Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211–50.
- Moscovici, S. (1991). *Psychologie des minorités actives* (3a ed.). Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/>
- Moscovici, S. (2001). Why a theory of social representations? In K. Deaux & G. Philogène (Eds.), *Representations of the social* (pp. 8-35). Oxford: Blackwell.
- Moscovici, S. (2002). *De la nature: Pour penser l'écologie*. Paris: Éditions Métailié.
- Moscovici, S. (2003). O fenômeno das representações sociais. In S. Moscovici (Ed.), *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (pp. 29- 109). Petrópolis: Vozes.

## Referências

- Moscovici, S., Lage, E., & Naffrechoux, M. (1969). Influence of a consistent minority on the responses of a majority in a color perception task. *Sociometry*, 32, 365–80.
- Moser, G. (2004). La psychologie environnementale: De l'analyse à l'intervention. In: C. Louche & P. Pansu, *De la psychologie appliquée à l'analyse des problèmes sociaux* (pp. 231-54). Paris: Presses Universitaires de France.
- Mouro, C., & Castro, P. (2010). Local communities responding to ecological challenges: A psycho-social approach to the Natura 2000 network. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 20, 139–55.
- Mouro, C., & Castro, P. (2012). Cognitive polyphasia in the reception of legal innovations for biodiversity conservation. *Papers on Social Representations*, 21, 3.1–3.21.
- Mouro, C., Castro, P., Kronberger, N. & Baltazar, A. (2013). A multi-level approach to support to energy options across EU: The role of supra-national governance, values and trust. *International Review of Social Psychology*, 26, 75-97.
- Nigbur, D., Lyons, E., & Uzzell, D. (2010). Attitudes, norms, identity and environmental behaviour: Using an expanded theory of planned behaviour to predict participation in a kerbside recycling programme. *British Journal of Social Psychology*, 49, 259–84.
- Nolan, J. M., Schultz, P. W., Cialdini, R. B., Goldsteind, N. J., & Griskevicius, V. (2008). Normative social influence is underdetected. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 34, 913–23.
- Nordlund, A. M., & Garvill, J. (2003). Effects of values, problem awareness, and personal norm on willingness to reduce personal car use. *Journal of Environmental Psychology*, 23, 339–47.
- Obertür, S. & Pallemarts, M. (2010). The EU's internal and external climate policies: An historical overview. In: S. Obertür & M. Pallemartz, *The new climate policies of the European Union* (pp. 27-63). Brussels: Brussels University Press.
- Oceja, L., & Berenguer, J. (2009). Putting text in context: The conflict between pro-ecological messages and anti-ecological descriptive norms. *The Spanish Journal of Psychology*, 12, 657–66.
- Olson, J. M., & Zanna, M. (1993). Attitudes and attitude change. *Annual Review of Psychology*, 44, 177–54.
- Oreg, S., & Katz-Gerro, T. (2006). Predicting proenvironmental behavior cross-nationally: values, the theory of planned behavior, and value-belief-norm theory. *Environment & Behavior*, 38, 462–483.
- Peeters, G. (2001). In search for a social-behavioral approach-avoidance dimension associated with evaluative trait meanings. *Psychologica Belgica*, 41, 187-203.
- Ponto Verde (2013). *Resultados da sociedade ponto verde*. Disponível em <http://www.pontoverde.pt/numeros.php>

- Portal Brasil (2012). *Reciclagem atinge apenas 8% dos municípios brasileiros*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/04/reciclagem-atinge-apenas-8-porcento-dos-municipios-brasileiros>
- Posner, E. (2002). *Law and social norms*. Cambridge: Harvard University Press.
- Poumadère, M., Bertoldo, R., & Samadi, J. (2011). Public perceptions and governance of controversial technologies to tackle climate change: Nuclear power, carbon capture and storage, wind, and geoen지니어ing. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 2, 712–27.
- Powell, M. C. (2007). New risk or old risk, high risk or no risk? How scientists' standpoints shape their nanotechnology risk frames. *Health, Risk & Society*, 9, 173–90.
- Prentice, D. A., & Miller, D. (1996). Pluralistic ignorance and the perpetuation of social norms by unwitting actors. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 28, pp. 161-209). San Diego: Academic Press.
- Rabinovich, A., Morton, T. a., Postmes, T., & Verplanken, B. (2012). Collective self and individual choice: The effects of inter-group comparative context on environmental values and behaviour. *British Journal of Social Psychology*, 51, 551–569.
- Raudsepp, M. (2005). Why is it so difficult to understand the theory of social representations? *Culture & Psychology*, 11, 455–68.
- Recchia, S. (2001). *Explaining the international environmental cooperation of democratic countries*. Irvine. Disponível em <https://escholarship.org/uc/item/0gn942xm>
- Rosenberg, S., Nelson, C., & Vivekanathan, P. S. (1968). A multidimensional approach to the structure of personality impressions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 9, 283–94.
- Ross, L., & Nisbett, R. E. (1991). *The person and the situation: Perspectives of social psychology*. New York: McGraw- Hill.
- Russell, A. M. T., & Fiske, S. T. (2008). It's all relative: Competition and status drive interpersonal perception. *European Journal of Social Psychology*, 38, 1193–201.
- Sadalla, E., & Krull, J. (1995). Self-presentational barriers to resource conservation. *Environment & Behavior*, 27, 328–53.
- Schenkler, B. R. (1996). Impression management. In: A. S. Manstead & M. Hewstone (eds.), *The Blackwell Encyclopedia for Social Psychology* (pp. 314-319), Oxford: Blackwell.
- Schmidt, L. (1999). *Portugal ambiental: Casos e causas*. Oeiras: Celta Editora.
- Schmidt, L. (2003). *Ambiente no ecrã: Emissões e demissões no serviço público televisivo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Schmidt, L., Delicado, A., Ferreira, J. G., Fonseca, S., Seixas, J., Sousa, D., Truninger, M., Valente, S. (2011). *O ambiente em 25 anos de Eurobarómetro*. Lisboa. Disponível em [http://www.observa.ics.ul.pt/assets/media/24\\_2011EuroBarometro25Anos.pdf](http://www.observa.ics.ul.pt/assets/media/24_2011EuroBarometro25Anos.pdf)

## Referências

- Schultz, P. W., Nolan, J. M., Cialdini, R. B., Goldstein, N. J., & Griskevicius, V. (2007). The constructive, destructive, and reconstructive power of social norms. *Psychological Science, 18*, 429–34.
- Schultz, W. (1998). Changing behavior with normative feedback interventions: A field experiment on curbside recycling. *Basic and Applied Social Psychology, 21*, 25–36.
- Schwartz, S. H. (1977). Normative influences in altruism. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 10, pp. 221-279). San Diego: Academic Press.
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. M. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology, Vol. 25* (pp. 1-65). New York: Academic Press.
- Sherif, M. (1936). *The psychology of social norms*. New York: Harper & Row.
- Smith, J. R., & Louis, W. R. (2008). Do as we say and as we do: The interplay of descriptive and injunctive group norms in the attitude-behaviour relationship. *The British journal of social, 47*, 647–66.
- Smith, J. R., Louis, W. R., Terry, D. J., Greenaway, K. H., Clarke, M. R., & Cheng, X. (2012). Congruent or conflicted? The impact of injunctive and descriptive norms on environmental intentions. *Journal of Environmental Psychology, 32*, 353–61.
- Somat, A., & Vazel, M. (1999). Normative clearheadedness: A general knowledge of social valuation. *European Journal of Social Psychology, 29*, 691–705.
- Soromenho-Marques, V. (2005). A constelação ambiental: Metamorfoses da nossa visão do mundo. In L. Socska, *Contextos humanos e psicologia ambiental* (pp. 11-37). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Spence, M. A. (1974). *Market signaling: Informational transfer in hiring and related screening processes*. Cambridge: Harvard University Press.
- Spini, D., & Doise, W. (1998). Organizing principles of involvement in human rights and their social anchoring in value priorities. *European Journal of Social Psychology, 28*, 603–22.
- Staats, H., Harland, P., & Wilke, H. A. M. (2004). Effecting Durable Change: A team approach to improve environmental behavior in the household. *Environment & Behavior, 36*, 341–67.
- Staerklé, C. (2009). Policy attitudes, ideological values and social representations. *Social and Personality Psychology Compass, 3*, 1096–112.
- Staerklé, C. (2012). Back to new roots: Societal psychology and social representations. In J. Valentim (Ed.), *Societal approaches in social psychology* (pp. 81-106). Bern: Peter Lang.
- Staerklé, C. (2013). The true citizen: Social order and intergroup antagonisms in political lay thinking. *Papers on Social Representations, 22*, 1.1–1.21.

- Staerklé, C., & Clémence, A. (2004). Why people are committed to human rights and still tolerate their violation: A contextual analysis of the principle-application gap. *Social Justice Research, 17*, 389–406.
- Staerklé, C., Clémence, A., & Spini, D. (2011). Social representations: A normative and dynamic intergroup approach. *Political Psychology, 32*, 759–68.
- Staerklé, C., Delay, C., Gianettoni, L., & Roux, P. (2007). *Qui a droit à quoi? Représentations sociales et légitimation de l'ordre social*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Steg, L., & Vlek, C. (2009). Encouraging pro-environmental behaviour: An integrative review and research agenda. *Journal of Environmental Psychology, 29*, 309–17.
- Steg, L., Dreijerink, L., & Abrahamse, W. (2005). Factors influencing the acceptability of energy policies: A test of VBN theory. *Journal of Environmental Psychology, 25*, 415–25.
- Stern, P. C. (2000). Toward a coherent theory of environmentally significant behavior. *Journal of Social Issues, 56*, 407–24.
- Stern, P. C. (2011). Contributions of psychology to limiting climate change. *The American Psychologist, 66*, 303–14.
- Stern, P. C., Dietz, T., Abel, T., Guagnano, G. A., & Kalof, L. (1999). A Value-Belief-Norm theory of support for social movements: The case of environmentalism. *Human Ecology Review, 6*, 81–97.
- Stern, P. C., Dietz, T., Kalof, L., & Guagnano, G. A. (1995). Values, beliefs, and proenvironmental action: Attitude formation toward emergent attitude objects. *Journal of Applied Social Psychology, 25*, 1611–36.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 33–147). Pacific Grove: Brooks/Cole.
- Tanuro, D. (2010). *L'impossible capitalisme vert*. Paris: La Découverte.
- Terry, D. J., & Hogg, M. A. (1996). Group norms and the attitude–behavior relationship: A role for group identification. *Personality and Social Psychology Bulletin, 8*, 776–93.
- Terry, D. J., Hogg, M. A., & White, K. M. (1999). The theory of planned behaviour: Self-identity, social identity and group norms. *The British Journal of Social Psychology, 38*, 225–44.
- Testé, B. (2003). Conformity and deviance. In: N. Dubois (Ed.), *A sociocognitive approach to social norms*. New York: Routledge.
- Thaler, R. H. & Sunstein, C. R. (2008) *Nudge: Improving decisions about health, wealth and happiness*. New Haven: Yale University Press.

## Referências

- Thøgersen, J. (2006). Norms for environmentally responsible behaviour: An extended taxonomy. *Journal of Environmental Psychology, 26*, 247–61.
- Trope, Y., & Liberman, N. (2010). Construal-level theory of psychological distance. *Psychological Review, 117*, 440–63.
- United Nations (2012). *The millennium development goals report 2012*. New York.
- Uzelgun, M. A. & Castro, P. (2014). Voice of science on climate change in the mainstream Turkish press. *Environmental Communication, 8*, 326-344.
- Uzzell, D., & Rätzl, N. (2009). Transforming environmental psychology. *Journal of Environmental Psychology, 29*, 340–50.
- Vala, J. (2000). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J. Vala e M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (4ª ed rev., pp. 457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J. & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In J. Vala e M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (9ª ed. rev., pp. 569-602). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J., Garcia-Marques, L., Gouveia-Pereira, M., & Lopes, D. (1998). Validation of polemical social representations: introducing the intergroup differentiation of heterogeneity. *Social Science Information, 37*, 469–92.
- Vergès, P. (1992). L'évocation de l'argent: Une méthode pour la définition du noyau central d'une représentation. *Bulletin de Psychologie, 45*, 203-209.
- Vining, J., & Ebreo, A. (2002). Emerging theoretical and methodological perspectives on conservation behavior. In R. B. Bechtel, & A. Churchman (Eds.), *Handbook of environmental psychology* (pp. 541-58). New York: Wiley.
- Von Stein, J. (2008). The international law and politics of climate change: Ratification of the United Nations framework convention and the Kyoto protocol. *Journal of Conflict Resolution, 52*, 243–68.
- Wagner, W. (1994). Fields of research and socio-genesis of social representations: A discussion of criteria and diagnosis. *Social Science Information, 33*, 199–228.
- Wagner, W. (1995). Social representations, group affiliation, and projection: Knowing the limits of validity. *European Journal of Social Psychology, 25*, 125–39.
- Wagner, W. & Hayes, N. (2005) *Everyday discourse and common sense: The theory of social representations*. Basingstoke: Palgrave-Macmillan
- Welte, T. H. L., & Anastasio, P. A. (2010). To conserve or not to conserve: Is status the question? *Environment & Behavior, 42*, 845–63.
- White, K. M., Smith, J. R., Terry, D. J., Greenslade, J. H., & McKimmie, B. M. (2009). Social influence in the theory of planned behaviour: the role of descriptive, injunctive, and in-group norms. *The British Journal of Social Psychology, 48*, 135–58.

- Whitmarsh, L., & O'Neill, S. (2010). Green identity, green living? The role of pro-environmental self-identity in determining consistency across diverse pro-environmental behaviours. *Journal of Environmental Psychology*, 30, 305–314.
- Wojciszke, B., Abele, A., & Baryla, W. (2009). Two dimensions of interpersonal attitudes : Liking depends on communion, respect depends on agency. *European Journal of Social Psychology*, 39, 973–90.
- WVS (2013). *WVS five wave aggregated file 1981-2005*. Disponível em: <http://www.wvsevsdb.com/wvs/WVSDData.jsp>
- Zimbardo, P. G. & Boyd, J. N. (1999). Putting time in perspective: A valid, reliable individual-differences metric. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 1271-88.



## **Anexos**

---



**Anexo A - Questionário utilizado no Estudo 1**



O presente estudo faz parte de um projecto de investigação do Centro de Investigação e Intervenção Social do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

As suas respostas são anónimas e **não serão alvo de avaliação.**

Muito obrigada

Anexo A – Questionário utilizado no Estudo 1

Por favor, indique, usando as colunas, a sua **opinião própria e pessoal** sobre cada uma das afirmações **tentando ser o mais honesto possível**.

Iniciais :

1: Discordo

↔

7: Concordo

**Ideias**

	Discordo totalmente	Discordo	Discordo ligeiramente	Não concordo nem discordo	Concordo ligeiramente	Concordo	Concordo totalmente
1. Diminuir o meu consumo de electricidade não faz diferença alguma para a protecção do ambiente.							
2. <b>Para proteger o ambiente as pessoas devem estar dispostas a consumir menos e passar sem alguns confortos.</b>							
3. A reciclagem do lixo doméstico é um negócio que beneficia apenas certas pessoas.							
4. <b>Para controlar os problemas ambientais as pessoas têm que se comprometer a mudar radicalmente os seus comportamentos.</b>							
5. Acho que os problemas ambientais estão a ser exagerados, pois a natureza acaba por recuperar com o tempo.							
6. <b>Para manter os problemas ambientais controlados, os governos precisam de emitir leis e regras claras.</b>							
7. Não faz sentido ter cuidado com o meu consumo pessoal de água quando são principalmente as indústrias que gastam água.							
8. A temperatura média do planeta em 2050 será superior à de hoje.							

1: Nunca

↔

7: Sempre

**Comportamentos**

	Nunca	Ocasionalmente	Sempre
1. <b>Eu tenho cuidado para não desperdiçar água em casa.</b>			
2. Acho aborrecido separar e depositar no ecoponto o lixo reciclável.			
3. <b>Eu deito pilhas fora nos locais previstos para isto.</b>			
4. Eu esqueço-me de desligar as luzes nas divisões onde não está ninguém.			
5. <b>Eu desligo os equipamentos electrónicos para não ficarem em ‘stand by’.</b>			
6. Eu tento diminuir as minhas emissões de carbono.			
7. <b>Levo comigo sacos reutilizáveis quando faço compras no supermercado.</b>			
8. Eu esqueço-me de separar e depositar resíduos em papel – deito-os com o lixo comum.			
9. <b>Eu compro frutas de produção orgânica.</b>			
10. <b>Eu separo e deposito os meus resíduos em vidro.</b>			

1: Altamente

↔

7: Altamente

**Posicionamentos**

	Altamente negativo	Negativo	Ligeiramente negativo	Nem positivo nem negativo	Ligeiramente positivo	Positivo	Altamente positivo
A reciclagem de resíduos em papel é algo:							
A poupança doméstica de energia eléctrica é algo:							
A utilização de sacos reutilizáveis, em vez de plásticos, no supermercado é algo:							
O consumo de produtos de origem orgânica é algo:							

Agora indique, usando as colunas, como acha que responderiam os **estudantes universitários em geral**.

Iniciais :

1: Discordo

↔

7: Concorde

**Ideias**

	Discordo totalmente	Discordo	Discordo ligeiramente	Não concordo nem discordo	Concordo ligeiramente	Concordo	Concordo totalmente
1. Diminuir o meu consumo de electricidade não faz diferença alguma para a protecção do ambiente.							
2. Para proteger o ambiente as pessoas devem estar dispostas a consumir menos e passar sem alguns confortos.							
3. A reciclagem do lixo doméstico é um negócio que beneficia apenas certas pessoas.							
4. Para controlar os problemas ambientais as pessoas têm que se comprometer a mudar radicalmente os seus comportamentos.							
5. Acho que os problemas ambientais estão a ser exagerados, pois a natureza acaba por recuperar com o tempo.							
6. Para manter os problemas ambientais controlados, os governos precisam de emitir leis e regras claras.							
7. Não faz sentido ter cuidado com o meu consumo pessoal de água quando são principalmente as indústrias que gastam água.							
8. A temperatura média do planeta em 2050 será superior à de hoje.							

1: Nunca

↔

7: Sempre

**Comportamentos**

	Nunca	Ocasionalmente	Sempre
1. Eu tenho cuidado para não desperdiçar água em casa.			
2. Acho aborrecido separar e depositar no ecoponto o lixo reciclável.			
3. Eu deito pilhas fora nos locais previstos para isto.			
4. Eu esqueço-me de desligar as luzes nas divisões onde não está ninguém.			
5. Eu desligo os equipamentos electrónicos para não ficarem em 'stand by'.			
6. Eu tento diminuir as minhas emissões de carbono.			
7. Levo comigo sacos reutilizáveis quando faço compras no supermercado.			
8. Eu esqueço-me de separar e depositar resíduos em papel – deito-os com o lixo comum.			
9. Eu compro frutas de produção orgânica.			
10. Eu separo e deposito os meus resíduos em vidro.			

1: Altamente

↔

7: Altamente

**Posicionamentos**

	Altamente negativo	Negativo	Ligeiramente negativo	Nem positivo nem negativo	Ligeiramente positivo	Positivo	Altamente positivo
A reciclagem de resíduos em papel é algo:							
A poupança doméstica de energia eléctrica é algo:							
A utilização de sacos reutilizáveis, em vez de plásticos, no supermercado é algo:							
O consumo de produtos de origem orgânica é algo:							

Para fins estatísticos, por favor indique:

Sexo: Feminino (  ) Masculino (  )

Idade: \_\_\_\_ anos

Curso: \_\_\_\_\_

**Tem sugestões a fazer ao questionário que acabou de responder?  
Comentários sobre o estudo? Em caso afirmativo, utilize o espaço desta folha.**

***Muito obrigada pela sua participação!***

**Anexo B - Questionário utilizado no Estudo 2**

O presente estudo, que faz parte de um Projecto de investigação do CIS/ISCTE-IUL, tem como objectivo perceber o posicionamento das pessoas face a um conjunto de afirmações sobre o meio ambiente.

Quando responder a este estudo, tenha em conta que as suas respostas são **anónimas** e que **não serão alvo de avaliação** porque não há respostas certas ou erradas.

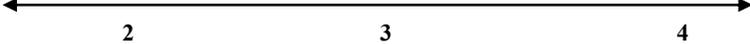
Por favor, responda na escala que lhe apresentamos, indicando a opção que considera mais adequada.

**Pedimos ainda que responda às questões pela ordem por que surgem.**



*A Valorização Informal do Pró-ambientalismo em Portugal e no Brasil*

Para responder agora a estas novas perguntas, utilize a escala que se segue, marcando com um “X” o número que escolher entre os dois extremos.

<b>Totalmente verdade</b>						<b>Totalmente mentira</b>
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	
Os portugueses aprovam que as pessoas se empenhem na poupança de recursos naturais (água, luz, materiais consumíveis).	1	2	3	4	5	
Os estudantes universitários aprovam que as pessoas se empenhem na poupança de recursos naturais.	1	2	3	4	5	
A maioria dos meus colegas da universidade acredita que é importante ter comportamentos de poupança dos recursos naturais.	1	2	3	4	5	
A maioria dos portugueses acredita que é importante ter comportamentos de poupança dos recursos naturais.	1	2	3	4	5	
A maioria dos meus colegas da universidade tem comportamentos de poupança dos recursos naturais.	1	2	3	4	5	
A maioria dos portugueses tem comportamentos de poupança dos recursos naturais.	1	2	3	4	5	

[Ordem de apresentação: negativa-positiva]

Agora vamos pedir que responda mais uma vez às mesmas perguntas da primeira página.

**MAS...**

Agora por favor imagine que já terminou o seu curso e se está a candidatar a um emprego em **uma renomada universidade pública**.

Pedimos que responda às mesmas perguntas de forma a passar **a pior impressão possível de si próprio**. Ou seja, não pedimos que dê a sua opinião, mas sim que dê respostas que passem uma imagem negativa de si ao futuro empregador.

	concordo totalmente ← concordo      não concordo nem discordo      discordo      discordo totalmente →				
	1	2	3	4	5
Eu tenho cuidado para não desperdiçar água.	1	2	3	4	5
A triagem e deposição do lixo doméstico economizam recursos naturais.	1	2	3	4	5
Os problemas ambientais acabarão por ser resolvidos pela ciência e o desenvolvimento tecnológico.	1	2	3	4	5
Eu tomo duche em vez de banho para consumir menos água.	1	2	3	4	5
Eu não tenho paciência para separar e depositar no ecoponto o lixo reciclável.	1	2	3	4	5
Eu deixo a torneira aberta quando lavo os dentes.	1	2	3	4	5
Eu esqueço-me de separar e depositar resíduos em vidro – deito-os com o lixo comum.	1	2	3	4	5
Acho que os problemas ambientais estão a ser exagerados, pois a natureza acaba por recuperar com o tempo.	1	2	3	4	5
Em casa, eu uso lâmpadas de baixo consumo.	1	2	3	4	5
Eu evito lavar o carro em tempos de seca ou escassez de água.	1	2	3	4	5
Idealmente, os comportamentos ecológicos deveriam tornar-se hábitos em que não pensamos.	1	2	3	4	5
Eu confesso que não tenho o cuidado de poupar energia.	1	2	3	4	5
Estou disposto a consumir menos e passar sem alguns confortos se isso ajudar a proteger o meio ambiente.	1	2	3	4	5
Não faz sentido ter cuidado com o meu consumo pessoal de água quando são principalmente as indústrias que gastam água.	1	2	3	4	5
Eu deito pilhas fora nos locais previstos para isto.	1	2	3	4	5
Para controlar os problemas ambientais as pessoas têm que ser obrigadas a mudar radicalmente os seus comportamentos.	1	2	3	4	5
Eu separo e deposito os meus resíduos em metal.	1	2	3	4	5
Para manter os problemas ambientais controlados, os governos precisam de emitir leis e regras claras.	1	2	3	4	5
Eu não deixo equipamentos electrónicos em ‘stand by’.	1	2	3	4	5
A reciclagem do lixo doméstico é um negócio que beneficia poucos indivíduos.	1	2	3	4	5
Eu esqueço-me de desligar as luzes nas divisões onde não está ninguém.	1	2	3	4	5
Eu evito usar sacos plásticos quando faço compras no supermercado.	1	2	3	4	5
Actualmente já se sente vontade de resistir aos excessos ambientalistas.	1	2	3	4	5
Eu tento reduzir o meu lixo ao mínimo possível.	1	2	3	4	5
Diminuir meu consumo de electricidade não faz diferença alguma para a protecção do ambiente.	1	2	3	4	5
Eu esqueço-me de separar e depositar resíduos em papel – deito-os com o lixo comum.	1	2	3	4	5

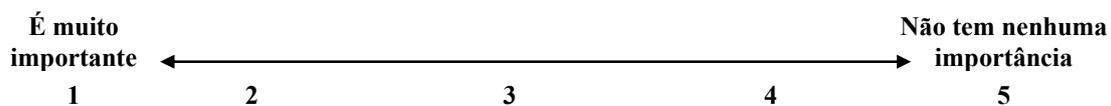
Agora vamos pedir que responda às mesmas perguntas uma última vez.

**MAS...**

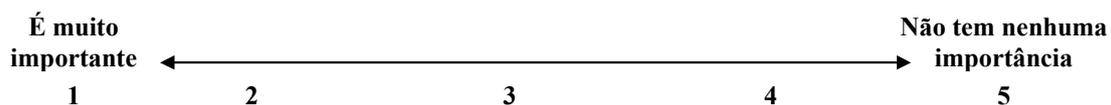
Pedimos que responda às mesmas perguntas de forma a passar **a melhor impressão possível de si próprio ao futuro empregador.**

	← concordo      não concordo nem discordo      discordo      discordo totalmente →				
	1	2	3	4	5
Eu tenho cuidado para não desperdiçar água.	1	2	3	4	5
A triagem e deposição do lixo doméstico economizam recursos naturais.	1	2	3	4	5
Os problemas ambientais acabarão por ser resolvidos pela ciência e o desenvolvimento tecnológico.	1	2	3	4	5
Eu tomo duche em vez de banho para consumir menos água.	1	2	3	4	5
Eu não tenho paciência para separar e depositar no ecoponto o lixo reciclável.	1	2	3	4	5
Eu deixo a torneira aberta quando lavo os dentes.	1	2	3	4	5
Eu esqueço-me de separar e depositar resíduos em vidro – deito-os com o lixo comum.	1	2	3	4	5
Acho que os problemas ambientais estão a ser exagerados, pois a natureza acaba por recuperar com o tempo.	1	2	3	4	5
Em casa, eu uso lâmpadas de baixo consumo.	1	2	3	4	5
Eu evito lavar o carro em tempos de seca ou escassez de água.	1	2	3	4	5
Idealmente, os comportamentos ecológicos deveriam tornar-se hábitos em que não pensamos.	1	2	3	4	5
Eu confesso que não tenho o cuidado de poupar energia.	1	2	3	4	5
Estou disposto a consumir menos e passar sem alguns confortos se isso ajudar a proteger o meio ambiente.	1	2	3	4	5
Não faz sentido ter cuidado com o meu consumo pessoal de água quando são principalmente as indústrias que gastam água.	1	2	3	4	5
Eu deito pilhas fora nos locais previstos para isto.	1	2	3	4	5
Para controlar os problemas ambientais as pessoas têm que ser obrigadas a mudar radicalmente os seus comportamentos.	1	2	3	4	5
Eu separo e deposito os meus resíduos em metal.	1	2	3	4	5
Para manter os problemas ambientais controlados, os governos precisam de emitir leis e regras claras.	1	2	3	4	5
Eu não deixo equipamentos electrónicos em ‘stand by’.	1	2	3	4	5
A reciclagem do lixo doméstico é um negócio que beneficia poucos indivíduos.	1	2	3	4	5
Eu esqueço-me de desligar as luzes nas divisões onde não está ninguém.	1	2	3	4	5
Eu evito usar sacos plásticos quando faço compras no supermercado.	1	2	3	4	5
Actualmente já se sente vontade de resistir aos excessos ambientalistas.	1	2	3	4	5
Eu tento reduzir o meu lixo ao mínimo possível.	1	2	3	4	5
Diminuir meu consumo de electricidade não faz diferença alguma para a protecção do ambiente.	1	2	3	4	5
Eu esqueço-me de separar e depositar resíduos em papel – deito-os com o lixo comum.	1	2	3	4	5

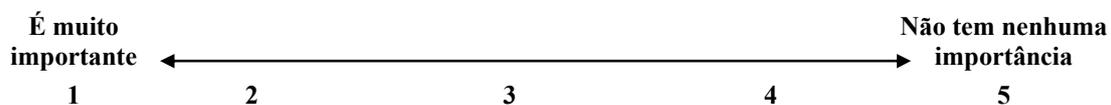
Para mim, fazer parte do grupo dos **estudantes universitários**:



Para mim, ser **português**:



Para mim, fazer parte do meu grupo de **colegas da universidade** é para mim:



**Para fins estatísticos, por favor, indique:**

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Idade: \_\_\_\_\_ anos

Curso: \_\_\_\_\_

**Tem sugestões a fazer ao questionário que acabou de responder? Comentários sobre o estudo?**

**Em caso afirmativo, utilize o espaço nesta folha.**

*Muito obrigada pela sua participação!*

**Anexo C - Questionário utilizado no estudo exploratório ao Estudo 3**

[Questionário versão A]

O que acha que os **industriais do sector automobilístico** em geral pensam do meio ambiente?

---

---

---

---

---

O que acha que os **agricultores portugueses** em geral pensam do meio ambiente?

---

---

---

---

---

O que acha que os **gestores de companhias aéreas** em geral pensam do meio ambiente?

---

---

---

---

---

O que acha que os membros de **institutos ambientais** em geral pensam do meio ambiente?

---

---

---

---

---

[Questionário versão B]

O que acha que os **estudantes da sua universidade** em geral pensam do meio ambiente?

---

---

---

---

---

O que acha que os **consumidores** em geral pensam do meio ambiente?

---

---

---

---

---

O que a **sua família** pensa sobre o meio ambiente?

---

---

---

---

---

O que acha que **gestores da área das renováveis** em geral pensam sobre o meio ambiente?

---

---

---

---

---

[Questionário versão C]

O que acha que os **professores universitários** pensam sobre o meio ambiente?

---

---

---

---

---

O que acha que os **gestores de cimenteiras** pensam sobre o meio ambiente?

---

---

---

---

---

O que acha que os **pescadores** pensam sobre o meio ambiente?

---

---

---

---

---

O que acha que os **bancários** pensam sobre o meio ambiente?

---

---

---

---

---



**Anexo D - Dicionário de categorias identificadas na análise de conteúdo**

<b>Categoria</b>	<b>Descrição</b>	<b>Exemplo</b>
<b>Motivação Intrínseca</b>	Grupos aos quais são atribuídos posicionamentos pró-ambientais <i>em geral</i> , sem especificações sobre situações onde não se respeitaria o ambiente.	<p>“Mostram preocupação constante e alerta contínuo para todo o tipo de situações” (contexto: Instituto Ambiental)</p> <p>“São os grandes defensores do nosso meio ambiente. Atuam ao nível das campanhas de sensibilização” (contexto: Instituto Ambiental)</p>
<b>Motivação financeira destrutiva</b>	Grupos associados a motivações financeiras, que são a principal razão para que <i>destruam</i> o ambiente.	<p>“Pensam em primeiro assegurar o rendimento na utilização de técnicas pouco amigas do ambiente e posteriormente poderão experimentar métodos mais amigáveis” (contexto: Cimenteira)</p> <p>Um negócio, apenas um negócio. Não me parece que haja verdadeira preocupação desses gestores” (contexto: Energias Renováveis)</p>
<b>Motivação financeira protetora</b>	Grupos associados a motivações financeiras, que são a principal razão para que <i>protejam</i> o ambiente	<p>“Que a gente agora fica muita preocupada com o câmbio climático (com o meio ambiente), então para ter mais clientes eles têm de pensar em não afetar ao meio. Também o governo ajuda-lhes e acham que isto de ter medidas de redução do CO<sup>2</sup> é bom” (contexto: Indústrias Automobilísticas)</p> <p>“Nos últimos anos tem-se vindo a verificar um crescimento neste sector relativamente ao seu impacto no meio ambiente que ao mesmo tempo seja rentável (carros eléctricos, etc.)” (contexto: Indústrias Automobilísticas)</p>
<b>Motivação legal</b>	Grupos que protegem o ambiente por que são obrigados por lei.	<p>“Uma dor de cabeça em termos de gestão para aplicação de novas regras ambientais” (contexto: Companhias Aéreas)</p> <p>“Não tem grande significado para eles. O que interessa de facto é produzir. No entanto há regras/leis ambientais obrigatórias que aí eles são obrigados a cumprir” (contexto: Indústrias Automobilísticas)</p>
<b>Motivação de subsistência</b>	Grupos cujo sustento depende do meio ambiente.	<p>“É uma forma de se sustentarem, portanto preservam-no” (contexto: Pescadores)</p> <p>“Que é o seu ganha-pão e que tem de viver o melhor possível com ele” (contexto: Agricultores)</p>
<b>Falta de controlo</b>	Grupos que apesar de um posicionamento positivo	“Devem pensar no quão serão prejudiciais alguns automóveis mas acredito que

Anexo D – Dicionário de categorias identificadas na análise de conteúdo

	frente ao meio ambiente, não têm <i>liberdade</i> para tornar os seus comportamentos mais pró-ambientais.	a sua função não lhes permite pensar no ambiente mas sim nos consumidores. Mas acredito se preocupem com o ambiente” (contexto: Indústrias Automobilísticas)  “Até podem se preocupar mas infelizmente não muito, porque os próprios automóveis são um dos grandes poluidores do meio ambiente. Logo, não podem ser muito radicais e serem super amigos do ambiente” (contexto: Indústrias Automobilísticas)
<b>Falta de esforço</b>	Grupos que apesar de um posicionamento positivo frente ao meio ambiente, não <i>fazem esforços suficientes</i> para tornar os seus comportamentos mais pró-ambientais.	“Que deve ser conservado, mas não tomam medidas práticas para o fazer” (contexto: Estudantes Universitários).  “Estão envolvidos em várias frentes de ação faz com que se deparem com o estado das coisas, mas também não fazem nada para melhorar, falando no geral” (contexto: Estudantes Universitários)
<b>Falta de conhecimento</b>	Grupos que apesar de um posicionamento positivo frente ao meio ambiente, não dispõem de <i>informações</i> suficientes para alinhar os seus comportamentos às suas crenças.	“Grande parte não tem consciência dos danos causados pela pesca excessiva” (contexto: Pescadores)  “Não aceitam bem as regras, sobretudo relacionado com a quantidade de água gasta e o uso de pesticidas menos nocivos para o ambiente. Mas com ações de sensibilização e informação, a mentalidade pode mudar” (contexto: Agricultores)
<b>Diferenciação categorial</b>	Grupos nos quais são identificados <i>subgrupos</i> com diferentes prioridades. Tentativa de tematização no sentido de que um dos subgrupos tem um posicionamento pró e outro antiambiental.	“Depende do ramo da docência, uns são bastante preocupados e outros não querem saber” (contexto: Professores Universitários).  “Alguns preocupam-se com o meio ambiente, outros não devem pensar muito no assunto. Mas para aqueles que estão ligados ao meio ambiente, é a sua maior preocupação” (contexto: Estudantes Universitários).
<b>Mudança de consciência</b>	Grupos em relação aos quais é reconhecida a aquisição de uma ‘consciência ecológica’. Presença de referências temporais do tipo ‘antigamente’ vs. ‘hoje em dia’.	“Penso que tem havido progressos no sentido de sensibilizar cada vez mais as pessoas” (contexto: Institutos Ecológicos).  “Existe cada vez mais preocupações com o meio ambiente, mas deveria haver mudanças mais drásticas/rápidas sobre a maneira com que usamos combustíveis fósseis e sobre a temática da reciclagem e aproveitando de automóveis antigos” (contexto: Indústrias Automobilísticas)
<b>Fatalista</b>	Grupos que simplesmente descrevem a degradação	“Pensam que o espaço está a desaparecer e que as grandes indústrias estão a dar

---

	ambiental – destruição, poluição, desmatamento, e assim por diante.	cabo de tudo” (contexto: Agricultores) “Que está estragado com tanta poluição que acaba por prejudicar a agricultura” (contexto: Agricultores)
<b>Indiferentes</b>	Grupos para quem o ambiente não é uma questão, portanto não existe como problema.	“Acho que estão muito preocupados com outras matérias, a não ligam muito a esse assunto” (contexto: Estudantes Universitários) “Sinceramente acho que não tem tempo para formar uma ideia sobre isto” (contexto: Professores Universitários)

---



**Anexo E - Questionário utilizado nos Estudos 3 e 6**

O presente estudo faz parte de um projecto de investigação do Centro de Investigação e Intervenção Social do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

**Por favor, não vire as páginas antes de lhe ser dito para o fazer.**

**Pedimos ainda que responda às questões pela ordem por que surgem.**

Muito obrigada.

[Alvo de apresentação: instituto ecológico; tipo de apresentação: positiva]

Consideremos que você esteja à procura de um estágio profissional. Inscreveu-se numa base de dados de uma empresa de Recursos Humanos e, passado algum tempo, foi chamado para um processo de selecção que inclui uma entrevista. A vaga para que foi chamado/a é num Instituto público com actividade na área de protecção do ambiente e pareceu-lhe bastante interessante quando o contactaram.

É do conhecimento público que este Instituto é politicamente bastante activo e exerce pressão sobre instituições públicas e privadas para o cumprimento das leis e normas ambientais.

Enquanto aguarda para fazer a entrevista, é-lhe dado o questionário que irá encontrar na página seguinte e que faz parte do processo de selecção.

**Como responderia às questões desse questionário, de forma credível, mas de modo a maximizar as hipóteses de ser seleccionado para a vaga de estágio?**

[Alvo de apresentação: instituto ecológico; tipo de apresentação: negativa]

Consideremos que você esteja à procura de um estágio profissional. Inscreveu-se numa base de dados de uma empresa de Recursos Humanos e, passado algum tempo, foi chamado para um processo de selecção que inclui uma entrevista. A vaga para que foi chamado/a é num Instituto público com actividade na área de protecção do ambiente e pareceu-lhe bastante interessante quando o contactaram.

É do conhecimento público que este instituto é politicamente bastante activo e exerce pressão sobre instituições públicas e privadas para o cumprimento das leis ambientais.

Porém, no momento da apresentação da empresa já durante o processo de selecção, você percebe que as condições, período do estágio e benefícios oferecidos não lhe convêm nem agradam. No entanto, não pode desistir da vaga por estes motivos pois isso implicaria a sua exclusão da base de dados.

Enquanto aguarda para fazer a entrevista, é-lhe dado o questionário que irá encontrar na página seguinte e que faz parte do processo de selecção.

**Como responderia às questões desse questionário, de forma credível, mas de modo a minimizar as hipóteses de ser seleccionado para a vaga de estágio?**

[Alvo de apresentação: cimenteira; tipo de apresentação: positiva]

Consideremos que você esteja à procura de um estágio profissional. Inscreveu-se numa base de dados de uma empresa de Recursos Humanos e, passado algum tempo, foi chamado para um processo de selecção que inclui uma entrevista. A vaga para que foi chamado/a é numa grande cimenteira e pareceu-lhe bastante interessante quando o contactaram.

É do conhecimento público que a cimenteira em questão enfrenta pressões de grupos ambientalistas, em função do impacto ambiental das suas actividades extractivas.

Enquanto aguarda para fazer a entrevista, é-lhe dado o questionário que irá encontrar na página seguinte e que faz parte do processo de selecção.

**Como responderia às questões desse questionário, de forma credível, mas de modo a maximizar as hipóteses de ser seleccionado para a vaga de estágio?**

[Alvo de apresentação: cimenteira; tipo de apresentação: negativa]

Consideremos que você esteja à procura de um estágio profissional. Inscreveu-se numa base de dados de uma empresa de Recursos Humanos e, passado algum tempo, foi chamado para um processo de selecção que inclui uma entrevista. A vaga para que foi chamado/a é numa grande cimenteira e pareceu-lhe bastante interessante quando o contactaram.

É do conhecimento público que a cimenteira em questão enfrenta pressões de grupos ambientalistas, em função do impacto ambiental de suas actividades extractivas.

Porém, no momento da apresentação da empresa já durante o processo de selecção, você percebe que as condições, período do estágio e benefícios oferecidos não lhe convêm nem agradam. No entanto, não pode desistir da vaga por estes motivos pois isso implicaria a sua exclusão da base de dados.

Enquanto aguarda para fazer a entrevista, é-lhe dado o questionário que irá encontrar na página seguinte e que faz parte do processo de selecção.

**Como responderia às questões desse questionário, de forma credível, mas de modo a minimizar as hipóteses de ser seleccionado para a vaga de estágio?**



Por favor, **ESQUEÇA AGORA** a situação que lhe foi proposta no início.

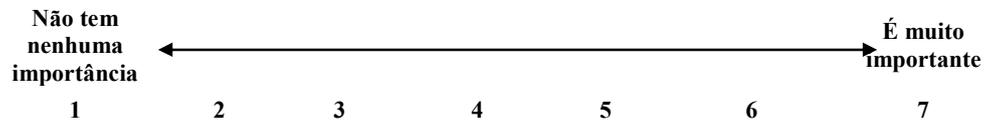
Agora você volta novamente para a situação de responder a um questionário de investigação com a sua **PRÓPRIA OPINIÃO**.

A partir daqui estamos interessados no que você efectivamente pensa e assim pedimos que para as perguntas que responderá à partir de agora dê a sua **opinião pessoal, o mais honestamente possível**.

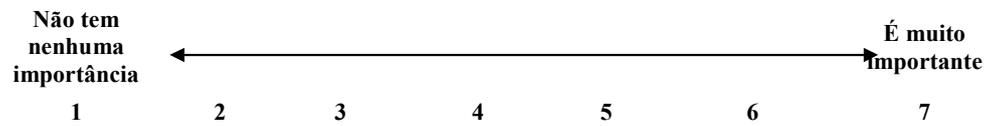




Para mim, ser um **universitário português**:



Para mim, ser **português**:



( ) não sou português

**Para fins estatísticos, por favor, indique:**

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Idade: \_\_\_\_\_ anos

Curso: \_\_\_\_\_

**Tem sugestões a fazer ao questionário que acabou de responder? Comentários sobre o estudo?**

**Em caso afirmativo, utilize o espaço desta folha.**

*Muito obrigada pela sua participação*

**Anexo F - Questionário utilizado no Estudo 4**



O presente estudo faz parte de um projecto de investigação do Centro de Investigação e Intervenção Social do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Estudos anteriores têm revelado que em geral as pessoas conseguem formar opiniões sobre outros em diversas situações a partir de pouca informação disponível. Este estudo tem o objectivo de estudar como se formam impressões através de respostas a questionários.

Vamos apresentar-lhe uma parte das respostas de uma pessoa (um estudante do ensino superior) a um questionário de um processo de selecção para um estágio profissional.

A sua tarefa é formar uma impressão sobre essa pessoa a partir das respostas dela. Pedimos por isso que leia atentamente o questionário, tentando formar uma ideia geral sobre a pessoa que lhe respondeu.

As suas respostas são anónimas e **não serão alvo de avaliação.**

**Por favor, responda às questões pela ordem por que surgem e não volte atrás.**

Para fins estatísticos, por favor indique:

Sexo: Feminino ( ) Masculino ( )

Idade: \_\_\_\_ anos

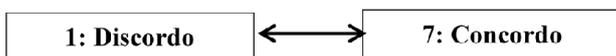
Curso: \_\_\_\_\_

[Crenças pró-ambientais:baixas; comportamentos pró-ambientais: baixos]

De seguida pedimos que leia atentamente as respostas de uma pessoa (estudante do ensino secundário) a um questionário sobre ideias e comportamentos sustentáveis ou pró-ecológicos.

Enquanto lê as respostas, tente imaginar como será a pessoa que as deu.

**Ideias**



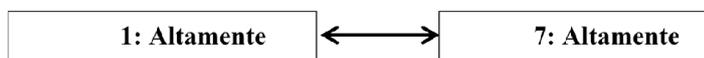
	Discordo totalmente	Discordo	Discordo ligeiramente	Não concordo nem discordo	Concordo ligeiramente	Concordo	Concordo totalmente
1. Diminuir meu consumo de electricidade não faz diferença alguma para a protecção do ambiente.							X
2. Para proteger o ambiente as pessoas devem estar dispostas a consumir menos e passar sem alguns confortos.	X						
3. A reciclagem do lixo doméstico é um negócio que beneficia apenas certas pessoas.						X	
4. Para controlar os problemas ambientais as pessoas têm que se comprometer a mudar radicalmente os seus comportamentos.	X						
5. Acho que os problemas ambientais estão a ser exagerados, pois a natureza acaba por recuperar com o tempo.							X
6. Para manter os problemas ambientais controlados, os governos precisam de emitir leis e regras claras.				X			
7. Não faz sentido ter cuidado com o meu consumo pessoal de água quando são principalmente as indústrias que gastam água.						X	
8. A temperatura média do planeta em 2050 será superior à de hoje.	X						

**Comportamentos**



	Nunca		Ocasionalmente		Sempre
1. Eu tenho cuidado para não desperdiçar água em casa.		X			
2. Acho aborrecido separar e depositar no ecoponto o lixo reciclável.					X
3. Eu deito pilhas fora nos locais previstos para isto.			X		
4. Eu esqueço-me de desligar as luzes nas divisões onde não está ninguém.					X
5. Eu desligo os equipamentos electrónicos para não ficarem em ‘stand by’.	X				
6. Eu tento diminuir minhas emissões de carbono.		X			
7. Levo comigo sacos reutilizáveis quando faço compras no supermercado.	X				
8. Eu esqueço-me de separar e depositar resíduos em papel – deito-os com o lixo comum.					X
9. Eu compro frutas de produção orgânica.	X				
10. Eu separo e deposito meus resíduos em vidro.	X				

**Posicionamentos**



	Altamente negativo	Negativo	Ligeiramente negativo	Nem positivo nem negativo	Ligeiramente positivo	Positivo	Altamente positivo
A reciclagem de resíduos em papel é algo:			X				
A poupança doméstica de energia eléctrica é algo:		X					
A utilização de sacos reutilizáveis, em vez de plásticos, no supermercado é algo:			X				
O consumo de produtos de origem orgânica é algo:	X						

Por favor, descreva brevemente a posição que esta pessoa adopta em relação:

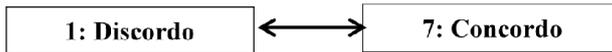
Às ideias ecológicas: \_\_\_\_\_  
 Aos comportamentos ecológicos: \_\_\_\_\_  
 Aos posicionamentos ecológicos: \_\_\_\_\_

[Crenças pró-ambientais:altas; comportamentos pró-ambientais: baixos]

De seguida pedimos que leia atentamente as respostas de uma pessoa (estudante do ensino secundário) a um questionário sobre ideias e comportamentos sustentáveis ou pró-ecológicos.

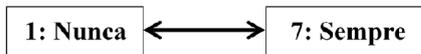
Enquanto lê as respostas, tente imaginar como será a pessoa que as deu.

**Ideias**



	Discordo totalmente	Discordo	Discordo ligeiramente	Não concordo nem discordo	Concordo ligeiramente	Concordo	Concordo totalmente
1. Diminuir meu consumo de electricidade não faz diferença alguma para a protecção do ambiente.	X						
2. Para proteger o ambiente as pessoas devem estar dispostas a consumir menos e passar sem alguns confortos.						X	
3. A reciclagem do lixo doméstico é um negócio que beneficia apenas certas pessoas.		X					
4. Para controlar os problemas ambientais as pessoas têm que se comprometer a mudar radicalmente os seus comportamentos.							X
5. Acho que os problemas ambientais estão a ser exagerados, pois a natureza acaba por recuperar com o tempo.	X						
6. Para manter os problemas ambientais controlados, os governos precisam de emitir leis e regras claras.							X
7. Não faz sentido ter cuidado com o meu consumo pessoal de água quando são principalmente as indústrias que gastam água.	X						
8. A temperatura média do planeta em 2050 será superior à de hoje.							X

**Comportamentos**



	Nunca		Ocasionalmente		Sempre
1. Eu tenho cuidado para não desperdiçar água em casa.		X			
2. Acho aborrecido separar e depositar no ecoponto o lixo reciclável.					X
3. Eu deito pilhas fora nos locais previstos para isto.			X		
4. Eu esqueço-me de desligar as luzes nas divisões onde não está ninguém.					X
5. Eu desligo os equipamentos electrónicos para não ficarem em 'stand by'.	X				
6. Eu tento diminuir minhas emissões de carbono.		X			
7. Levo comigo sacos reutilizáveis quando faço compras no supermercado.	X				
8. Eu esqueço-me de separar e depositar resíduos em papel – deito-os com o lixo comum.					X
9. Eu compro frutas de produção orgânica.	X				
10. Eu separo e deposito meus resíduos em vidro.	X				

**Posicionamentos**



	Altamente negativo	Negativo	Ligeiramente negativo	Nem positivo nem negativo	Ligeiramente positivo	Positivo	Altamente positivo
A reciclagem de resíduos em papel é algo:							X
A poupança doméstica de energia eléctrica é algo:							X
A utilização de sacos reutilizáveis, em vez de plásticos, no supermercado é algo:							X
O consumo de produtos de origem orgânica é algo:						X	

Por favor, descreva brevemente a posição que esta pessoa adopta em relação:

Às ideias ecológicas:

Aos comportamentos ecológicos:

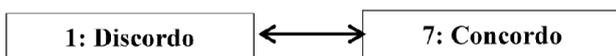
Aos posicionamentos ecológicos: \_\_\_\_\_

[Crenças pró-ambientais:altas; comportamentos pró-ambientais: altos]

De seguida pedimos que leia atentamente as respostas de uma pessoa (estudante do ensino secundário) a um questionário sobre ideias e comportamentos sustentáveis ou pró-ecológicos.

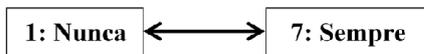
Enquanto lê as respostas, tente imaginar como será a pessoa que as deu.

**Ideias**



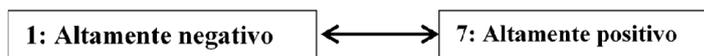
	Discordo totalmente	Discordo	Discordo ligeiramente	Não concordo nem discordo	Concordo ligeiramente	Concordo	Concordo totalmente
1. Diminuir meu consumo de electricidade não faz diferença alguma para a protecção do ambiente.	X						
2. Para proteger o ambiente as pessoas devem estar dispostas a consumir menos e passar sem alguns confortos.						X	
3. A reciclagem do lixo doméstico é um negócio que beneficia apenas certas pessoas.		X					
4. Para controlar os problemas ambientais as pessoas têm que se comprometer a mudar radicalmente os seus comportamentos.							X
5. Acho que os problemas ambientais estão a ser exagerados, pois a natureza acaba por recuperar com o tempo.	X						
6. Para manter os problemas ambientais controlados, os governos precisam de emitir leis e regras claras.							X
7. Não faz sentido ter cuidado com o meu consumo pessoal de água quando são principalmente as indústrias que gastam água.	X						
8. A temperatura média do planeta em 2050 será superior à de hoje.							X

**Comportamentos**



	Nunca	Ocasionalmente	Sempre
1. Eu tenho cuidado para não desperdiçar água em casa.			X
2. Acho aborrecido separar e depositar no ecoponto o lixo reciclável.	X		
3. Eu deito pilhas fora nos locais previstos para isto.			X
4. Eu esqueço-me de desligar as luzes nas divisões onde não está ninguém.		X	
5. Eu desligo os equipamentos electrónicos para não ficarem em 'stand by'.			X
6. Eu tento diminuir minhas emissões de carbono.			X
7. Levo comigo sacos reutilizáveis quando faço compras no supermercado.			X
8. Eu esqueço-me de separar e depositar resíduos em papel deito-os com o lixo comum.	X		
9. Eu compro frutas de produção orgânica.			X
10. Eu separo e deposito meus resíduos em vidro.			X

**Posicionamentos**



	Altamente negativo	Negativo	Ligeiramente negativo	Nem positivo nem negativo	Ligeiramente positivo	Positivo	Altamente positivo
A reciclagem de resíduos em papel é algo:							X
A poupança doméstica de energia eléctrica é algo:							X
A utilização de sacos reutilizáveis, em vez de plásticos, no supermercado é algo:							X
O consumo de produtos de origem orgânica é algo:						X	

Por favor, descreva brevemente a posição que esta pessoa adopta em relação:

Às ideias ecológicas:

Aos comportamentos ecológicos: \_\_\_\_\_

Aos posicionamentos ecológicos: \_\_\_\_\_

Gostaríamos de saber com que impressão ficou desta pessoa.

Sem ver a página anterior, pedimos que indique em que medida os seguintes traços lhe parecem ser característicos da pessoa cujas respostas acabou de ler (por favor, não vire a folha para ler novamente as respostas dela).

		<b>Nada característico</b>					<b>Muitíssimo Característico</b>	
		1	2	3	4	5	6	7
1.	Ecológico	1	2	3	4	5	6	7
2.	Poupado	1	2	3	4	5	6	7
3.	Confiante	1	2	3	4	5	6	7
4.	Talentoso/a	1	2	3	4	5	6	7
5.	Egocêntrico	1	2	3	4	5	6	7
6.	Ingénuo	1	2	3	4	5	6	7
7.	Inteligente	1	2	3	4	5	6	7
8.	Sincero/a	1	2	3	4	5	6	7
9.	Capaz	1	2	3	4	5	6	7
10.	Boa pessoa	1	2	3	4	5	6	7
11.	Frio	1	2	3	4	5	6	7
12.	Amigável	1	2	3	4	5	6	7
13.	Passivo	1	2	3	4	5	6	7
14.	Tolerante	1	2	3	4	5	6	7
15.	Caloroso	1	2	3	4	5	6	7
16.	Competente	1	2	3	4	5	6	7

Por favor, descreva a impressão geral com que ficou desta pessoa:

---



---



---

Com que tipo de impressão ficou desta pessoa?

**Extremamente negativa** 1 2 3 4 5 6 7 **Extremamente Positiva**

Baseado no que lembra das respostas da pessoa, gostaria de a conhecer?

**Certamente que não** 1 2 3 4 5 6 7 **Sim, certamente**

Em que medida gostaria de ter esta pessoa como amigo/a?

**Nada** 1 2 3 4 5 6 7 **Muitíssimo**

Em que medida gostaria de trabalhar com esta pessoa?

**Nada** 1 2 3 4 5 6 7 **Muitíssimo**

Tendo em conta o seu conhecimento do mercado de trabalho, como avalia o potencial de empregabilidade desta pessoa (se, saindo da universidade, encontrará emprego com facilidade)?

**Baixo** 1 2 3 4 5 6 7 **Alto**

Como avalia as hipóteses desta pessoa ser bem-sucedida na vida?

**Pouco provável** 1 2 3 4 5 6 7 **Muito provável**

A partir do que se lembra a respeito desta pessoa (sem ver a página de respostas) até que ponto...

**Esta pessoa tem ideias sustentáveis, ou pró-ecológicas:**

**Nada** 1 2 3 4 5 6 7 **Muitíssimo**

**Esta pessoa tem comportamentos sustentáveis, ou pró-ecológicos:**

**Nada** 1 2 3 4 5 6 7 **Muitíssimo**

**Tem sugestões a fazer ao questionário que acabou de responder? Comentários sobre o estudo? Em caso afirmativo, utilize o espaço desta folha.**

*Muito obrigada pela sua participação!*

## Anexo G - Questionário online utilizado no Estudo 5

Qualtrics Survey Software <https://col.qualtrics.com/WRQualtricsControlPanel/Ajax.php...>

**Anúncio meio ambiente**



O presente estudo faz parte de um projecto de investigação do Centro de Investigação e Intervenção Social do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Estudos anteriores têm revelado que em geral as pessoas conseguem formar opiniões sobre outros em diversas situações a partir de pouca informação disponível. Porventura, já terá tido a experiência de ter ouvido alguém que não conhece dizer algo (ex. nos transportes públicos, salas de espera, etc.) e ter formado automaticamente uma impressão sobre essa pessoa. Provavelmente terá ainda imaginado até que ponto é que concordava ou discordava com o que a pessoa disse e quanto outras pessoas o fariam.

É exatamente isto que pedimos-lhe neste questionário. A sua tarefa é formar uma impressão sobre a pessoa entrevistada a partir das suas respostas. Pedimos por isso que leia atentamente, tentando formar uma ideia geral sobre a **pessoa entrevistada**.

As suas respostas são anónimas e **não serão alvo de avaliação**.

Muito obrigada.

**Manip**

Abaixo encontrará a transcrição de uma reportagem transmitida pela RTP1 por ocasião do dia da Terra (22 de Abril).

**Tente imaginar como a pessoa entrevistada é no outros aspectos da sua vida.**

(Repórter) - E você, o que faz pelo ambiente?

(Entrevistado/a) - Eu sou militante de uma associação ambientalista que defende a mudança radical da sociedade para a proteção do meio ambiente. Sempre que posso também participo em protestos para mudar políticas ambientais.

1 sur 7 21/01/14, 17:19

Qualtrics Survey Software

<https://co1.qualtrics.com/WRQualtricsControlPanel/Ajax.php...>

(Repórter) - E você, o que faz pelo ambiente?

(Entrevistado/a) - Eu assino petições para a proteção do meio ambiente e para a redução das emissões de carbono. Sempre que posso também pago aquelas taxas ambientais, de carbono.

(Repórter) - E você, o que faz pelo ambiente?

(Entrevistado/a) - Eu quando vou às compras, prefiro comprar frutas e verduras de agricultura biológica.

(Repórter) - E você, o que faz pelo ambiente?

(Entrevistado/a) - Em minha casa, eu sempre separo o papel, o vidro e as embalagens e... depois deposito-os no ecoponto para serem reciclados.

(Repórter) - E você, o que faz pelo ambiente?

(Entrevistado/a) - Eu evito ao máximo desperdiçar energia... desligo sempre os equipamentos para não ficarem em *stand by* e também apago as luzes nas divisões da casa onde não está ninguém.

**Com as suas palavras, como descreveria o que faz esta pessoa para o futuro do planeta?**

**Como acha que esta pessoa é noutros aspectos da sua vida?**

#### Questions

Gostaríamos de saber com que **impressão** ficou desta pessoa.  
Pedimos que indique em que medida os seguintes traços lhe parecem ser característicos da pessoa que foi entrevistada.

Qualtrics Survey Software <https://co1.qualtrics.com/WRQualtricsControlPanel/Ajax.php...>

Confiante	Nada característico	<input type="radio"/>	Muitíssimo característico
Talentoso/a	Nada característico	<input type="radio"/>	Muitíssimo característico
Alegre	Nada característico	<input type="radio"/>	Muitíssimo característico
Egoicêntrico	Nada característico	<input type="radio"/>	Muitíssimo característico
Ingênuo	Nada característico	<input type="radio"/>	Muitíssimo característico
Agressivo	Nada característico	<input type="radio"/>	Muitíssimo característico
Capaz	Nada característico	<input type="radio"/>	Muitíssimo característico
Inteligente	Nada característico	<input type="radio"/>	Muitíssimo característico
Sincero/a	Nada característico	<input type="radio"/>	Muitíssimo característico
Crítico	Nada característico	<input type="radio"/>	Muitíssimo característico

3 sur 7 21/01/14, 17:19

Qualtrics Survey Software https://co1.qualtrics.com/WRQualtricsControlPanel/Ajax.php...

Boa pessoa

Nada característico |         | Multíssimo característico

Frio

Nada característico |         | Multíssimo característico

Amigável

Nada característico |         | Multíssimo característico

Passivo

Nada característico |         | Multíssimo característico

Tolerante

Nada característico |         | Multíssimo característico

Tolerante

Nada característico |         | Multíssimo característico

Caloroso

Nada característico |         | Multíssimo característico

Competente

Nada característico |         | Multíssimo característico

**Questions 2**

Com que tipo de impressão ficou desta pessoa?

Extremamente negativa |         | Extremamente positiva

4 sur 7 21/01/14, 17:19

Quem pensa desta forma tem muitas probabilidades de vir a ter uma posição bem remunerada.

Não concordo nada |         | Concordo muitíssimo

Gostaria de fazer alguma actividade lúdica (desporto, cinema, teatro, passeios, etc.) com esta pessoa?

Não, de maneira alguma |         | Sim, certamente

Quão bem sucedida economicamente será esta pessoa?

Nada bem sucedida |         | Muiíssimo bem sucedida

Quão bem sucedida será esta pessoa em obter uma posição de poder?

Nada bem sucedida |         | Muiíssimo bem sucedida

Quanto gostaria de ter esta pessoa como amigo/a?

Nada |         | Muiíssimo

O quanto acha que esta pessoa:

	Nada	Muiíssimo
<u>Pensa</u> de modo sustentável ou ecológico.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<u>Comporta-se</u> de modo sustentável ou ecológico.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Concorda com a maneira como as políticas públicas tratam a ecologia.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acha que o estado do meio ambiente constitui um problema.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acha que devemos fazer algo pelo meio ambiente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

**Agora é a sua vez!** Indique em que medida concorda com as afirmações abaixo:

	Disordo totalmente					Concordo totalmente				
No geral, o sistema político português actua como deveria.	<input type="radio"/>									
Portugal é o melhor lugar do mundo para se viver.	<input type="radio"/>									
A nossa sociedade piora de ano para ano.	<input type="radio"/>									
Acho que as sociedades ocidentais são justas.	<input type="radio"/>									
Todas as pessoas têm oportunidade de aceder à felicidade riqueza.	<input type="radio"/>									
A maioria das políticas serve o bem comum.	<input type="radio"/>									
A sociedade Portuguesa precisa de ser radicalmente reestruturada.	<input type="radio"/>									
A sociedade está organizada de modo a que as pessoas normalmente alcancem aquilo que merecem.	<input type="radio"/>									
No geral, penso que a sociedade é justa.	<input type="radio"/>									

### Finalização

**Algumas questões para terminar...**

Sexo:

- Male
- Female

Idade:

Curso que frequenta:

Ano:

- 1º
- 2º
- 3º
- 4º

Qualtrics Survey Software

<https://co1.qualtrics.com/WRQualtricsControlPanel/Ajax.php...>

Insira no espaço abaixo o seu número de participante (ID Code)

***Obrigada pela sua colaboração!***

**Caso deseje obter mais informações sobre este estudo, escreva para:  
raquel\_bertoldo@iscte.pt**



**Curriculum  
Vitae**

**Raquel Bohn Bertoldo**

raquel\_bertoldo@iscte.pt  
+351 916 134 891

**Formação  
académica**

Período	2009-2013
Instituição de ensino	ISCTE-IUL
Designação do Diploma	Frequência do Programa Doutoramento em Psicologia Social e das Organizações – Especialização em Psicologia Social. Bolsa de doutoramento FCT (SFRH/BD/62033/2009).
Orientadora	Prof <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> Paula Castro
Título da tese	A valorização social do pró-ambientalismo enquadrado por normas formais: Uma análise psicossocial comparativa entre Brasil e Portugal.
Período	2007-2009
Instituição de ensino	<i>Université Paris Descartes</i>
Designação do Diploma	Mestrado em Psicologia, especialidade Indivíduo, Social e Ambiente Bolsa <i>Master Île-de-France</i>
Orientador	Prof. Dr. Michel-Louis Rouquette
Título da tese	<i>Représentations sociales du changement climatique : Effets du contexte de présentation et de l'implication</i>
Período	2002-2007
Instituição de ensino	Universidade Federal de Santa Catarina
Designação do Diploma	Psicologia

**Formação  
complementar**

Data	Abril-Junho de 2012
Instituição de ensino	<i>Université Aix-Marseille, Laboratoire de Psychologie Sociale (LPS)</i>
Atividade	Estágio doutoral

Data	Julho de 2012
Instituição de ensino	ICS, Universidade de Lisboa
Atividade	Escola de verão ' <i>Multilevel Analysis in HLM</i> '
Data	Junho de 2011
Instituição de ensino	ICS, Universidade de Lisboa
Atividade	Escola de verão 'Equações Estruturais'
Data	Agosto de 2010
Instituição de ensino	Université de Lausanne
Atividade	Escola de verão ' <i>Understanding Survey Quality</i> '. Atividade financiada pelo programa QMSS 2, da <i>European Science Foundation</i> .
<b>Experiência pedagógica</b>	
Datas	2009-2012
Instituição	ISCTE-IUL
Função ou cargo ocupado	Assistente de ensino nas disciplinas de 'Epistemologia' e 'História da Psicologia'.
<b>Participação em projetos de investigação</b>	
Datas	2014-2017
Projeto	<i>MEMOTRADE - Social memory of water-related trades and practices: Local knowledge and climate change adaptation</i> . Financiamento: CIRCLE-2 ERA-Network. Investigadora responsável: Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Paula Castro.
Função	Membro da equipa
Instituição executora	Centro de Investigação e Intervenção Social, Cis, ISCTE-IUL
Datas	2010-2012
Projeto	<i>PACHELBEL - Policy Addressing Climate Change and Learning about Consumer Behaviour and Everyday Life (European 7th Framework Project)</i> . Investigador responsável: Dr. Marc Poumadère.
Função	Investigadora
Instituição executora	<i>Institut Symlog de France</i>

Datas	2007-2010
Projeto	<i>VULSACO - VULnerability of SANDy COast to climate change and anthropic pressure</i> (financiado pela <i>Agence Nationale de Recherche</i> ). Investigador responsável: Dr. Marc Poumadère.
Função	Estagiária de investigação
Instituição executora	<i>Institut Symlog de France</i>
Datas	2006-2009
Projeto	Representações sociais do corpo, da beleza e da saúde (financiado pelo CNPq). Investigador responsável: Prof. Dr. Brígido Camargo.
Função	Estagiária de investigação
Instituição executora	LACCOS – Universidade Federal de Santa Catarina
Datas	2003-2006
Projeto	A difusão científica de conhecimentos sobre a aids junto a estudantes de ensino médio (financiado pelo CNPq). Investigador responsável: Prof. Dr. Brígido Camargo.
Função	Estagiária de investigação
Instituição executora	LACCOS – Universidade Federal de Santa Catarina
<b>Publicações</b>	
Artigos em revistas científicas internacionais com arbitragem científica	<p><b>Bertoldo</b>, R., Castro, P., &amp; Bousfield, A. (2013). Pro-environmental beliefs and behaviours: Two levels of response to environmental social norms. <i>Revista Latinoamericana de Psicología</i>, 45, 435–46.</p> <p>Idier, D., Castelle, B., Poumadère, M., Balouin, Y., <b>Bertoldo</b>, R., et al. (2013). Vulnerability of sandy coasts to climate variability. <i>Climate Research</i>, 57, 19-44.</p> <p>Poumadère, M., &amp; <b>Bertoldo</b>, R. (2012). Minorités et représentations sociales : L'information des populations dans le voisinage d'installations industrielles dangereuses. <i>Cahiers de Psychologie Politique</i>, 21 (Dossier Résistances et Altérité).</p> <p><b>Bertoldo</b>, R. B. Bousfield, A. B., Justo, A. M., &amp; Wachelke, J. F. (2011). Spreading the theory in the lusophone world: Contributions of Jorge Vala's chapters to the development of social representations studies in Brazil. <i>Papers on Social Representations</i>, 20, 18.1-18.19.</p>

Artigos em  
revistas científicas  
nacionais com  
arbitragem científica

- Bertoldo**, R. B., Coudin, G., & Barbará, A. (2011). Vieillesse féminine : Comparaisons sociales sur l'apparence. *Psihologia Sociala*, 28, 7–25.
- Poumadère, M., **Bertoldo**, R., & Samadi, J. (2011). Public perceptions and governance of controversial technologies to tackle climate change: Nuclear power, carbon capture and storage, wind, and geoengineering. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change*, 2, 712–27.
- Poumadère, M., & **Bertoldo**, R. B. (2010). Informing minorities about accidental risks: Their identities and representations. *Catalan Journal of Communication and Cultural Studies* 2, 213–229.
- Barbará, A., Camargo, B. V., & **Bertoldo**, R. B. (2010). Caso simulado: “Uma vacina contra a Aids”: Uma experiência brasileira. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad*, 15.
- Bertoldo**, R. B. (2008). Changements globaux, défis locaux: L'efficacité des stratégies globales en question. *The Lancet and Global Forum for Health Research – Young Voices in Research for Health 2008*, 39-42.
- Bertoldo**, R. B., & Barbará, A. (2011). Représentations sociales du changement climatique : Effets du contexte de présentation et de l'implication. *Temas em Psicologia*, 19, 121-137.
- Camargo, B.V., **Bertoldo**, R.B., & Barbará, A. (2009). Representações sociais da aids e alteridade. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9, 710-23.
- Secchi, K., Camargo, B. V., & **Bertoldo**, R. B. (2009). Percepção da imagem corporal e representações sociais do corpo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25, 229-236.
- Camargo, B. V., Goetz, E. R., **Bertoldo**, R. B., & Justo, A. M. (2008). Representações sociais do corpo na mídia impressa. *Psicologia & Sociedade*, 20, 226-236.
- Camargo, B. V., Barbará, A., & **Bertoldo**, R. B. (2008) A influência de vídeos documentários na divulgação científica de conhecimento sobre da aids. *Psicologia: Reflexão e Crítica* 21, 179-185.
- Camargo, B. V., Barbará, A., & **Bertoldo**, R. B. (2007) Concepção pragmática e concepção científica dos adolescentes sobre a

	<p>aids. <i>Estudos em Psicologia</i>, 12, 277-284.</p> <p><b>Bertoldo</b>, R. B. &amp; Barbará, A. (2006) Representação social do namoro: A intimidade na visão dos jovens. <i>Psico-USF</i>, 11, 229-237.</p> <p>Camargo, B. V. &amp; <b>Bertoldo</b>, R. B. (2006) Comparação da vulnerabilidade em relação ao HIV entre estudantes da escola pública e particular da rede de ensino médio. <i>Estudos de Psicologia</i>, 23, 369-379.</p>
Capítulos de livro	<p>Poumadère, M., <b>Bertoldo</b>, R., Boso, A., Espluga-Trenc, J., Mays, C., Oltra, C., Prades, A., Schneider, N. (in press). <i>Entre consommation durable et vie quotidienne: Les premiers balbutiements du compteur communicant en France et en Espagne</i>. Sociologie de l'énergie. Paris : Éditions du CNRS.</p> <p><b>Bertoldo</b>, R. &amp; Souza, J. (2012). Satisfação sexual feminina em relações amorosas. In: R. M. Cruz, J. F. Wachelke, A. L. de Andrade (Orgs.), <i>Avaliação e medidas psicológicas no contexto dos relacionamentos amorosos</i>. São Paulo: Casa do Psicólogo.</p>
Artigos em atas de congresso sem arbitragem científica	<p>Barbará, A., Camargo, B. V., &amp; <b>Bertoldo</b>, R. B. (2005). Um instrumento de medida da dimensão informativa da representação social da aids. <i>Anais da IV Jorjada Internacional e II Conferência Brasileira sobre Representações Sociais</i>, João Pessoa.</p> <p><b>Bertoldo</b>, R. B. &amp; Poumadère, M. (2011). Vulnerabilidade de Sistemas Costeiros face à Mudança Climática associada à acção humana (VULSACO). <i>Anales del XI Congreso de Psicología Ambiental</i>, Facultad de Psicología Universidad de Almería, 9-11 de Fevereiro, Almería, Espanha.</p>
Comunicações em eventos nacionais e internacionais	<p><b>Bertoldo</b>, R. B., Castro, P. (2014). O verde dos seus olhos: Julgamentos de diferentes tipos de comportamentos pró-ambientais no contexto de mudanças sociais. <i>12ª Conferência Internacional de Representações Sociais</i>, Hotel Renaissance, 20-23 de Julho, São Paulo, Brasil.</p> <p><b>Bertoldo</b>, R. B., Castro, P. (2014). The green in your eyes: Social judgments of different types of pro-environmental behaviours. <i>23<sup>rd</sup> IAPS Conference</i>, West University of Timisoara, 24-27 de Junho, Timisoara, Roménia.</p> <p><b>Bertoldo</b>, R. B., Castro, P. (2013). The outer influence inside us: Exploring the relation between social and personal norms. <i>10th Biennial Conference on Environmental Psychology</i>, Otto-von-</p>

- Guericke-University, 22-25 de Setembro, Magdeburg, Alemanha.
- Bertoldo, R. B., Castro, P. (2013).** O verde dos teus olhos: Julgamentos sociais de diferentes comportamentos sustentáveis. *VIII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, Universidade de Aveiro, 20-22 de Julho, Aveiro, Portugal.
- Bertoldo, R., Castro, P., & Serdült, S. (2012).** Conservation ideas and behaviours in different meta-normative settings. *11ª Conferência Internacional de Representações Sociais*, Universidade de Évora, 25-29 de Junho, Évora, Portugal.
- Bertoldo, R., Castro, P., Serdült, S., & Bousfield, A. (2012).** A greener standard: The recent change in perceived status of ideas and practices related with conservation. *11ª Conferência Internacional de Representações Sociais*, Universidade de Évora, 25-29 de Junho, Évora, Portugal.
- Bertoldo, R. B., Barnett, J., Constantin, M., Enander, A., Espluga, J., Horlick-Jones, T., Konrad, W., Poumadère, M., Prades, A. (2012).** Different shades of green: Sustainable consumption thinking in several European countries. *11ª Conferência Internacional de Representações Sociais*, Universidade de Évora, 25-29 de Junho, Évora, Portugal.
- Bertoldo, R., & Guignard, S. (2012).** L'utilisation des paradigmes des normes sociales. *Séminaire Inter-labo GRePS-LPS*, Université Lyon 2, 12-13 de Junho, Lyon, França.
- Bertoldo, R., & Castro, P. (2012).** Normativité des croyances et comportements pro-environnementaux: Une analyse sociocognitive. *Séminaire des Doctorants LPS*, Université de Nîmes, 5 de Junho, Nîmes, França.
- Bertoldo, R. B., Bousfield, A. B., Justo, A. M., & Wachelke, J. F. (2012).** Spreading the theory in the Lusophone world: Contributions of Jorge Vala's chapters to the development of social representations studies in Brazil. *PSR Conference: a half-century of social representations*, London School of Economics, 22-23 de Março, Londres, Inglaterra.
- Bertoldo, R., Castro, P., & Serdült, S. (2011).** Do you want me to be green? The normative status of sustainability in Portugal and Brazil. *9th Biennial Conference on Environmental Psychology*, Eindhoven University of Technology, 26-28 de Setembro, Eindhoven, Holanda.
- Bertoldo, R., & Castro, P. (2011).** How green should we be? The normative status of sustainability social norms. *VI PhD*

*Meeting in Social and Organizational Psychology*, ISCTE-IUL, 19-20 de Maio, Lisboa, Portugal.

Castro, P., & **Bertoldo**, R. B. (2011). Do legal ao social: Penetração das normas sustentáveis em práticas sociais. *XI Congreso de Psicología Ambiental*, Facultad de Psicología Universidad de Almería, 9-11 de Fevereiro, Almería, Espanha.

**Bertoldo**, R. B. & Poumadère, M. (2010). Minorités et représentations sociales l'information et la prévenance des risques dans le voisinage d'installations industrielles dangereuses. *Colloque Résistance et Altérité*, Université de Brest, 18-19 de Novembro, Brest, França.

Poumadère, M. & **Bertoldo**, R. B. (2010). Gouvernance des risques climatiques et vulnérabilité du littoral: Méthodologie du scénario, de l'atelier de parties prenantes et des représentations sociales. *Impacts du Changement Climatique sur les Risques Côtiers*, BRGM, 15-16 Novembro, Orléans, França.

Castro, P., Batel, S., & **Bertoldo**, R. B. (2010). Techno-scientific innovation: A psychosocial approach to new sensitive technologies. *10th International Conference on Social Representations*, 5-8 de Julho, Gammarth, Tunisia.

Castro, P. & **Bertoldo**, R. B. (2010). Context influence on the expression of conservation normativity. *21<sup>st</sup> IAPS Conference "Vulnerability, Risk and Complexity: Impacts of Global Change on Human Habitats"*, Helmholtz Centre for Environmental Research, 27 de Junho a 2 de Julho, Leipzig, Alemanha.

Castro, P., & **Bertoldo**, R. B. (2010). A internalização de normas sustentáveis em Portugal. *VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, Universidade do Minho, 4-6 de Fevereiro, Braga, Portugal.

**Bertoldo**, R. B. & Poumadère, M. (2009). Lessons learned from the 2003 heat wave in France. *COE Workshop "Climate Change Impact on Water and Marine Risks"*, 26-27 de Outubro, Murcia, Espanha.

**Bertoldo**, R.B., Poumadère, M., Idier, D., Parisot, J. P., Ruz, M. H., Certain, R. Bouchette, F., Chateauminous, E., Larroudé, P., Robin, M. (2009). Vulnerabilidade de sistemas costeiros arenosos face a mudanças climáticas e pressões humanas. *X Congresso de Psicología Ambiental*, Fundação Calouste Gulbenkian, 28-30 de Janeiro, Lisboa, Portugal.